

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Relatório anual de gestão - 2025



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Relatório anual de gestão - 2025



Brasília - DF
2025

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Ciência, Tecnologia e Inovação

Diretor-presidente

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Diretores

ANDERSON STEVENS LEONIDAS GOMES

CAETANO CHRISTOPHE ROSADO PENNA

Diretor administrativo financeiro

GERALDO NUNES SOBRINHO

EQUIPE

Supervisão

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO

Coordenação

PAULO ROBERTO BONFIM MEDEIROS (CHEFE DE GABINETE)

Equipe Técnica

ANA MARIA CORREIA

BARBARA CAMBRAIA TRAJANO

CARLSON BATISTA DE OLIVEIRA

ELAINE MARA MICHON NEHME

ELIZAMA RAMOS DOS SANTOS CORREIA

FÁBIO ANDRÉ SILVEIRA

FABÍOLA B. M. CREMA MARQUES

GIOVANNA ALVES LENTO

JEAN MARCEL DA SILVA CAMPOS

KÁTIA REGINA DE ARAÚJO ALENCAR

KEVIN DE LIMA OLIVEIRA

LORENNIA F. E S. RODRIGUES ARARUNA

NURIA RODRIGUES DE BRITO

RAFAEL DE OLIVEIRA M. RODRIGUES

WILLIAN JOSÉ DOS SANTOS PENETRA

Revisão

BIANCA TORREÃO / MAISA CARDOSO / JEAN CAMPOS

Capa, diagramação e elementos visuais

CLEYTON SANTOS / EDUARDO OLIVEIRA

Conselho de Administração (composição em 31/12/2025)

MEMBROS NATOS (TITULARES):

RAPHAEL PADULA (MCTI)

RUBENS DINIZ TAVARES (MCTI)

CELSON PANSEIRA (FINEP)

RICARDO MAGNUS OSÓRIO GALVÃO (CNPQ)

DENISE PIRES DE CARVALHO (MEC)

FRANCILENE PROCÓPIO GARCIA (SBPC)

ÁLVARO TOUBES PRATA (ABC)

RAFAEL ESMERALDO LUCCHESI (CNI)

ROBERTO LÚCIO ROCHA BRANT (CNA)

Membros eleitos (Titulares):

LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO

(REPRESENTANTE DOS ASSOCIADOS)

ODIR ANTONIO DELLAGOSTIN (CONFAP)

SILVIA MÁRCIA FERREIRA MELETTI (FOPROP)

MARCELA CHAMI GENTIL FLORES (ANPEI)

AGNALDO DE ALMEIDA DANTAS (SEBRAE)

Conselho Fiscal (31/12/2025)

TITULAR: SÉRGIO BENEDITO FERRARA

TITULAR: WALTER MALLAS MACHADO DE BARROS

TITULAR: SÉRGIO CRUZ (MCTI)

C389r

Relatório Anual de Gestão 2025. Relatório de execução do contrato de Gestão 2025 -Anual. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2025.

219 p.: il.

1. Ciência, Tecnologia e Inovação. 2. Agenda de CT&I. 3. Evolução Institucional. 4. Estudos. I. CGEE. Título II. CGEE.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, SCS Qd 9, Bl. C, 4o andar, Ed. Parque Cidade Corporate, 70308-200, Brasília, DF. Telefone: (61) 3424.9600

 @CGEE_oficial |  www.cgee.org.br |  @CGEE

 @CGEE_oficial |  @Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Sumário

01. Apresentação	06
02. Visão geral da organização social	08
03. Destaques da organização social 2025	13
04. Carteira de Projetos 2024 – Composição e Situação dos Projetos	55
05. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão – demandante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	63
06. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão – demandante Ministério da Educação	107
07. Relatos dos projetos de Contrato Administrativo	112
08. Quadro síntese do Contrato de Gestão	127
09. Indicadores e metas do Contrato de Gestão	130
10. Gestão Operacional do CGEE	147
11. Auditoria Interna	170
12. Cumprimento das recomendações da CAA	172
13. Anexos I - Balanço Patrimonial 2025	179
14. Anexos II - Demonstração de Fluxo de Caixa 2025	181
15. Anexos III - Demonstração de Mutações de Patrimônio Líquido 2025	183
16. Anexos IV - Demonstração do Resultado do Exercício 2025	185
17. Anexos V - Notas Explicativas	187
18. Anexos VI - Resolução nº 005/2026	219

Apresentação

 Relatório de Gestão 2025 sintetiza um ano de entregas consistentes, articulação ampliada e resultados que reafirmam o papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) como instituição estratégica de apoio ao Estado brasileiro na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação. As ações aqui apresentadas expressam o compromisso permanente do Centro com sua missão institucional: produzir evidências qualificadas, antecipar desafios e oportunidades e fortalecer a tomada de decisão em temas estruturantes para o desenvolvimento sustentável do país.

Ao longo de 2025, o CGEE consolidou uma carteira robusta de projetos, organizada em eixos estratégicos alinhados às prioridades nacionais. Foram realizados 97 eventos — entre seminários, conferências, oficinas técnicas e capacitações — que reuniram instituições, especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil, fortalecendo redes de cooperação no Brasil e no exterior.

Entre os destaques do ano, realizou-se a 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III), em Fortaleza (CE), que reuniu cerca de dois mil participantes presenciais e representantes de 20 nacionalidades. Merece registro também o *Workshop de Diplomacia Científica*, com expressiva participação de países da América Latina, além de Estados Unidos e Itália. No âmbito do Brics, o CGEE teve atuação estratégica em *foresight*, promovendo *workshops* internacionais sobre prospecção tecnológica em temas como inteligência artificial e mudanças climáticas. A COP30, realizada em Belém (PA), foi igualmente um espaço de atuação qualificada do Centro: na ocasião, lançamos a 55ª edição da Revista Parcerias Estratégicas, dedicada ao tema “Mutirão Científico Brasileiro para a COP30”, e participamos de mais de 20 agendas ao longo da conferência.

No campo dos projetos estratégicos, o CGEE intensificou sua atuação em temas de alto impacto para o desenvolvimento nacional. Foram lançados o Observatório de Tecnologias Digitais (OTD), iniciativa inédita com indicadores próprios sobre a produção científica brasileira, e estudos estruturantes voltados à inteligência artificial e às tecnologias emergentes. O Centro também contribuiu com subsídios técnicos para a definição da lógica de intervenção dos Programas Prioritários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e avançou de forma significativa no Projeto de Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

Destacam-se, ainda, o lançamento da coletânea Cadernos da Amazônia, reunindo estudos sobre ciência, tecnologia e inovação na região, e as novas edições do projeto Diálogos com o CGEE, realizadas em Macapá (AP), Santa Maria (RS) e Cuiabá (MT), que promoveram escuta qualificada, articulação com instituições locais e maior aproximação entre os estudos do Centro e os desafios regionais. Esse conjunto de iniciativas foi complementado pelo lançamento do 4º Boletim Anual do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi). No mesmo período, o CGEE sediou a primeira reunião da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), reforçando sua atuação em agendas voltadas à sustentabilidade.

O Observatório de Recursos Humanos para CT&I também teve destaque ao divulgar um novo capítulo do estudo Mestres e Doutores 2024, dedicado à análise por raça ou cor. A ampliação da base de dados — que

reúne informações sobre 1.001.861 mestres e 319.211 doutores titulados no Brasil de 1996 a 2021 — teve forte impacto social e ampla repercussão, contribuindo para o debate sobre desigualdades e para o aprimoramento das políticas públicas na área.

No campo da comunicação e da disseminação do conhecimento, lançamos um novo site institucional, aprimorando a experiência do usuário e a organização dos conteúdos e publicações. Também ampliamos nossa presença nas mídias sociais, com atenção à integridade informacional e à qualificação do diálogo com a sociedade. Ao longo do ano, foram entregues mais de 20 publicações estratégicas. Entre elas, *IA para o Bem de Todos: Plano Brasileiro de Inteligência Artificial*; o *Livro Violeta – Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido*; resultado da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e o estudo *O Panorama Brasileiro da Ciência, Tecnologia e Inovação em Inteligência Artificial*, encomendado pela rede holandesa de inovação vinculada à Embaixada do Reino dos Países Baixos. O CGEE também reforçou sua presença em espaços estratégicos de diálogo com a comunidade científica, como a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

O ano foi marcado ainda por avanços no fortalecimento institucional, com destaque para ações de capacitação e modernização da gestão. Foram realizados treinamentos voltados à transição para modelos híbridos e remotos de trabalho, com foco em comunicação assíncrona, autonomia, uso de ferramentas digitais e fortalecimento da cultura organizacional. Em paralelo, avançaram as iniciativas do Reposicionamento Estratégico 2025–2027, com a definição de cinco grandes desafios institucionais e a adoção do modelo de gestão por objetivos e resultados (OKR), orientado a impacto, inovação e eficiência.

Esse conjunto de realizações só foi possível graças ao apoio e à confiança das instituições que integram o arranjo institucional do CGEE. Registro, de forma especial, o papel do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), entidade supervisora, e do Ministério da Educação (MEC), entidade interveniente, parceiros fundamentais na definição de agendas e no acompanhamento dos resultados. Agradeço também às instituições que integram o Conselho de Administração — CNI, SBPC, CNA, ABC, Dieese, Sebrae, Abipti, Anpei, Anprotec, Foprop, Confap e Consecti — cuja diversidade e compromisso conferem legitimidade, pluralidade e visão estratégica à governança do Centro.

Ao encerrar 2025, o CGEE reafirma a sua vocação de antecipar tendências, produzir conhecimento estratégico e contribuir para políticas públicas capazes de responder aos desafios contemporâneos do Brasil. Em 2026, ano do jubileu de prata do CGEE, que completa 25 anos de atuação, seguimos com o mesmo compromisso: mais articulação, mais evidências e mais capacidade de apoiar decisões estratégicas em CT&I.

Convido as leitoras e os leitores a acompanharem, em detalhes, o conjunto de iniciativas e resultados alcançados em 2025. Desejo uma excelente leitura.

Fernando Cosme Rizzo Assunção
Diretor-presidente do CGEE



2. Visão geral da organização social



O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) é uma associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, nos termos da Lei nº 9.637/98 e inscrita no CNPJ sob o nº 04.724.690/0001-82

Criado em 2001, o CGEE faz parte de um conjunto de medidas que buscavam a modernização do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Desde a sua fundação, a instituição tem entre seus propósitos lidar com a crescente

complexidade e sofisticação do ambiente da CT&I e fortalecer a capacidade do País de formular e conduzir políticas e programas estratégicos, com foco no aumento da competitividade de setores econômicos selecionados.

O escopo de atuação do Centro abrange a realização de estudos e o monitoramento de diversas áreas, incluindo recursos humanos e suas relações com o mercado de trabalho, desenvolvimento regional, financiamento e estratégias de inovação, entre outros temas relevantes.

O Centro tem mantido uma trajetória de especialização institucional em estudos de futuro e avaliação de políticas e grandes programas no âmbito da CT&I, sendo capaz de mobilizar os atores relevantes e, complementarmente, acessar, tratar e processar grandes volumes de informação para gerar conhecimento novo sobre alternativas de investimento. Os resultados dessas atividades são apresentados em formatos que comunicam o essencial para a tomada de decisão de alto nível, em formatos modernos e de fácil assimilação.

Linhas de ação

O CGEE definiu cinco Linhas de Ação que orientam a elaboração da sua agenda de trabalho junto ao MCTI:

- Estudos, Análises e Avaliações;
- Articulação;
- Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCTI;
- Disseminação de Informação de CT&I;
- Desenvolvimento Institucional.

Diretrizes organizacionais do Centro

Missão:

Subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia, inovação e educação, por meio de estudos em prospecção e avaliação estratégica baseados em ampla articulação com especialistas e instituições do SNCTI.

Objetivos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços;
- Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, dos programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos;
- Difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial;
- Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas;
- Prestar serviços relacionados à sua área de atuação.

Principais diretrizes orientadoras da atuação do Centro nos próximos 10 anos, conforme o plano diretor:

I. Fortalecimento da transversalidade da CT&I, da parceria entre entes públicos e privados, assim como da interação do CGEE com atores em ciência, tecnologia, inovação e educação;

II. Consolidação do seu papel de instituição de excelência no SNCTI como provedora sistemática de inteligência estratégica e prospectiva em ciência, tecnologia, inovação

e educação para formulação, gestão e avaliação de programas e de políticas públicas;

III. Atuação na expansão, diversificação e consolidação da matriz de financiamento de CT&I no País, inclusive no apoio à gestão de recursos financeiros extra orçamentários;

IV. Ampliação da capacidade de atrair e manter equipe própria

de alto nível, além de sua rede de consultores, tendo como referência parâmetros de mercado;

V. Fortalecimento da competência em metodologias que aumentem o impacto dos trabalhos de inteligência do CGEE nas políticas públicas de ciência, tecnologia, inovação e educação, com o envolvimento da diversidade de atores do SNCTI.

Principais atos normativos de orientação da organização

As bases orientadoras da administração do CGEE estão contidas no seu estatuto e regimento interno, assim como em outros atos normativos que apoiam a concretização das ações para seu pleno funcionamento.

Nos endereços eletrônicos listados a seguir estão dispostos para leitura os referidos documentos.

Lei das Organizações Sociais



https://www.cgee.org.br/legislacao/-/asset_publisher/c204roaN92xC/content/lei-das-organizacoes-sociais?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.cgee.org.br%2Flegislacao%3Fp_id%3D101_INSTANCE_c204roaN92xC%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D3

Decreto de qualificação do CGEE como OS (Organização Social)



https://www.cgee.org.br/legislacao/-/asset_publisher/c204roaN92xC/content/decreto-de-qualificacao-do-cgee-como-os-organizacao-social?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.cgee.org.br%2Flegislacao%3Fp_id%3D101_INSTANCE_c204roaN92xC%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D2%26p_p_col_count%3D3

Regimento Interno

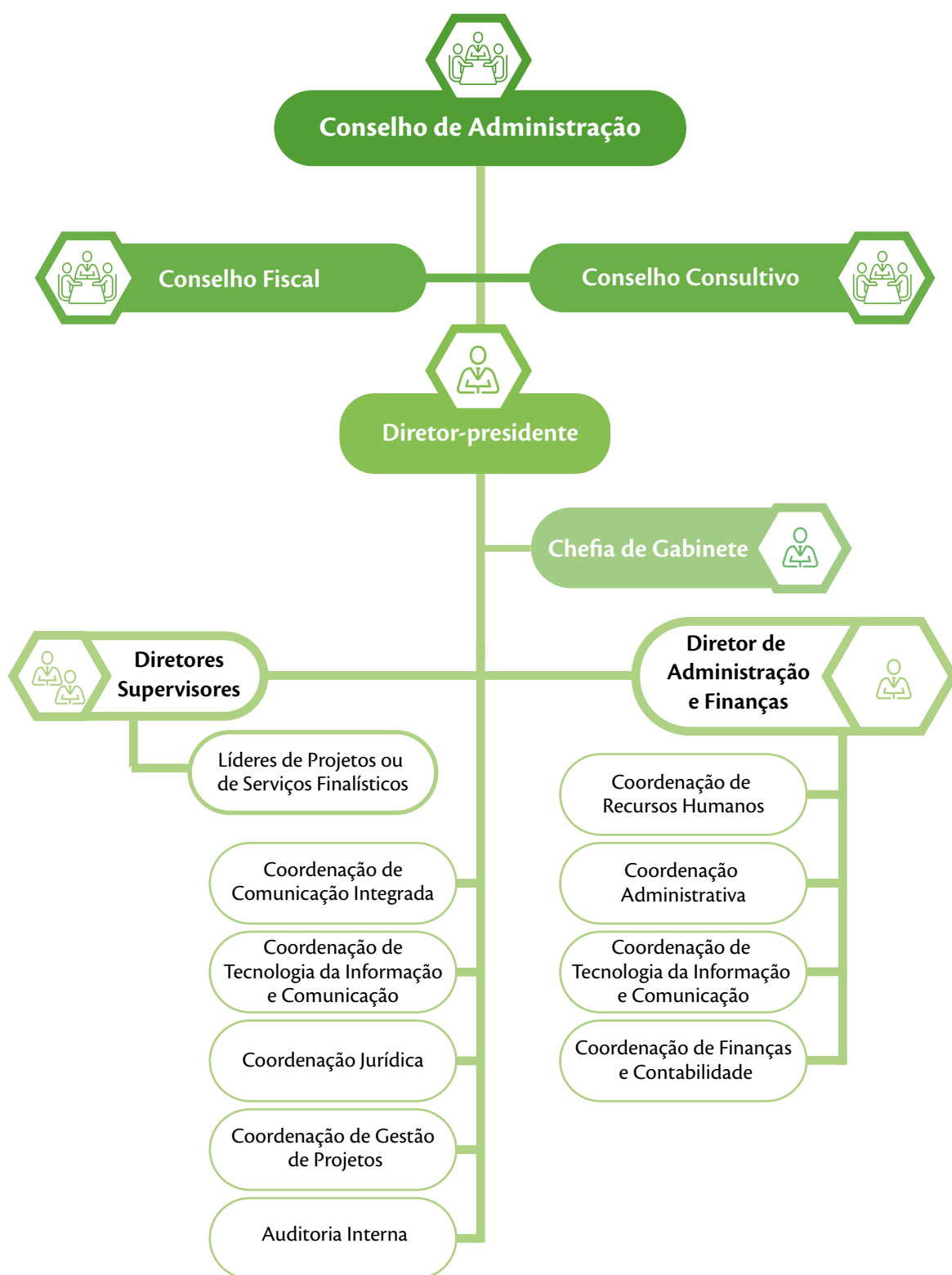


<https://www.cgee.org.br/documents/10182/23827/Regimento+Interno+CGEE/fe30900f-29ea-4901-9fce-756f6c425802?version=1.8>

Estatuto



<https://www.cgee.org.br/documents/10182/23827/Estatuto+do+CGEE/e2af9c01-0658-47f5-b732-3df3a67c1832?version=1.1>





3. Destaques da organização social



Em 2025, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) reafirmou seu compromisso institucional de apoiar o Estado brasileiro na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Orientada pela excelência técnica, pela inovação metodológica e pela produção de evidências qualificadas, sua atuação manteve-se alinhada às demandas do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) e aos desafios estruturantes do desenvolvimento sustentável do país.

Nesse contexto, consolidou-se uma carteira estratégica de projetos estruturada em quatro eixos: Transição Ecológica, Bioeconomia e Clima; Tecnologias Digitais e Estratégicas; Monitoramento e Avaliação de Políticas; e Diplomacia da CT&I e Inserção Internacional. Complementarmente, os observatórios estratégicos seguiram exercendo papel central na produção, organização e disseminação de evidências, contribuindo para qualificar o debate público e subsidiar a tomada de decisão no âmbito das políticas de CT&I.

Entre os principais marcos de 2025, destacam-se a realização da 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III), o Workshop de Diplomacia Científica

e a atuação estratégica do CGEE no contexto da presidência brasileira do Brics. A COP30, realizada em Belém (PA), evidenciou igualmente a presença qualificada do Centro em agendas internacionais e em debates sobre bioeconomia, inovação, transição energética e financiamento climático.

Merecem destaque, ainda, os estudos associados ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNBio) e às agendas de Transição Verde da Indústria. No eixo de Monitoramento e Avaliação de Políticas, o CGEE avançou em avaliações relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aos Programas Prioritários do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além de registrar progressos relevantes no Projeto de Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) e na elaboração de relatórios vinculados ao Serviço de Monitoramento e Avaliação Integrada de Políticas de CT&I (SMAI).

No campo das tecnologias estratégicas, destaca-se o estudo sobre carbeto de silício como alternativa para o reposicionamento da Ceitec, que apontou caminhos tecnológicos e de mercado para a retomada da capacidade nacional em semicondutores de potência. Outro avanço relevante foi o projeto voltado à identificação de





tecnologias críticas e sensíveis, à análise de riscos em um contexto de reconfiguração da ordem global e à proposição de estratégias de resposta. Na agenda de *offset* e exportação, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o CGEE desenvolveu estudos e articulações sobre mecanismos de *offset*, mercado de defesa e cooperação industrial internacional.



O Centro também atuou nas discussões do Programa Nacional de Tecnologia Nuclear, de Satélites e de Terras Raras. Nesse âmbito, registra-se um avanço importante: a aprovação, pelo MCTI, da atualização do documento do CGEE sobre terras raras, agora com horizonte de planejamento estendido de 2026 a 2040.

Na agenda de Percepção Pública da C&T, o CGEE aprofundou análises, contribuiu para publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ampliou parcerias com o Mast e com INCTs vinculados à comunicação pública da ciência. O Centro também apoiou o reposicionamento do Ipem/SP, fortalecendo conexões entre ciência, regulação e defesa do consumidor.

ICID III

Articulação científica e institucional sobre clima e desenvolvimento em regiões semiáridas



A 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III), realizada de 15 a 19 de setembro de 2025, no Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza, consolidou-se como um dos principais espaços de articulação científica e institucional dedicados aos desafios climáticos em áreas áridas e semiáridas. Com foco nos impactos das mudanças climáticas, em estratégias de adaptação e mitigação e no papel da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento sustentável desses territórios, a conferência integrou a agenda preparatória para a COP30, aproximando a produção de conhecimento dos processos multilaterais de governança climática.

Em formato híbrido, o encontro reuniu mais de dois mil participantes presenciais e representantes de 20 nacionalidades, da África, Europa, América do Norte e América do Sul. A programação contou com cerca de 30 horas de transmissão ao vivo, distribuídas em 53 sessões temáticas, que somaram mais de 4.000 visualizações.

A diversidade do público foi um dos destaques do evento. Pesquisadores, gestores públicos, representantes de organizações internacionais, instituições acadêmicas, setor produtivo e organizações da sociedade civil participaram dos debates, promovendo um intercâmbio

qualificado de experiências e perspectivas. A presença internacional ampliou o alcance das discussões e reforçou o caráter global dos desafios enfrentados pelas regiões semiáridas.

A ICID III foi promovida pelo Governo do Ceará, em parceria com o MCTI, com coordenação executiva do CGEE, e realizada em articulação com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará (Secitece), a

Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Ceará (Sema) e a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme). O evento contou, ainda, com o apoio de instituições nacionais e internacionais, como a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a Embrapa, a Embaixada da França no Brasil e o Cemaden, além do patrocínio da Fiec e do Sebrae.

Os Anais da 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas já estão disponíveis para consulta pública. A publicação reúne a produção científica selecionada a partir dos 155 trabalhos submetidos ao comitê científico da Conferência, que conduziu um rigoroso processo de avaliação técnica. Desse total, 100 trabalhos foram selecionados para compor os Anais da Conferência.



Atuação do CGEE no Brics fortalece cooperação internacional em *foresight* e planejamento estratégico em CT&I



Em 2025, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) desempenhou papel central na articulação da cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no contexto da presidência brasileira do Brics. Ao organizar e coordenar encontros internacionais dedicados a metodologias de *foresight*, o Centro reforçou sua posição como referência em prospecção de futuro e apoio ao planejamento governamental de médio e longo prazo, contribuindo para a construção de agendas estratégicas compartilhadas entre os países do bloco.

Ao longo do ano, o CGEE esteve à frente de duas agendas sobre a temática *foresight*: o *International Workshop on Technological Foresight* e o *International Foresight Seminar*. O primeiro *workshop*, realizado em 10 e 11 de abril de 2025, reuniu representantes do Brasil, China, Egito, Etiópia, Índia, Irã, Rússia, África do Sul e

Emirados Árabes Unidos. Coordenado pelo CGEE e liderado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o encontro fortaleceu o uso do *foresight* como ferramenta estratégica no âmbito do Brics, com debates sobre tendências tecnológicas e desafios globais, incluindo inteligência artificial, transição energética, mudanças climáticas, bioeconomia, governança digital e inovação industrial.

O segundo *workshop* ocorreu em 28 de outubro de 2025, nas instalações do CGEE, em Brasília, com delegações do Brasil (DF), China, Irã e Rússia. O formato presencial favoreceu o aprofundamento técnico e o alinhamento metodológico, com foco na integração sistemática do *foresight* às políticas nacionais de CT&I e na identificação de oportunidades de cooperação em áreas estratégicas comuns, como sustentabilidade,

segurança tecnológica e infraestrutura digital.

Complementando a programação, o *International Foresight Seminar*, realizado em 29 e 30 de outubro, também no CGEE, reuniu especialistas do Brasil, Rússia, China e Irã para reflexões sobre tendências emergentes e

aplicações práticas de *foresight* em CT&I. O seminário combinou debates conceituais sobre estudos de futuro com atividades aplicadas de construção de cenários e análise de tendências, ampliando o intercâmbio internacional e contribuindo para o fortalecimento das capacidades brasileiras de prospecção estratégica.

CGEE contribui para a Estratégia Nacional de CT&I e fortalece agendas estruturantes no âmbito do CCT



Em 2025, o CGEE teve atuação intensa em grupos de trabalho estratégicos e contribuiu diretamente para a elaboração da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2024–2034, entregue ao Presidente da República e debatida no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), em reunião realizada no Palácio do Planalto.

Construída a partir das diretrizes da 5ª Conferência Nacional de CT&I, a ENCTI resulta de um amplo processo participativo, com contribuições de

mais de 100 mil pessoas, e consolida prioridades para orientar a política científica e tecnológica brasileira na próxima década.

A estratégia define como missão transformar conhecimento em soluções tecnológicas a serviço da sociedade, articulando inclusão, sustentabilidade e soberania em um projeto nacional de desenvolvimento. O documento reconhece o contexto de transformações aceleradas, como a digitalização, a crise climática e as disputas geopolíticas por domínio tecnológico, e reforça a necessidade de

fortalecer o Sistema Nacional de CT&I, ampliar investimentos em pesquisa e inovação e converter capacidades científicas consolidadas em competitividade e impacto social.

A ENCTI organiza suas diretrizes em quatro eixos estruturantes: expansão e integração do sistema nacional de CT&I; inovação empresarial voltada à reindustrialização; projetos estratégicos para a soberania tecnológica; e ciência e inovação para o desenvolvimento social. Também identifica áreas em que o Brasil já exerce liderança, como agrociências, bioeconomia e saúde, e aponta frentes que exigem esforços intensivos, como inteligência artificial, semicondutores,

tecnologias quânticas e transição energética, além de destacar desafios como financiamento estável, modernização do marco legal, estímulo à inovação empresarial e redução de assimetrias regionais.

No processo de consolidação, o documento diferencia seu papel orientador do futuro Plano de Ação (PACTI), que detalhará metas e execuções quinquenais. As propostas da ENCTI passaram por consulta pública em dezembro, por meio da plataforma Brasil Participativo.



Diplomacia Científica

CGEE fortalece cooperação regional e agenda latino-americana



O *Workshop* sobre Diplomacia Científica, realizado de 6 a 8 de agosto de 2025, consolidou-se como um espaço estratégico de diálogo entre ciência e política, ao reunir pesquisadores, gestores públicos e representantes de organizações internacionais para discutir o papel da diplomacia científica na formulação de decisões globais. O encontro teve como eixo central o alinhamento das prioridades regionais da América Latina no contexto preparatório para a COP30, com foco em mudanças climáticas, redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável.

Promovido pelo MCTI e organizado pelo CGEE, em parceria com o Instituto Interamericano para Pesquisas sobre Mudanças Globais (IAI), o *workshop* foi realizado em formato 100% presencial e reuniu especialistas e autoridades de diferentes países. Ao longo de três dias de painéis, debates e apresentações, o evento destacou a diplomacia científica como instrumento fundamental para aproximar a produção de

conhecimento científico dos processos de negociação e governança internacional.

A diversidade institucional foi um dos principais diferenciais do *workshop*, reunindo órgãos governamentais, universidades e centros de pesquisa, além de organismos internacionais e atores da sociedade civil e do setor produtivo. Participaram ministérios e instâncias como o MCTI, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao lado de instituições acadêmicas como a USP, a UFMG e universidades latino-americanas, como a Unam (México) e a Universidade Autônoma de Santo Domingo (República Dominicana). Organismos internacionais como a UNCCD, a FAO e a Nasem contribuíram com experiências e boas práticas para a cooperação científica, enquanto entidades como Senai e OEI ampliaram o debate com aportes sobre inovação, educação científica e soluções sustentáveis.

A participação internacional foi ampla e diversificada, com representantes de 18 países, majoritariamente da América Latina, incluindo Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, México,

Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, El Salvador e Uruguai. Também participaram delegações dos Estados Unidos e da Itália.

CGEE na COP 30

Debates, lançamentos e contribuições estratégicas para a agenda climática



O CGEE participou da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada de 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém (PA), com uma programação ampla que reafirmou o papel da instituição na

articulação nacional e internacional de atores da ciência, tecnologia e inovação voltados ao enfrentamento da crise climática. Ao longo da conferência, o CGEE esteve presente em mais de 20 atividades, entre painéis, eventos oficiais e agendas paralelas.

A atuação do Centro incluiu debates sobre transição industrial verde e financiamento climático, com foco na integração das estratégias das instituições de financiamento do desenvolvimento (IFDs) às oportunidades da bioeconomia. As discussões abordaram mecanismos para ampliar o fluxo global de recursos destinados à ação climática, destacando o papel das IFDs na mobilização de investimentos para inovação, descarbonização e cooperação internacional em modelos de desenvolvimento sustentáveis, inclusivos e de baixo carbono.

A programação do CGEE contemplou temas centrais da agenda climática global, como bioeconomia, inovação e transição energética. Entre os destaques, estiveram o lançamento da 55ª edição da Revista Parcerias Estratégicas, com o tema *Mutirão científico brasileiro para a COP30*; o lançamento do livro *Bioethanol: fast track to mobility decarbonisation*; e a celebração dos 50 anos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), reconhecido como marco histórico de política pública sustentável no Brasil. A instituição também atuou de forma coordenada com a *Open Society Foundation* (OSF), em uma agenda voltada à cooperação internacional, à bioeconomia, à inovação e à transição energética.

O CGEE também participou de painéis temáticos, acompanhou agendas no âmbito das negociações da UNFCCC e integrou a exposição oficial *Showcase Biobased Solutions*, consolidando sua contribuição para o debate climático global. Nesse contexto, destacou-se a apresentação do estudo *Bioethanol: fast track to mobility decarbonisation*, coordenado pelo CGEE, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O documento foi anunciado no painel “50 anos do Pró-Álcool: marco histórico dos biocombustíveis no Brasil”, como parte da programação do Ministério de Minas e Energia (MME) na COP30.

O debate também integrou o evento *Celebrating Pro-Alcohol 50 years: over 50% of gasoline replacement in Brazil*, no Pavilhão da *Global Biofuels Alliance* (GBA), na *Green Zone* da conferência. A iniciativa reforçou a trajetória brasileira como referência internacional no uso do etanol como combustível renovável, destacando os impactos econômicos, energéticos e ambientais do Proálcool na substituição de combustíveis fósseis e na redução de emissões de gases de efeito estufa.

Diálogos com o CGEE amplia articulação regional e aproxima evidências das decisões públicas em CT&I



Em 2025, o CGEE avançou na interiorização do conhecimento e no fortalecimento de redes subnacionais por meio de novas edições do projeto Diálogos com o CGEE, realizadas em Macapá (março), Santa Maria (abril) e Cuiabá (maio). A iniciativa consolidou-se como um espaço de escuta qualificada e articulação com instituições locais, aproximando estudos e evidências produzidos pelo Centro das demandas concretas de estados e territórios, com foco no aprimoramento de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Os encontros foram estruturados para apoiar gestores públicos e tomadores de decisão com

subsídios técnicos e propostas estratégicas voltadas ao desenvolvimento regional. Em Santa Maria (RS), o evento foi realizado em parceria com a Universidade Franciscana (UFN) e reuniu especialistas do CGEE e do MCTI, com uma programação baseada em apresentações, rodas de conversa e debates sobre temas como observatórios, cidades sustentáveis, formação de recursos humanos em CT&I e modelos de governança territorial.

Em Cuiabá (MT), o “Diálogo com MT” reforçou o papel do CGEE como ponte entre conhecimento científico e decisão pública, ao apresentar indicadores, dados e propostas para fortalecer a CT&I no estado de Mato



Grosso. Já em Macapá (AP), a participação do CGEE no 67º Fórum Nacional do Confap ampliou o alcance institucional da iniciativa, com a apresentação da missão e dos projetos do Centro, além da divulgação de produtos estratégicos, como os projetos do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) e a coletânea Cadernos Estaduais – CT&I para a Amazônia, voltada a oferecer um panorama dos estados da Amazônia Legal.

Ao promover diálogo direto com atores locais e fortalecer a circulação de evidências e diagnósticos, o Diálogos com o CGEE contribuiu, em 2025, para qualificar agendas subnacionais de CT&I e ampliar a capacidade de formulação de políticas alinhadas às especificidades regionais e aos desafios do desenvolvimento sustentável.

Observatórios



Os observatórios do CGEE constituem um conjunto integrado de instrumentos voltados ao monitoramento, à análise e à produção de evidências estratégicas nas áreas de ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável.

Em 2025, os observatórios consolidaram-se como plataformas de inteligência capazes de responder a desafios estruturantes do país, combinando análises quantitativas e qualitativas, abordagens territoriais e temáticas, e diálogo permanente com agendas governamentais e demandas da sociedade. O Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) fortalece a compreensão do Sistema Nacional de CT&I, produzindo diagnósticos sobre produção científica, especialização, complexidade e inserção internacional. O Observatório de Tecnologias Digitais (OTD) acompanha o avanço da transformação digital no Brasil, reunindo indicadores sobre conectividade e inclusão digital, produção científica e formação de profissionais em áreas tecnológicas emergentes.

No campo da formação e empregabilidade, o Observatório de Recursos Humanos para CT&I (ORHCTI) sistematiza informações sobre trajetórias acadêmicas, inserção profissional e desigualdades estruturais, oferecendo subsídios para políticas de educação, ciência e trabalho. Já o Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics) identifica e analisa práticas inovadoras que contribuem



para a resiliência e a sustentabilidade das cidades, reunindo referências e soluções para desafios urbanos contemporâneos, incluindo agendas como infraestrutura verde e Soluções Baseadas na Natureza. O Observatório de Bioeconomia (Obio) apoia estratégias voltadas ao desenvolvimento da bioeconomia, articulando sustentabilidade e dinamismo econômico como base para trajetórias de crescimento de longo prazo.

Complementarmente, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) acompanha tecnologias de interesse para o setor espacial e disponibiliza informações continuamente atualizadas sobre *CubeSats* — satélites de pequeno porte empregados em pesquisas espaciais e lançados em diferentes países —, contribuindo para o acompanhamento de tendências e para a tomada de decisão no campo espacial, assim como para o monitoramento ambiental e a gestão de recursos naturais.

As seções a seguir detalham algumas das entregas, metodologias e contribuições ao longo de 2025.

Octi fortalece a leitura estratégica da ciência brasileira em 2025



Em 2025, o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) consolidou-se como um dos principais instrumentos de monitoramento, análise e produção de evidências estratégicas para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Ao longo do ano, o Octi aprofundou sua função analítica ao integrar bases de dados nacionais e internacionais, como *Web of Science* e *SciELO*, articulando abordagens quantitativas e qualitativas que permitem compreender não apenas a evolução da produção científica, mas também suas conexões com políticas públicas, prioridades estratégicas e desafios estruturantes do desenvolvimento nacional.

Entre as principais entregas de 2025, destaca-se o Boletim Anual do Octi – Panorama da CT&I no Brasil: 2024 (Ano 5), publicado em dezembro, que apresentou uma visão abrangente da ciência e da inovação no país, com análises sobre produção científica, áreas de especialização, dinâmicas institucionais

e inserção internacional, e uma inovação metodológica - o Índice de Complexidade Científica (ICC). A abordagem permite avaliar a sofisticação da produção científica brasileira em escalas regional e local, identificando áreas do conhecimento raras, estratégicas e com potencial para impulsionar trajetórias futuras de diversificação produtiva e tecnológica. Complementarmente, o Informe Octi – Panorama da CT&I brasileira (Ano 6, nº 7), lançado em julho, contribuiu para atualizar diagnósticos e oferecer leituras mais ágeis sobre tendências recentes do sistema científico e tecnológico.

No âmbito regional, o Boletim Temático do Octi – Panorama e Indicadores do Espírito Santo (Ano 6, nº 8), reforçou a importância do observatório no apoio a estados e territórios, ao disponibilizar indicadores e análises voltados à formulação e ao acompanhamento de políticas regionais de CT&I. Em maio de 2025, o Octi lançou a coletânea *Octi em Ação: Tendências e*

Inovação, composta por três publicações que exploram indicadores, panoramas e *clusters* estratégicos da ciência brasileira. As edições aprofundam resultados da 4ª edição do Boletim Anual do Observatório, apresentada em 2024.

No mesmo período, o observatório lançou a coletânea *Cadernos da Amazônia*, composta por um resumo executivo e nove cadernos

estaduais, com análises detalhadas sobre os desafios e as potencialidades da Amazônia Legal. O trabalho foi organizado em três eixos: cadeias sustentáveis de pesquisa e produção; capacidade instalada em ciência, tecnologia e inovação; e políticas, programas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional. A coletânea articula dados, indicadores e propostas concretas, construídas de forma colaborativa e sensível às especificidades territoriais.

OTD: uma plataforma que reúne dados sobre transformação digital



O Observatório de Tecnologias Digitais (OTD), lançado pelo CGEE em 2025, constitui uma iniciativa pioneira voltada ao monitoramento e à análise da adoção e desenvolvimento das tecnologias digitais no Brasil. Criado para fortalecer a inteligência estratégica sobre o cenário tecnológico nacional, o observatório

disponibiliza dados qualificados e subsídios para a formulação, o acompanhamento e o aprimoramento de políticas públicas.

O observatório se materializa em uma plataforma com painel interativo que integra indicadores sobre conectividade e inclusão

digital, como acesso à internet nas diferentes regiões do país e conectividade em escolas públicas, além de informações sobre produção científica e formação de profissionais em áreas relacionadas às novas tecnologias digitais.

Dessa forma, o OTD fortalece a capacidade

do CGEE de produzir diagnósticos, identificar tendências e subsidiar estratégias nacionais de transformação digital. Ao reunir evidências sobre dimensões-chave desse processo, contribui para orientar decisões em inovação, competitividade e desenvolvimento sustentável, alinhando o debate tecnológico às necessidades do país.



Observatório de Recursos Humanos para CT&I: evidências para políticas de formação, emprego e equidade

Em 2025, o Observatório de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (ORHCTI) consolidou-se como uma das principais referências nacionais na produção e disseminação de informações estratégicas sobre a formação acadêmica e a inserção profissional da base técnico-

científica brasileira. Mantido como atividade permanente do CGEE, o observatório reúne dados, indicadores e análises que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas em CT&I e educação.

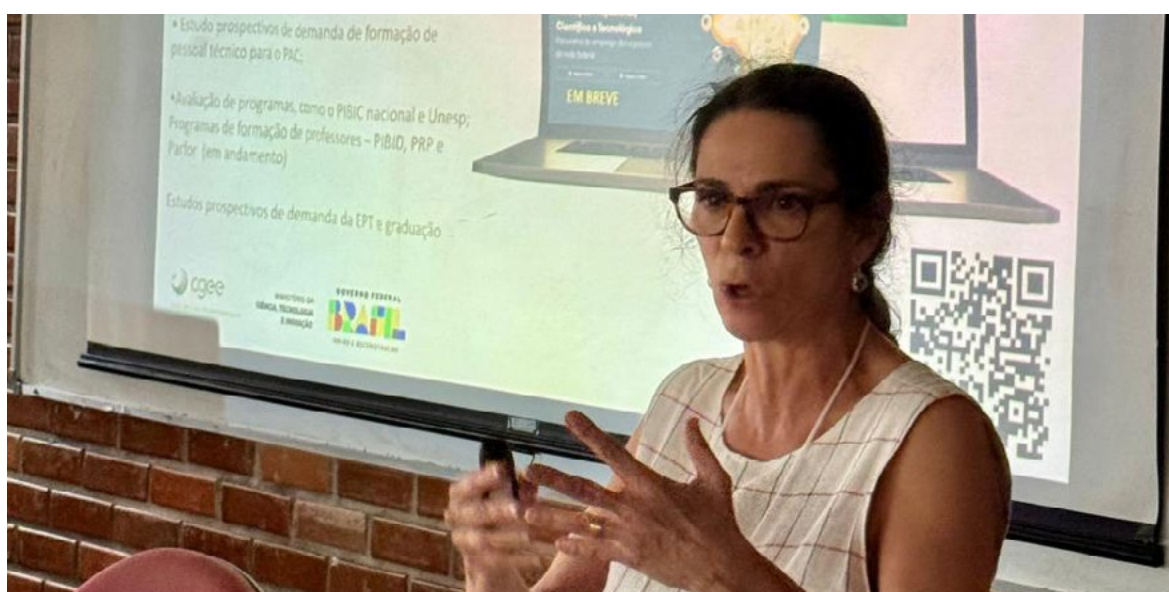
Um dos destaques do ano foi o lançamento do



capítulo especial sobre cor ou raça do estudo Brasil: Mestres e Doutores 2024. A publicação analisa a trajetória de titulações de mestrado e doutorado de 1996 a 2021 e incorpora, de forma inédita, um recorte voltado às desigualdades raciais no sistema de pós-graduação e no mercado de trabalho formal. Os dados foram apresentados durante a 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em Recife (PE). A ampliação da base analítica - com informações sobre mais de um milhão de mestres e cerca de 320 mil doutores titulados no período - teve ampla repercussão e contribuiu

para qualificar o debate público sobre equidade racial e políticas de formação avançada.

Outro marco de 2025 foi o desenvolvimento do estudo Universidade-indústria: o emprego de mestres e doutores na indústria e em setores intensivos em P&D, elaborado para atender à demanda do MCTI. O documento examina o papel das universidades na inovação e no desenvolvimento tecnológico das empresas, analisando a inserção de mestres e doutores na indústria e em setores intensivos em pesquisa e desenvolvimento, além das conexões entre instituições formadoras e o mercado de trabalho.



Oics realiza mapeamento federal em Soluções baseadas na Natureza e Infraestrutura Verde



Em 2025, o Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics) ampliou sua contribuição à agenda de sustentabilidade urbana e resiliência climática por meio da elaboração da Nota Técnica Mapeamento de iniciativas na escala federal relacionadas às Soluções Baseadas na Natureza (SbN). O estudo sistematiza e analisa ações, programas e políticas públicas conduzidas pelo governo federal voltadas à promoção de cidades mais sustentáveis, resilientes e adaptadas aos desafios climáticos.

A nota técnica parte do reconhecimento das Soluções Baseadas na Natureza como estratégias fundamentais para enfrentar desafios como mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, segurança alimentar e qualidade ambiental urbana. O trabalho destaca a relevância de abordagens integradas, que combinam infraestrutura cinza tradicional com SbN e infraestrutura verde, apontando caminhos para soluções híbridas capazes de

ampliar a capacidade adaptativa das cidades frente a eventos climáticos extremos.

O mapeamento identificou iniciativas federais desenvolvidas no âmbito da administração pública direta e indireta, reunindo informações sobre atores institucionais, programas, projetos e ações relacionadas às SbN e à infraestrutura verde. Ao oferecer uma visão consolidada desse conjunto de iniciativas, o estudo contribui para o aprimoramento da coordenação interinstitucional e para o fortalecimento de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

A nota técnica foi desenvolvida em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, no âmbito de um esforço interinstitucional coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, em colaboração com o MCTI.

Observatório de Tecnologias Espaciais



Em 2025, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) do CGEE deu continuidade ao monitoramento de tecnologias do setor espacial. Em particular, foram monitorados todos os lançamentos de missões com a utilização de plataformas *CubeSat*, de forma a manter atualizado o banco de dados do OTE sobre esse tipo de plataforma de satélite.

Foram publicados o 20º e 21º números do Boletim do OTE. Foi concluída a elaboração do 9º número da série *Documentos Estratégicos para o Setor Espacial*, intitulado *Internet por meio de satélites em órbita baixa*. Nesse documento, é apresentado um panorama tecnológico relacionado a esse tema e sugerido um sistema nacional de fornecimento de internet por meio de satélites.

Como destaque, cabe ressaltar que o OTE se envolveu em 2 grupos de trabalho (GT): um sobre posicionamento, navegação e tempo

(PNT), instituído no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República (PR), e outro sobre fornecimento de internet por meio de satélites em órbita baixa, no âmbito do MCTI/CGEE. No GT do GSI/PR, o OTE/CGEE coordena o subgrupo 1, que é o responsável por sugerir alternativas tecnológicas de PNT para o Brasil.

O projeto Microlançador Brasileiro (ML-BR), sugerido pelo OTE/CGEE, que visa à construção de um veículo lançador de pequeno porte (foguetes) para nano e microsatélites, está em pleno desenvolvimento e avançou consideravelmente em 2025, já contando com várias partes construídas e em testes. Esse projeto está sendo desenvolvido por um consórcio de empresas nacionais liderado pela Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda, tendo o CGEE como uma das instituições de ciência e tecnologia associadas ao projeto. Trata-

se de um marco importante para o Programa Espacial Brasileiro e para o País. O OTE/CGEE é o responsável pelo gerenciamento de requisitos e riscos técnicos do projeto e, também, pelo monitoramento de riscos relacionados a cerceamento tecnológico. Esse projeto é um marco para o CGEE no sentido de demonstrar a sua interação com o setor produtivo nacional.

Em relação às produções bibliográficas do OTE, o artigo *Towards the Thousandth CubeSat: a Statistical Overview*, publicado em 2019 no

International Journal of Aerospace Engineering, contava com cerca de 480 citações no *Google Scholar*, o que mostra o interesse que esse artigo continua despertando na área espacial em termos nacionais e internacionais.

Por fim, foi assinado contrato administrativo entre o CGEE e a Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para elaboração de estudo exploratório sobre sistema nacional de PNT baseado em satélites de baixa órbita.

Observatório de Bioeconomia



Em 2025, o Observatório da Bioeconomia (Obio) teve como principal destaque o apoio técnico, metodológico e institucional à elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), no âmbito dos projetos “Apoio técnico para a elaboração do PNDBio” e “Construção do Plano Nacional de Bioeconomia”. Atuando de forma articulada com o CGEE, o MMA, o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e a Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), o Obio contribuiu para a construção de subsídios estratégicos ao plano, com base na metodologia de Políticas Orientadas por Missões. Ao longo do ano, o observatório apoiou a adaptação e incorporação de conteúdo do Plano Nacional de Sociobioeconomia (Plano SocioBio), participou da definição

de missões e ações estratégicas em oficinas interministeriais, colaborou na capacitação em políticas orientadas por missões e acompanhou tecnicamente os trabalhos dos Grupos de Trabalho da CNBio. Além disso, o Obio contribuiu para a elaboração de metas quantitativas, indicadores e capítulos estruturantes, como os de ecossistemas de inovação e do Sistema Nacional de Conhecimento e Informações da Bioeconomia

(SNCIBio), em articulação e colaboração com o MCTI, assim como para a consolidação do documento final do PNDBio, incluindo a análise das contribuições da consulta pública. O ano se encerrou com a participação ativa do observatório nos eventos da COP30, onde o PNDBio foi anunciado, reforçando o papel do Obio como instância estratégica de apoio à formulação e ao fortalecimento da agenda nacional da bioeconomia.

CGEE leva ciência, memória e inovação à 77ª Reunião Anual da SBPC



Em 2025, o CGEE participou da 77ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada de 13 a 19 de julho, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no contexto da agenda comemorativa dos 40 anos do MCTI. A atuação do Centro incluiu estande institucional, participação na

programação científica e presença na ExpoT&C, reforçando sua inserção nos principais espaços de diálogo da comunidade científica.

O estande do CGEE, concebido como uma experiência interativa em formato de linha do tempo, articulou memória institucional e



inovação ao apresentar a trajetória do Centro como agente estratégico na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação (CT&I). O espaço destacou publicações e iniciativas estruturantes, como os livros das Conferências Nacionais de CT&I, a revista Parcerias Estratégicas e estudos sobre temas contemporâneos. Entre eles, bioeconomia, Soluções Baseadas na Natureza, Amazônia e inteligência artificial.

Na programação científica, o CGEE integrou mesas temáticas relacionadas à diversidade na

pós-graduação, à formação de professores, ao desenvolvimento sustentável e às mudanças climáticas, refletindo sua atuação transversal em agendas estratégicas de CT&I. Na ExpoT&C, o Centro participou de rodas de conversa e apresentações técnicas, incluindo o lançamento de novos dados do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Oci), além de debates sobre comunicação pública da ciência, desinformação, indicadores de produção científica em tecnologias digitais e a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia.



Cine CGEE reúne mais de 3 mil visitantes na 22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia



Em 2025, o CGEE participou da 22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada de 21 a 26 de outubro, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), com uma programação voltada à popularização da ciência e ao diálogo com diferentes públicos. Ao longo dos seis dias do evento, o Cine CGEE recebeu 3.129 visitantes em 146 sessões, consolidando-

se como um dos espaços de maior circulação e engajamento da programação.

O principal destaque desta edição foi a estreia da animação “De Olho no Futuro III”, produção original do Centro que aborda, de forma lúdica e educativa, temas como mudanças climáticas, cultura oceânica, desinformação e educação





mediática. Integrando entretenimento, aprendizado e reflexão, o projeto reforçou a atuação do CGEE na disseminação de conhecimento confiável e na aproximação da ciência com crianças, adolescentes, famílias e educadores.

Com o tema *Planeta Água: cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território*, a SNCT 2025 foi coordenada pelo MCTI e mobilizou instituições de todo o

país para promover o diálogo entre ciência e sociedade.

O Cine CGEE se consolida por mais um ano como um ambiente de educação científica e midiática, contribuindo para a formação de uma cidadania científica e para o fortalecimento da confiança na ciência como base para um futuro sustentável. O filme *De Olho No Futuro III* estará em breve disponível no canal do YouTube do CGEE.



CGEE tem projeto de R\$ 14,6 milhões aprovado no Proinfra 2025 para fortalecer infraestrutura em IA



O CGEE teve sua proposta aprovada no edital Proinfra 2025, iniciativa voltada ao fortalecimento da infraestrutura de pesquisa de Unidades de Pesquisa e instituições estratégicas vinculadas ao MCTI. O resultado, divulgado em 30 de setembro de 2025, assegurou ao CGEE a aprovação de um projeto no valor de R\$ 14,6 milhões, reforçando o reconhecimento do papel estratégico da instituição no Sistema Nacional de CT&I.

Realizado pela Finep, em parceria com o MCTI, o Proinfra 2025 tem como objetivo apoiar a expansão e o desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa no país, criando condições para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com qualidade internacional. O edital prevê a disponibilização de até R\$ 200

milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Com a aprovação, o CGEE avançará na implantação de uma infraestrutura de pesquisa em Inteligência Artificial, ampliando sua capacidade de desenvolver e aplicar modelos e ferramentas avançadas de IA em projetos e estudos estratégicos. O investimento fortalece o compromisso do Centro com a produção de evidências qualificadas e com o apoio à formulação, ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas em CT&I, em consonância com sua missão institucional, o Plano Diretor 2021–2030 e a Política de Inovação.

Destaques da Gestão Operacional – 2025



Em 2025, a gestão operacional do CGEE concentrou-se na consolidação das medidas iniciadas em 2024, com foco na reorganização administrativa, no aprimoramento dos processos internos e no fortalecimento da governança. As ações implementadas asseguraram a continuidade das operações e o suporte à execução do Contrato de Gestão e da carteira de projetos em andamento.

No campo da governança interna, avançou a atuação das instâncias responsáveis pelo planejamento e pelo controle, com a participação da Comissão de Orçamento na elaboração das peças orçamentárias de 2025 e 2026, a instituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e a continuidade da implementação do Comitê de Integridade. Essas iniciativas contribuíram para maior articulação entre planejamento, execução e acompanhamento das atividades institucionais.

A gestão administrativa e financeira aperfeiçoou o processo de planejamento orçamentário anual e implementou ferramentas automatizadas de

acompanhamento orçamentário-financeiro, ampliando a qualidade das informações disponibilizadas à alta administração para a tomada de decisão.

Na área de tecnologia da informação, foram promovidas melhorias nos sistemas corporativos, na gestão de dados e na segurança da informação. Foi realizado estudo de viabilidade para a atualização do sistema ERP em uso, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão corporativa. Além disso, foi aprovada pela FINEP a proposta submetida pelo CGEE no âmbito do edital PROINFRA 2025, voltada à modernização da infraestrutura tecnológica e ao suporte ao uso intensivo de soluções de inteligência artificial.

De forma integrada, a gestão operacional de 2025 reforçou seu papel de apoio à execução das atividades do CGEE, assegurando condições administrativas, financeiras e tecnológicas compatíveis com os objetivos institucionais e com as prioridades estabelecidas para o exercício seguinte.

Mais visibilidade, mais impacto

CGEE ampliou sua presença pública e disseminação de conhecimento estratégico em 2025



Em 2025, o CGEE ampliou sua visibilidade e fortaleceu sua presença pública ao intensificar a comunicação e a disseminação de informações estratégicas para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A atuação da Comunicação Integrada (CI) foi guiada por um princípio central: para cumprir seu papel

transformador, a ciência precisa dialogar com a sociedade. Nesse sentido, a comunicação assumiu a função de ponte entre evidências, políticas e públicos, traduzindo agendas estruturantes em narrativas acessíveis, úteis e capazes de estimular participação, compreensão e engajamento.

Com uma estratégia orientada por impacto público, a CI reforçou uma das missões centrais do Centro: fazer o conhecimento circular, conectando estudos, experiências e projetos a públicos diversos, dentro e fora do ecossistema de CT&I. O trabalho combinou tecnologias digitais, novas linguagens e princípios da Comunicação Pública da Ciência (CPC), ampliando alcance, reputação e visibilidade institucional.

As ações integradas voltaram-se especialmente para o fortalecimento da presença digital do Centro, com foco na ampliação de acessos ao site e às páginas de projetos, no aumento de *downloads* de publicações (estudos, boletins

e revistas) e na expansão das audiências nas redes sociais. As iniciativas priorizaram temas estratégicos como sustentabilidade, inteligência artificial, tecnologias digitais, bioeconomia e popularização da ciência, articulando de forma coordenada as equipes de jornalismo, publicidade e design, editoração e eventos.

Os compromissos pactuados no Contrato de Gestão foram cumpridos, com resultados expressivos nos indicadores acompanhados pela Comissão de Avaliação e ganhos consistentes em presença pública, reputação institucional e disseminação do conhecimento no cenário nacional e internacional.

Eventos Estratégicos



+90 eventos realizados

(Seminários, *workshops* e conferências nacionais e internacionais)



+3.000 participantes presenciais

(governo, universidades, empresas)



+30 países

participaram dos eventos



+600 instituições

envolvidas (órgãos públicos, ONGs, empresas, centros de pesquisa)

Produção editorial do CGEE reforça a agenda estratégica da ciência brasileira em 2025

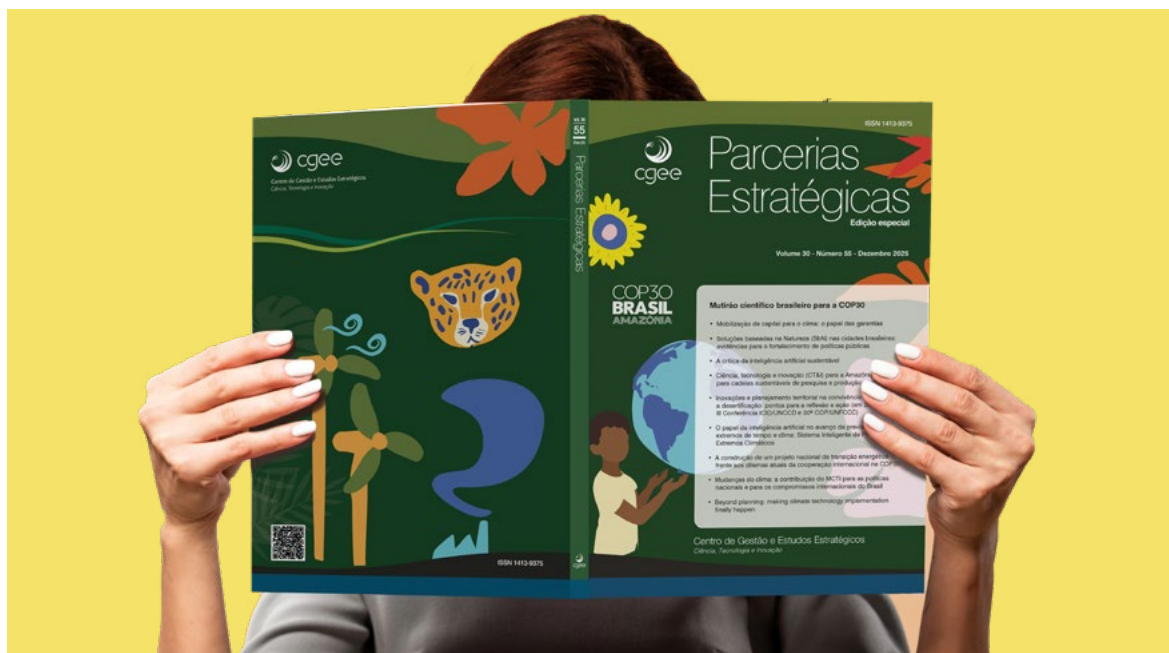


Em 2025, o CGEE ampliou sua presença pública e fortaleceu a disseminação de conhecimento estratégico para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) por meio de produtos editoriais. Ao longo do ano, foram mais de 20 publicações, entre séries temáticas, resumos executivos, relatórios técnicos e coletâneas, com foco em agendas prioritárias para o país, como sustentabilidade, inteligência artificial, tecnologias digitais, bioeconomia e popularização da ciência, além de temas ligados a eventos e processos estratégicos, como a COP30.

No início do ano, foi lançada a versão final do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), iniciativa estratégica do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e do governo federal, sob coordenação do MCTI, com apoio técnico do CGEE. O plano tem como objetivo posicionar o Brasil na vanguarda do desenvolvimento e da aplicação responsável da inteligência artificial.

Outro destaque foi o lançamento do Livro Violeta - Ciência Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido, uma coletânea com as contribuições de intelectuais, pesquisadores, iniciativa privada e gestores da política científica brasileira durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Ainda no campo dos eventos científicos, ao final do ano foram publicados os Anais da 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID 2025).

No eixo Amazônia, o CGEE lançou os volumes “em Perspectiva” para Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Também foram publicados os volumes 1, 2 e 3 da coletânea Octi em Ação: Tendências e Inovação, assim como novos fascículos do Panorama Científico das Tecnologias Digitais, incluindo os temas: Inteligência Artificial, Robótica, Computação



em Nuvem, *Big Data* e a Internet das Coisas. As publicações também consolidaram resultados e apresentaram perspectivas para antecipar tendências no campo da ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Entre os destaques estão o Informe estratégico – Projeto *Energy Big Push* (EBP) 2.0, que apresenta o panorama do patenteamento verde em tecnologias

energéticas; o Informe Octi - Panorama da CT&I brasileira, que apresenta a produção científica nacional de 2024; e o Boletim Temático Octi: Espírito Santo. De forma semelhante, a quinta edição do Boletim Anual Octi dá continuidade à missão central do observatório de produzir inteligência estratégica para o País. Confira os últimos lançamentos:



Informe estratégico – Projeto Energy Big Push (EBP) 2.0



Revista Parcerias Estratégicas nº 55 | Edição Especial: Mutirão científico brasileiro para a COP30



Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia – Resumo Executivo
Coleção com 12 livros



Livro Violeta | Ciência Tecnologia e Inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido | Contribuições para uma Estratégia de CT&I



OCTI em ação: tendências e inovação
Volume 1,2 e 3



Panorama Científico das Tecnologias Digitais | Inteligência artificial



Panorama Científico das Tecnologias Digitais | Robótica



Panorama Científico das Tecnologias Digitais | Computação em Nuvem



Panorama Científico das Tecnologias Digitais | Internet das Coisas



Panorama Científico das Tecnologias Digitais | Big Data



IA para o bem de todos: Plano Brasileiro de Inteligência Artificial
Português e Inglês



The Brazilian Landscape of Science, Technology, and Innovation in Semiconductors



The Brazilian Landscape of Science, Technology and Innovation in Artificial Intelligence



Informe OCTI – Panorama da CT&I brasileira



Boletim Temático OCTI: Espírito Santo



Boletim Anual OCTI 2024



Anais - 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID 2025)



Mapeamento de iniciativas na escala federal relacionadas ao tema de Soluções baseadas na Natureza | Nota Técnica



Iniciativa Brasileira de
Tecnologias Quânticas



Plano Nacional de Desenvolvimento
da Bioeconomia



Plano Nacional de Desenvolvimento da
Bioeconomia (Resumo executivo)

Todas as publicações estão disponíveis no
QR Code abaixo:



Ou clicando aqui: **Publicações.**

Edição especial da Revista Parcerias Estratégicas na COP30, em Belém (PA)



Um dos destaques da participação do CGEE na COP30 foi o lançamento da 55ª edição da Revista Parcerias Estratégicas, dedicada à agenda climática e ao papel da ciência, tecnologia e inovação na governança global do clima. Com o tema *Mutirão Científico Brasileiro para a COP30*, a edição especial dialoga com a proposta da presidência brasileira da conferência de mobilizar um esforço contínuo e coletivo pela ação climática, antes, durante e além do evento.

A publicação reúne contribuições de especialistas, formuladores de políticas e pesquisadores, com enfoque em desenvolvimento e transferência de tecnologias climáticas, finanças verdes, transição energética justa, Soluções baseadas na Natureza e o uso de

IA na previsão de eventos extremos.

O lançamento ocorreu em 11 de novembro, na Casa da Ciência do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), reunindo autores, gestores públicos e representantes da comunidade científica. A programação abordou temas como cooperação internacional, inteligência artificial e clima, bioeconomia, transição energética e financiamento climático.

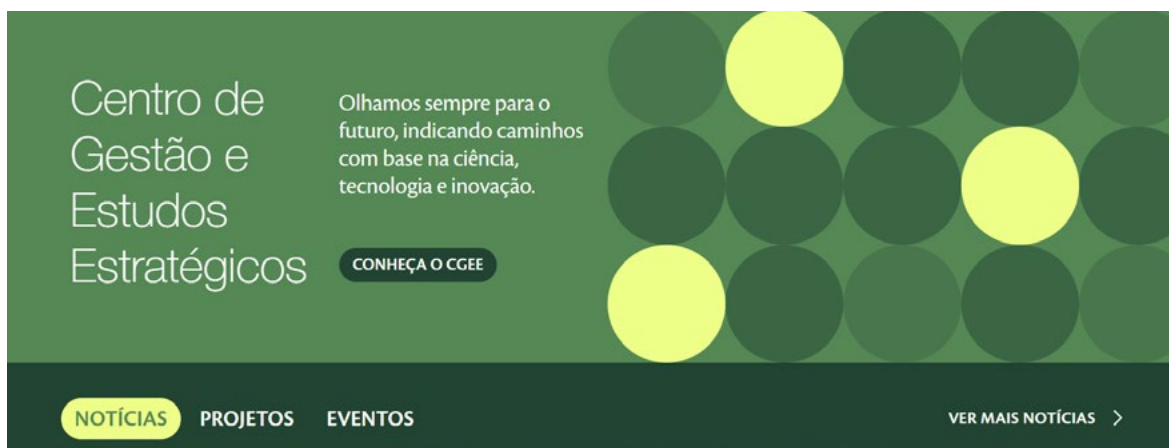
A iniciativa reforça o compromisso do Centro em produzir conhecimento qualificado e promover espaços de articulação que conectem ciência e políticas públicas em uma agenda decisiva para o país e para o mundo.

Transformação digital e *performance* do novo site

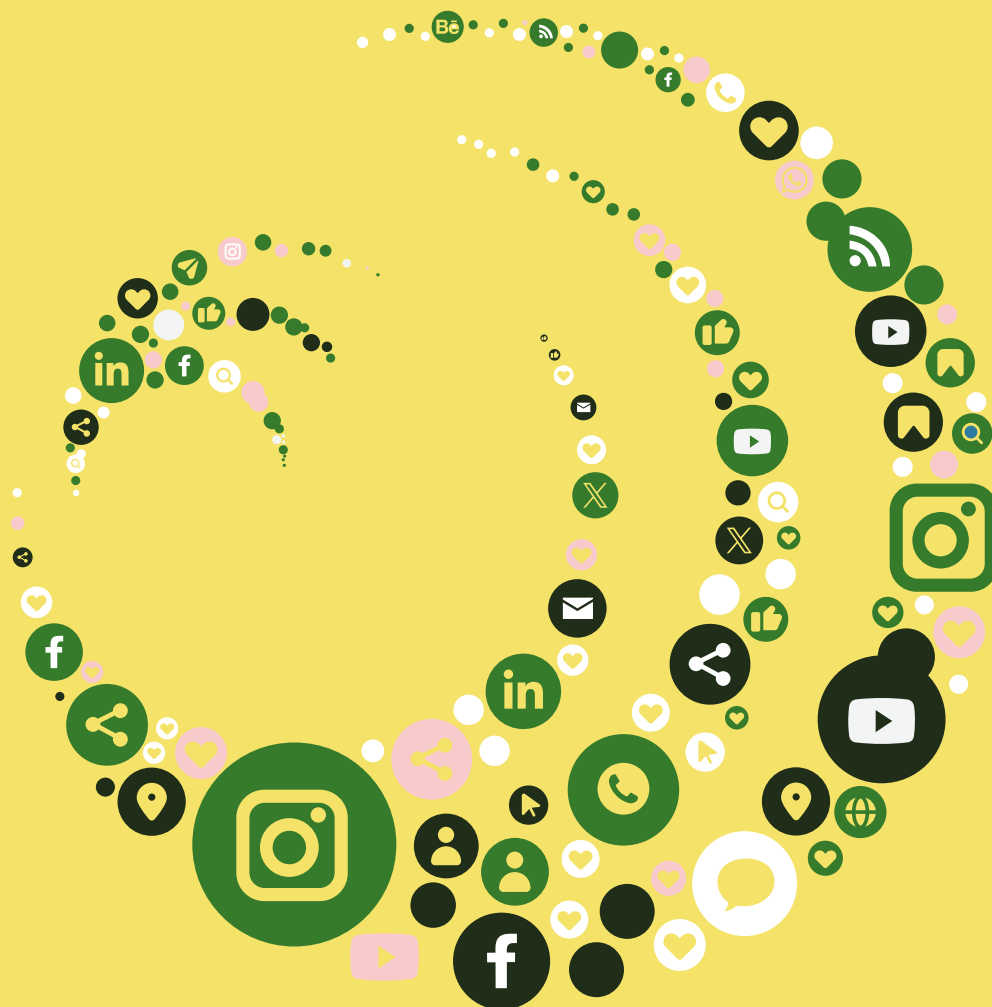


Em 2025, foi publicado o novo site do CGEE, aprimorando a experiência do usuário, a organização e a disponibilidade de conteúdos e publicações. O desempenho digital do portal registrou mais de **119 mil acessos**

únicos, além de mais de **80 mil downloads de publicações**, indicando crescimento de alcance e fortalecimento dos canais próprios como instrumentos de comunicação pública e disseminação de conhecimento.



Redes sociais: crescimento e ampliação de alcance



No conjunto, a presença digital do CGEE apresentou crescimento expressivo. No Instagram institucional, o perfil passou de **3.900 seguidores** em janeiro de 2025 para **10.000 seguidores** em dezembro de 2025, o que representa um crescimento de aproximadamente **145,5% no ano**. Somente nessa rede, o CGEE ultrapassou a marca de **1 milhão de visualizações** em 2025, sendo **903 mil visualizações** registradas apenas no segundo semestre.

Ao longo do ano, foram produzidos mais de **mil conteúdos** para o Instagram, sendo **862**

stories e **284 posts**, também reproduzidos no Facebook, LinkedIn e X (antigo Twitter). Essa atuação integrada com a equipe de jornalismo garantiu maior consistência visual, agilidade nas entregas e fortalecimento da identidade institucional do CGEE.

Entre janeiro e junho, foram entregues aproximadamente **700 produtos visuais** e **serviços gráficos**. A equipe de Publicidade e Design atuou na produção de conteúdos diários para as plataformas digitais, bem como de materiais como **livros, panfletos, informativos** e itens de papeleria institucional.

Mais de um milhão
de visualizações em
publicações sobre CT&I

 Instagram

1.000
posts 

1.000.000 
views

 Instagram

10.000 
seguidores

+7.300 novos!
crescimento de 145%


+ 700
produtos visuais

Para o Twitter, não foi possível mensurar os dados.

Visibilidade na imprensa e reputação institucional



No período, foram publicadas mais de 200 matérias no site institucional. Além disso, o CGEE alcançou mais de 7 mil menções na imprensa, com presença em veículos de grande relevância nacional, como Jornal da Globo, TV Record, Agência Brasil, Valor

Econômico, Folha de S.Paulo, Pesquisa Fapesp e Jornal da Ciência, reforçando o posicionamento do Centro como fonte qualificada e referência em análises estratégicas para CT&I.





4. Carteira de projetos 2025: Composição e situação dos projetos



As cinco Linhas de Ação do CGEE foram definidas como forma de organizar a execução de seus trabalhos e orientar a elaboração da sua agenda de atividades e projetos, tanto junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na condição de órgão supervisor do Contrato de Gestão (CG), quanto no atendimento às demandas advindas do Ministério da Educação (MEC), interveniente no CG, além dos contratos administrativos. As linhas de ação são:

Estudos, Análises e Avaliações

O CGEE busca, permanentemente, agregar valor aos processos de tomada de decisão em alto nível do SNCTI, a partir de visões prospectivas obtidas por meio de processos modernos e participativos de gestão da informação e do conhecimento, em articulação com os principais atores envolvidos.

atendida na medida em que se consolidam subsídios para a formulação de políticas públicas e para a gestão estratégica do SNCTI, particularmente no que se refere: aos aspectos ligados ao financiamento (fontes orçamentárias e não orçamentárias); ao aprimoramento dos marcos legais em CT&I; à busca de sinergias entre os seus principais atores; e, aos ganhos em eficiência na gestão programática de natureza estratégica.

Articulação

Um importante aspecto a ser destacado no âmbito das ações do Centro é o estabelecimento de bases metodológicas para trabalho em rede, um elemento importante para subsidiar a formulação de políticas públicas. Os seus fundamentos devem considerar, entre outras questões, as necessidades de conhecer e discutir os principais modelos de rede nascidos de experimentos científico-tecnológicos, político sociais e artístico-culturais já existentes no Brasil. O CGEE busca, ainda, contribuir para o aprimoramento institucional do SNCTI, com destaque para as questões de segurança jurídica e marco regulatório.

Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCTI

A missão institucional do CGEE é mais bem

Disseminação de Informação de CT&I

Os dados e as informações, públicas e privadas, são os principais insumos para os trabalhos conduzidos pelo CGEE. A sua aquisição, o seu tratamento, a sua visualização e a sua disseminação são constitutivos da atuação do Centro na melhoria da qualidade da tomada de decisão associada a temas estratégicos de interesse nacional na área de CT&I. Atualmente, o número de fontes de informação cresce de forma exponencial, em âmbito nacional e internacional, exigindo do Centro constante aprimoramento e evolução na construção de ferramental e métodos para que seja possível a consecução das etapas anteriormente destacadas. Nessa Linha de Ação, estão, também, as atividades de editoração e disseminação dos principais resultados obtidos pelo Centro a partir dos trabalhos realizados no âmbito dos seus serviços, observatórios e projetos.

Desenvolvimento Institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte das atividades principais do Centro, incluindo a interação com grupos de instituições congêneres do Brasil e do exterior. Por meio dessa Linha de Ação, o CGEE também moderniza, permanentemente, as suas metodologias de trabalho (métodos e ferramentas), com vistas a proporcionar maior eficiência à execução dos seus estudos, análises e avaliações.

Dentro dessas linhas de ação, os projetos são classificados da seguinte maneira:

Projetos Temáticos - São classificados como projetos que se desenvolvem com uma temática específica e com escopo definido pelos órgãos supervisor ou interveniente do Contrato de Gestão, visando atender uma demanda pontual de estudo, análise ou avaliação.

Projetos de Atividade - são classificados como projetos que compõem o desenvolvimento

de uma Atividade do CGEE. Estes projetos diferenciam-se dos temáticos por terem seus escopos redefinidos anualmente, no interesse de cada Atividade desenvolvida e visando o fortalecimento da missão institucional do Centro, desta forma o prazo de execução desses projetos é indeterminado.

Serviços de Atividade - Diferentemente dos projetos de Atividade, os projetos assim classificados caracterizam-se como uma operação continuada, baseados em um processo de trabalho bem definido, com entregas padronizadas e com periodicidade definida. Por serem ligados a uma Atividade do CGEE, o prazo de conclusão é indeterminado.

Projetos Administrativos - São projetos firmados por meio de contratos administrativos diretamente com órgãos públicos ou entidades privadas, fora do escopo do Contrato de Gestão.

Composição da Carteira de Projetos em 2025

Em 2025, foram assinados cinco Termos Aditivos ao contrato de Gestão com o MCTI: 10º, 11º, 12º, 14º e 15º. Já o 13º TA relacionado ao MEC não foi assinado.

No primeiro semestre de 2025, foi firmado somente o 10º Termo Aditivo ao contrato de Gestão, assinado em 30 de junho, com os seguintes objetivos: incluir dois novos projetos temáticos, atualizar a programação de trabalho de 2025 (apenas para esses novos projetos adicionados) e

reprogramar recursos remanescentes (R\$ 1.899.478,93) do projeto finalizado “Formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI” para os seguintes projetos:

1. Fortalecimento do Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos;
2. Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT).

Já os demais Termos Aditivos foram assinados no 2º Semestre de 2025.

- O 11º Termo Aditivo, assinado em 31 de julho de 2025, atualiza o Contrato de Gestão 2022–2030 para permitir a inclusão e continuidade de projetos e atividades do CGEE em 2025, ajustando o Plano de Ação, indicadores, produtos e desembolsos; formaliza a glosa de R\$ 623.097,13 e fixa o repasse anual de R\$ 19.340.933,00, além de reprogramar saldos de R\$ 24.294.729,39 e definir a reserva técnica de R\$ 905.209,53; mantém as demais cláusulas vigentes, determina a publicação oficial e ratifica a autorização, com efeito retroativo, para captação de patrocínio da V CNCTI.

- O 12º Termo Aditivo assinado em 2 de outubro de 2025, autoriza a inclusão e continuidade de Projetos Temáticos, a ampliação de atividades para 2025 e o remanejamento orçamentário correspondente, atualizando o Plano de Ação, o demonstrativo de projetos e produtos, as ementas e o quadro de indicadores. Estabelece limite prudencial de até 70% dos recursos para gastos com pessoal, mantém vigência imediata, determina sua publicação oficial e ratifica todas as demais cláusulas do Contrato de Gestão não alteradas.

- O 14º Termo Aditivo, assinado em 24 de novembro de 2025, inclui e amplia Projetos Temáticos para 2025–2026 e remaneja recursos conforme o Plano de Ação, prevendo repasses totais de R\$ 10.850.000,00 para 2025, distribuídos - entre outros - em R\$ 300.000 para o *Workshop de Diplomacia Científica*, R\$ 300.000 para a *Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III)* e R\$ 5.000.000 para o projeto *Diplomacia da Inovação* (FNDCT), sendo R\$ 5.600.000,00 liberados em 2025 e o saldo de R\$ 5.250.000,00 previsto para repasse em 2026, conforme disponibilidade orçamentária; vigência imediata, publicação oficial e ratificação das demais cláusulas do contrato.

- O 15º Termo Aditivo, assinado em 15 de dezembro de 2025, ajusta a programação de trabalho de 2025 para incluir e dar continuidade a Projetos Temáticos, atualizando o Plano de Ação, os demonstrativos de produtos, ementas, desembolsos e indicadores, e prevê o repasse de R\$ 1.442.000,00 para cinco iniciativas específicas: R\$ 600.000 para *Matopiba: A Nova Fronteira Agrícola do Brasil*, R\$ 500.000 para o *Observatório de Fomento à Inovação*, R\$ 100.000 para a *Proposta de Projeto para a Iniciativa Brasileira de Neurotecnologias*, R\$ 142.000 para a *Conferência da Década dos Oceanos 2027* e R\$ 100.000 para o projeto de *Metodologia de Avaliação de Impacto Social de Políticas de CT&I em Ciências Humanas e Sociais*; mantém vigência imediata, determina a publicação oficial e ratifica as demais cláusulas do contrato.

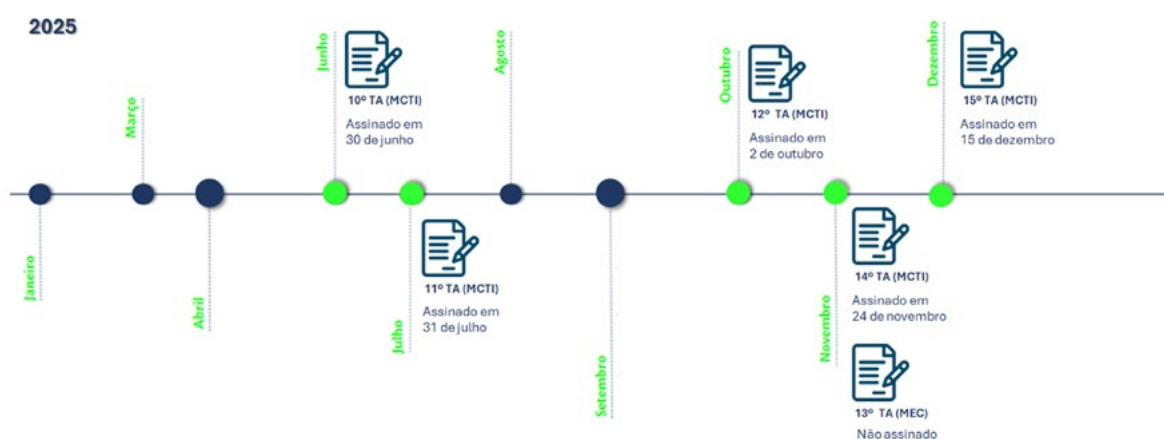


Figura 1 – Linha do tempo dos termos aditivos assinados em 2025.

No gráfico a seguir, é possível identificar a distribuição da carteira de projetos, segundo a sua classificação, composta por 47 projetos em 2025:

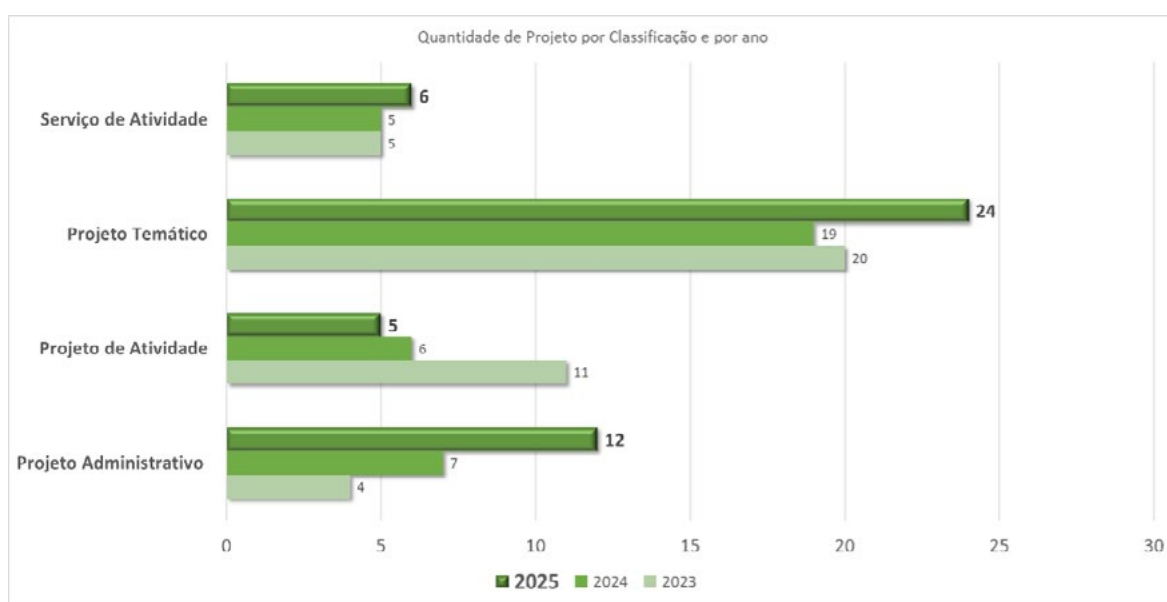


Gráfico 1 – Quantidade de projetos presentes na carteira por classificação por ano.

Considerando todos os projetos, vide na tabela a seguir a quantidade de projetos por demandante na composição da carteira em 2025.

Tabela 1 – Quantidade de projetos presentes na carteira por demandante em 2025.

Demandantes	Contrato Administrativo	12
	Netherlands Innovation Network	1
	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SAO PAULO - IPEM/SP	1
	CENIC ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	1
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI/ES	1
	Secretaria da Ciência, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR/SECITECE-CE	1
	Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil/TNC	1
	AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/ABDI	2
	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional SECTI - CPID/ES	1
	Open Society Foundations/OSF	1
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso/FAPEMAT	1
	European Commission Joint Research Center/JRC	1
	Contrato de Gestão	35
	CEITEC e SETAD/MCTI	1
	CIIA-PAC e SEEXEC/MCTI	1
	DASD/CNPq e MCTI	1
	GM/MCTI e SCTA/MCTI	1
	SEEXEC/MAPA e SEEXEC/MCTI	1
	ASSIN/MCTI	1
	DFIN/SEEXEC/MCTI	1
	FINEP e DFIN/SEEXEC/MCTI	1
	MAPA / SEEXEC/MCTI	1
	MCTI	9
	MCTI/SETAD	1
	MEC	1
	MEC (CAPES)	1
	MRE	1
	SEDES/MCTI	2
	SEPPE/MCTI	3
	SETAD/MCTI	2
	SETEC/MCTI	2
	SETEC/MCTI e SEEXEC/MCTI	1
	SEEXEC/MCTI	2
	SEEXEC/MCTI	1
	Total Geral	47

Situação dos projetos

A carteira de projetos finalizou o primeiro semestre de 2025 com o total de 47 projetos, sendo 35 em andamento, 1 suspenso, e 11 concluídos.

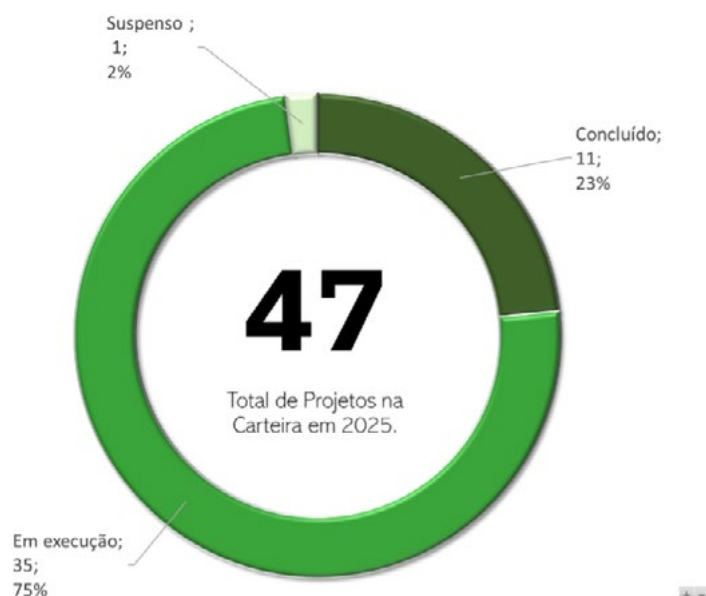


Gráfico 2 – Quantidade de projetos presentes na carteira por situação – 1º/2025.

A tabela a seguir apresenta a situação da carteira de projetos em 31/12/2025, com a classificação de cada projeto.

Tabela 2 – Projetos do Contrato de Gestão em andamento em 31/12/2025.

	Tipo de projeto/ serviço	Projeto
1	Projeto de Atividade	Agenda Positiva da Mudança do Clima e do Desenvolvimento Sustentável
2	Projeto de Atividade	Apoio técnico às Comissões Temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia
3	Serviço de Atividade	Serviço de Exploração de dados e visualização da informação - EDVI
4	Serviço de Atividade	Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE
5	Projeto Temático	Percepção Pública da C&T no Brasil 2023
6	Projeto Temático	Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis
7	Serviço de Atividade	Observatório de RH para CT&I
8	Serviço de Atividade	Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - Octi
9	Serviço de Atividade	Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI
10	Projeto Temático	Subsídios para a modelagem de um Núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária
11	Projeto de Atividade	Subsídios e suporte à gestão estratégica das políticas e dos projetos estruturantes de transformação digital
12	Projeto Temático	Subsídios para Políticas de CT&I para Amazônia
13	Projeto de Atividade	Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal da EPT
14	Projeto Temático	Carbeto de Silício como alternativa para o reposicionamento da Ceitec: Avaliação Tecnológica, Produtiva e Mercadológica
15	Projeto Temático	Cerceamento Tecnológico
16	Projeto Temático	Estudo e prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC
17	Projeto Temático	Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III)
18	Projeto Temático	Fortalecimento do Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos
19	Projeto Temático	Aval. do Prog. Instituc. de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid, PRP e Parfor
20	Projeto Temático	Apoio à estrutura de governança e monitoramento do PBIA
21	Projeto Temático	Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)
22	Projeto Temático	Diplomacia da Inovação: evidências científicas para inserção internacional do Brasil (MRE)
23	Serviço de Atividade	Observatório do Fomento à Inovação
24	Projeto Temático	Matopiba: A Nova Fronteira Agrícola do Brasil
25	Projeto Temático	Proposta de Projeto para elaboração da Iniciativa Brasileira de Neurotecnologias
26	Projeto Temático	Conferência da Década dos Oceanos 2027
27	Projeto Temático	Desenvolvimento de Metodologia para Avaliação de Impacto Social de Políticas de CT&I em Ciências Humanas e Sociais

Tabela 3 – Projetos de Contratos Administrativos em andamento em 31/12/2025

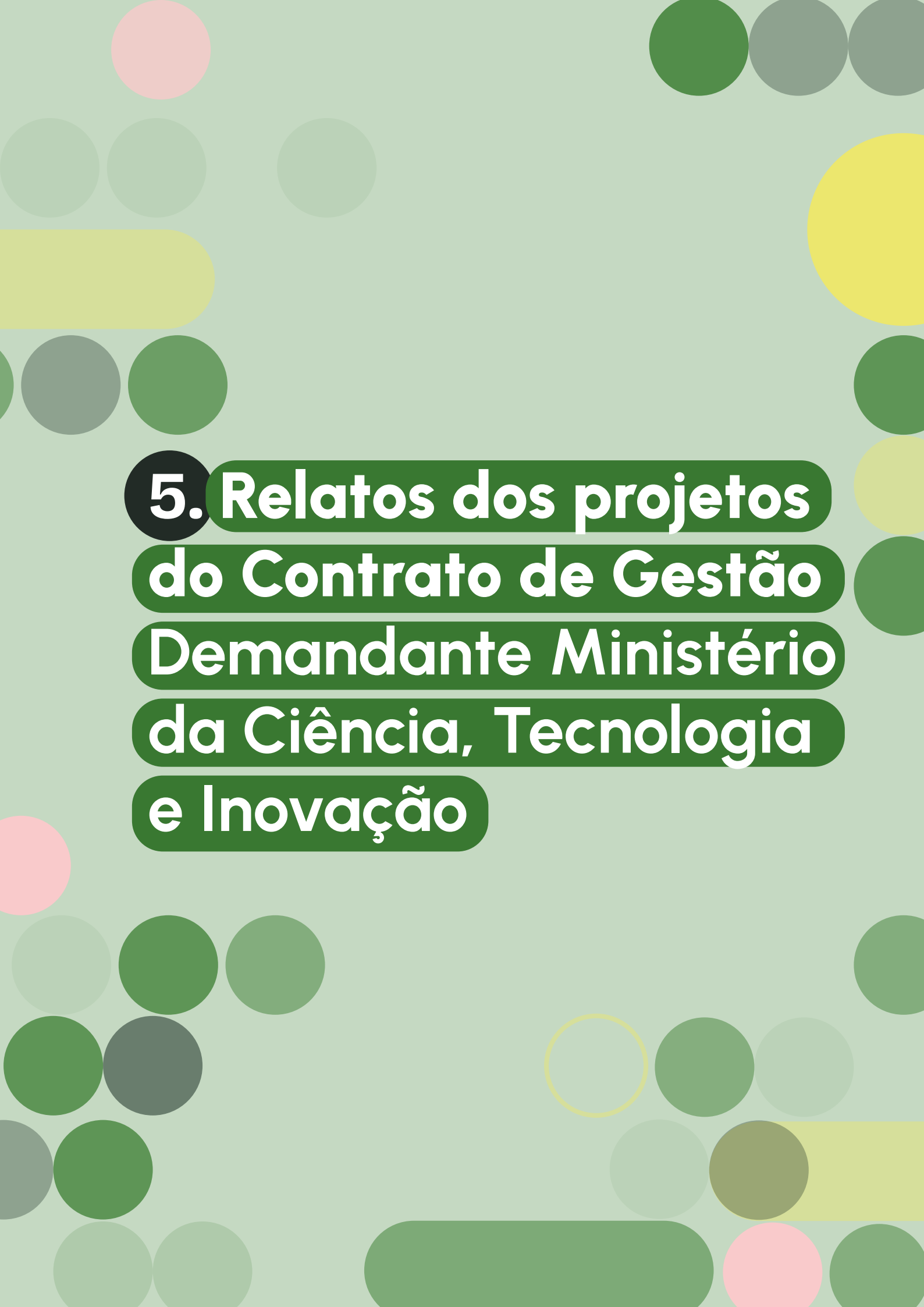
	Tipo de projeto/ serviço	Projeto
1	Projeto Administrativo	Reposicionamento estratégico - Ipem/SP
2	Projeto Administrativo	Gerenciamento de riscos técnicos e requisitos para Microlançador Brasileiro ML-BR
3	Projeto Administrativo	3ª Conf. Intern. sobre Clima, Sust. e Desenv. em Regiões Sem. (3ª ICID) - CE
4	Projeto Administrativo	Apoio técnico para a elaboração do PNDBio (TNC)
5	Projeto Administrativo	Projeto <i>Offset</i> Exportação Brasil (POE-BR)
6	Projeto Administrativo	<i>Brazil's Green Industrial Transition</i> - OSF
7	Projeto Administrativo	Estudo exploratório sobre sistema nacional de posicionamento, navegação e tempo (PNT) baseado em satélites de baixa órbita
8	Projeto Administrativo	Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (PCTI-MT)

Tabela 4 – Projetos Concluídos em 2025.

	Tipo de projeto/ serviço	Projeto
1	Projeto de Atividade	Formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI
2	Projeto Temático	Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics)
3	Projeto Temático	Subsídios técnicos para a elaboração da Política Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação
4	Projeto Temático	Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq
5	Projeto Temático	Estruturação do serviço de monitoramento, avaliação integrada e impacto de políticas de CT&I
6	Projeto Administrativo	Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Espírito Santo
7	Projeto Temático	Construção do Plano Nacional de Bioeconomia
8	Projeto Administrativo	Gestão e Operação do Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento (CPID) do ES
9	Projeto Temático	<i>Workshop</i> de Diplomacia científica
10	Projeto Administrativo	Colaboração Internacional com a JRC
11	Projeto Administrativo	Panorama de Tecnologias Estratégicas

Tabela 5 - Projeto Suspenso em 2025.

	Tipo de projeto/ serviço	Projeto
1	Projeto de Temático	Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho



5. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão Demandante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (Oics)

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Concluído **Data de conclusão:** 31/12/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna

Líder: Raiza Gomes Fraga

Demandante: Seppe/MCTI

Ao longo do ano, o observatório aprofundou sua agenda temática em SbN, consolidando um conjunto de ações que envolveram a revisão e o aprimoramento de tipologias; a aplicação de metodologias em projetos municipais; e a oferta de capacitações, contribuições técnicas para chamadas públicas, editais e instrumentos de financiamento climático.

Dentre as atividades de maior destaque estiveram: a realização da Incubadora de Projetos Solução Natureza; webinários e oficina com gestores públicos para participação na mesa de investidores durante o evento do parceiro *Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática*; a participação do Oics no *World Mayors Summit* do C40; a atuação em iniciativas de cooperação internacional conduzidas especialmente pela Plataforma Panorama da IUCN e GIZ; e a constante articulação com representantes do Programa Cidade Verde Resiliente (PCVR), envolvendo os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e das Cidades (MCID).

Ao longo do ano de 2025, foi observada a utilização da plataforma Oics como fonte de informações qualificadas sobre inovação urbana e resiliência climática, em especial no tema de Soluções baseadas na Natureza, contribuindo para a geração de programas, iniciativas e políticas de atores relevantes. Isso pode ser evidenciado pela utilização do Oics como insumo técnico para a construção do edital “Seleção Pública Regional 2025 - Resiliência Climática nas Cidades”, da Petrobras S.A. ou pela utilização do Oics como referência para a construção da plataforma NaturezaOn, uma iniciativa da Fundação Grupo Boticário, em conjunto com o MapBiomias e *Google Cloud*, que mapeia a vulnerabilidade das cidades brasileiras, oferecendo alternativas sustentáveis para adaptação dos territórios.

Produto Pactuado: Relatório de Atividades do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS) em 2025.

Percepção Pública de CT&I no Brasil

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento Data de conclusão: 30/06/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes Líder: Adriana Badaró de Carvalho

Demandante: Sedes/MCTI

Em 2025, o estudo de Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil avançou para uma etapa voltada à ampliação analítica, ao desenvolvimento de novas metodologias e ao fortalecimento da comunicação estratégica, reafirmando seu papel como referência nacional na compreensão da relação entre ciência e sociedade. O ano consolidou evidências relevantes, estruturou novas frentes técnicas e ampliou a visibilidade da série histórica iniciada em 2006.

No primeiro semestre, foram aprofundadas as análises da edição de 2023 da pesquisa, com foco nas relações entre interesse, confiança e consumo de informação científica, combinadas a indicadores recentes de desinformação. Esses resultados embasaram a elaboração de um capítulo para publicação do Ipea sobre o uso de evidências na formulação de políticas públicas. Paralelamente, iniciaram-se preparativos para um vídeo institucional que sintetizará os principais resultados da série histórica, destacando sua relevância como ativo nacional e fortalecendo a sensibilização de públicos estratégicos. O material funcionará também como instrumento de memória institucional e referência para novas edições.

Ao longo do ano, avançaram negociações com o MCTI para a realização de uma pesquisa nacional com professores da educação básica. Foram analisados cenários de financiamento, parcerias e uso de saldos remanescentes. A execução foi reprogramada para 2026, mediante repasse de recursos.

No segundo semestre, ampliaram-se frentes institucionais estratégicas. Teve início a cooperação com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), visando ao desenvolvimento de metodologias conjuntas sobre temas como mudanças climáticas, educação científica e comunicação digital. Houve também aproximação com o INCT de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia para estruturar enquetes voltadas a públicos jovens e temas emergentes, ampliando o alcance metodológico da pesquisa.

Nesse período, avançou o desenho de um evento técnico previsto para 2026, dedicado ao monitoramento da percepção pública em ambientes digitais. A iniciativa reunirá especialistas e instituições para discutir metodologias capazes de captar dinâmicas de opinião em redes sociais e enfrentar desafios crescentes da desinformação científica. Essa agenda se integra ao esforço do CGEE de estruturar um serviço contínuo de acompanhamento da percepção pública, combinando métricas tradicionais e digitais.

O projeto também integrou a participação do CGEE no XII Congresso da Ricyt, em Montevideu, no Uruguai, onde foram apresentados os resultados da edição de 2023 e as análises sobre perfis de crenças, hábitos e interesses em CT&I. A presença no comitê técnico da rede reforçou a inserção do CGEE em debates internacionais sobre metodologias e indicadores de ciência e tecnologia.

As atividades de 2025 fortaleceram o estudo como ferramenta estratégica para políticas de cultura científica, educação científica e enfrentamento da desinformação. A combinação entre análises qualificadas, parcerias estruturantes e novos produtos ampliou a maturidade metodológica da pesquisa e sua relevância institucional.

Para 2026, está prevista a retomada das negociações com o MCTI para a pesquisa com professores; o avanço das cooperações com o Mast e o INCT de Comunicação Pública; a realização do evento técnico dedicado a metodologias digitais; e a divulgação do vídeo institucional. Esses esforços devem consolidar a pesquisa como referência nacional em evidências sobre percepção pública da ciência, ampliando a sua contribuição para políticas de popularização e fortalecimento da relação entre ciência e sociedade.

Produto Pactuado: Documento com Subsídios para o monitoramento da percepção pública sobre CT&I em ambientes *online*.

Apoio Técnico para Desenvolvimento de Ações de Avaliação CNPq

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento **Data de conclusão:** 13/12/2025

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Jackson Max Furtunato Maia

Demandante: Dasd/CNPq e MCTI

O projeto visa contribuir na avaliação de programas selecionados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esta iniciativa foi inserida no plano anual de Monitoramento e Avaliação que instituiu a Política de Monitoramento e Avaliação na Instituição do Conselho.

No desenvolvimento das atividades de avaliação, o projeto previu a colaboração dos técnicos do

CNPq no acompanhamento e participação no desenvolvimento de metodologias de monitoramento e avaliação a serem elaboradas pelo Centro, visando também a capacitação das equipes. Foram escolhidos pelo CNPq três objetivos de avaliação dos oito originalmente previstos: Programa de Capacitação em Taxonomia (Protax); Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação (EEC); e Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-Af).

Considerando a identificação de novas necessidades analíticas por parte dos parceiros, especialmente em relação a dados sobre a educação básica dos bolsistas do subprojeto EEC, houve uma reorientação estratégica nas prioridades do projeto. Com isso, foi redefinido o foco das atividades previstas, com a concentração dos esforços nas avaliações dos programas Pibic-Af e Protax.

Para o subprojeto EEC, foi firmado acordo de cooperação entre o CNPq e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para viabilizar a incorporação dos dados necessários, mas não houve tempo hábil para a coleta e esse subprojeto foi cancelado. Como estratégia metodológica, optou-se pela revisão da avaliação já existente, com a ampliação das fontes de dados e aplicação de novas técnicas de coleta e tratamento de dados cientométricos dos egressos dos programas Protax e Pibic-Af. A entrega final foi realizada em julho de 2025. Após essa etapa, o CNPq devolveu o texto revisado, com comentários e solicitações de modificações. A versão final do relatório revisado foi entregue em dezembro. Ao longo do período coberto por este relato, foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) Apoio à equipe do CNPq nas coletas de dados do Inep, em junho;
- 2) Análise comparativa de cobertura das bases *OpenAlex*, *Web of Science*, *Scopus*, *Dimensions* e *The Lens* para a produção dos egressos do Protax e Pibic-Af, com a escolha da base *OpenAlex* para a continuação da análise bibliométrica dos egressos;
- 3) Normalização dos metadados textuais da produção científica de egressos para uma mesma linguagem, empregando técnicas do estado da arte de inteligência artificial, e posterior confecção de redes de similaridade semântica das produções científicas coletadas;
- 4) Mapeamento bibliométrico dos egressos dos dois programas;
- 5) Desenvolvimento, validação e emprego de técnica baseada em IA para a extração de nomes de novas espécies em títulos dos artigos dos bolsistas do Protax presentes na base *OpenAlex*. Esse resultado aumentou em 25% o número mínimo de novas espécies descobertas pelos egressos do programa, quando comparado ao método anterior;
- 6) Recuperação da informação dos relatórios dos projetos do Protax redigidos pelos coordenadores e sintetizados por modelos de linguagem, algo que não pode ser realizado na versão anterior do relatório, entregue em dezembro de 2024;

- 7) Redação de relatório preliminar revisado; e,
- 8) Entrega do texto final com as solicitações de correções do CNPq incorporadas.

Produto Pactuado: Relatório final de Atividades.

Cerceamento Tecnológico

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento Data de conclusão: 31/12/2026

Diretor Supervisor: Fernando Cosme Rizzo Assunção Líder: Alessandra de Moura Brandão

Demandante: Sexec/MCTI

No ano de 2025, foram concluídos os seguintes estudos relacionados ao cerceamento tecnológico: análise dos dados, tipologias, níveis de agregação e casos focais, guia da metodologia de análise de riscos de cerceamento e o diagnóstico e estratégias de respostas ao cerceamento em uma ordem global em transição.

O diagnóstico elaborado indicou um sistema internacional em transformação, tensionado por disputas entre grandes potências que lutam pela proeminência na governança global. Observa-se uma tendência à formação de blocos geopolíticos na chamada Guerra Fria 2.0, o que tem reduzido os espaços de neutralidade e intensificado a pressão sobre os emergentes para que adotem posicionamentos e alinhamentos específicos.

Em meio à aceleração da ciência e de suas aplicações tecnológicas, no setor de defesa, o Brasil possui uma marcada dependência externa, o que implica certa fragilidade das cadeias logísticas de suprimento, com impactos na sua autonomia estratégica e, consequentemente, na capacidade de defender sua soberania.

No próximo semestre, pretende-se aprofundar e refinar os resultados obtidos até o momento, publicar sínteses e resumos executivos, assim como gerar base de dados ampliada com casos específicos de cerceamento, tendo em vista que as análises e os estudos conduzidos permitem considerar que a base conceitual continua a ser um desafio para a abordagem consistente do

cerceamento tecnológico, para a construção de tipologias e, em última análise, para instrumentar políticas públicas.

Produto Pactuado: Autonomia tecnológica nacional: diagnóstico e estratégias de respostas ao cerceamento em uma ordem global em transição.

Estudo de Prospeção de Temas Relacionados às Prioridades do PAC

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento Data de conclusão: 30/06/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna Líder: Raiza Gomes Fraga

Demandante: CIIA-PAC e Sexec/MCTI

O planejamento e escopo do projeto é organizado por trilhas previstas no Marco Inicial do projeto. A Trilha 1 concluiu suas atividades no primeiro semestre de 2025. Em relação à Trilha 2, a equipe do CGEE desenvolveu suas atividades em um contexto de condicionantes institucionais relacionadas ao acesso a bases de dados, o que delimitou o escopo de algumas análises previstas. Destaca-se, em particular, a indisponibilidade de acesso aos dados do Sistec/MEC, que permitiria expandir a análise da formação e inserção ocupacional dos egressos do ensino técnico para além da Rede Federal.

De forma semelhante, os dados da Carteira de Trabalho Digital e do Sine, sob responsabilidade do MTE, restringiu a análise da oferta efetiva de pessoal qualificado para ocupar as vagas projetadas a partir dos investimentos do Novo PAC. Ainda assim, a equipe da Trilha 2 elaborou dois estudos, não previstos originalmente no Marco Inicial, a saber: estudo sobre a formação e o emprego de oficiais da marinha mercante para embarcações do setor de petróleo e gás, no qual se traçou um diagnóstico indicando possível escassez de mão de obra qualificada para o setor nos próximos cinco anos; e um estudo que apontou a necessidade de acelerar a formação de profissionais qualificados para a montagem de linhas de transmissão de energia elétrica, diante da expansão prevista dos investimentos no setor.

Ainda na Trilha 2, no segundo semestre, foi concluído o estudo de egressos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). O lançamento desse estudo depende de parceria com a Setec/MEC e da compatibilização de agendas para a realização do evento de

divulgação. Paralelamente, o estudo será utilizado como subsídio relevante para a análise da oferta de mão de obra, compondo parte central da Trilha 2 do Projeto Novo PAC.

Na Trilha 3, no segundo semestre, houve intensa articulação com os parceiros do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) na elaboração de cinco estudos, não previstos originalmente no Marco Inicial. São eles:

- (i) mapeamento de políticas públicas sobre Soluções baseadas na Natureza (SbN) e infraestrutura verde;
- (ii) nota técnica sobre infraestrutura híbrida para construções resilientes;
- (iii) estudo de tipologias de SbN para apoio ao sistema de gestão de informações de áreas verdes urbanas municipais;
- (iv) subsídios técnicos sobre SbN para elaboração de Norma Técnica; e
- (v) análise de custos e preços de Soluções baseadas na Natureza para fomentar a contratação de obras públicas resilientes.

Todos os estudos foram finalizados e apresentados ao MMA, em constante interlocução com sua equipe técnica.

No que se refere à trilha transversal, desenvolvida em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFGM), houve avanços significativos na metodologia de estimação dos impactos econômicos setoriais e territoriais dos investimentos do Novo PAC.

Nesse âmbito, foram realizados dois estudos de destaque: o primeiro, voltado à análise da demanda e do uso de mão de obra decorrente dos investimentos do Novo PAC, com a estimação de elasticidades setoriais por ocupação; e o segundo, dedicado à análise da evolução da distribuição regional das matrículas no ensino superior no Brasil. Esses estudos constituirão a base analítica para os trabalhos a serem desenvolvidos em 2026, voltados à avaliação dos impactos econômicos setoriais e regionais dos investimentos do Novo PAC, assim como à análise da capacidade da oferta de mão de obra qualificada em responder às demandas projetadas.

Ainda no segundo semestre de 2025, as discussões conduzidas com a Casa Civil resultaram na prorrogação da vigência do projeto para o ano de 2026, garantindo a finalização das entregas previstas, principalmente na Trilha 2, e a inclusão de um novo estudo sobre emergência climática e infraestruturas resilientes relacionado ao escopo da Trilha 3.

Produto Pactuado: Subsídios para melhorias dos parâmetros de sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico em subeixo selecionado do PAC.

Construção do Plano Nacional de Bioeconomia

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Marcelo Khaled Poppe

Demandante: MMA

O projeto “Construção do Plano Nacional de Bioeconomia” teve como objetivo prover subsídios técnicos e metodológicos à Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio), via interlocução pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que desempenhou a função de secretaria executiva da CNBio para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

Durante o ano de 2025, o CGEE desenvolveu um Plano de Trabalho baseado na metodologia de políticas orientadas por missões que envolveu: adaptação e incorporação das atividades já desempenhadas pelo Plano Nacional de Sociobioeconomia (Plano SocioBio), assim como o estabelecimento das etapas para a elaboração do PNDBio.

O projeto foi iniciado com um conjunto de atividades que tiveram como foco a adaptação do Plano SocioBio. Dentre elas: avaliação e revisão do material já produzido, apoio na proposta inicial de missões para a sociobioeconomia; participação em oficina interministerial para definição de missões e ações estratégicas em sociobioeconomia; e elaboração e execução de capacitação em políticas orientadas por missões.

Dentre as principais atividades efetuadas no ano, destacam-se: gestão e orientação técnica e metodológica dos três Grupos de Trabalho da CNBio (GT-CNBio) para determinação das missões, metas e ações estratégicas da bioeconomia; apoio técnico para a elaboração das metas quantitativas de cada missão; gestão, articulação e construção do documento de iniciativas nacionais em bioeconomia; apoio na elaboração do Capítulo de Sistema Nacional de Conhecimento e Informações da Bioeconomia (SNCIBio); elaboração da primeira versão do Capítulo de Ecossistemas de Inovação; elaboração de proposta de indicadores e responsáveis por ação estratégica; produção dos capítulos introdutórios e metodológicos; revisão técnica dos capítulos elaborados por outros membros e consultores da CNBio; produção do documento consolidado para a segunda consulta pública; avaliação e consolidação de todas as contribuições da consulta; produção de resumo executivo e documento final do plano, editados e diagramados; e participação em todas as reuniões da CNBio e de suas câmeras técnicas.

A principal atividade ao final do período foi a realização de eventos na COP 30 para o anúncio do PNDBio.

Produto Pactuado: Documento final de subsídios para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia.

Diplomacia da Inovação: Evidências Científicas para Inserção Internacional do Brasil (MRE)

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Marcelo Khaled Poppe

Demandante: MRE

O projeto “Diplomacia da Inovação: Evidências Científicas para Inserção Internacional do Brasil” está organizado em cinco trilhas temáticas:

- (i) Monitoramento e Avaliação do Programa Diplomacia da Inovação;
- (ii) Internacionalização da ciência e diáspora brasileiras;
- (iii) Elementos para uma estratégia de política externa digital;
- (iv) Impactos da participação do Brasil em projetos internacionais de Mega Ciência; e
- (v) Subsídios para a posição do Brasil nas negociações do Mecanismo Tecnológico da UNFCCC.

As quatro primeiras trilhas iniciaram sua estruturação ao final de 2025, enquanto a trilha 5 foi desenvolvida ao longo do ano, com resultados substantivos descritos a seguir.

A trilha 5 do projeto avançou em 2025 com apoio à atuação brasileira nas negociações do Mecanismo de Tecnologia da UNFCCC. Suas atividades concentraram-se na produção de subsídios técnicos de alto nível para a negociação, pautando-se por quatro pilares principais:

- (i) análise estratégica e produção de conhecimento;
- (ii) articulação e engajamento de *stakeholders*;
- (iii) inserção em instâncias de governança; e
- (iv) apoio direto às negociações rumo à COP30.

A equipe dedicou esforços substanciais ao entendimento detalhado do funcionamento do *Climate Technology Centre and Network* (CTCN), com foco específico no potencial do novo escritório do CTCN/Palo para fomentar projetos colaborativos de P&D (cRD&D), e à estruturação de propostas

concretas para as novas funções do CTCN, negociadas durante o ano e aprovadas na COP30. Foram realizados estudos, reuniões e entrevistas para mapear obstáculos e oportunidades para a estruturação do Programa de Implementação Tecnológica de Belém (BTIP) e para o desenvolvimento e transferência de tecnologias. Este trabalho culminou na entrega de duas Notas Técnicas estratégicas ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), com uma terceira em fase final de elaboração.

No eixo de articulação e engajamento de *stakeholders*, foi prestado apoio fundamental na preparação, condução e sistematização de reuniões com atores-chave do ecossistema do CTCN, incluindo representantes do próprio Centro, das Entidades Nacionalmente Designadas (NDEs), da rede de instituições e de beneficiários de projetos. O objetivo foi mapear desafios críticos na execução de assistência técnica, na capacitação das NDEs, nos procedimentos do CTCN/Palo e no fluxo de recursos financeiros. Foram realizadas entrevistas com diferentes escritórios do CTCN (sede, Palo e LAC) e com atores nacionais estratégicos, como o Senai Cimatec e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), fortalecendo a interlocução entre a política externa e o setor de inovação nacional.

O CGEE articulou e passou a integrar o Conselho Consultivo (*Advisory Board*) do CTCN, ocupando uma cadeira fornecida pelo grupo de Organizações Não Governamentais de Pesquisa Independentes (Ringo, na sigla em inglês). Paralelamente, o Centro foi formalmente admitido como membro da rede global do CTCN, ampliando significativamente suas possibilidades de cooperação e captação de projetos. Adicionalmente, o CGEE foi selecionado para compor o *Steering Committee* do grupo Ringo. Essas posições, somadas ao fato de o Brasil ocupar pela primeira vez uma cadeira formal no Comitê Executivo de Tecnologia (TEC), criaram uma presença brasileira inédita e robusta em ambos os braços do Mecanismo de Tecnologia, proporcionando acesso privilegiado a informações e influência direta nas discussões.

Quanto ao apoio direto às negociações, o CGEE atuou de forma intensa e contínua ao longo do ano. A equipe acompanhou e subsidiou tecnicamente o Itamaraty nas duas reuniões anuais do TEC e CTCN e, na 62ª sessão dos Órgãos Subsidiários (SB62) em Bonn, onde coorganizou um *side event* sobre os desafios da implementação prática de tecnologias climáticas. Na rota para a COP30, participou do Fórum das Entidades Nacionalmente Designadas e da 1ª *Climate Week* no Panamá, promovendo discussões sobre desenvolvimento e transferência de tecnologias climáticas (CTDT). Durante a COP30 em Belém (PA), a atuação concentrou-se na consolidação dessa agenda por meio da coorganização de dois eventos estratégicos: *Accelerating Climate Implementation: Scaling Action through NDCs and Technology Development & Transfer* e o evento ministerial de alto nível *Innovating for Resilience: Technology Accelerating Climate Adaptation*. Para além dos eventos, a equipe acompanhou de perto todo o processo das negociações oficiais do Mecanismo de Tecnologia, fornecendo subsídios em tempo real e mantendo interlocução constante com o negociador-chefe brasileiro, o que contribuiu diretamente para os debates que culminaram na aprovação do Programa de Implementação Tecnológica de Belém (BTIP).

Essas realizações permitiram ao CGEE estabelecer-se como referência, fornecer insumos técnicos

operacionais e prontos para implementação, de forma a fortalecer a atuação do país nas negociações, contribuindo para a posição do Brasil como um ator proativo e construtor de pontes no cenário global da inovação e tecnologia para o clima.

Produto Pactuado: Relatório Técnico Integrado: evidências para a diplomacia da inovação brasileira.

Proposta de Projeto para Elaboração da Iniciativa Brasileira de Neurotecnologias

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento **Data de conclusão:** 30/06/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Jackson Max Furtunato Maia

Demandante: Setec/MCTI

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 15º TA, realizada em 15 de dezembro de 2025, e seu planejamento e execução terão início em 2026.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2025.

Subsídios para Política de CT&I para Amazônia

Linha de Ação II – ARTICULAÇÃO Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Adriana Badaró de Carvalho

Demandante: GM/MCTI

Em 2025, o projeto avançou de forma decisiva na missão de fortalecer a formulação de políticas públicas de CT&I para a Amazônia Legal, integrando evidências qualificadas, sustentabilidade e desenvolvimento territorial. O ano estruturou-se em duas frentes complementares: a consolidação e disseminação dos resultados dos ciclos anteriores e a criação de uma infraestrutura digital capaz

de ampliar o alcance, a utilidade e a permanência desses conteúdos para governos, instituições e redes de pesquisa.

No primeiro semestre, as atividades concentraram-se na sistematização, organização e comunicação das análises produzidas anteriormente. Esse esforço resultou no lançamento, durante a reunião do No primeiro semestre, as atividades concentraram-se na sistematização, organização e comunicação das análises produzidas anteriormente. Esse esforço resultou no lançamento, durante a reunião do Confap em Macapá (AP), de dez publicações — um resumo executivo e nove cadernos estaduais — com leituras específicas sobre indicadores, desafios e potencialidades da Amazônia Legal. Os materiais reforçaram o valor dos saberes locais, articularam perspectivas técnicas e socioterritoriais e fortaleceram a legitimidade do projeto junto a gestores e atores regionais. Em junho, sua divulgação foi ampliada em apresentação no Consecti, consolidando a integração do projeto às instâncias nacionais de gestão da CT&I.

A articulação institucional também se intensificou ao longo do ano. Reuniões com a Subsecretaria para a Amazônia (Sexec/MCTI), a Concertação pela Amazônia, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (CFBBA) garantiram alinhamento estratégico e ampliaram a circulação das análises, fortalecendo o diálogo com redes envolvidas na agenda de desenvolvimento sustentável e com iniciativas estruturantes para a região.

O ponto de destaque do ano ocorreu no segundo semestre, com o lançamento oficial da plataforma digital durante o *Amazontech*, em Boa Vista (RR), em setembro. O evento reuniu atores-chave de governo, empresas, academia e organizações do território, ampliando significativamente a visibilidade e a articulação institucional do projeto. A plataforma foi posteriormente apresentada em agendas do CGEE, incluindo a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Ao reunir dados sobre políticas estaduais, editais, indicadores, produção científica e ecossistemas de inovação, consolidou-se como referência para gestores e formuladores de políticas. Sua abordagem analítica e territorializada contribui para qualificar processos de planejamento, fortalecer a governança regional e aproximar ciência, desenvolvimento e sustentabilidade.

Para 2026, o foco estará na expansão e no aprimoramento da plataforma digital, com o objetivo de ampliar seu alcance, usabilidade e relevância. Paralelamente, avançam investimentos metodológicos destinados a ampliar o mapeamento das capacidades de CT&I na região, incorporando informações sobre infraestrutura e oportunidades de investimento e fomento.

Produto Pactuado: Plataforma CT&I para a Amazônia.

Terceira Conferência Internacional Sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID III

Linha de Ação II – ARTICULAÇÃO Classificação: Projeto Temático

Situação: Andamento Data de conclusão: 30/06/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna Líder: Raiza Gomes Fraga

Demandante: Sedes/MCTI

A ICID III aconteceu em Fortaleza (CE), de 15 à 19 de setembro de 2025, no Centro de Eventos do Estado. O evento teve mais de dois mil inscritos para participação presencial em cinco dias de programação, que totalizaram 53 mesas temáticas de discussão, com mais de 100 palestrantes especialistas. Mais de 20 mesas foram transmitidas online pelo canal do *Youtube* do CGEE, totalizando mais de 3,5 mil visualizações, de forma a ampliar o acesso às mesas e discussões que ocorreram presencialmente em Fortaleza.

A Conferência também foi palco de apresentações de trabalhos científicos, tendo recebido mais de 150 submissões. O site desenvolvido pelo CGEE funcionou como espaço de inscrição para participação, submissão de trabalhos e apresentação dos resultados da discussão, cumprindo sua função de plataforma para a ICID.

Como resultados, o projeto publicou a Carta de Fortaleza, os insumos técnicos para discussões na COP30, os Anais com os trabalhos submetidos e realizou uma mesa de debates na Casa da Ciência (organizada pelo MCTI). Para garantir a realização do evento, o CGEE articulou-se com a Embrapa, a UNCCD, o Consórcio Nordeste, a ANA, o Sebrae e o Insa. A parceria com atores relevantes garantiu a qualidade das mesas conduzidas no evento e a participação presencial nos dias do evento, tendo o CGEE alcançado o objetivo previsto de realizar um evento de excelência sobre terras secas, desertificação e adaptação climática.

Produto Pactuado: Relatório pós-conferência com a compilação dos resultados e propostas discutidas.

Workshop de Diplomacia Científica

Linha de Ação II – ARTICULAÇÃO **Classificação:** Projeto Temático

Situação: Concluído **Data de conclusão:** 31/12/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Nuria Rodrigues de Brito

Demandante: Assin/MCTI

O *Workshop* de Diplomacia Científica realizado pelo CGEE foi organizado em atendimento à demanda do MCTI e em colaboração com o Centro de Diplomacia Científica do Instituto Inter-Americano para Pesquisa de Mudanças Globais (IAI). A iniciativa foi alinhada às agendas de ciência, clima e desenvolvimento sustentável, com especial atenção ao contexto da preparação regional da América Latina e do Caribe para a COP30.

O *workshop* foi estruturado como uma atividade formativa e estratégica, voltada ao fortalecimento de capacidades institucionais e profissionais na interface entre ciência, políticas públicas e cooperação internacional. A proposta partiu do reconhecimento da diplomacia científica como instrumento fundamental para enfrentar desafios globais complexos, promover decisões baseadas em evidências e ampliar a articulação regional em temas como mudanças climáticas, biodiversidade, saúde, agricultura, energia e tecnologias emergentes.

Realizado presencialmente ao longo de três dias, nas dependências do CGEE, em Brasília (DF), o evento reuniu representantes de governos, instituições científicas, academia e organizações internacionais. A metodologia adotada combinou painéis expositivos, apresentações técnicas, discussões temáticas e dinâmicas participativas em Grupos de Trabalho, permitindo o equilíbrio entre aprofundamento conceitual e aplicação prática dos princípios da diplomacia científica.

Os painéis temáticos promoveram o nivelamento conceitual dos participantes, abordando os fundamentos históricos e institucionais da diplomacia científica, assim como experiências bilaterais e multilaterais. As discussões evidenciaram o papel crescente da ciência na formulação de políticas públicas, na cooperação internacional e na governança de bens públicos globais, destacando a relevância de novos atores, arranjos institucionais e redes colaborativas, especialmente no Sul Global.

O eixo central do trabalho foi desenvolvido por meio dos cinco grupos de trabalho, concebidos como espaços de cocriação e aprendizagem ativa. Nesses grupos, os participantes analisaram desafios regionais, aplicaram conceitos de diplomacia científica à formulação de políticas e elaboraram recomendações estratégicas voltadas à integração regional na América Latina e no Caribe. As propostas abrangeram agendas prioritárias, como a articulação entre clima, biodiversidade e desertificação; a integração entre clima e saúde; a segurança alimentar e a agricultura resiliente; a governança de energias renováveis e energia nuclear; e o uso de tecnologias emergentes e bens

públicos globais no enfrentamento da crise climática.

Os resultados do *workshop* materializaram-se em recomendações que reforçam a importância da ciência como pilar das negociações internacionais e da cooperação regional. Destacam-se propostas voltadas à harmonização de indicadores, ao compartilhamento de dados, à criação de mecanismos regionais de governança, à promoção de ambientes regulatórios inovadores e à construção de posições regionais coordenadas para atuação em fóruns multilaterais, com ênfase na COP30.

De forma geral, o trabalho realizado contribuiu para qualificar o debate sobre diplomacia científica, fortalecer redes institucionais e produzir insumos relevantes para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. O *workshop* reafirmou o papel do CGEE como articulador estratégico entre ciência e políticas públicas e destacou a diplomacia científica como ferramenta estruturante para uma governança regional mais integrada, colaborativa e orientada ao desenvolvimento sustentável.

Produto Pactuado: Relatório de conclusão do *Workshop* de Diplomacia Científica.

Conferência da Década dos Oceanos 2027

Linha de Ação II – ARTICULAÇÃO **Classificação:** Projeto Temático

Situação: Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Kilma Gonçalves Cezar

Demandante: Seppe/MCTI

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 15º TA, realizada em 15 de dezembro de 2025, e seu planejamento e execução terão início em 2026.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2025.

Apoio Técnico às Comissões Temáticas do CCT e Geração de Subsídios para a Formulação de Políticas e Estratégias Nacionais de Ciência e Tecnologia

Linha de Ação II – ARTICULAÇÃO **Classificação:** Projeto de Atividade

Situação: Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Kilma Gonçalves Cezar

Demandante: MCTI

No primeiro semestre de 2025, foi concluída e entregue à Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (ASCCT) o Diagnóstico do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), encaminhado em janeiro. A partir desse momento, ocorreram interlocuções com a assessoria do conselho sobre possíveis frentes de trabalho futuras, mas sem a concretização de novas solicitações no âmbito do primeiro semestre.

No segundo semestre de 2025, o CGEE desempenhou papel estratégico no apoio técnico e operacional ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) - MCTI frente às demandas urgentes da Agenda de Ação da COP 30, encaminhadas pelo Fórum Interconselhos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Em um contexto de alta complexidade técnica e forte restrição de prazos, o Centro atuou na sistematização das cerca de 30 propostas apresentadas pelos conselheiros do CCT, consolidando-as em 14 propostas estruturantes e organizando mais de 400 campos de informação exigidos pela Plataforma Brasil Participativo, incluindo enquadramentos temáticos, classificação como solução/proposta/sugestão, descrição de problemas, impactos, público beneficiado e *links* comprobatórios.

O trabalho envolveu análise detalhada dos seis eixos da Agenda da COP 30, elaboração de textos técnicos por eixo, redação de introduções, conclusões e justificativas para 22 propostas detalhadas, além da conexão das contribuições com documentos referenciais como as Notas Técnicas do CCT, a 5ª CNCTI (Livro Violeta e o Livro Lilás), assim como os *e-books* elaborados a partir das conferências temáticas, livres e regionais.

Paralelamente, o CGEE apoiou a produção de materiais editoriais e gráficos destinados ao Fórum Interconselhos e às atividades da COP 30, viabilizando uma versão de livreto e a produção de 1.000 camisetas com identidade visual específica, tudo dentro de prazos extremamente reduzidos.

Como resultado, foram gerados documentos estruturantes que consolidam a agenda do CCT para a COP 30, fortalecendo a articulação entre ciência, tecnologia, inovação e clima; ampliando a capacidade institucional de resposta do MCTI; assegurando visibilidade política para a agenda

científica; e posicionando o Brasil como ator central na construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento climático ancorada em bioeconomia, educação, ciência aberta, transição energética, cidades resilientes e justiça socioambiental.

O processo evidenciou desafios relevantes, sobretudo o volume de informação, a necessidade de força-tarefa e a simultaneidade com outras prioridades estratégicas, mas também gerou importantes aprendizados relacionados à integração entre fóruns colegiados, plataformas digitais participativas, diplomacia científica e comunicação pública. Em síntese, o apoio prestado pelo CGEE foi determinante para que a ASCCT / MCTI apresentasse à COP 30 uma agenda sólida, coerente, tecnicamente qualificada e socialmente referenciada, reafirmando seu papel como instituição de Estado comprometida com o desenvolvimento sustentável do país.

Produto Pactuado: Relatório consolidado das atividades realizadas em apoio técnico ao CCT em 2025.

Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

Linha de Ação II – ARTICULAÇÃO **Classificação:** Projeto de Atividade

Situação: em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Marcelo Khaled Poppe

Demandante: MCTI

O projeto avançou em 2025 com foco nos temas de bioeconomia, transição energética, desenvolvimento e transferência de tecnologia, e cooperação internacional, tendo quatro eixos principais de atuação:

- (i). Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia;
- (ii). *Energy Big Push* (EBP);
- (iii). Desenvolvimento e transferência de tecnologias climáticas (DTT); e
- (iv). Diálogos internacionais em Desenvolvimento Sustentável.

O projeto foi, ainda, responsável por liderar a participação do CGEE na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém

(PA), onde a equipe promoveu e participou de eventos, divulgou resultados de estudos, articulou parcerias estratégicas e prestou apoio técnico ao Itamaraty nas negociações climáticas.

Na área de Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia, foi continuada e concluída a produção do Livro *Bioethanol: fast track to mobility decarbonisation*, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), prefaciado pelo embaixador André Correa do Lago, presidente da COP30. O documento foi solicitado pela presidência brasileira do G20, e elaborado sob orientação do MCTI, do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Seu lançamento oficial ocorreu durante a COP30, tanto no Pavilhão do Brasil na Zona Azul, como no pavilhão da *Global Biofuels Alliance* (GBA) na Zona Verde, celebrando os 50 anos do Proálcool. Adicionalmente, o CGEE criou e apresentou na *Action Agenda* da COP uma ferramenta digital baseada em IA, para permitir a exploração do conteúdo do livro em qualquer idioma. Foram distribuídos mais de 200 cards do Livro, além de *factsheets* e do *Summary for policy makers*, ampliando o alcance e a interação com o público-alvo.

No eixo *Energy Big Push* (EBP) – estudos em CT&I para energia – foi lançado, no primeiro semestre desse ano, o *Informe Estratégico EBP* em parceria com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal). A equipe do projeto, com o apoio das áreas de TI e estatística do Centro, aprimorou e atualizou a plataforma Inova-e, em parceria com a EPE, incluindo dados referentes a 2024. Isso permitiu que a ferramenta pudesse continuar a subsidiar decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e fosse reproduzida pela Agência Internacional de Energia (AIE) nas suas publicações periódicas de alcance global. Além disso, foi coproduzido material institucional (*factsheet*) sobre a plataforma e os seus principais indicadores, para apresentação na COP30 e planejada a continuidade dos trabalhos.

No âmbito das linhas Diálogos Internacionais em Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias Climáticas, foi realizada a contratação de consultoria especializada para apoiar os estudos em tecnologias climáticas e inovação de interesse do MRE. Ao longo do período, a equipe participou nas reuniões periódicas do *Technology Executive Committee* (TEC) e integrou o *Advisory Board* do *Climate Technology Center and Network* (CTCN), cumprindo mandato de dois anos como representante do *Research and Independent Non-Governmental Organizations* (Ringo) e participando do *Steering Committee* da rede. O CGEE apoiou o Itamaraty nas negociações associadas ao Mecanismo de Tecnologia da UNFCCC, contribuindo para os debates estratégicos em torno do mecanismo e se integrou ao CTCN, fornecendo subsídios técnicos que culminaram na bem-sucedida aprovação do Programa de Implementação Tecnológica de Belém (BTIP), na COP30.

Durante o último semestre, foi organizada a produção da Edição Especial COP30 da Revista Parcerias Estratégicas – “Mutirão Científico Brasileiro” –, articulando equipes do CGEE e autores de referência nas áreas de energia, finanças, semiárido, Amazônia, inovação e mudança do clima, com prefácio da CEO da COP 30, Ana Toni. Também foi elaborado um artigo sobre DTT como elemento impulsionador das políticas climáticas. O lançamento ocorreu na Casa da Ciência, no

Museu Emílio Goeldi, na COP30, em Belém (PA).

O CGEE participou de forma destacada da COP30, com atuação em mais de 20 eventos, abordando temas como bioeconomia, bioetanol, tecnologias climáticas, energia e comunicação climática. Destaca-se a realização de evento conjunto com a *Open Society Foundations* (OSF) em seu pavilhão, fruto da parceria em curso sobre transição verde da indústria. Houve, ainda, 11 participações em painéis do grupo Ringo e apoio direto às negociações relacionadas ao Mecanismo de Tecnologia. Ao longo da 1ª semana da COP, foi mantido um estande institucional, promovendo materiais e atividades do CGEE, fortalecendo a visibilidade das ações do Centro.

Durante o ano, o CGEE participou da *European Biomass Conference & Exhibition* (EUBCE), em Valença, na Espanha, onde apresentou o *Summary for Policy Makers* do livro “*Bioethanol: fast track to mobility decarbonization*”, ampliando a projeção internacional do trabalho realizado em parceria com o BNDES. Também houve participação no Fórum das Entidades Nacionais Designadas (NDEs), na *Climate Week* de 2025, no Panamá, e nas reuniões da 62ª sessão dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC (SB62), em Bonn, na Alemanha, incluindo a realização de um *side event* em parceria com instituições brasileiras e estrangeiras.

Essas realizações permitiram ao CGEE apresentar seus estudos e produtos técnicos em espaços de proeminência internacional, fortalecer o apoio aos ministérios na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas ao clima e à inovação, e aprofundar a articulação com atores estratégicos do sistema global de inovação climática.

Produto Pactuado: Livro *Bioethanol – fast track to mobility decarbonization*.

Subsídios para a Modelagem de um Núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** Andamento **Data de conclusão:** 30/06/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Dulcilene Claudia Xavier

Demandante: MAPA/SEXEC/MCTI

No ano de 2025, o Núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária avançou após a autorização formal, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), para a inclusão dos novos produtos no escopo do projeto. A aprovação foi oficializada apenas em setembro, o que permitiu retomar o

fluxo operacional e encaminhar os ajustes necessários para a execução das entregas previstas, dando segurança jurídica e administrativa ao planejamento anteriormente pactuado.

Com as autorizações concluídas, o CGEE finalizou, no fim de novembro, a contratação da empresa especializada responsável pela elaboração dos estudos técnicos sobre o modelo administrativo e de negócios do fundo de investimentos vinculado a Organização Social e Serviço Social Autônomo (SSA). Essa etapa marca o início efetivo do desenvolvimento do principal produto do ano, cujo objetivo é garantir sustentabilidade financeira e capacidade contínua de atuação estratégica no setor agropecuário.

Em reunião com o demandante do ministério ficou pactuado uma entrega parcial do produto, em 18 de dezembro, e o relatório final do primeiro semestre de 2026.

Produto Pactuado: sem produto pactuado para 2025.

Subsídios Técnicos para Elaboração da Política Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** Concluído **Data de conclusão:** 31/12/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Caroline Nascimento Pereira

Demandante: Setad/MCTI

Durante o ano, foram realizadas as atividades de compilação das entrevistas feitas durante a pesquisa de campo junto às ICTs para a pesquisa de Percepção das ICTs sobre a Lei de TICs, que resultaram em alguns documentos contendo avaliação das dimensões analisadas na pesquisa, como mercado de trabalho, P&D, cenário internacional, governança dos incentivos, dentre outras. Cabe apontar que, ao final de 2024, a Diretoria de Incentivos a Tecnologias Digitais (Deinc/Setad/MCTI) solicitou apoio ao CGEE para a elaboração da Nota Técnica para uma “Iniciativa Brasileira de Tecnologias Quânticas”, com prazo de entrega para junho de 2025.

A iniciativa foi elaborada no prazo acordado e apresentada ao Grupo de Trabalho de Tecnologias Quânticas, quando foi aprovada por unanimidade. Não houve desafios para a elaboração da Iniciativa de Tecnologias Quânticas, porém a sua realização no prazo proposto resultou no adiamento da entrega do relatório final da pesquisa de Percepção das ICTs sobre a Lei de TICs, cujo prazo era abril de 2025, o que foi adiado para 31 de agosto de 2025 - ou seja, o atendimento da nova demanda (Iniciativa Brasileira de Tecnologias Quânticas) resultou no adiamento da atividade anteriormente prevista. No segundo semestre de 2025, foi finalizado e entregue o relatório final

da pesquisa de Percepção das ICTs sobre a Lei de TICs. O projeto inicial prevê a editoração e publicação dos relatórios do estudo sobre a Lei de TICs, cujo material-base encontra-se em fase de validação junto ao MCTI. Ainda no segundo semestre, a Iniciativa Brasileira de Tecnologias Quânticas foi entregue e impressa (200 cópias), as quais foram enviadas ao MCTI, onde aguarda validação pela alta direção do ministério.

Produto Pactuado: Relatório consolidado das atividades realizadas em 2025 para subsídios técnicos à PNTIC.

Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas Agroalimentares Sustentáveis

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** em Andamento **Data de conclusão:** 30/06/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Dulcilene Claudia Xavier

Demandante: SEDES/MCTI

Ao longo de 2025, o projeto Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas Agroalimentares Sustentáveis avançou de forma estruturada e progressiva, consolidando sua base metodológica, institucional e territorial. O ano foi marcado pela organização das ações preparatórias, pela mobilização dos territórios e pela abertura da etapa operacional destinada ao desenvolvimento das soluções de inovação.

No primeiro semestre, concentraram-se as articulações institucionais fundamentais com as quatro Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) participantes e com os parceiros estratégicos do projeto. Essa fase garantiu o alinhamento das responsabilidades, a revisão dos cronogramas e a definição das diretrizes metodológicas que orientariam as etapas subsequentes. Também foram realizados os preparativos técnicos e operacionais necessários para a escuta ativa nos territórios e para a elaboração do edital unificado de seleção das equipes acadêmicas.

No segundo semestre de 2025, o projeto avançou para sua fase central de mobilização territorial, com a realização das audiências públicas nos oito municípios previstos. Essas atividades possibilitaram a coleta estruturada de informações sobre os principais desafios enfrentados pelo agro no estado, resultando em um diagnóstico robusto que orienta a definição das soluções de inovação a serem desenvolvidas.

Ainda no segundo semestre, ocorreram as capacitações das equipes dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das Ipes participantes. Os treinamentos, conduzidos pelo Instituto Nacional

da Propriedade Industrial (INPI) e pela Emerge Brasil, abrangeram conteúdos jurídicos, financeiros e de propriedade intelectual, fortalecendo as competências institucionais necessárias para o desenvolvimento das soluções e para a gestão dos mecanismos de inovação previstos no projeto.

Encerrada a fase de escuta ativa e diagnóstico territorial, o CGEE e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do IFMT (Funadif) concluíram a construção e publicação do edital unificado destinado à seleção das equipes das Ipes. O edital foi lançado conforme o planejamento e resultou na escolha de duas equipes por instituição, que iniciaram imediatamente suas atividades de desenvolvimento das soluções propostas. Com isso, o ano de 2025 foi finalizado com o projeto ingressando em sua etapa operacional plena, orientada à construção de respostas rápidas, aplicáveis e aderentes às demandas identificadas nos territórios.

Dessa forma, 2025 representou um ano de consolidação estratégica, institucional e territorial, estabelecendo as bases necessárias para o avanço das entregas previstas para 2026 e reafirmando o potencial do projeto para fortalecer sistemas agroalimentares sustentáveis em Mato Grosso.

Produto Pactuado: Relatório consolidado dos resultados alcançados pelo projeto Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis.

Carbeto de Silício como Alternativa para o Reposicionamento da Ceitec: Avaliação Tecnológica, Produtiva e Mercadológica

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** em Andamento **Data de conclusão:** 30/06/2026

Diretor Supervisor: Fernando Cosme Rizzo Assunção **Líder:** Cesar Augusto Costa

Demandante: Ceitec/Setad/MCTI

O projeto “Carbeto de Silício (SiC) como alternativa para o reposicionamento da Ceitec” avançou de forma significativa no período recente. A partir do levantamento de competências nas áreas de interesse, o CGEE selecionou três consultorias estratégicas, desenvolvidas pelas empresas NoMIS, BrasiC e Kember Associates. Os estudos realizados foram amplamente reconhecidos pela equipe técnica da Ceitec, tanto pela profundidade analítica quanto pela relevância das recomendações apresentadas, consideradas essenciais para orientar a entrada da empresa no setor de semicondutores de potência baseados em SiC.

As análises técnicas indicaram que a Ceitec dispõe de uma infraestrutura inicial suficiente para

iniciar atividades de prototipagem, utilizando equipamentos já instalados. No entanto, para alcançar uma escala industrial competitiva, será necessário realizar investimentos faseados, estimados em aproximadamente US\$ 59 milhões. Os estudos também identificaram três segmentos prioritários para atuação, com base em sua demanda crescente e alinhamento estratégico com a matriz energética e industrial do Brasil: energia solar (no curto prazo), mobilidade elétrica (no médio prazo) e energia eólica (no longo prazo).

Foi recomendado um modelo de negócios híbrido, no qual a empresa atue tanto como *foundry*, oferecendo serviços de fabricação para empresas *fabless*, quanto como desenvolvedora e produtora de dispositivos próprios. Esse modelo deverá ser sustentado por uma equipe enxuta, com competências em *design* de *Computer-Aided Design* (CAD) e *Process Design Kit* (PDK) e fortemente conectada a redes nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento. Essa abordagem visa garantir flexibilidade, inovação contínua e eficiência operacional.

Paralelamente, a análise de comércio exterior, conduzida com base nos códigos HS fornecidos pela Ceitec e por meio da plataforma *TradeInt*, evidenciou um déficit estrutural do Brasil em eletrônica de potência e semicondutores avançados. Esses dados reforçam a urgência da internalização de tecnologias estratégicas no país. O estudo de mercado, comércio exterior e cadeias globais, também executado via *TradeInt*, permanece em andamento e será aprofundado nos próximos ciclos, com foco em componentes de potência, módulos, inversores e semicondutores estratégicos.

Dada a complexidade técnica do projeto e a qualidade dos resultados já obtidos, foi aprovada a prorrogação da iniciativa até junho de 2026, formalizada por meio do 14º Termo Aditivo (TA). Essa extensão permitirá consolidar os insumos das consultorias em um plano integrado de desenvolvimento, aprofundar a análise de viabilidade técnica e financeira e intensificar a articulação com parceiros industriais e tecnológicos, criando as condições para posicionar a Ceitec como o primeiro polo latino-americano de semicondutores de potência com base em SiC.

Nos próximos meses, os esforços estarão concentrados na articulação com potenciais parceiros estratégicos, no alinhamento do projeto com os instrumentos nacionais de política industrial e de semicondutores, e no acompanhamento contínuo das dinâmicas internacionais — incluindo as novas regulações, tendências de mercado e oferta global de *wafers*. Essas ações visam garantir que a Ceitec atue de forma competitiva, sustentável e em sintonia com os avanços do setor de semicondutores de potência em nível global.

Produto Pactuado: Plano Estratégico e *Roadmap* Tecnológico e Mercadológico para a Inserção da Ceitec no Mercado de Dispositivos de SiC.

Apoio à Estrutura de Governança e Monitoramento do PBIA

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Caroline Nascimento Pereira

Demandante: MCTI/Setad

Durante o ano de 2025, foram realizadas as atividades de apoio à implementação e ao monitoramento do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), com destaque para o apoio à elaboração do Programa 11 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que é dedicado à inteligência artificial, com a definição dos recursos necessários à execução das ações que serão custeadas pelo FNDCT. Também foi dado apoio ao acompanhamento das ações, com a elaboração de documentação sobre o andamento das ações e a estruturação de um sistema de monitoramento, incluindo a elaboração de formulário a ser enviado aos órgãos que possuem ações constantes no plano. Paralelamente, foi construído um painel em *Power BI* para visualização de informações sobre o plano.

O principal desafio até o momento no projeto foi o prazo para a assinatura da portaria do plano, que também criaria o Grupo de Trabalho do PBIA, a partir do qual o CGEE teria atividades mais bem definidas. Apesar dos obstáculos, foi possível aprimorar o sistema de monitoramento, com a realização de reuniões com a equipe do MCTI e da Casa Civil para o alinhamento das necessidades, antes do sistema ser apresentado na primeira reunião do GT-PBIA. Na linha de apoio à implementação, para além do programa do FNDCT, o CGEE apoiou a realização de oficinas e metodologia para o levantamento de requisitos da ação.

No segundo semestre, foi enviado o formulário e realizada a primeira coleta, de forma a inserir as respostas no painel de monitoramento. Os resultados da primeira coleta foram apresentados na 2ª reunião do GT PBIA. Ao longo do segundo semestre ocorreram 4 reuniões do GT PBIA, em que o CGEE preparou o material apresentado sobre o monitoramento e participou de reuniões bilaterais para alinhamento das atividades do GT.

Ainda no semestre realizou-se o *Seminário da Pilha de IA Soberana*, um evento realizado com apoio do Serpro, Instituto Eldorado, Unicamp, LNCC e MCTI, que discutiu oportunidades e desafios para o desenvolvimento da pilha de IA brasileira. Após o evento, o CGEE elaborou um relatório consolidando todas as informações trazidas pelos painelistas e contribuições advindas dos participantes. Ainda foi realizado o *workshop* para estruturação dos Cenapads, no LNCC (RJ), com membros e potenciais parceiros do Sinapad, de forma a levantar a proposta de valor do sistema. E, para concluir, o Painel BI do PBIA foi publicizado no site do MCTI, com apoio do CGEE.

Produto Pactuado: Relatório contendo os resultados da implementação e monitoramento do PBIA para o período de 2024/2025.

Fortalecimento do Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Juana Andrade de Lucini

Demandante: Finep e DFIN/Sexec/MCTI

No segundo semestre, o projeto aperfeiçoou os modelos lógicos produzidos de forma participativa no primeiro semestre. O processo passou pela validação, curadoria e refinamento por um grupo de trabalho com equipes do CGEE e MCTI, para alinhar os modelos aos TRs dos doze programas estruturantes. Posteriormente, com base na versão final, elaboramos os descritores dos modelos lógicos, um importante processo de detalhamento que os tornou mais acessíveis ao público em geral. Estes ainda foram diagramados para melhor visualização. A versão final dos doze modelos lógicos foi apresentada na reunião do CD/FNDCT no dia 10/12/2025.

O projeto também finalizou o estudo sobre os indexadores dos contratos da Finep, uma demanda da CGU incorporada ao projeto. O relatório final foi igualmente apresentado na referida reunião do CD/FNDCT.

O projeto avançou na primeira avaliação executiva para a Finep, referente ao Programa Mais Inovação. A iniciativa prevê quatro avaliações executivas, e os demais programas ainda serão definidos.

Para concluir, neste semestre dois produtos adicionais foram alinhados com a equipe demandante do MCTI: um documento com as lições aprendidas do processo de produção dos modelos lógicos; e um documento consolidando o resultado das oficinas a partir de uma análise crítica do que foi produzido.

Produto Pactuado: Relatório com a versão final dos modelos lógicos dos programas de investimento do FNDCT.

Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Temático **Situação:** em Andamento **Data de conclusão:** 30/06/2026

Diretor Supervisor: Fernando Cosme Rizzo Assunção **Líder:** Kilma Gonçalves Cezar

Demandante: CNPq

Durante o primeiro semestre de 2025, foi realizada a estruturação metodológica e operacional da Avaliação Estratégica dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), conduzida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com apoio do CGEE. Entre as principais ações desenvolvidas estiveram o detalhamento do plano de trabalho; a construção do formulário digital de avaliação; o delineamento da metodologia para mapeamento das redes científicas com apoio de inteligência artificial; e a coleta, organização e curadoria inicial de dados provenientes da Plataforma Lattes e dos relatórios técnicos enviados pelos coordenadores dos institutos. Paralelamente, foi iniciada a elaboração da estrutura do Resumo Executivo, que servirá de base para as próximas etapas da avaliação.

O formulário de avaliação foi desenvolvido com campos previamente preenchidos a partir de bases institucionais, com o objetivo de auxiliar o preenchimento pelos coordenadores dos INCTs e reduzir inconsistências nas informações prestadas. Um marco importante dessa fase foi o evento de lançamento do formulário, que contou com a participação da presidência do CNPq, da Diretoria de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação (DCOI), de técnicos do CNPq, da presidência do CGEE, da equipe do projeto e de uma expressiva maioria dos coordenadores dos INCTs, demonstrando forte engajamento institucional com o processo avaliativo. Durante o evento, identificou-se a coincidência entre o prazo de envio do Formulário de Avaliação Estratégica e o prazo dos relatórios técnico-administrativos da Plataforma Carlos Chagas. Após alinhamento com o CNPq, decidiu-se pela prorrogação do prazo de envio do formulário em um mês, passando para 10 de agosto de 2025.

O principal desafio enfrentado nesta etapa foi a limitação de acesso a dados atualizados sobre a composição das equipes dos INCTs, sobretudo devido à movimentação de pesquisadores. Para mitigar esse problema, a equipe adotou estratégias de adaptação metodológica, com uso intensivo de ferramentas digitais e práticas sistemáticas de curadoria, fortalecendo a abordagem orientada por evidências. Como resultado, consolidou-se uma metodologia inovadora, participativa e replicável, com potencial de aplicação em outras políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

No segundo semestre, o Comitê de Avaliação foi constituído com 27 pesquisadores distribuídos nas sete áreas do conhecimento dos INCTs, após mais de 90 pesquisadores terem sido convidados. Os resumos executivos foram elaborados e passaram por processo de curadoria conduzido pelo CGEE e pela consultora responsável, sendo posteriormente enviados ao CNPq para conhecimento e eventuais ajustes. Após a sua consolidação, foi realizado um evento com os avaliadores para a apresentação dos documentos e discussão da metodologia. Em seguida, após duas semanas destinadas à análise dos relatórios pelos avaliadores, ocorreu uma reunião organizada por área do conhecimento, voltada ao esclarecimento de dúvidas e ao alinhamento de entendimentos.

A etapa seguinte consistiu na recepção das avaliações individuais, seguida de nova rodada de curadoria dos resumos executivos revisados. Os documentos resultantes foram enviados aos coordenadores dos INCTs e aos avaliadores, tanto para conhecimento quanto para subsidiar as discussões previstas para o evento virtual de encerramento, etapa final do processo de avaliação.

Produto Pactuado: Resumo executivo revisado da avaliação estratégica dos INCT.

Desenvolvimento de Metodologia para Avaliação de Impacto Social de Políticas de CT&I em Ciências Humanas e Sociais

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Temático **Situação:** em Andamento **Data de conclusão:** 30/06/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Jackson Max Furtunato Maia

Demandante: Seppe/MCTI

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 15º TA, realizada em 15 de dezembro de 2025, e seu planejamento e execução terão início em 2026.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2025.

Matopiba: A Nova Fronteira Agrícola do Brasil

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Temático Situação: em Andamento Data de conclusão: 31/12/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes Líder: Dulcilene Claudia Xavier

Demandante: Mapa/Sexec/MCTI

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 15º TA, realizada em 15 de dezembro de 2025, e seu planejamento e sua execução terão início em 2026.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2025.

Subsídios e Suporte à Gestão Estratégica das Políticas e dos Projetos Estruturantes de Transformação Digital

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Atividade Situação: em Andamento Data de conclusão: 31/12/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna Líder: Caroline Nascimento Pereira

Demandante: Setad/MCTI

Ao longo de 2025, o projeto *Subsídios e Suporte à Gestão Estratégica das Políticas e dos Projetos Estruturantes de Transformação Digital* avançou na produção de diagnósticos, indicadores e estudos voltados ao ecossistema de tecnologias digitais no Brasil.

No início do ano, foi lançado oficialmente o Observatório de Tecnologias Digitais (OTD), em evento que contou com cerca de 600 inscritos, além de pesquisadores e acadêmicos que atuaram como consultores na elaboração de serviços e produtos do OTD. Também ao longo do ano, foram inseridos novos indicadores no site e atualizados aqueles já publicados, ampliando a abrangência das séries históricas disponíveis. Paralelamente, concluiu-se o mapeamento das competências científicas em tecnologias digitais, com foco em inteligência artificial, manufatura aditiva, computação em nuvem, robótica, *big data* e IoT. Também foram incorporadas informações do acervo sobre as políticas de transformação digital de 35 países, já disponibilizadas para consulta.



O site passou por atualização completa de conteúdo, incluindo as seções de laboratórios de pesquisa, publicações e acervo digital, além da criação da aba “Eventos”, dedicada ao registro das atividades promovidas pelo OTD. Adicionalmente, foi realizado um levantamento de marcos tecnológicos da era digital e um mapeamento das políticas públicas estaduais em tecnologias digitais, totalizando mais de cem iniciativas catalogadas. O site também foi traduzido para o inglês. O OTD prestou, ainda, apoio ao Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial (OBIA), por meio do fornecimento de indicadores atualizados sobre teses e dissertações em inteligência artificial, com dados disponíveis até 2024 e publicados no site do OBIA.

No campo das análises especializadas, foram concluídas seis notas técnicas relacionadas a robótica, inteligência artificial, computação em nuvem, *big data* e internet das coisas, integrando a edição temática Panorama Científico das Tecnologias Digitais. Foi também desenvolvido um estudo sobre tecnologias digitais e saúde, cuja finalização editorial está prevista para 2026. Ainda em 2025, iniciaram-se as discussões para a elaboração do Painel de Dados da Lei de TICs, visando estruturar um instrumento de monitoramento contínuo das informações associadas à legislação. O ano também marcou o início da organização do 1º Encontro Nacional do OTD, programado para ocorrer no primeiro trimestre de 2026.

Outro eixo central de atividades foi o Mapa Situacional da Transformação Digital no Brasil, iniciado em março. A primeira fase envolveu a definição dos eixos analíticos e o levantamento de indicadores pertinentes a cada um. Em colaboração com o NIC.br, foram realizadas análises específicas para eixos selecionados, etapa que subsidiou a sistematização das ações governamentais relacionadas aos respectivos temas, concluída no segundo semestre. A partir dessas informações, foi elaborada a análise SWOT de todos os eixos do mapa. O documento final, destinado à Casa Civil, avançou substancialmente ao longo de 2025, permanecendo em desenvolvimento até dezembro.

Em síntese, 2025 caracterizou-se por uma ampliação do acervo analítico e informacional do OTD e pelo avanço em estudos estratégicos em tecnologias digitais.

Produto Pactuado: Relatório contendo análise da evolução das tecnologias digitais no Brasil.

Estruturação do Serviço de Monitoramento, Avaliação Integrada e Impacto de Políticas de CT&I

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto de Atividade **Situação:** Concluído **Data de conclusão:** 31/12/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Carlson Batista Oliveira/ Egmar Rocha

Demandante: Sexec/MCTI

O ano de 2025 consolidou a estruturação do Serviço de Monitoramento, Avaliação Integrada e Impactos de Políticas de CT&I (SMAI), caracterizando-se por uma governança que delimitou claramente as responsabilidades entre os atores envolvidos: o MCTI como demandante focado no alinhamento estratégico, o CGEE como contratante responsável pela supervisão técnica, e o Ceag/UnB como consultoria contratada.

No primeiro semestre, os esforços concentraram-se no diagnóstico e na construção metodológica. As atividades iniciaram-se em janeiro com reuniões de alinhamento para integrar a consultoria ao contexto do projeto e coordenar ações com o projeto paralelo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - Fortalecimento do Sistema de Monitoramento Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos.

Ao longo dos meses seguintes, a interação com o MCTI foi fundamental para calibrar o escopo do trabalho, momento em que foram apresentados o painel preliminar e a metodologia de mapeamento de políticas, permitindo ajustes na hierarquização das informações conforme as necessidades do ministério. Essa fase culminou, entre maio e junho, na elaboração e validação dos produtos estruturantes.

O Modelo Conceitual (Produto 3) e a Proposta de Indicadores (Produto 4) passaram por verificação técnica prévia do CGEE antes de serem submetidos ao MCTI. A recepção do ministério foi positiva, com a validação da robustez dos indicadores propostos, que demandaram apenas refinamentos pontuais em aspectos de espacialidade e temporalidade.

A segunda metade do ano foi dedicada à gestão contratual e ao refinamento técnico dos entregáveis, com foco nas interações internas entre CGEE e CEAG/UnB. Em julho, iniciaram-se os trâmites para um aditivo de prazo de 60 dias, visando assegurar tempo hábil para a maturação do relatório final sem comprometer a qualidade. A entrega preliminar do relatório final da consultoria ocorreu em setembro, seguida por uma análise rigorosa do CGEE. A devolutiva técnica, realizada em outubro, exigiu ajustes estruturais e de coesão, além da explicitação ética quanto ao uso de ferramentas de inteligência artificial na produção do conteúdo.

O ciclo encerrou-se em dezembro com a entrega da “Estratégia de monitoramento e avaliação integrada e impacto de políticas de CT&I”. Este documento consolidou o Mapa de Políticas atualizado, a arquitetura de indicadores e o roteiro de implementação, cumprindo o objetivo de estabelecer os fundamentos do SMAI pactuado com o MCTI e a garantia de rigor metodológico assegurada pelo CGEE.

Produto Pactuado: Estratégia de monitoramento e avaliação global e impacto de políticas de CT&I.

Reuniões de Especialistas

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Atividade - Reuniões de Especialistas **Situação:** em Andamento

Data de conclusão: 31/12/2026 **Diretor Supervisor:** Fernando Cosme Rizzo Assunção

Líder: Marcelo Paiva **Demandante:** MCTI

Ao longo de 2025, as atividades relacionadas à cooperação em prospectiva tecnológica no âmbito do Brics foram desenvolvidas de forma progressiva, culminando na realização do *International Workshop on Brics Technological Foresight*, em Brasília (DF), no dia 28 de outubro. O ano foi marcado por esforços de articulação, alinhamento conceitual e construção coletiva, tendo como objetivo fortalecer a integração entre os países-membros em torno de agendas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

O primeiro momento relevante ocorreu nos dias 10 e 11 de abril de 2025, quando foi realizado um encontro *online* com as delegações dos países do Brics. Essa reunião teve caráter preparatório e cumpriu papel central no alinhamento político e técnico entre os participantes. Na ocasião, cada país apresentou de forma geral suas principais iniciativas nacionais em *foresight*, inteligência estratégica e planejamento em CT&I, assim como prioridades emergentes em áreas consideradas sensíveis para o futuro do bloco.

O encontro permitiu identificar convergências temáticas, expectativas comuns e diferentes níveis de maturidade institucional, além de criar um espaço inicial de confiança e cooperação entre os representantes. As discussões realizadas nesse ambiente virtual serviram de base para o desenho conceitual e metodológico do evento presencial, orientando tanto a definição dos temas centrais quanto o formato das atividades previstas para o segundo semestre.

A partir desse alinhamento inicial, o MCTI do Brasil, por meio da Assessoria Especial de Assuntos

Internacionais (Assin), em conjunto com o CGEE, iniciou o processo de organização do *workshop* internacional, inserido oficialmente na programação da presidência brasileira do Brics em 2025. O evento foi concebido como o principal marco do ano na agenda de *foresight*, com o objetivo de aprofundar o diálogo multilateral sobre metodologias de prospecção e fortalecer a cooperação estratégica em CT&I entre os países participantes. Desde a sua concepção, foram definidos como eixos prioritários os temas inteligência artificial e as mudanças climáticas, reconhecidas coletivamente como áreas críticas para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do bloco.

O *workshop* realizado no dia 28 de outubro reuniu delegações e especialistas do Brasil, China, Irã e Rússia. Ao longo do encontro, foram compartilhadas experiências nacionais, abordagens metodológicas e instrumentos utilizados para apoiar a formulação de políticas públicas e estratégias de longo prazo. As discussões evidenciaram um entendimento comum de que a prospecção deve ser tratada não apenas como exercício analítico, mas como capacidade institucional permanente, integrada aos sistemas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

No decorrer das atividades, a inteligência artificial foi amplamente discutida como vetor transversal de transformação, objeto de análise de *foresight* e ferramenta para apoiar processos de antecipação, monitoramento de tendências e tomada de decisão. Paralelamente, a temática das mudanças climáticas foi abordada como desafio compartilhado, exigindo respostas coordenadas, baseadas em conhecimento científico, inovação tecnológica e planejamento de longo prazo orientado à sustentabilidade e à resiliência. Houve consenso quanto à necessidade de maior articulação entre prospecção tecnológica e governança ambiental, especialmente no contexto de estratégias de baixo carbono.

As delegações apresentaram panoramas de suas iniciativas internas, destacando esforços em mapeamento de tendências, desenvolvimento de capacidades institucionais, uso de ferramentas digitais e integração de *foresight* às políticas públicas. Também foi enfatizada a importância de abordagens colaborativas, com intercâmbio de dados, metodologias e boas práticas entre os países do Brics. Nesse sentido, ganhou destaque a necessidade de avançar na institucionalização de mecanismos permanentes de cooperação em perspectiva no âmbito do bloco.

Durante o *workshop*, foi conduzido um exercício estruturado de *foresight*, voltado à identificação de trajetórias futuras de médio e longo prazo para a cooperação em CT&I no Brics. A atividade permitiu mapear tendências emergentes, possíveis efeitos em cadeia e pontos de inflexão estratégicos, reforçando a utilidade da prospectiva como instrumento de apoio à formulação de políticas e à coordenação multilateral. Esse exercício consolidou, de forma prática, muitos dos aprendizados discutidos desde o encontro *online* de abril. Ao final do evento, houve manifestação de interesse do Irã e da China em sediar futuras edições do *workshop*, indicando a continuidade da agenda iniciada em 2023.

Na sequência das atividades, nos dias 29 e 30 de outubro, foi realizado o *Seminário Internacional*

em *Foresight*, que reuniu especialistas nacionais e internacionais para discutir o papel do *foresight* em áreas como saúde, planejamento, agricultura e gestão pública. O seminário contou com a participação de representantes da Embrapa, da Fiocruz e do Ministério do Planejamento e Orçamento, além da apresentação de experiências de laboratórios de futuro vinculados a universidades, com destaque para iniciativas da Unicamp e da UFRGS. As atividades culminaram em um exercício aplicado de *foresight* voltado ao planejamento em mudanças climáticas com horizonte em 2050, utilizando técnicas como o *backcasting* para identificar riscos, oportunidades e caminhos estratégicos associados ao tema.

Como encaminhamento, foram reforçadas recomendações relacionadas à integração dos resultados de estudos de futuro às agendas de políticas e financiamento em CT&I, ao fortalecimento da cooperação institucional, ao desenvolvimento de capacidades e à incorporação de dimensões éticas, sociais e culturais nos processos de inovação.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2025.

Serviço de Produção e Disseminação de Informações para o SNCTI

Linha de Ação III – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Atividade - Reuniões de Especialistas **Situação:** em Andamento

Data de conclusão: 31/12/2026 **Diretor Supervisor:** Fernando Cosme Rizzo Assunção

Líder: Jean Marcel da Silva Campos **Demandante:** MCTI

Em 2025, por meio do projeto Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), a Comunicação Integrada (CI) do CGEE atuou para fortalecer a imagem institucional do Centro como agente estratégico para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do país. Os compromissos pactuados foram cumpridos no âmbito do Contrato de Gestão e em relação aos indicadores avaliados pela Comissão de Avaliação.

A estratégia de comunicação combinou o uso intensivo de tecnologias digitais com linguagem acessível, orientada pelos princípios da Comunicação Pública da Ciência (CPC), contribuindo para ampliar a visibilidade, a relevância pública e a capacidade de incidência do CGEE no cenário nacional. As ações integradas voltaram-se especialmente para o fortalecimento da presença digital do Centro, com foco na ampliação de acessos ao site e às páginas de projetos, no aumento de

downloads de publicações (estudos, boletins e revistas) e na expansão das audiências nas redes sociais. As iniciativas priorizaram temas estratégicos como sustentabilidade, inteligência artificial, tecnologias digitais, bioeconomia e popularização da ciência, articulando de forma coordenada as equipes de jornalismo, publicidade e *design*, editoração e eventos.

Ao longo de 2025, a agenda de publicações e disseminação editorial avançou com a entrega de oito produtos estratégicos pactuados no Contrato de Gestão:

- (1) Informe Estratégico - Projeto Energy Big Push (EBP) 2.0;
- (2) Panorama Científico das Tecnologias Digitais - Inteligência Artificial (OTD);
- (3) Livro Violeta - 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI);
- (4) Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - IA para o Bem de Todos (PBIA);
- (5) Informe OCTI - Panorama da CT&I brasileira;
- (6) Boletim Temático OCTI - Espírito Santo 2025;
- (7) Resumo Executivo - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Amazônia; e
- (8) Panorama Científico das Tecnologias Digitais - Robótica.

Além dessas entregas pactuadas, a produção editorial foi complementada por desdobramentos e séries associadas. No eixo Amazônia, foram elaborados volumes “em Perspectiva” para Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Também foram publicados os volumes 1, 2 e 3 da coletânea Octi em Ação: Tendências e Inovação, assim como novos fascículos do Panorama Científico das Tecnologias Digitais, incluindo Computação em Nuvem.

Ainda entre os produtos pactuados, destaca-se a 55ª edição da Revista Parcerias Estratégicas, com o tema “Mutirão Científico Brasileiro para a COP30”, lançada em evento durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA). A publicação, dedicada à agenda climática e ao papel de CT&I na construção de soluções sustentáveis para o futuro do planeta, reúne contribuições de especialistas, formuladores de políticas e pesquisadores sobre cooperação internacional, desenvolvimento e transferência de tecnologias climáticas, finanças verdes, transição energética justa, Soluções baseadas na Natureza e o uso de inteligência artificial na previsão de eventos climáticos extremos.

Em 2025, o CGEE promoveu 97 eventos estratégicos, seminários, conferências, oficinas técnicas, encontros de capacitação e interações interinstitucionais, todos voltados ao fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Essas atividades articularam especialistas, gestores públicos, formuladores de políticas, representantes do setor produtivo, da academia e de organizações da sociedade civil, envolvendo 619 instituições ao longo do ano.

No campo dos eventos internacionais, o CGEE teve atuação estratégica em *foresight*, promovendo, no âmbito dos Brics, *workshops* internacionais realizados em maio e outubro, dedicados à prospecção tecnológica em temas como inteligência artificial e mudanças climáticas.

Outro destaque foi a organização da 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID III), realizada de 15 a 19 de setembro de 2025, em Fortaleza (CE), que reuniu aproximadamente 2.000 participantes presenciais, representantes de 20 nacionalidades, e contou com cerca de 30 horas de transmissão ao vivo, distribuídas em 53 sessões temáticas. Até dezembro de 2025, somavam-se 4.401 visualizações das transmissões, além de milhares de visualizações nas mídias sociais e dezenas de menções na imprensa.

Também se destaca o *Workshop sobre Diplomacia Científica rumo à COP30*, realizado de 6 a 8 de agosto de 2025, com participação internacional marcante da América Latina — Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, El Salvador e Uruguai —, além da presença de Estados Unidos e Itália. Nesse mesmo eixo de atuação internacional, merece registro a participação do CGEE na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada de 10 a 21 de novembro de 2025, em Belém (PA). Ao longo da conferência, o Centro esteve envolvido em mais de 20 agendas, acompanhadas por cobertura intensa: 24 matérias publicadas no site do CGEE e, apenas no Instagram, mais de 30 conteúdos publicados de 9 a 22 de novembro, somando mais de 85 mil visualizações.

Em 2025, foi lançado o novo site do CGEE, aprimorando a experiência do usuário, a organização e a disponibilidade de conteúdos e publicações. O desempenho digital do portal registrou mais de 119 mil acessos únicos, além de mais de 80 mil *downloads* de publicações, indicando crescimento de alcance e fortalecimento dos canais próprios como instrumentos de comunicação pública e disseminação de conhecimento.

A equipe de Publicidade e Design atuou na produção de conteúdos diários para as plataformas digitais, assim como de materiais como livros, panfletos, informativos e itens de papelaria institucional. De janeiro a junho, foram entregues aproximadamente 700 produtos visuais e serviços gráficos. Ao longo do ano, foram produzidos mais de mil conteúdos para o Instagram, sendo 862 stories e 284 posts, também reproduzidos no Facebook, LinkedIn e X (antigo Twitter). Essa atuação integrada com a equipe de jornalismo garantiu maior consistência visual, agilidade nas entregas e fortalecimento da identidade institucional do CGEE.

No conjunto, a presença digital do CGEE apresentou crescimento expressivo. No Instagram institucional, o perfil passou de 3.900 seguidores em janeiro de 2025 para 9.000 seguidores em dezembro de 2025, o que representa um crescimento de aproximadamente 131% no ano. Somente nessa rede, o CGEE ultrapassou a marca de 1 milhão de visualizações em 2025, sendo 903 mil visualizações registradas apenas no segundo semestre.

A Assessoria de Imprensa e Jornalismo manteve papel central na ampliação da reputação institucional do CGEE, com planejamento de pautas, produção de conteúdos, suporte às agendas estratégicas e articulação ativa com a mídia. No período, foram publicadas mais de 200 matérias no site institucional. Além disso, o CGEE alcançou mais de 7 mil menções na imprensa, com a

presença em veículos de grande relevância nacional, como Jornal da Globo, TV Record, Agência Brasil, Valor Econômico, Folha de S.Paulo, Pesquisa Fapesp e Jornal da Ciência, reforçando o posicionamento do Centro como fonte qualificada e referência em análises estratégicas para CT&I.

Com base nos resultados alcançados em 2025, a Comunicação Integrada estruturou um esforço estratégico para 2026 orientado por três eixos:

1. Presença digital: ampliação e consolidação da visibilidade nas plataformas digitais e na imprensa;
2. Fortalecimento da CPC e da integridade da informação: reforço do papel do CGEE como instituição pública comprometida com qualidade, transparência e confiança informacional;
3. Engajamento em grandes agendas nacionais e internacionais: ampliação da incidência institucional em temas estratégicos para o desenvolvimento do país.

Produto Pactuado: 08 publicações relacionadas aos estudos desenvolvidos pelo CGEE;
Revista Parcerias Estratégicas nº 55.

Observatório de Tecnologias Espaciais – OTE

Linha de Ação V – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Classificação: Projeto de Atividade **Situação:** em Andamento

Data de conclusão: 31/12/2026 **Diretor Supervisor:** Anderson Stevens Leonidas Gomes

Líder: Thyrso Villela **Demandante:** MCTI

Em 2025, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) deu continuidade ao monitoramento de tecnologias do setor espacial. Em particular, foram monitorados todos os lançamentos de missões com a utilização de plataformas *CubeSat*, de forma a manter atualizado o banco de dados do OTE sobre esse tipo de plataforma de satélite. O banco de dados sobre *CubeSats* foi atualizado e, até o dia 30 de dezembro de 2025, foram recolhidas e disponibilizadas informações sobre todos os 2668 *CubeSats* lançados em todo o mundo desde o lançamento do primeiro *CubeSat*.

Além disso, o OTE se envolveu em 2 grupos de trabalho (GT): um sobre posicionamento, navegação e tempo (PNT), instituído no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da

Presidência da República (PR), e outro sobre fornecimento de internet por meio de satélites em órbita baixa, no âmbito do MCTI/CGEE. O GT do GSI/PR foi dividido em 4 subgrupos. O CGEE coordena o subgrupo 1, que é o responsável por sugerir alternativas tecnológicas de PNT para o Brasil. Os trabalhos relacionados a esses GTs serão concluídos no próximo semestre.

O projeto sugerido pelo OTE em 2018, que visa à construção de um veículo lançador de pequeno porte para nano e microssatélites, está em pleno desenvolvimento e avançou consideravelmente em 2025, já contando com várias partes construídas e em testes. Esse projeto é conhecido como Microlançador Brasileiro (ML-BR) e está sendo desenvolvido por um consórcio de empresas nacionais liderado pela Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., de São José dos Campos (SP), e composto por mais 4 empresas (*Concert Technologies, Delsis, Etsys e Plasmahub*), tendo o CGEE como uma das instituições de ciência e tecnologia (ICT) associadas ao projeto. Trata-se de um marco importante para o Programa Espacial Brasileiro e para o país. O CGEE/OTE é o responsável pelo gerenciamento de requisitos e riscos técnicos do projeto e, também, pelo monitoramento de riscos relacionados a cerceamento tecnológico, tendo assinado um contrato de prestação de serviços com a empresa Cenic (contrato administrativo) para esse fim. Até dezembro de 2025, foram entregues 6 (seis) produtos.

Em relação às produções bibliográficas do OTE, o artigo *Towards the Thousandth CubeSat: a Statistical Overview*, publicado no *International Journal of Aerospace Engineering*, vol. 2019, Article ID 5063145 (DOI: 10.1155/2019/5063145), contava, até 30 de dezembro, com 476 citações no *Google Scholar*, o que mostra o interesse que esse artigo continua despertando na área espacial em termos nacionais e internacionais. Foram publicados o 20º e o 21º números do Boletim do OTE. Foi finalizada a elaboração do 9º número (Ano 9, Número 1) da série *Documentos Estratégicos para o Setor Espacial*, intitulado *Internet por meio de satélites em órbita baixa*. Nesse documento, é apresentado um panorama tecnológico relacionado a esse tema e sugerido um sistema nacional de fornecimento de internet por meio de satélites.

Para o próximo semestre, serão dadas continuidades aos trabalhos relacionados aos 2 GTs, ao desenvolvimento do foguete ML-BR, além das atividades inerentes ao propósito do OTE, que é a coleta de informações sobre tecnologias espaciais. Será dada ênfase a um projeto que visa quantificar as intensidades de sinais, emitidos por satélites GNSS (*Global Navigation Satellite Systems*) e que fornecem internet, que chegam à superfície terrestre.

Produto Pactuado: Documentos Estratégicos para o Setor Espacial - Internet com satélites de baixa órbita.

Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação – Octi

Linha de Ação V – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **Classificação:** Projeto de Atividade

Situação: em Andamento

Data de conclusão: 31/12/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes

Líder: Adriana Badaró de Carvalho

Demandante: MCTI

Ao longo de 2025, o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi) consolidou-se como um núcleo estratégico de inteligência do CGEE, ampliando a sua base analítica, diversificando parcerias e avançando na aplicação de metodologias robustas voltadas ao monitoramento do Sistema Nacional de CT&I. O ano foi marcado pela entrega de estudos de alto impacto, pela atualização contínua de indicadores e pelo fortalecimento de redes de cooperação científica, posicionando o observatório como referência técnica nacional.

No primeiro semestre, os eixos Panoramas e Indicadores registraram avanços estruturantes. No eixo Panoramas, o informe nacional sobre a ciência brasileira em 2024 atualizou a compreensão sobre a dinâmica recente da produção científica no país. A análise das colaborações internacionais ganhou profundidade com a parceria com a Universidade de Granada, incorporando novos indicadores e métodos de análise de redes. O seminário *Octi: Novos Futuros* ampliou essa interlocução e aproximou o observatório de abordagens emergentes em métricas e mapeamento da ciência.

Paralelamente, avançou o desenvolvimento da metodologia de complexidade científica regional, voltada a qualificar a compreensão da capacidade científica e tecnológica das unidades federativas. Esse esforço reforçou o papel do Octi na oferta de instrumentos analíticos inovadores para subsidiar políticas subnacionais de CT&I. A ampliação das parcerias incluiu o acordo com a Firjan para o mapeamento da CT&I no Rio de Janeiro, iniciativa que se tornou um novo eixo de cooperação estratégica no segundo semestre.

No eixo Indicadores, o observatório conduziu o ciclo anual de atualização da Plataforma Octi, com foco na revisão de indicadores de recursos humanos para CT&I, em articulação com o Observatório de Recursos Humanos para CT&I (ORHCTI) do GCEE. O processo envolveu padronização metodológica, consolidação de rotinas analíticas e diálogo contínuo com grupos de pesquisa e o MCTI. Essa abordagem colaborativa reforça a posição do CGEE como articulador técnico de uma agenda nacional de dados e métricas de CT&I.

O observatório desempenhou, ainda, papel relevante em projetos estratégicos do CGEE. Atuou na análise da produção científica e técnica relacionada aos programas Pibid, PRP e Parfor, contribuindo para avaliações conduzidas pelo ORHCTI para a Capes. Além disso, elaborou o mapeamento das redes dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), integrando a avaliação estratégica realizada com o CNPq e gerando evidências sobre dinâmicas de cooperação e análise institucional.



No segundo semestre, o Octi concluiu entregas de grande relevância. O Boletim Temático sobre o Espírito Santo apresentou uma leitura aprofundada do panorama científico estadual, oferecendo insumos qualificados para o fortalecimento das capacidades locais de CT&I. Já o Boletim Anual do observatório atualizou o monitoramento da produção científica nacional e incorporou um estudo analítico sobre a complexidade científica, reforçando a maturidade metodológica do observatório, e outro sobre a pesquisa em Inteligência Climática nos países do Brics mais. Esse boletim, disponibilizado nas plataformas do Centro, será objetivo de eventos estratégicos para debates aprofundados no início de 2026. Além disso, a equipe apoiou projetos estratégicos como a elaboração do Plano Estadual de CT&I do Espírito Santo (PCTI-ES), a reestruturação estratégica do Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do ES (CPID) e o Projeto Subsídios para a CT&I na Amazônia, ampliando a aplicação de indicadores e análises em políticas públicas.

A presença institucional do Octi também se ampliou, com participação em eventos nacionais e internacionais dedicados a tendências de futuro, *foresight* e inovação. O observatório esteve presente em encontros promovidos pela Firjan, no *Seminário Internacional de Foresight* e em discussões no âmbito do Brics, fortalecendo a sua inserção em debates globais e consolidando o seu papel como referência técnica em métricas e interpretação de dinâmicas científicas.

Para 2026, o Octi projeta a expansão de suas capacidades analíticas e institucionais. Estão previstas a aplicação ampliada da metodologia de complexidade científica regional, a elaboração do boletim de CT&I do Rio de Janeiro, a atuação na Rede Nacional de Indicadores Estaduais de CT&I e a evolução da Plataforma Octi, com novas dimensões analíticas, interoperabilidade expandida e versão bilíngue. O planejamento inclui, ainda, ações de comunicação estratégica e a realização de encontros metodológicos voltados à padronização e consolidação nacional de indicadores.

Assim, 2025 marcou o fortalecimento do Octi como centro de excelência em dados, indicadores e análise estratégica, ampliando a sua contribuição para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de CT&I no país.

Produto Pactuado: Indicador de Complexidade Científica: metodologias e aplicações.

Observatório de RH para CT&I - ORHCTI

Linha de Ação V – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **Classificação:** Projeto de Atividade

Situação: em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Sofia Cristina Adjuto Daher

Demandante: MCTI

Em 2025, o Observatório de Recursos Humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação (ORHCTI) atuou em duas frentes principais: a aquisição e atualização das bases de dados e o planejamento e a realização de estudos. Por meio de acordos de cooperação técnica com a Capes e com o Ministério do Trabalho e Emprego, o CGEE acessou novos dados da Plataforma Sucupira e da Rais, respectivamente. A cobertura atual passou a abranger o período de 1996 a 2024 para as titulações e de 2009 a 2023 para o emprego formal, portanto, dois anos a mais.

No âmbito dos estudos, destacou-se a construção e a aplicação de uma metodologia de análise da cor ou raça dos mestres e doutores titulados no Brasil, a partir da combinação de dados da Plataforma Sucupira (Capes/MEC) e da Plataforma Lattes (CNPq/MCTI). A metodologia permitiu analisar essa variável demográfica e resultou em um panorama detalhado das assimetrias e dos avanços na formação e no emprego, sob a perspectiva racial, em escala nacional e regional. Os resultados foram divulgados por meio de um capítulo interativo no relatório Brasil: Mestres e Doutores 2024 (<https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/-/8.1-evolucao-titulos-cor>) e de um documento analítico aprofundado, que incorporou aspectos da mobilidade e da absorção territorial segundo cor ou raça. O estudo foi apresentado na 77ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 2025, e obteve ampla repercussão em mídias digitais, jornais e TV.

Outra iniciativa relevante foi a elaboração da série *Mestres e doutores nas unidades da Federação*, voltada à produção de dados detalhados em escala estadual e à inovação no processo de geração de informações, com vistas à maior agilidade na disponibilização de resultados para subsidiar decisões nos Sistemas Estaduais de CT&I. De forma experimental, foram produzidos 27 relatórios padronizados, referentes aos estados e ao Distrito Federal, utilizando a ferramenta *R Markdown* aplicada a um amplo conjunto de dados. O estudo incorporou os anos de 2022 e 2023, adicionando dois anos de análise em relação ao último Brasil: Mestres e Doutores 2024, e converge com a iniciativa do MCTI para a constituição da Rede de Indicadores Estaduais de CT&I (RIECTI).

Outro estudo desenvolvido abordou tema estratégico relacionado ao emprego de mestres e doutores na indústria e em setores intensivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), contribuindo para o debate sobre a necessidade de ampliação e diversificação dos campos de atuação profissional desse público.

Em articulação com outros projetos do Centro e do MCTI, destacam-se, ainda, as seguintes

contribuições em andamento:

- 1) atualização dos indicadores de recursos humanos para o painel da geografia da CT&I no Brasil, do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi);
- 2) disponibilização de dados sobre formação de pessoal e início dos estudos sobre mestres e doutores em inteligência artificial, a serem desenvolvidos em 2026, em parceria com o Observatório de Inteligência Artificial (ObIA);
- 3) contribuições ao projeto Estudo e prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC, com adaptação das metodologias do ORHCTI para análises sobre técnicos e graduados, visando subsidiar políticas públicas de formação de pessoal; e
- 4) planejamento da atualização dos dados Brasil, produzidos pelo CGEE, para a parceria entre o MCTI e a OCDE no âmbito do *Research and Innovation Careers Observatory* (REiCO). Para concluir, encontra-se em curso a reformulação do site do ORHCTI, com foco na criação de uma plataforma dinâmica que amplie a acessibilidade às informações, aos dados e aos indicadores produzidos, otimize a experiência do usuário e fortaleça o engajamento com diferentes públicos.

Para 2026, estão previstas, além das atividades já mencionadas: a divulgação e o aperfeiçoamento do relatório estadual de mestres e doutores, a partir da articulação com o MCTI e as FAPs; a atualização do estudo sobre participação societária em empresas brasileiras, ampliando a análise da inserção profissional de mestres e doutores; e a realização de um seminário com especialistas para discutir o futuro do trabalho de mestres e doutores, considerando novas relações e formas de trabalho. O ORHCTI também deve contribuir com o planejamento metodológico e execução do estudo sobre diásporas científicas, em colaboração com o projeto Diplomacia da Inovação: evidências científicas para inserção internacional do Brasil, junto ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Produto Pactuado: Estudo sobre o perfil de cor e raça dos mestres e doutores no Brasil;

Série Formação e Emprego: Mestres e Doutores nas Unidades da Federação.

Serviço de Exploração de Dados e Visualização da Informação - EDVI

Linha de Ação V – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **Classificação:** Projeto de Atividade
Situação: em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026
Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Jackson Max Furtunato Maia
Demandante: MCTI

Ao longo deste ano, o Serviço de Exploração de Dados e Visualização da Informação (EDVI) concentrou esforços no desenvolvimento e na validação de ferramentas e metodologias para fortalecer a capacidade analítica do CGEE. Na linha de análise de redes de documentos e currículos *Lattes*, avançou-se no protótipo da nova versão do *insightNet* (iN), com *back end* em *Python*, incorporando visualizações em 3D, geração de n-gramas, diagramas estratégicos e linhas do tempo, com desempenho superior à versão anterior em *Java*. Também foram implementadas funcionalidades para leitura de metadados das bases *Scopus* e *The Lens* e desenvolvido um módulo multiplataforma em *JavaScript* para visualização de redes 3D de grande escala.

No período coberto por este relato, destacaram-se colaborações com projetos estratégicos, como o Observatório Brasileiro de Inteligência Artificial; o apoio ao CNPq, à Agenda Positiva para Mudanças do Clima, do GCEE; Colaboração Internacional com a JRC; e apoio no tratamento de dados textuais da consulta pública para a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2024-2034. Em todos os casos, houve desenvolvimento de visualizações e novas abordagens analíticas.

Destacou-se também a participação ativa de toda a equipe na elaboração do projeto Finep (Proinfra), concedido, para a criação de uma infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento de produtos de inteligência artificial (IA). Foram, ainda, conduzidas provas de conceito, incluindo: comparação entre tradutores automáticos com modelos *LLama3.2* e *GPT-4 mini*; extração de nomes de novas espécies em títulos de artigos científicos para o subprojeto Protax (CNPq); análise exploratória das bases *The Lens* e *Dimensions*; estudo comparativo de cobertura de bases bibliográficas (*Web of Science*, *Scopus*, *OpenAlex*, *Dimensions* e *The Lens*); geração de redes a partir de dados do *OpenAlex* com tradução e formatação para uso no iN; e identificação automática de idiomas com base na lei de *Zipf*, utilizada no projeto JRC.

Também foram desenvolvidas novas visualizações com *scatterplots* e histogramas marginais e modelos de *deep learning* para a classificação, a partir de textos descritivos de projetos, de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de conteúdos pertinentes a ciência, tecnologia e inovação.

Ao longo do segundo semestre, no eixo de produtos de IA, destacaram-se a realização de: a) Uma prova de conceito de um sistema de busca inteligente na base *OpenAlex*, com a tradução de conteúdos de diversas línguas para apenas um idioma, viabilizando assim o processamento

adequado do conjunto de textos; b) Desenvolvimento de assistentes de IA para a construção de *chatbots* multilíngues para a divulgação de publicações do CGEE (Livro Violeta da 5ª Conferência Nacional de CT&I e *Bioethanol, Fast track to Mobility decarbonization*); c) Desenvolvimento de corretor ortográfico de textos em arquivos *word*, com opções de uso baseado em diferentes modelos de linguagem, particularmente modelos locais, que preservam o sigilo do texto e d) Criação de processo de tratamento e classificação de contribuições enviadas a consultas públicas, aplicado ao caso da ENCTI 2024-2034.

A consolidação dessas frentes reforça a capacidade do CGEE de adaptar ferramentas a novas demandas, explorar bases diversas e ampliar a oferta de soluções analíticas baseadas em dados. A equipe seguirá focada no aprimoramento técnico, particularmente na linha de IA, testes em ambiente real, articulação com áreas internas para garantir soluções alinhadas às necessidades institucionais e adaptação à nova infraestrutura a ser adquirida com os recursos do Proinfra-Finep.

Produto Pactuado: Relatório de desenvolvimento de processos e produtos de monitoramento, análise e visualização de dados do CGEE – 2025.

Observatório de Fomento à Inovação

Linha de Ação V – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **Classificação:** Projeto de Atividade

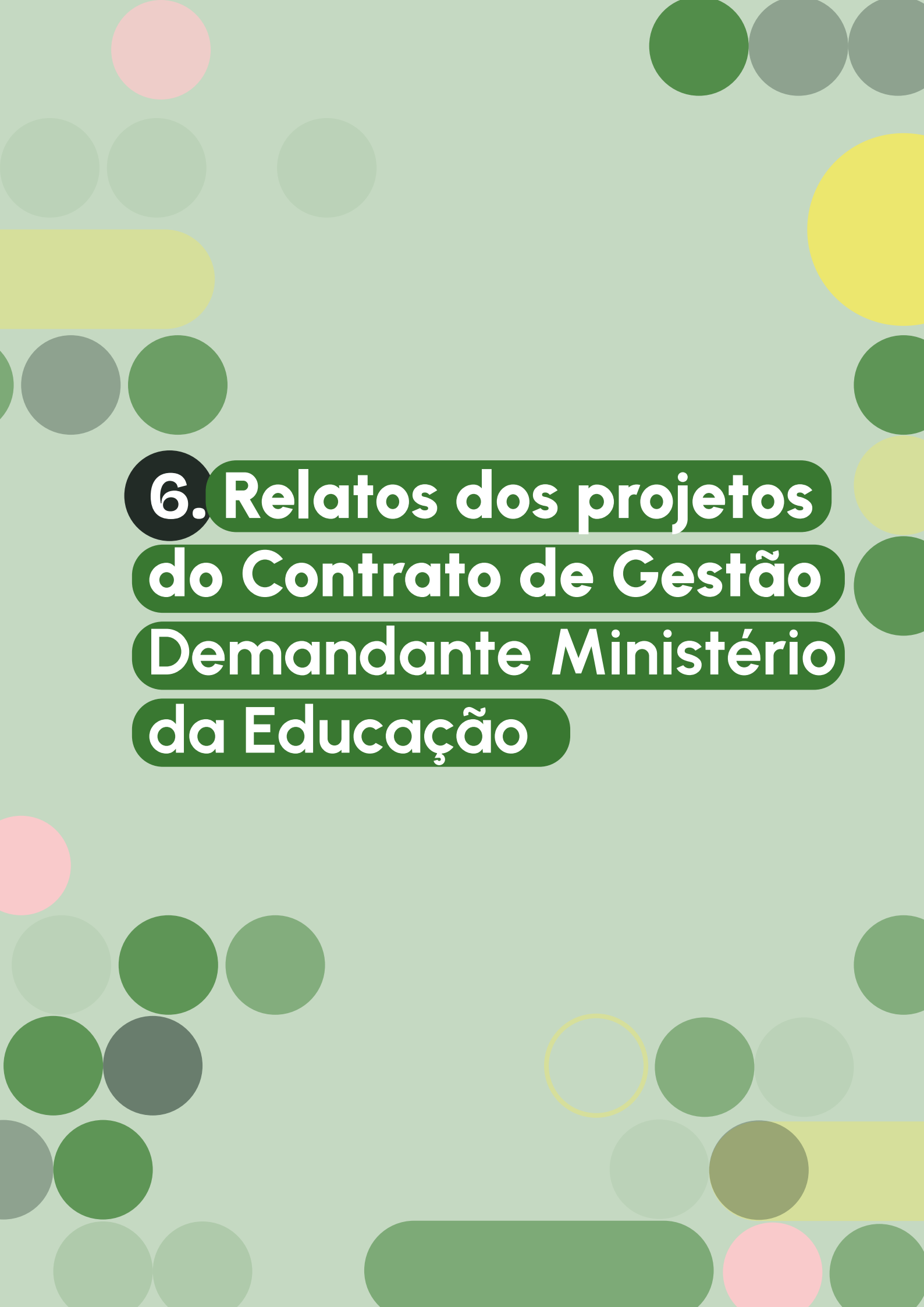
Situação: em Andamento **Data de conclusão:** 31/12/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Alessandra Brandão

Demandante: Setec/MCTI

O projeto em questão foi autorizado com a assinatura do 15º TA, realizada em 15 de dezembro de 2025, e seu planejamento e execução terão início em 2026.

Produto Pactuado: Sem produto pactuado para 2025.



6. Relatos dos projetos do Contrato de Gestão Demandante Ministério da Educação

Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Residência Pedagógica (PRP) e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) – Capes

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Em andamento

Data de conclusão: 31/12/2025

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes

Líder: Sofia Cristina Adjuto Daher

Demandante: MEC(Capes)

O projeto, demandado pela Capes, tem por objetivo avaliar os programas voltados à formação de professores das redes públicas de educação básica, sob a perspectiva do estudo das trajetórias de formação e de emprego dos participantes que constituem os seus públicos-alvo. As etapas percorridas no primeiro semestre tiveram como propósito viabilizar o compartilhamento de bases com dados identificados de bolsistas e alinhar os alvos da avaliação com analistas da Capes. Foram realizadas sucessivas atividades de articulação para a celebração de um acordo de cooperação técnica (ACT), condição para o compartilhamento dos dados, que logrou êxito com a assinatura do acordo em 30 de maio.

O trabalho está dividido em três trilhas, que se relacionam com os programas e temas: a trilha 1 busca mapear e descrever os principais temas da produção científica, a partir de bases indexadas, e as competências humanas relacionadas a essa produção, segundo a Plataforma *Lattes* de currículos. A trilha 2 trata da avaliação do Programa de Iniciação à Docência (Pibid) e do Programa de Residência Pedagógica (PRP) e, a trilha 3, da avaliação do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

As trilhas 2 e 3 foram desenhadas para fornecer um panorama geral de cada programa; realizar os estudos sobre os seus egressos, indicando as principais trajetórias de formação e de emprego; avaliar as trajetórias à luz dos objetivos dos programas; e, por fim, analisar os efeitos dos programas, com insights sobre possíveis impactos.

O segundo semestre contemplou as primeiras entregas do projeto, como o marco inicial, que definiu e aprofundou os aspectos metodológicos, de dados, governança e prazos. Consultorias com *expertise* em avaliação de programas, educação e formação de professores também foram contratadas nesse período, para se somarem às equipes do Observatório de Recursos Humanos para CT&I, do Observatório de CT&I (Oocti) e da unidade de dados do CGEE, compondo a equipe técnica do projeto.

No dia 23 de outubro de 2025, realizou-se no CGEE a primeira reunião com os dirigentes das duas instituições, as equipes técnicas e os consultores, com o objetivo de alinhar as expectativas e de apresentação do marco inicial do projeto. Em paralelo, um processo laborioso de preparação dos dados para cruzamento com as demais bases de formação e emprego demandou sucessivas reuniões, realizadas semanalmente, para definições metodológicas conjuntas com a equipe técnica da Capes.

Após essa etapa, foi possível dar início aos trabalhos na sala segura do Inep, que permitirá verificar e caracterizar a conclusão das licenciaturas, objetivo primeiro dos programas. Também foi entregue para validação o primeiro produto referente à trilha 1, sobre a produção científica, realizado em parceria com o Octi. Para concluir, os panoramas dos programas, que servem como ponto de partida para a avaliação, encontram-se em fase final de redação. As próximas atividades do projeto preveem as entregas dos panoramas e a primeira retirada do conjunto extenso de resultados sobre as trajetórias de egressos, gerados no Inep, para início da etapa avaliativa propriamente dita.

Produto Pactuado: Sem produtos para 2025.

Avaliação Estratégica de Programas em Educação no Âmbito Federal da EPT

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES Classificação: Projeto Temático

Situação: Em andamento **Data de conclusão:** em negociação com o demandante

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Sofia Cristina Adjuto Daher

Demandante: MEC

O projeto Avaliação estratégica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), desenvolvido sob demanda da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), atua em duas frentes principais: a primeira tem por objetivo colaborar para o desenvolvimento de indicadores de empregabilidade de egressos; e a segunda busca analisar a evasão dos alunos da RFEPECT. Durante esse ano, o CGEE se dedicou a interagir com a Diretoria de Desenvolvimento da Rede DDR/SETEC/MEC visando finalizar os documentos assim como alinhar o lançamento dos estudos pactuados com a secretaria.

Os produtos previstos, embora não estejam formalizados por meio de um termo aditivo ao contrato de gestão com o CGEE, foram realizados e entregues conforme os planos de trabalho

acertados com a DDR. O primeiro componente, *Fundamentos para elaboração de indicadores de empregabilidade para egressos da RFEPCT*, foi abordado em relatórios preliminares entregues à Setec e finalizado com o documento intitulado Estudo sobre indicadores de empregabilidade, dados correlacionados, desafios e possibilidades de implementação. Foi elaborado um alicerce teórico/conceitual que, combinado com um *benchmarking* internacional, permitiu oferecer reflexões sobre possíveis indicadores de empregabilidade para egressos da RFEPCT. O documento traz, ainda, um resumo executivo com principais achados e recomendações.

Outra parte importante do estudo sobre empregabilidade visou analisar a formação e o emprego formal dos egressos do ensino médio da RFEPCT. Esse componente do estudo apresenta uma ampla análise sobre a inserção profissional dos técnicos de nível médio egressos da RFEPCT, dos seus empregadores, remunerações, mobilidade regional e verticalização dos estudos.

Em decorrência da combinação de um grande volume de dados provenientes da Plataforma Nilo Peçanha - PNP (Setec/MEC), Censo da Educação Superior (Inep/MEC), Plataforma Sucupira (Capes/MEC) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais/MTE), o relatório foi desenvolvido no formato interativo na web, de modo a facilitar o acesso a análises, gráficos e tabelas, oferecendo grande riqueza de detalhes. O estudo aguarda autorização da DDR para lançamento e disponibilização permanente, visando contribuir para políticas públicas de formação e emprego.

O estudo foi parcialmente apresentado na 49ª Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Reditec) 2025. O segundo componente sobre a evasão na RFEPCT foi divulgado por meio de três relatórios. Esses documentos trazem importantes contribuições sobre aspectos dos determinantes da evasão, perfis de grupos, incluindo características institucionais associadas à evasão, transições para a educação superior e temporalidade das trajetórias relacionadas à evasão.

Uma versão unificada com esses três estudos sobre evasão foi desenvolvida, em que a Parte I apresenta um relatório analítico sobre os fatores associados à evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de examinar a influência de fatores sociodemográficos, institucionais e regionais no desligamento escolar. Por meio de regressão logística, identifica como principais fatores associados à evasão a idade, a inserção no mercado de trabalho, a renda familiar e o tipo de oferta do curso, além de perfis de estudantes com maior risco. Essa parte fundamenta conceitual e empiricamente as análises seguintes.

A Parte II analisa as trajetórias longitudinais dos estudantes na RFEPCT, investigando o tempo de permanência de 2018 a 2022 e como características como idade, sexo, cor ou raça, renda, trabalho e modalidade de ensino afetam a evasão ao longo do tempo. A seção estima o tempo até a evasão e indica que estudantes mais jovens, em cursos integrados e presenciais, tendem a permanecer por mais tempo. Também aponta efeitos da pandemia de Covid-19 nas taxas de permanência e evidencia desigualdades regionais e institucionais que tornam mais difícil a trajetória acadêmica dos estudantes mais vulneráveis.

A Parte III amplia a análise para além da evasão ao investigar as transições de estudantes da RFEPCT para o ensino superior, especialmente daqueles que se desligam de cursos técnicos, mas continuam os estudos em graduações. A partir do cruzamento de dados da PNP, do Censo da Educação Superior e da Rais/MTE, o estudo identifica perfis desses estudantes, instituições de destino, modalidades e tipo de oferta dos cursos, além de condições socioeconômicas.

Os resultados questionam a noção de evasão como abandono total, mostrando que uma parcela relevante dos que deixam cursos técnicos sem concluir segue para o nível superior, evidenciando trajetórias formativas não lineares. Em conjunto, as partes que compõem este relatório fornecem uma base sólida para repensar estratégias de permanência e sucesso escolar na RFEPCT.

Ao incorporar dimensões quantitativas, longitudinais e institucionais, o trabalho contribui para a construção de políticas públicas eficazes, equitativas e sensíveis às realidades dos estudantes, direcionadas ao fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Todos esses estudos foram apresentados à DDR/Setec/MEC pelo CGEE e equipe de consultores, em 23 de maio de 2025. Ocorreu uma readequação de cronograma, em função do cenário orçamentário, sendo acompanhado tecnicamente para preservar a qualidade e garantir a continuidade de possíveis novas entregas.

Produto Pactuado: Sem produtos para 2025.



7. Relatos dos projetos

Contratos Administrativos

Reposicionamento Estratégico IPEM/SP

Linha de Ação - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Em andamento **Data de conclusão:** 30/10/2025

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Dulcilene Claudia Xavier

Demandante: Ipem

No exercício de 2025, o projeto desenvolvido pelo CGEE em parceria com o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem/SP) consolidou entregas estratégicas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura da qualidade desta unidade da Federação, com impactos diretos na segurança do cidadão, na conformidade regulatória e no adequado funcionamento de mercados sujeitos à fiscalização estatal.

O período marcou a conclusão da fase principal do contrato original e a transição para a etapa de operação assistida, orientada à incorporação efetiva das soluções às rotinas institucionais do Ipem/SP. Essa abordagem assegurou que as entregas realizadas se traduzissem em capacidade operacional permanente, mitigando riscos de descontinuidade e ampliando a efetividade do gasto público.

Destaca-se, nesse contexto, o apoio da equipe CGEE desde a negociação com o setor produtivo, especificamente a Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux), para doação da infraestrutura, até a concepção conceitual e a modelagem de implantação do Laboratório de Iluminação, estruturado para ampliar a capacidade do Estado na verificação da conformidade de produtos submetidos a requisitos técnicos e regulatórios. O laboratório contribui para a proteção do consumidor, a eficiência energética e a redução de assimetrias concorrenciais, ao assegurar que produtos comercializados atendam aos padrões normativos vigentes. Em 2025, avançaram a capacitação das equipes, a definição dos fluxos operacionais e a estruturação dos mecanismos de monitoramento e avaliação, preparando o laboratório para a plena operação, tudo estruturado e acompanhado pela equipe CGEE.

No campo do fortalecimento institucional e da transparência regulatória, o CGEE auxiliou na estruturação e modelagem do Programa Saber Ipem, com oferta inicial de cursos e ações de disseminação do conhecimento técnico-científico. A iniciativa contribui para a qualificação dos agentes públicos, a previsibilidade regulatória e o alinhamento entre fiscalização, setor produtivo e sociedade.

Como instrumento de defesa do consumidor e de fortalecimento da confiança no mercado, o CGEE apoiou na concepção e discussão interna da plataforma *Bomba Segura*, que amplia a transparência das ações de fiscalização ao identificar postos com bombas certificadas. A ferramenta auxilia na prevenção e no enfrentamento de fraudes metrológicas, reduz riscos ao cidadão e contribui para

a integridade concorrencial do setor de combustíveis, área de elevada sensibilidade econômica e social.

Apesar de impactos pontuais decorrentes de contingenciamentos orçamentários e atrasos nos repasses financeiros, o CGEE manteve acompanhamento técnico e gerencial contínuo, assegurando a aderência das ações ao planejamento pactuado e à preservação dos objetivos estratégicos do projeto.

A relevância dos resultados alcançados fundamentou a celebração de termo aditivo, prorrogando a vigência contratual por mais 12 meses. O novo ciclo priorizou iniciativas de alto impacto regulatório, com destaque para o Laboratório Antifraudes de Combustíveis, voltado ao fortalecimento do exercício do poder de polícia delegado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ao Ipem/SP. Em 2025, a equipe CGEE e Ipem conduziu ações estruturantes para definição de parcerias, incluindo a Prefeitura de Bauru (SP), com vistas à implantação do laboratório no município em 2026. Tais ações estruturantes também resultaram na definição de requisitos técnicos, modelo operacional e planejamento de infraestrutura relacionados à iniciativa. Este laboratório irá ampliar a capacidade do Estado no combate as irregularidades, na proteção do consumidor e na garantia da conformidade do mercado.

Dessa forma, o projeto evidencia, no exercício de 2025, a atuação do CGEE como parceiro técnico-estratégico do Ipem/SP na estruturação de capacidades regulatórias duradouras, alinhadas ao interesse público, à boa governança e à efetividade das políticas de fiscalização do Estado de São Paulo.

Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Espírito Santo / Secti/ES

Linha de Ação - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Concluído **Data de conclusão:** 31/12/2025

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Adriana Badaró de Carvalho

Demandante: SECTI/ES

Em 2025, o projeto de elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Espírito Santo (PCTI-ES) avançou de forma decisiva, consolidando-se como uma iniciativa estratégica de apoio à formulação de políticas públicas de CT&I em nível estadual. O trabalho foi estruturado pelo Octi/CGEE a partir de uma base analítica robusta, combinando diagnóstico técnico, análise prospectiva, articulação institucional e construção participativa de uma agenda orientada ao desenvolvimento de longo prazo do Estado.

No primeiro semestre, o foco esteve na finalização e validação do diagnóstico do sistema capixaba de CT&I, elaborado a partir das oficinas realizadas em 2024 e complementado por análises técnicas aprofundadas. O diagnóstico incorporou estudos sobre setores estratégicos do Estado, tendências globais, nacionais e regionais, bem como uma leitura sistemática da nova agenda de políticas públicas de CT&I e de seus instrumentos nos diferentes níveis de governança. Em parceria com o Observatório de Recursos Humanos para CT&I do CGEE, foi realizada uma análise dos percursos formativos e profissionais no Espírito Santo, identificando desafios e oportunidades para a formação, atração e retenção de talentos. De forma complementar, o Octi conduziu o mapeamento da produção científica capixaba, destacando capacidades instaladas, áreas de excelência e lacunas estruturais.

Esses insumos subsidiaram a construção da agenda estratégica do PCTI-ES, debatida em oficinas com representantes do governo estadual e de instituições locais. O processo permitiu identificar sinais de futuro, priorizar áreas críticas e estruturar diretrizes, eixos estruturantes, linhas de ação, iniciativas e metas alinhadas às transformações científicas, tecnológicas e produtivas em curso. Como resultado, foi elaborada a minuta do Plano Estadual de CT&I, com horizonte de dez anos, consolidando uma estratégia integrada para o fortalecimento do sistema estadual.

No segundo semestre, a minuta do PCTI-ES foi discutida e validada junto à Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI), à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e à Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI), sendo encaminhada para consulta pública e ajustes finais. Esse processo resultou na finalização e entrega de um plano consistente e inovador, com lançamento previsto pelo Governo do Estado do Espírito Santo no primeiro semestre de 2026. Na sequência, foi elaborado o Plano de Monitoramento e Avaliação, instrumento essencial para assegurar o acompanhamento sistemático das ações, a mensuração de resultados e a promoção da aprendizagem institucional ao longo da implementação do plano, também concluído no período.

Para além dos produtos técnicos, a elaboração do PCTI-ES consolidou-se como uma experiência estratégica de articulação interna no CGEE, integrando diferentes frentes de trabalho, *expertises* e metodologias em torno de uma política pública estruturante. Essa atuação reforçou o papel do Centro como referência no apoio à formulação de estratégias de CT&I em nível estadual, criando bases metodológicas e institucionais para a replicação da experiência em outros territórios.

A conclusão do PCTI-ES consolida, assim, uma estratégia de longo prazo fundamentada em evidências e orientada ao fortalecimento das capacidades científicas, tecnológicas e inovativas do Espírito Santo.

Gerenciamento de Riscos Técnicos e Requisitos para Microlançador Brasileiro ML-BR / Cenic

Linha de Ação - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Em andamento **Data de conclusão:** 20/03/2027

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes **Líder:** Thyrso Villela

Demandante: Finep/Cenic

Como destaque do ano de 2025, a equipe do Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) entregou os quatro produtos relacionados ao gerenciamento de requisitos, riscos técnicos, gerenciamento tecnológico e cerceamento tecnológicos previstos no contrato administrativo assinado em 20 de setembro de 2024. Cabe registrar que o projeto ML-BR, sugerido pelo OTE/CGEE em 2018, para a construção de um veículo lançador de pequeno porte para nano e microsatélites - apoiado financeiramente pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com cerca de R\$ 190 milhões, depois de ter sido selecionado em um edital de subvenção econômica -, teve seu desenvolvimento formalmente iniciado. O projeto ML-BR está sendo desenvolvido por um consórcio de empresas liderado pela Cenic Engenharia, Indústria e Comércio Ltda., de São José dos Campos, SP, e composto por mais quatro empresas (*Concert Technologies, Delsis, Etsys e Plasmahub*), tendo o CGEE como uma das instituições de ciência e tecnologia (ICT) associadas ao projeto. Trata-se de um marco importante para o Programa Espacial Brasileiro e para o País. O OTE/CGEE é o responsável pelo gerenciamento dos requisitos e dos riscos técnicos desse projeto. Para a realização desse gerenciamento pelo CGEE, foi assinado contrato entre o CGEE e o consórcio liderado pela empresa Cenic no valor de R\$ 1.740.000,00. O líder do OTE participou de reuniões mensais de acompanhamento do projeto ML-BR em São José dos Campos (SP), onde também estiveram representantes das empresas do consórcio que estão construindo o ML-BR. O líder participou ainda, nos dias 23 a 31 de maio de 2025, da *Critical Design Review* (CDR) do projeto ML-BR, que contou com a presença de membros da Finep e da AEB, em São José dos Campos (SP). A CDR é importante para avaliar a maturidade do projeto e sua prontidão para avançar à próxima fase do ciclo de desenvolvimento, o que inclui: a fabricação e os ensaios de qualificação dos equipamentos; a montagem e os testes dos subsistemas; bem como a integração e os testes do sistema completo. A revisão demonstra que o projeto apresenta um *design* consolidado, com os requisitos técnicos atendidos nos níveis de sistema e subsistemas, além de interfaces críticas devidamente definidas. Durante a reunião, foram analisados a situação da qualificação de processos críticos, a compatibilidade com interfaces externas, o planejamento das atividades de montagem, integração e testes (*Assembly Integration Testing*), além de aspectos relacionados à segurança, à garantia do produto, à mitigação de riscos e aos destroços espaciais (*debris*).

Para o próximo semestre, será dada continuidade no processo de acompanhamento do desenvolvimento e da construção do lançador ML-BR, com trabalhos relacionados ao gerenciamento tecnológico, de requisitos e de riscos técnicos e de cerceamento, bem como nas atividades de preparação para as campanhas de lançamento a serem realizadas pela equipe do OTE/CGEE.

Panorama de Tecnologias Estratégicas/ PTE

Linha de Ação - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES **Classificação:** Projeto Administrativo

Situação: Concluído **Data de conclusão:** 01/03/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Alessandra de Moura Brandão

Demandante: *Netherlands Innovation Network*

O projeto teve como demandante a *Netherlands Innovation Network in Brazil*. Durante o primeiro semestre, foram concluídos os produtos contratados - *The Brazilian Landscape of Science, Technology and Innovation in Artificial Intelligence; and The Brazilian Landscape of Science, Technology and Innovation in Semiconductors* e suas respectivas apresentações em *powerpoint*. Dentre as principais dificuldades enfrentadas, destacam-se as questões relacionadas à extração e análise de patentes, principalmente no que se refere aos recortes e filtros que deveriam ser aplicados. Essa dificuldade impactou no prazo de execução do projeto. Por outro lado, os demandantes se mostraram muito satisfeitos com o trabalho entregue. Outro ponto a ser destacado é a visibilidade positiva do projeto nos mais diversos meios de comunicação.

Projeto Offset Exportação - Brasil (POE-BR) / ABDI

Linha de Ação - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES **Classificação:** Projeto Administrativo

Situação: Em andamento **Data de conclusão:** 10/11/2026

Diretor Supervisor: Fernando Cosme Rizzo Assunção **Líder:** Alessandra de Moura Brandão

Demandante: ABDI

O projeto tem como objetivo o estudo de viabilidade de um banco de crédito de *offset* ofertante no Brasil, com foco na promoção de contrapartidas estratégicas no âmbito do mercado de defesa. O contrato administrativo com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foi assinado em março de 2025. Foram entregues à ABDI o Marco Inicial, que apresentou, de forma

detalhada, o escopo, a estratégia metodológica e o planejamento de execução do projeto, de modo a orientar a condução das atividades previstas contratualmente; o relatório técnico sobre o mecanismo de *offset* e mercado de defesa; o plano metodológico para a realização da oficina com a Base Industrial de Defesa (BID) e do relatório técnico sobre *offset* exportação: panorama nacional. Além disso, a equipe técnica do projeto participou do *Global Industrial Cooperation Association (GICA) Conference*, realizada em outubro, na África do Sul.

Para 2026, serão entregues o relatório técnico sobre *offset* exportação: desafios e oportunidades para o Brasil; e o relatório técnico conclusivo sobre a viabilidade de banco de *offset* exportação no Brasil: perspectivas e recomendações, que apresentará um estudo aprofundado sobre a prática de exportação de *offset* no cenário internacional, com base nas informações coletadas ao longo das missões internacionais realizadas no âmbito do projeto, bem como na pesquisa bibliográfica e documental conduzida sobre o tema. Além disso, estão programadas a participação da equipe técnica no GICA, em Washington (EUA), em maio, e nas missões internacionais detalhadas no Marco Inicial.

Apoio Técnico para a Elaboração do PNDBio (TNC)

Linha de Ação - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Administrativo

Situação: Em andamento

Data de conclusão: 31/03/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna

Líder: Marcelo Khaled Poppe

Demandante: TNC

O projeto *Apoio técnico para a elaboração do PNDBio (TNC)* visou a prover subsídios técnicos e metodológicos à Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) via interlocução pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que desempenhou a função de secretaria executivo da CNBio para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio).

Durante o ano de 2025, o CGEE desenvolveu um Plano de Trabalho, fundamentado na metodologia de Políticas Orientadas por Missões, que envolveu: adaptação e incorporação das atividades já desempenhadas pelo Plano Nacional de Sociobioeconomia (Plano SocioBio); e estabelecimento das etapas para a elaboração do PNDBio.

O projeto foi iniciado com um conjunto de atividades que visaram à adaptação do Plano SocioBio. Dentre elas: avaliação e revisão do material já produzido, apoio na proposta inicial de missões para a sociobioeconomia, participação em oficina interministerial para a definição de missões e ações estratégicas em sociobioeconomia e elaboração e execução de capacitação em Políticas Orientadas por Missões.

Dentre as principais atividades efetuadas ao longo do ano destacam-se: gestão e orientação técnica e metodológica dos três Grupos de Trabalho da CNBio (GT-CNBio) para determinação das missões, metas e ações estratégicas da bioeconomia; apoio técnico para a elaboração das metas quantitativas de cada missão; gestão, articulação e construção do documento de iniciativas nacionais em bioeconomia; apoio na elaboração do Capítulo de Sistema Nacional de Conhecimento e Informações da Bioeconomia (SNCIBio); elaboração da primeira versão do Capítulo de Ecossistemas de Inovação; elaboração de proposta de indicadores e responsáveis por ação estratégica; produção dos capítulos introdutórios e metodológicos; revisão técnica dos capítulos elaborados por outros membros e consultores da CNBio; produção do documento consolidado para a segunda consulta pública; avaliação e consolidação de todas as contribuições da consulta; produção de resumo executivo e documento final do Plano, editados e diagramados; e participação em todas as reuniões da CNBio e de suas câmeras técnicas.

A principal atividade no final do ano foi a participação e realização de eventos na COP 30 para o anúncio do PNDBio.

Colaboração Internacional com a JRC

Linha de Ação – ARTICULAÇÃO **Classificação:** Projeto Administrativo

Situação: Concluído **Data de conclusão:** 15/07/2025

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna

Líder: Caetano Christophe Rosado Penna

Demandante: JRC

Durante o primeiro semestre de 2025, foi realizado estudo abrangente sobre o panorama do financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para o desenvolvimento sustentável na África Subsaariana. Foi desenvolvida uma metodologia inovadora em três componentes, que incluiu: análise descritiva de bases de dados públicas (TOSSD da OECD) e privadas (*Partech, Africa: The Big Deal*); revisão de indicadores complementares e de relatórios governamentais e institucionais; e aplicação avançada de técnicas de mineração de texto com aprendizado de máquina.

Estes esforços resultaram em contribuições metodológicas que expandiram os *frameworks* existentes de medição de projetos de CT&I em estatísticas de ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD), inclusive para identificação do alinhamento desses projetos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Adicionalmente, foi produzido um mapeamento extensivo do panorama de financiamento STI em oito países da África Subsaariana, revelando fluxos diversos, mas distribuição desigual, com dependência (e/ou subestimação em estatísticas

oficiais) de fluxos externos para atividades de CT&I.

No entanto, enfrentamos desafios substanciais relacionados ao escopo amplo e intrinsecamente ambicioso do projeto, que exigiu o desenvolvimento de metodologias completamente novas para abordar lacunas de medição em sistemas fragmentados de dados. Também prazos exíguos limitaram a profundidade de algumas análises, particularmente na validação extensiva dos modelos de aprendizado de máquina e na exploração completa de fontes de dados do setor privado. A indisponibilidade e qualidade inadequada dos dados representaram obstáculos críticos, incluindo inconsistências temporais entre diferentes fontes de dados, lacunas setoriais na cobertura de diferentes tipos de inovação, padrões de relatório inconsistentes entre países e instituições, e sub-relatório sistemático de investimentos. Esses desafios foram mitigados por meio da adoção de uma abordagem metodológica flexível e iterativa que nos permitiu adaptar as técnicas analíticas conforme as limitações de dados eram identificadas.

Especificamente, se destacam as dificuldades no acesso a bases de dados privadas e o atraso na contratação pela JRC da base *Briter Intelligence*. Adicionalmente, a complexidade conceitual dos ODS e as limitações dos dados de treinamento afetaram a precisão da classificação para certos ODS, especialmente o ODS 14 (Vida Marinha) com apenas 10% de precisão devido aos exemplos de treinamento limitados, enquanto aproximadamente 45% das entradas TOSSD careciam de *tags* explícitas de ODS, limitando a análise abrangente.

Esses obstáculos, esforços de superação e resultados permitiram-nos, entretanto, tirar lições de relevância não só para estudos futuros do CGEE, como também para o Brasil. Estas lições compreendem a necessidade de abordagens híbridas que integrem técnicas computacionais automatizadas com validação humana e controle de qualidade; a importância de expandir os *frameworks* de classificação além dos códigos de propósito tradicionais para capturar a natureza interconectada das atividades de desenvolvimento; e o reconhecimento de que a medição eficaz do financiamento CT&I-ODS requer não apenas volume de dados, mas também qualidade e consistência na marcação semântica. As melhorias identificadas incluem o desenvolvimento de instrumentos de financiamento inovadores para mobilizar fluxos financeiros substanciais (IDE, remessas, poupanças domésticas) rumo a atividades CT&I alinhadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável; o fortalecimento da coerência política por meio de estratégias CT&I claras e mecanismos de coordenação institucional; e a harmonização de *frameworks* de relatórios entre atores para melhorar o rastreamento de investimentos STI e seus impactos no desenvolvimento sustentável.

O projeto resultou na entrega de produtos e apresentações dos resultados intermediários e finais, como, por exemplo, em evento paralelo da 4ª Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4).

Os resultados obtidos, particularmente as inovações metodológicas em classificação automatizada e a identificação de lacunas críticas no financiamento STI para desenvolvimento sustentável, estabelecem uma base sólida para a continuidade da parceria entre o CGEE e o JRC. Embora a

parceria tenha surgido de diálogo direto entre CGEE e JRC, foi posteriormente incorporada ao plano de trabalho de cooperação MCTI-JRC. As contribuições metodológicas desenvolvidas - especialmente o sistema de classificação sequencial fundamentado em *embeddings* semânticos e redes neurais multicamadas - oferecem aplicabilidade potencial para outros contextos geográficos e domínios de política pública, tornando-se mais um instrumento na caixa de ferramentas metodológicas do CGEE.

A perspectiva de exploração de novas frentes inclui o aprofundamento da análise quantitativa de fluxos financeiros por meio da metodologia de tesouros de ODS, análise de correlação de códigos de propósito e técnicas avançadas de mineração de texto, bem como o desenvolvimento de recomendações políticas para coordenação mais eficaz entre atores e melhor alinhamento com os ODS. O *framework* metodológico estabelecido também possibilita investigações futuras sobre padrões temporais nas prioridades de financiamento STI e especialização de atores em ODS específicos, contribuindo para uma compreensão mais sofisticada dos mecanismos de financiamento transformativo para o desenvolvimento sustentável.

As metodologias desenvolvidas apresentam potencial de aplicação no contexto brasileiro, oferecendo instrumentos para mapear e analisar investimentos nacionais que contribuem para os ODS, bem como para avaliar o alinhamento de recursos públicos e privados de CT&I com as missões da Nova Indústria Brasil (NIB) e os objetivos do Plano de Transformação Ecológica. A capacidade de classificação automatizada de atividades CT&I e seu alinhamento com o desenvolvimento sustentável poderiam apoiar a elaboração de novo Relatório Nacional Voluntário que monitora a implantação e o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para uma alocação mais eficiente de recursos e maior coerência entre instrumentos de fomento à CT&I e prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável.

Gestão e Operação do Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento (CPID) do ES / CPID/ES

Linha de Ação – APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCTI

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Concluído **Data de conclusão:** 17/12/2025

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes

Líder: Adriana Badaró de Carvalho

Demandante: CPID/ES

Em 2025, foi executado o projeto de desenvolvimento do modelo de gestão e operação do Centro de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento (CPID) do Estado do Espírito Santo, a partir da formalização do contrato em junho, no âmbito da parceria entre o CGEE, a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). A iniciativa teve como objetivo estruturar um modelo

institucional orientado à autonomia, à sustentabilidade financeira e à inserção estratégica do CPID no ecossistema de inovação capixaba, em alinhamento com as políticas estaduais de CT&I.

O trabalho foi organizado em etapas integradas, incluindo diagnóstico situacional, *benchmarking*, construção participativa dos modelos de gestão e governança, definição de mecanismos de sustentabilidade econômica, proposição de instrumentos jurídicos e análises de viabilidade. O processo contou com articulação contínua entre especialistas e atores locais, assegurando aderência ao contexto institucional, regulatório e territorial do Estado.

No segundo semestre, foram concluídas as entregas associadas ao plano estratégico de fortalecimento da atuação externa do CPID e de estímulo à inovação. Destacam-se a definição de um modelo estruturado de parcerias com instituições públicas, grandes empresas e organizações do terceiro setor; bem como o alinhamento com referências nacionais e internacionais, visando a acelerar a maturidade institucional do Centro. Também foi elaborado um plano de inserção do CPID no ecossistema estadual, com diretrizes para a sua atuação como provedor de infraestrutura tecnológica, articulador de projetos estratégicos e indutor de inovação.

Os produtos entregues avançaram ainda na estruturação de redes de inovação baseadas no modelo da Hélice Tríplice, com a proposição de instrumentos jurídicos voltados à cooperação, à transferência de tecnologia e à execução de projetos conjuntos. No âmbito interno, foram definidas diretrizes para a gestão da inovação alinhadas às normas da série ISO 56000 e proposta a criação de Núcleos de Apoio à Inovação e à Transferência de Tecnologia (NAITT) organizados por verticais de mercado. Complementarmente, o estudo analisou a aplicabilidade de instrumentos de fomento à inovação - como Compras Públicas para Inovação, Encomenda Tecnológica e Bônus Tecnológico -, posicionando o CPID como potencial catalisador de sua implementação no Estado.

O projeto foi concluído em dezembro, com previsão de implementação das recomendações e dos modelos propostos pela SECTI a partir do início de 2026. Os resultados esperados indicam o fortalecimento do CPID como ator estratégico do ecossistema de inovação capixaba, com maior capacidade de operação sustentável, ampliação de parcerias, atração de projetos estruturantes e atuação central na articulação entre governo, academia e setor produtivo.

3ª Conferência Internacional Sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (3ª ICID) - CE

Linha de Ação – Articulação **Classificação:** Projeto Administrativo **Situação:** em Andamento

Data de conclusão: 29/04/2026

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna

Líder: Raiza Gomes Fraga

Demandante: Secitece-CE

A ICID III foi realizada em Fortaleza, de 15 a 19 de setembro de 2025, no Centro de Eventos do Estado. A Conferência teve mais de dois mil inscritos para participação presencial em cinco dias de programação, que totalizaram 53 mesas temáticas de discussão, contando com mais de 100 palestrantes especialistas. Mais de 20 mesas foram transmitidas pelo canal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos no Youtube, contabilizando mais de 3,5 mil visualizações, de forma a ampliar o acesso às mesas e discussões que ocorreram presencialmente na capital cearense. A ICID III também foi palco de apresentações de trabalhos científicos, tendo recebido mais de 150 submissões de trabalhos. Além disso, a Conferência contou com a presença de mais de 26 representantes de organizações sociais do Semiárido, sendo palco também de apresentações culturais, exposição fotográfica e feira de produtos orgânicos. Como resultados do projeto, foram publicados: a Carta de Fortaleza, os insumos técnicos para discussões na COP30 e os Anais dos trabalhos submetidos. Foi realizada, ainda, uma mesa de debates na Casa da Ciência (organizada pelo MCTI). Para garantir a realização do evento, o CGEE promoveu articulação junto à Embrapa, UNCCD, ao Consórcio Nordeste, à ANA, ao Sebrae e INSA. A parceria com atores relevantes garantiu a qualidade das exposições das mesas e a participação presencial durante toda a programação, tendo o CGEE alcançado o objetivo previsto de realizar um evento de excelência sobre terras secas, desertificação e adaptação climática.

Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (PCTI-MT)

Linha de Ação – ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Em andamento **Data de conclusão:** 10/09/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes

Líder: Adriana Badaró de Carvalho

Demandante: Fapemat

Em novembro de 2025, foi assinado o contrato administrativo com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para a elaboração da minuta do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (PCTI-MT), marcando o início formal da execução do projeto. Desde então, as atividades vêm sendo desenvolvidas conforme o cronograma pactuado, com articulação técnica contínua entre o CGEE, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (Seciteci/MT) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat).

No período entre setembro e outubro de 2025, foram realizadas cinco oficinas territoriais nas regiões intermediárias de Cáceres, Sinop, Rondonópolis, Cuiabá e Barra do Garças, com ampla participação de atores locais do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação de Mato Grosso. Essas oficinas não integram o escopo direto do contrato do PCTI-MT, tendo sido conduzidas

no âmbito de outro projeto, que também contou com a parceria da Seciteci e da Fapemat. Seus resultados, contudo, serão aproveitados como insumos qualificados para a fase de diagnóstico do PCTI-MT, em razão da convergência metodológica, da abrangência territorial e da diversidade institucional dos participantes.

As oficinas possibilitaram a coleta de percepções qualitativas sobre forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA), bem como a respeito desafios estruturantes do ecossistema estadual de ciência, tecnologia e inovação.

O andamento do projeto ocorre dentro do cronograma estabelecido, com a conclusão das atividades preparatórias e a finalização da redação do Produto 1 - Marco Inicial. Para o ano de 2026, está previsto o avanço do projeto para as fases de: diagnóstico aprofundado do Sistema Estadual de CT&I; construção da Agenda Estratégica; e elaboração da minuta do PCTI-MT, em consonância com o cronograma contratado e com o fortalecimento do processo participativo a ser desenvolvido ao longo dos dez meses de vigência do contrato.

Estudo Exploratório Sobre Sistema Nacional de Posicionamento, Navegação e Tempo (PNT) Baseado em Satélites de Baixa Órbita

Linha de Ação – ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Em andamento **Data de conclusão:** 22/08/2026

Diretor Supervisor: Anderson Stevens Leonidas Gomes

Líder: Thyrso Villela

Demandante: ABDI

O projeto *Estudo exploratório sobre sistema nacional de posicionamento, navegação e tempo (PNT) baseado em satélite de baixa órbita* é realizado no âmbito do contrato administrativo firmado entre o CGEE e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), assinado em 25/08/2025 e que teve como objetivo colaborar com o GT-23 do Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República (PR). O projeto é executado pela equipe do Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) do CGEE. O contrato previu a entrega de 3 produtos e a realização de atividades de prospecção e exploração de soluções de PNT para o País. No segundo semestre de 2025, foram desenvolvidos e entregues os três produtos pactuados.

Para o primeiro semestre de 2026, pretende-se continuar na prospecção de potenciais soluções que possam contribuir para a solução desse gargalo tecnológico, contribuindo, assim, para o aumento da autonomia tecnológica nacional em áreas estratégicas.

Transição Verde da Indústria - OSF

Linha de Ação – ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Classificação: Projeto Administrativo **Situação:** Em andamento **Data de conclusão:** 15/06/2027

Diretor Supervisor: Caetano Christophe Rosado Penna **Líder:** Marcelo Poppe e Caroline Pereira

Demandante: OSF

A trilha Oportunidades da Bioeconomia de avaliação integrada da bioindústria baseada na sociobiodiversidade foi iniciada no segundo semestre de 2025, com foco no planejamento do projeto Transição Verde da Indústria (TVI) e na promoção do diálogo sobre a bioeconomia brasileira. Foram estruturados o plano de trabalho, o cronograma de entregas, responsabilidades e o planejamento de comunicação. Foram definidas, ainda, as atividades a serem desenvolvidas ao longo de 2026. A primeira atividade planejada para 2026 é um *webinar* estratégico intitulado *Bioindústrias Brasileiras: promovendo a transição verde da indústria nacional*, cujos objetivos são: divulgar o projeto; levantar subsídios para o mapeamento setorial; e promover o compartilhamento de informações com atores-chave, tendo como questão orientadora a seleção de bioindústrias com maior impacto socioeconômico e ambiental.

Paralelamente ao planejamento, o projeto logrou uma importante inserção no cenário internacional durante a COP30. Para ampliar sua visibilidade e qualificar a comunicação pública, o CGEE executou uma estratégia de divulgação que combinou produção editorial e presença em eventos. Foram produzidas *factsheets* sobre o projeto, direcionadas a atores-chave, para distribuição em ambientes estratégicos da Conferência.

A atuação de maior destaque foi a realização do evento *Transição industrial verde no Brasil: integrando estratégias de instituições de financiamento do desenvolvimento (IFDs) com oportunidades da bioeconomia*. A atividade ocorreu na Zona Verde da COP30. Promovido pelo CGEE com apoio da *Open Society Foundations* (OSF), o debate reuniu representantes de instituições nacionais e parceiros internacionais para examinar mecanismos de financiamento inovadores capazes de escalar cadeias produtivas sustentáveis e acelerar o desenvolvimento industrial de baixo carbono no Brasil.

Essas ações iniciais permitiram ao CGEE posicionar o projeto TVI na agenda da bioeconomia, disseminar seus objetivos em um fórum global de alto nível e estabelecer contatos estratégicos que serão fundamentais para a fase de implementação em 2026, que se iniciará com a oficina de engajamento das partes interessadas.

Quanto à trilha *Finance Mechanisms*, em agosto de 2025, foi realizada a primeira reunião de alinhamento do projeto, com os parceiros externos (ABDE e Cambridge) e a equipe interna do



CGEE. Nos meses subsequentes, foram realizadas outras reuniões, incluindo a exposição do que seria apresentado na COP30, com a participação do CGEE e do consultor do CIIP/Cambridge. Como o projeto apresentava, desde seu início, um plano de trabalho e entregáveis definidos, as reuniões tiveram como objetivos alinhar a metodologia e levantar materiais e estudos prévios sobre o tema. Na COP30 foi apresentado o escopo do projeto, com a participação de um pesquisador do *Asian Development Bank* (ADB) e de uma diretora do BNDES, além do consultor, como mediador. Os convidados trouxeram suas experiências a partir de suas instituições como financiadoras da transição verde em seus países/regiões. Para a COP30, foi produzido material de divulgação (*factsheets*) com o escopo do projeto e suas etapas. Ainda no final de 2025, a equipe do CGEE, responsável diretamente pela entrega de dois produtos, já se organizou para dar início aos mesmos, com *desk research* e levantamento de atores chaves, além de reuniões internas para definição de cronogramas e demais atividades.

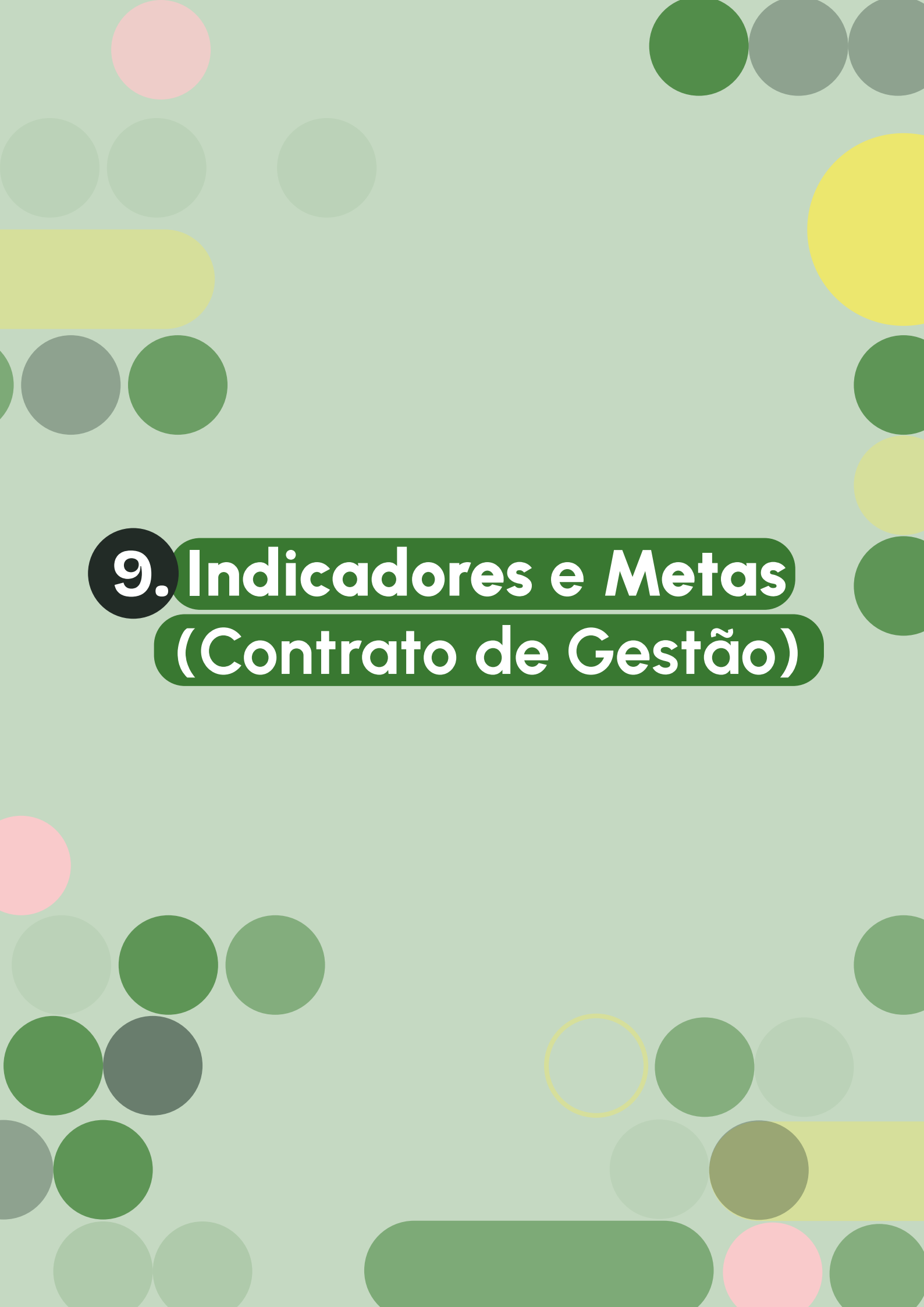


8. Quadro síntese

Tabela 1 - Quadro síntese do Contrato de Gestão

Projetos e Atividades	Situação	3º Contrato de Gestão (CG)															TA de Origem	Demandante
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º		
Linha de Ação 1: Estudos, Análises e Avaliações																		
Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS)	Concluído																2º CG/ 38º TA	SEPEF/MCTI
Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho	Suspensão																2º CG/ 21º TA	SSEMPI/MCTI
Percepção Pública de CT&I no Brasil	em Andamento																2º CG/ 36º TA	SEAPC/MCTI
Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq	Concluído																2º CG/ 38º TA	CNPq / MCTI
Cerceamento Tecnológico	em Andamento																3º CG/ 5º TA	SEXEC/MCTI
Estudo e Prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC	em Andamento																3º CG/ 6º TA	CIIA-PAC / SEXEC/MCTI
Construção do Plano Nacional de Bioeconomia	Concluído																3º CG/ 7º TA	MMA
Diplomacia da Inovação: evidências científicas para inserção internacional do Brasil (MRE)	em Andamento																3º CG/ 14º TA	MRE
Proposta de Projeto para elaboração da Iniciativa Brasileira de Neurotecnologias	em Andamento																3º CG/ 15º TA	SETEC/MCTI
Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Residência Pedagógica (PRP) e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor)	em Andamento																3º CG/ 8º TA	CAPES
Atividade - Subsídios para a formulação e avaliação de programas estratégicos na área de educação profissional e tecnológica	em Andamento																3º CG/ 1º TA	SETEC/MEC
Avaliação estratégica de programas em educação no âmbito federal da EPT	em Andamento																3º CG/ 1º TA	SETEC/MEC
Linha de Ação 2: Articulação																		
Subsídios para o Políticas de CT&I para Amazônia	em Andamento																2º CG/ 36º TA	GM/MCTI
Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID III	em Andamento																3º CG/ 7º TA	SEDES/MCTI
Workshop de Diplomacia científica	Concluído																3º CG/ 14º TA	ASSIN/MCTI
Conferência da Década dos Oceanos 2027	em Andamento																3º CG/ 15º TA	SEPPE/MCTI
Atividade - Apoio Técnico ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)	em Andamento																2º CG/ 31º TA	MCTI
Apoio técnico às comissões temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia	em Andamento																2º CG	MCTI
Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	em Andamento																2º CG/ 5º TA	MCTI
Agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável	em Andamento																2º CG	MCTI
Linha de Ação 3: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I																		
Subsídios para a modelagem de um núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária	em Andamento																2º CG/ 31º TA	MAPA / SEXEC/MCTI
Subsídios técnicos para a elaboração da Política Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação	Concluído																2º CG/ 28º TA	SEMPI/MCTI
Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis*	em Andamento																2º CG/ 34º TA	SEFIP/MCTI

Projetos e Atividades	Situação	3º Contrato de Gestão (CG)															TA de Origem	Demandante
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	15º		
Carbeto de Silício como alternativa para o reposicionamento da CEITEC: Avaliação Tecnológica, Produtiva e Mercadológica	em Andamento																3º CG/ 9º TA	CEITEC/ SETAD/MCTI
Apoio à estrutura de governança e monitoramento do PBIA	em Andamento																3º CG/ 7º TA	SETAD/MCTI
Fortalecimento do Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos	em Andamento																3º CG/ 10º TA	FINEP e DFIN/SEXEC/ MCTI
Desenvolvimento de Metodologia para Avaliação de Impacto Social de Políticas de CT&I em Ciências Humanas e Sociais	em Andamento																3º CG/ 15º TA	SEPPE/MCTI
MATOPIBA: A Nova Fronteira Agrícola do Brasil	em Andamento																3º CG/ 15º TA	MAPA / SEXEC/MCTI
Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)	em Andamento																3º CG/ 10º TA	CNPq
Atividade - Subsídios Técnicos para a Gestão Estratégica do SNCT&I	em Andamento																2º CG/ 17º TA	MCTI
Formatos e práticas inovadoras para o financiamento do SNCTI	Concluído																2º CG	DFIN/SEXEC/ MCTI
Subsídios e suporte à gestão estratégica das políticas e dos projetos estruturantes de transformação digital	em Andamento																3º CG/ 11º TA	SETAD/MCTI
Estruturação do serviço de monitoramento, avaliação integrada e impacto de políticas de CT&I	Concluído																3º CG/ 11º TA	SEXEC/MCT
Atividade - Notas Técnicas	em Andamento																2º CG/ 5º TA	MCTI
Atividade - Reuniões de Especialistas	em Andamento																2º CG/ 5º TA	MCTI
Linha de Ação 4: Disseminação da Informação em CT&I																		
Atividade - Produção e disseminação de informação	em Andamento																2º CG/ 5º TA	MCTI
Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	em Andamento																2º CG	
Linha de Ação 5: Desenvolvimento Institucional																		
Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	em Andamento																2º CG	MCTI
Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	em Andamento																2º CG	MCTI
Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - OCTI	em Andamento																2º CG	MCTI
Observatório de RH para CT&I	em Andamento																2º CG	MCTI
Observatório de Fomento à Inovação	em Andamento																3º CG/ 15º TA	SETEC/MCTI
Serviço de Exploração de dados e visualização da informação - EDVI	em Andamento																2º CG	MCTI



9. Indicadores e Metas (Contrato de Gestão)

Quadro de Indicadores e Metas 2025

Os indicadores do Contrato de Gestão foram alterados, por meio da revisão formalizada no Décimo Quarto Termo Aditivo, devidamente aprovado pelo MCTI.

Nessa revisão, os indicadores Custo relativo do trabalho técnico especializado e Proporção do custo de manutenção e operação foram retirados do Quadro de Indicadores e Metas de Desempenho, permanecendo no contrato como Indicadores de Monitoramento Operacional, com peso zero. Os demais indicadores foram mantidos, com revisão de seus pesos.

Tabela 1 - Quadro de Indicadores e Metas de Desempenho 2023-2030.

Nº	Indicadores								
	Título	Unidade	Peso	Periodicidade	Qualificação	Meta	Valor Apurado	Pontos	Nota
1	Índice de qualidade percebida pelos demandantes dos produtos de projetos temáticos e de projetos de Atividades concluídos	Ud	2	Semestral	Efetividade	>=3,75	4,29	2	1,8182
2	Índice de qualidade percebida pelos usuários dos produtos de serviços o que inclui os trabalhos realizados no âmbito dos observatórios conduzido pelo CGEE	Ud	2	Semestral	Efetividade	>= 3	3,87	2	1,8182
3	Taxa de execução física do Plano de Ação	%	2	Semestral	Eficácia	= 1	1	2	1,8182
4	Taxa de reprogramação do prazo de entrega de produtos de projetos temáticos e de projetos de Atividade	%	1	Semestral	Eficiência	<= 10%	0%	1	0,9091
5	Indicador de comunicação institucional	Ud	1	Semestral	Eficácia	>= 8	10	1	0,9091
6	Indicador de cooperação nacional	Ud	1	Semestral	Efetividade	>= 8	10	1	0,9091
7	Indicador de cooperação internacional	Ud	1	Semestral	Efetividade	>= 8	8	1	0,9091
8	Indicador de alavancagem de recursos fora do Contrato de Gestão	%	1	Semestral	Eficácia	>= 10%	49%	1	0,9091
								11	10,00

Tabela 2 - Indicadores de Monitoramento Operacional

Nº	Título	Unidade	Peso	Periodicidade	Qualificação	Meta	Valor Apurado
9	Custo relativo do trabalho técnico especializado	R\$ hora técnica	0	Semestral	Economicidade	$\geq 0,9$ e $\leq 1,3$	1,04
10	Proporção do custo de manutenção e operação	%	0	Semestral	Economicidade	$\leq$ média da razão entre o valor das despesas do quinquênio e o valor total da carteira de projetos	0,28

Indicador 1 - Índice de Qualidade Percebida pelos Demandantes dos Produtos de Projetos Temáticos e de Projetos de Atividades Concluídos no Ano Sob Avaliação

Finalidade

Aferir a aderência e a satisfação dos demandantes (supervisor e interveniente) em relação a um conjunto selecionado de produtos de projetos temáticos e de Atividades constantes no Termo Aditivo, com base nos planos de projeto.

Descrição do Indicador 1

Esse Indicador é obtido a partir de consulta à unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI, junto aos demandantes (instâncias do órgão supervisor e do interveniente), sobre a aderência e satisfação em relação aos produtos de projetos temáticos e de Atividades constantes no Termo Aditivo e concluídos no ano sob avaliação, com base nos respectivos planos de projeto. Produtos de projetos temáticos e de Atividades ainda em fase de análise pelos demandantes, na ocasião da avaliação de desempenho do Contrato de Gestão, não serão considerados no cálculo.

Os quesitos de avaliação, definidos pela unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI, com consulta à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, incluirão, no mínimo:

1. Contribuições do Trabalho;
2. Solidez do embasamento da pesquisa e adequação das condições em que foi realizada;
3. Estrutura, formatação, redação e organização do produto final;
4. Grau de atendimento aos objetivos e prazos pactuados;
5. Apreciação Geral do Trabalho.

A métrica para aferição do indicador utilizará valores de 1 a 5:

- 5. Excelente
- 4. Muito Bom
- 3. Bom/Regular
- 2. Ruim
- 1. Péssimo
- NA = Não é possível avaliar

Fórmula de Cálculo:

Indicador 1 = Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado

Memória de Cálculo:

Projeto	Produto	Nota final
Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)	Resumo Executivo Revisado da Avaliação Estratégica dos INCTs	5,00
Construção do Plano Nacional de Bioeconomia	Documento final de subsídios para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia	3,63
Subsídios para Políticas de CT&I para Amazônia	Plataforma CT&I para Amazônia	3,63
Carbeto de Silício como alternativa para o reposicionamento da CEITEC: Avaliação Tecnológica, Produtiva e Mercadológica	Plano Estratégico e Roadmap Tecnológico e Mercadológico para a Inserção da CEITEC no mercado de dispositivos de SiC	4,78
Subsídios e suporte à gestão estratégica das políticas e dos projetos estruturantes de transformação digital	Relatório contendo análise da evolução das tecnologias digitais no Brasil	3,53
Percepção Pública de CT&I no Brasil	Documento com Subsídios para o monitoramento da percepção pública sobre CT&I em ambientes online	4,73
Agenda Positiva da Mudança do Clima e do Desenvolvimento Sustentável	Livro Bioethanol - Fast Track To Mobility Decarbonization	4,90
Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis	Relatório consolidado dos resultados alcançados pelo projeto Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis	5,00
Apoio à estrutura de governança e monitoramento do PBIA	Relatório contendo os resultados da implementação e monitoramento do PBIA para o período de 2024/2025	4,05
Cerceamento Tecnológico	Autonomia tecnológica nacional: diagnóstico e estratégias de respostas ao cerceamento em uma ordem global em transição	4,05
Estudo e prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC	Subsídios para melhorias dos parâmetros de sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico em subeixo selecionado do PAC	5,00
Fortalecimento do Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos	Relatório com a versão final dos modelos lógicos dos programas de investimento do FNDCT	4,73
Estruturação do serviço de monitoramento, avaliação integrada e impacto de políticas de CT&I	Estratégia de monitoramento e avaliação global e impacto de políticas de CT&I	4,95
Subsídios técnicos para elaboração da Política Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação	Iniciativa Brasileira de Tecnologias Quânticas	3,90
Subsídios técnicos para elaboração da Política Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação	Relatório consolidado das atividades realizadas em 2025 para subsídios técnicos à PNTIC (Relatório final sobre a Percepção das ICTs sobre o Ecossistema de Inovação e Avaliação da Lei de TICs)	2,56
		4,29

Nota Plena:

Indicador 1 $\geq 3,75$. Se o Indicador 1 for $\leq 3,75$, sua nota será proporcionalmente reduzida

Unidade: Ud

Observação: No 14º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, em seu Anexo V – Quadro de Indicadores e Metas, o Indicador 1 foi originalmente estabelecido com escala de avaliação de 1 a 4, com meta ≥ 3 . Contudo, o questionário aplicado utilizou escala de 1 a 5, o que demandou o ajuste da meta para $\geq 3,75$, de modo a assegurar a equivalência entre as escalas adotadas. A partir do 16º Termo Aditivo, tanto o Indicador 1 quanto o Indicador 2 passam a utilizar, de forma padronizada, a escala de 1 a 5.

Indicador 2 - Índice de Qualidade Percebida pelos Usuários dos Produtos de Serviços, o que Inclui os Trabalhos Realizados no Âmbito dos Observatórios Conduzidos pelo CGEE

Finalidade

Aferir a aderência e a satisfação dos usuários em relação aos produtos de serviços conduzidos pelo CGEE, incluindo seus observatórios, constantes no Termo Aditivo.

Lista de produtos selecionados para apuração referente a 2025

Produto: Relatório de Atividades do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS) em 2025 – Projeto Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS)

Produto: Documentos Estratégicos para o Setor Espacial - Internet com satélites de baixa órbita - Projeto Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE)

Produto: Estudo sobre o perfil de cor e raça dos mestres e doutores no Brasil – Projeto: Observatório de RH para CT&I

Produto: Série Formação e Emprego: Mestres e Doutores nas Unidades da Federação - Projeto: Observatório de RH para CT&I

Produto: Indicador de Complexidade Científica: metodologias e aplicações - Projeto: Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (Octi)

Descrição

Indicador obtido a partir de consulta a uma amostra relevante de usuários de produtos de serviços, incluindo seus observatórios, sobre a aderência e satisfação com os produtos constantes no Termo Aditivo, disponibilizados no ano sob avaliação. A amostra relevante de usuários do SNCTI no espaço potencial de aplicação dos produtos em avaliação será definida em conjunto com a unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI e com o CGEE. A apuração do indicador será realizada pelo CGEE e os quesitos de avaliação serão definidos pela unidade responsável pela supervisão das OS no MCTI, com consulta à Comissão de Acompanhamento e Avaliação, incluindo, no mínimo:

1. Contribuições do Trabalho;
2. Solidez do embasamento da pesquisa e adequação das condições em que foi realizada;
3. Estrutura, formatação, redação e organização do produto final*;

4. Grau de atendimento aos objetivos e prazos pactuados*;
5. Apreciação Geral do Trabalho.

A métrica para aferição do indicador utilizará valores de 1 a 4:

- 4 = Muito bom
- 3 = Bom
- 2 = Regular
- 1 = Insuficiente
- NA = Não é possível avaliar

*Perguntas opcionais, que podem ser utilizadas caso sejam pertinentes para o produto avaliado.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 2 = Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado

Memória de Cálculo:

Projeto	Produto pactuado	ID	Instituição	Média Grupo 1 - Contribuições do Trabalho	Média Grupo 2 - Solidez	Média Grupo 3 - Estrutura	Apreciação Geral	Nota FINAL
Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS)	Relatório de Atividades do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS) em 2025	Respondente 1	ABEMA	4	3,5	4	3	3,625
		Respondente 2	ABEMA	3,333333333	3,75	4	4	3,770833333
		Respondente 3	Grupo C40	4	4	3,5	4	3,875
		Respondente 4	UFSM	4	4	4	4	4
		Respondente 5	FGV	2,666666667	3,25	3	3	2,979166667
		Respondente 6	ICLEI	4	4	4	4	4
Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	Documentos Estratégicos para o Setor Espacial - Internet com satélites de baixa órbita	Respondente 7	AEB	4	4	4	4	4
		Respondente 8	PR	4	4	4	4	4
		Respondente 9	UFCG	4	4	4	4	4
		Respondente 10	SENAI/RN	4	4	4	4	4
		Respondente 11	TELEBRÁS	4	4	4	4	4
		Respondente 12	INPE	3,666666667	3,75	3,5	4	3,729166667
Observatório de RH para CT&I	Estudo sobre o perfil de cor e raça dos mestres e doutores no Brasil	Respondente 13	SBPC	4	4	4	4	4
		Respondente 14	UFRN	4	4	3,5	4	3,875
		Respondente 15	CNI	4	3,5	4	4	3,875
Observatório de RH para CT&I	Série Formação e Emprego: Mestres e Doutores nas Unidades da Federação	Respondente 16	INPE	4	4	4	4	4
		Respondente 17	UNICAMP	4	4	4	4	4
Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - OCTI	Indicador de Complexidade Científica: metodologias e aplicações	Respondente 18	IEL/FIRJAN/RJ	4	3,75	3,5	4	3,8125
		Respondente 19	UFPR	4	4	4	4	4
		Respondente 20	UCDB/MT	4	4	4	4	4
		Respondente 21	SECITEC/MT	4	4	4	4	4
		Respondente 22	FAPERJ	3,666666667	4	4	4	3,916666667
		Respondente 23	UFPR	3,666666667	3,75	3,5	4	3,729166667

3,872159091

Apuração: 3,87

Pontos: 2

Nota: 1,8182

Nota Plena: Indicador 2 >= 3. Se o Indicador 2 for < 3, sua nota será proporcionalmente reduzida.

Dimensão: Efetividade

Unidade: Ud Ano

Indicador 3: Taxa de Execução Física do Plano de Ação

Finalidade

Avaliar a eficácia institucional, medindo a taxa de conclusão dos produtos de projetos temáticos e de atividade da carteira de projetos do CGEE em um ano, bem como o cumprimento dos prazos de entrega dos produtos pactuados em Termo Aditivo.

Lista de produtos pactuados com entrega prevista para 2025:

O projeto Subsídios para Modelagem de um Núcleo de Inteligência Estratégica Agropecuária

	Produto	Projeto	Situação
1	Relatório de Atividades do Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS) em 2025	Observatório de Inovação para Cidades Sustentáveis (OICS)	Entregue
2	Documento com Subsídios para o monitoramento da percepção pública sobre CT&I em ambientes online	Percepção Pública de CT&I no Brasil 2023	Entregue
3	Relatório final de Atividades	Apoio técnico para desenvolvimento de ações de avaliação no CNPq	Entregue
4	Autonomia tecnológica nacional: diagnóstico e estratégias de respostas ao cerceamento em uma ordem global em transição (Produto Sigiloso)	Cerceamento Tecnológico	Entregue
5	Subsídios para melhorias dos parâmetros de sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico em subeixo selecionado do PAC	Estudo e prospecção de temas relacionados às prioridades do PAC	Entregue
6	Documento final de subsídios para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia	Construção do Plano Nacional de Bioeconomia	Entregue
7	Relatório Técnico Integrado: evidências para a diplomacia da inovação brasileira	Diplomacia da Inovação: evidências científicas para inserção internacional do Brasil (MRE)	Entregue
8	Plataforma CT&I para a Amazônia	Subsídios para Políticas de CT&I para Amazônia	Entregue
9	Relatório pós-conferência com a compilação dos resultados e propostas discutidas	Terceira Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID III	Entregue
10	Relatório de conclusão do Workshop de Diplomacia Científica	Workshop de Diplomacia científica	Entregue
11	Relatório consolidado das atividades realizadas em apoio técnico ao CCT em 2025	Apoio técnico às comissões temáticas do CCT e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias nacionais de Ciência e Tecnologia	Entregue
12	Livro Bioethanol – fast track to mobility decarbonization	Agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável	Entregue

	Produto	Projeto	Situação
13	Relatório consolidado das atividades realizadas em 2025 para subsídios técnicos à PNTIC	Subsídios técnicos para a elaboração da Política Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação	Entregue
14	Relatório consolidado dos resultados alcançados pelo projeto Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis	Conexão para Inovação em Mato Grosso: Sistemas agroalimentares sustentáveis	Entregue
15	Plano Estratégico e Roadmap Tecnológico e Mercadológico para a Inserção da CEITEC no Mercado de Dispositivos de SiC	Carbeto de Silício como alternativa para o reposicionamento da CEITEC: Avaliação, Tecnológica, Produtiva e Mercadológica	Entregue
16	Relatório contendo os resultados da implementação e monitoramento do PBIA para o período de 2024/2025	Apoio à estrutura de governança e monitoramento do PBIA	Entregue
17	Relatório com a versão final dos modelos lógicos dos programas de investimento do FNDCT	Fortalecimento do Sistema de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem do FNDCT: Desenvolvimento de Modelos Lógicos e Estudos Estratégicos	Entregue
18	Resumo executivo revisado da avaliação estratégica dos INCT	Avaliação dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)	Entregue
19	Relatório contendo análise da evolução das tecnologias digitais no Brasil.	Subsídios e suporte à gestão estratégica das políticas e dos projetos estruturantes de transformação digital	Entregue
20	Estratégia de monitoramento e avaliação global e impacto de políticas de CT&I	Estruturação do serviço de monitoramento, avaliação integrada e impacto de políticas de CT&I	Entregue
21	08 publicações relacionadas aos estudos desenvolvidos pelo CGEE;	Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	Entregue
22	Revista Parcerias Estratégicas nº 55.	Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	Entregue
23	Documentos Estratégicos para o Setor Espacial - Internet com satélites de baixa órbita	Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	Entregue
24	Indicador de Complexidade Científica: metodologias e aplicações	Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - OCTI	Entregue
25	Estudo sobre o perfil de cor e raça dos mestres e doutores no Brasil	Observatório de RH para CT&I	Entregue
26	Série Formação e Emprego: Mestres e Doutores nas Unidades da Federação	Observatório de RH para CT&I	Entregue
27	Relatório de desenvolvimento de processos e produtos de monitoramento, análise e visualização de dados do CGEE – 2025	Serviço de Exploração de dados e visualização da informação - EDVI	Entregue

e o projeto Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Residência Pedagógica (PRP) e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) tiveram seus produtos pactuados prorrogados para 2026, no 15º TA, e por ofício, respectivamente. Para os projetos: Proposta de Projeto para elaboração da Iniciativa Brasileira de Neurotecnologias; Conferência da Década dos Oceanos 2027; Desenvolvimento

de Metodologia para Avaliação de Impacto Social de Políticas de CT&I em Ciências Humanas e Sociais; Matopiba: A Nova Fronteira Agrícola do Brasil; e Observatório de Fomento à Inovação não foram pactuados produtos para 2025, mas para 2026.

Descrição

Razão entre o número total de produtos concluídos até 31 de dezembro e o número total de produtos pactuados. O denominador será obtido pelo total de produtos pactuados menos o número de produtos cancelados ou descontinuados.

- Produtos concluídos: Aqueles cujos prazos de término não ultrapassem 31 de dezembro.
- Produtos pactuados: Aqueles firmados nos Termos Aditivos do ano.
- Produtos cancelados ou descontinuados: Aqueles incluídos em projetos ou atividades, mas formalmente cancelados ou descontinuados.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 3 = $P_c / (P_p - P^*)$

P_c = número de produtos concluídos;

P_p = número de produtos pactuados; e

P^* = número de produtos de projetos cancelados ou descontinuados

Memória de Cálculo:

$$P_c / (P_p - P^*)$$

$$27 / (27 - 0)$$

$$27 / 27 = 1$$

$$P_c = 27 \quad P_p = 27 \quad P^* = 0$$

$$\text{Pontos} = 2 \quad \text{Nota} = 1,8182$$

Nota Plena:

Indicador 3 = 1. Se o Indicador 3 for < 1, sua nota será proporcionalmente reduzida

Indicador 4 - Taxa de Reprogramação do Prazo de Entrega de Produtos de Projetos Temáticos e de Projetos de Atividade

Finalidade

Incentivar o rigoroso cumprimento de prazos, destacando a importância do planejamento dos trabalhos conduzidos pelo CGEE ao longo do ano

Descrição

Razão entre o número de produtos de projetos temáticos e de Atividades não entregues nos prazos estipulados em Termo Aditivo e o número total de produtos de projetos temáticos e de Atividades. Somente serão computados os produtos não entregues no prazo cuja responsabilidade pelo atraso seja atribuída ao CGEE.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 4 = Pr / PAp

Pr = número de produtos de projetos temáticos e de projetos de Atividades não entregues no prazo estipulado, por responsabilidade do CGEE;

PAp = número de produtos de projetos temáticos e de projetos de Atividades pactuados

Memória de Cálculo:

Pr / PAp

$0/27$

$0 = 0\%$

$Pr = 0 / PAp = 27$

Pontos = 1 Nota: 0,9091

Nota Plena: Indicador 4 $\leq 10\%$. Se o Indicador 4 for $> 10\%$ sua nota será proporcionalmente reduzida

Indicador 5: Indicador de Comunicação Institucional

Finalidade

O indicador visa a avaliar a comunicação institucional e as ações desenvolvidas com o objetivo de difusão de informações.

Descrição

Avaliar a comunicação institucional por meio das ações desenvolvidas para o cumprimento de um dos objetivos da missão institucional do CGEE: Difundir informações, experiências e projetos à sociedade. A avaliação será realizada por um indicador composto das seguintes métricas: i5.1) Número de Eventos produzidos (Online/Presencial/Híbrido); i5.2) Número de notícias produzidas e publicadas no site do CGEE; i5.3) Número de instituições participantes em eventos (Online/Presencial/Híbrido) promovidos pelo CGEE; i5.4) Número de *downloads* dos documentos e das publicações disponíveis no site; e i5.5) Número de acessos ao site institucional.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 5 = soma dos resultados obtidos (pontos) em cada um dos subindicadores, de acordo com as respectivas metas e pesos, conforme tabela a seguir:

#	i5.1.Número de Eventos	i5.2.Número de notícias produzidas (site CGEE)	i5.3.Instituições participantes de eventos (presenciais, virtuais e híbridos)	i5.4.Repercussão (Downloads)	i5.5.Acessos ao Site	PONTOS
Meta	>= 50/ano	>= 80/ano	>=200	>=70.000/ano	>= 25.000	10
Pontos	2,5	3	2,5	1	1	

Memória de Cálculo:

#	i5.1.Número de Eventos	i5.2.Número de notícias produzidas (site CGEE)	i5.3.Instituições participantes de eventos (presenciais, virtuais e híbridos)	i5.4.Repercussão (Downloads)	i5.5.Acessos ao Site	PONTOS	Nota
Meta	>= 50/ano	>= 80/ano	>=200	>=70.000/ano	>= 25.000		
Apuração	97	210	609	80.000	119.000	10	0,9091
Nota	2,5	3	2,5	1	1		

Peso: 1

Nota Plena:

Indicador 5 >= 8 pontos. Se o Indicador 5 for < 8 sua nota será proporcionalmente reduzida

Unidade: Ud

Indicador 6: Indicador de Cooperação Nacional

Finalidade

Indicador composto, que visa a avaliar a articulação, a mobilização de atores e a atuação do CGEE no âmbito nacional, por meio de coautoria em publicações, participação em projetos e em acordos de cooperação.

Descrição

Avaliar a cooperação nacional por meio das ações desenvolvidas para o cumprimento de um dos objetivos da missão institucional do CGEE: Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação. A avaliação será realizada por um indicador composto pelas seguintes métricas: i6.1) Coautoria; i6.2) Acordos de cooperação; i6.3) Participação em projetos; i6.4) Diversidade de atores.

- **Coautoria** – colaboração na elaboração de publicações (documentos técnicos, artigos científicos, boletins, relatórios, livros, etc.) entre representantes do CGEE e de outras instituições.
- **Participação em projetos** – contabilizar a participação em projetos fora da carteira acordada pelos Termos Aditivos do Contrato de Gestão.
- **Diversidade de atores** – considerar a natureza institucional dos parceiros identificados nos subindicadores anteriores, contabilizando apenas uma vez cada categoria de ator (governo, universidades, ICT, empresas, terceiro setor, etc.). Não serão contabilizados como atores os órgãos Supervisor e Interveniente. Se tivermos 3 atores diferentes de uma mesma categoria/natureza, será contabilizado apenas 1 no cômputo deste indicador.

Caso um subindicador não alcance a meta, o resultado do mesmo será proporcionalmente reduzido

Fórmula de Cálculo:

Indicador 8 = soma dos resultados obtidos (pontos) em cada um dos subindicadores, de acordo com as respectivas metas e pesos, conforme tabela a seguir:

#	i6.1.Coautoria	i6.2. Acordos de Cooperação	i6.3. Participação em projetos	i6.4. Diversidade de Atores	PONTOS
Meta	>= 3/ano	>= 3/ano	>=5/ano	>=3 categorias /ano	10
Pontos	4	2	3	1	

Memória de Cálculo:

#	i6.1.Coautoria	i6.2. Acordos de Cooperação	i6.3. Participação em projetos	i6.4. Diversidade de Atores	PONTOS	Nota
Meta	>= 3/ano	>= 3/ano	>=5/ano	>=3 categorias /ano	10	0,9091
Apuração	18	7	11	6		
Nota	4	2	3	1		

Indicador 7: Indicador de Cooperação Internacional

Finalidade

Indicador composto, que visa a avaliar a atuação internacional do CGEE por meio de: coautoria em publicações (documentos técnicos, artigos científicos, boletins, relatórios, livros, etc.) com entidades internacionais; participação em projetos/colaborações internacionais; e acordos de cooperação.

Descrição

Avaliar a cooperação internacional por meio das ações desenvolvidas para o cumprimento de um dos objetivos da missão institucional do CGEE: Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação. Visa, ainda, à avaliação do cumprimento de uma de suas linhas de ação, o Desenvolvimento Institucional, que objetiva a capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico do CGEE, incluindo a interação com grupos de instituições congêneres do Brasil e do exterior. A avaliação será realizada por meio de um indicador composto pelas seguintes métricas: i7.1) Coautoria; i7.2) Acordos de cooperação; i7.3) Participação em projetos e/ou colaborações internacionais.

- **Coautoria** – colaboração na elaboração de publicações (documentos técnicos, artigos científicos, boletins, relatórios, livros, etc.) entre representantes do CGEE e de outras instituições internacionais.
- **Participação em projetos e/ou colaborações internacionais** - contabilizar a participação em projetos internacionais e a colaboração em iniciativas com instituições internacionais.

Caso um subindicador não alcance a meta, o resultado do mesmo será proporcionalmente reduzido.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 7 = soma dos resultados obtidos (pontos) em cada um dos subindicadores, de acordo com as respectivas metas e pesos, conforme tabela a seguir:

#	i7.1.Coautoria	i7.2. Acordos de Cooperação	i7.3.Participação em projetos e/ ou colaborações internacionais	PONTOS
Meta	>= 3/ano	>= 1/ano	>=5/ano	10
Pontos	5	2	3	

Memória de Cálculo:

#	i7.1.Coautoria	i7.2. Acordos de Cooperação	i7.3.Participação em projetos e/ ou colaborações internacionais	PONTOS	Nota
Meta	>= 3/ano	>= 1/ano	>=5/ano	8	0,9091
Apuração	5	0	24		
Nota	5	0	3		

Indicador 8: Indicador de Alavancagem de Recursos fora do Contrato de Gestão

Finalidade

Indicador que visa a avaliar o desempenho do CGEE em buscar outras fontes de financiamento.

Descrição

Avaliar a capacidade do CGEE em buscar fontes de financiamento fora do Contrato de Gestão, de forma a fortalecer o plano de continuidade de negócios do Centro, por meio da diversificação da carteira de projetos, que deverá contar com um montante mínimo de contratos administrativos em relação ao valor total da carteira. Este indicador contribui ainda com a avaliação do cumprimento de um dos objetivos da missão institucional do CGEE: Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 8 = % do valor dos projetos administrativos em relação ao valor total da carteira de projetos do CGEE.

Nota: Plena: Indicador 8 $\geq$ 10% do valor total da carteira de projetos. Se o Indicador 8 for $<$ 10%, sua nota será proporcionalmente reduzida.

Memória de Cálculo:

Valor total da carteira de projetos Contrato de Gestão (2025) = R\$13.249.056,61

Valor total dos Projetos Administrativos (2025) = R\$ 6.498.350,00

Apuração = $6.498.350,00 / 13.249.056,61 = 0,4904 = 49\%$ **Pontos: 1** **Nota: 0,9091**

Indicador De Monitoramento Operacional 9: Custo Relativo do Trabalho Técnico Especializado

Finalidade

Medir o custo relativo do trabalho técnico especializado

Descrição

Medir o custo da hora técnica trabalhada no CGEE com relação ao pago no mercado em trabalhos similares

Fórmula de Cálculo:

Indicador 9 = W_t/W_m

W_t é o valor do salário-hora nominal médio dos técnicos especializados do CGEE;

W_m é o valor do salário-hora nominal médio em atividades equivalentes apurado em dezembro, em pesquisa de mercado regional do DF (Catho ou outra pesquisa regional de cargos e salários), para organizações de áreas de atuação e porte similares ao CGEE.

Memória de Cálculo:

Valores Médios – Mercado (Wm): 85,79/hora

Valores Médios – CGEE (Wt): 89,10/hora

$$\text{Razão} = W_t / W_m = 1,0387 \cong 1,04$$

Nota Plena: 1,3 do mercado $\geq$ Indicador $\geq$ 0,9 do mercado. Se maior ou menor que o intervalo, a nota será igual a zero.

Unidade: R\$ hora técnica

Indicador de Monitoramento Operacional 10: Proporção do Custo de Manutenção e Operação

Finalidade

O indicador visa a aferir a evolução do custo de manutenção e operação do Centro.

Descrição

Comparar os valores das despesas com manutenção e operação apropriados no Contrato de Gestão em relação ao valor médio desses gastos no quinquênio anterior, de forma ponderada ao tamanho da carteira de projetos pactuada no Plano de Ação Anual do Contrato de Gestão.

Fórmula de Cálculo:

Indicador 10 = valor gasto no ano com manutenção e operação (VMO) apropriado no Contrato de Gestão dividido pelo valor da carteira de projetos no Contrato de Gestão – Valor do Plano de Ação Anual (VPA).

Indicador 10 = (VMO/VPA). A razão entre VMO/VPA será expressa como número percentual.

Memória de Cálculo:

Valor atual (Indicador 10): 42,71%

Média do quinquênio anterior: 11,97% (IGP-M) e 11,94% (IPCA-IBGE)

Diferença: $42,71\% - 11,97\% = 30,74\%$ (IGP-M) e

$42,71\% - 11,94\% = 30,77\%$ (IPCA-IBGE)

Cálculo da razão entre média do quinquênio e o valor atual:

Razão = $11,97/42,71 \approx 0,28$ (IGP-M)

Razão = $11,94/42,71 \approx 0,28$ (IPCA-IBGE)

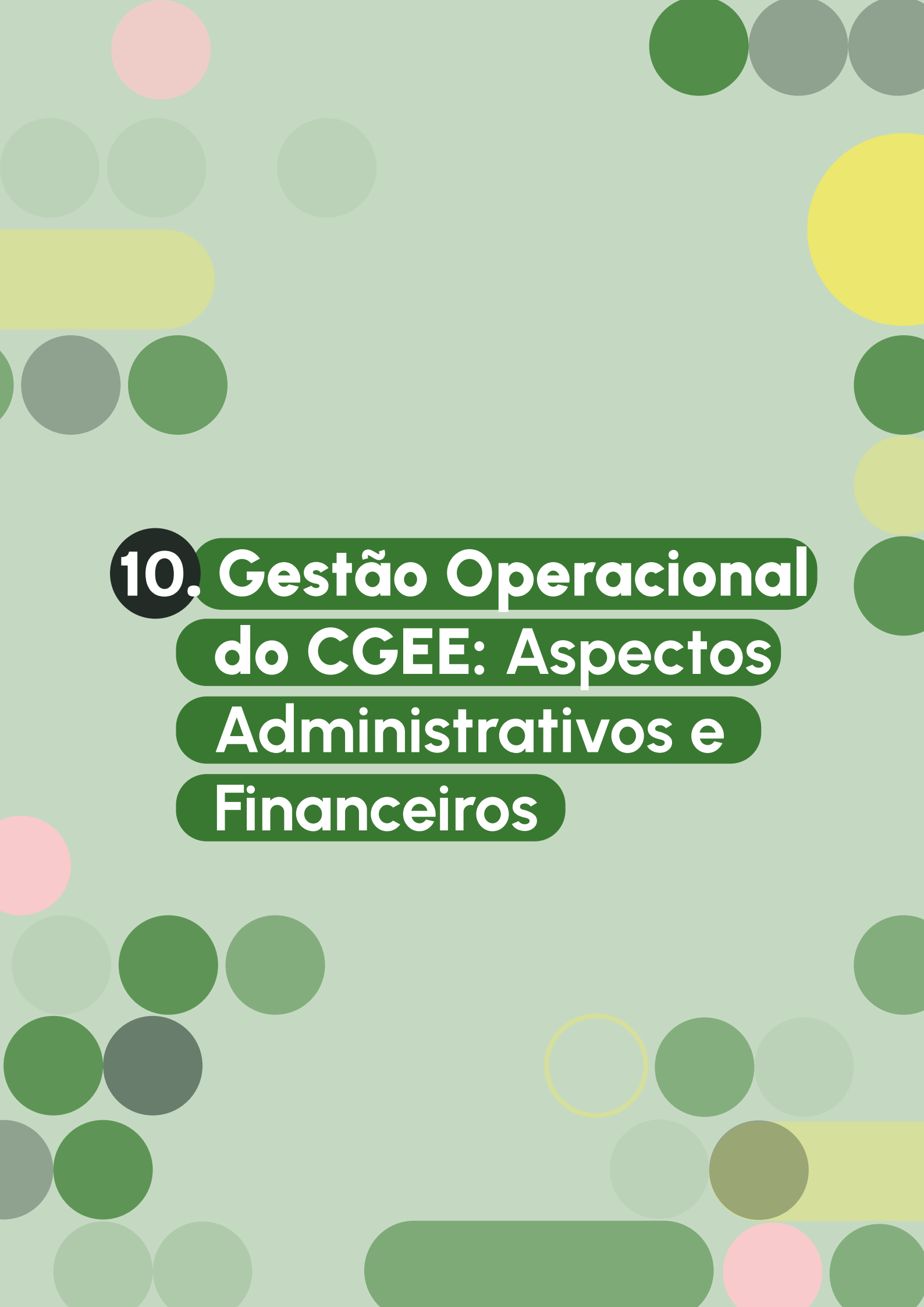
Justificativa: A nota ajustada, após a aplicação da redução proporcional, foi de 0,28, em uma escala máxima de 1,00. Esse resultado decorre, em grande medida, da expressiva redução da carteira de projetos.

Desde o início de 2025, o CGEE passou a operar com desequilíbrio orçamentário e financeiro na gestão operacional, com despesas sendo cobertas por recursos vinculados a projetos. Esse cenário exigiu atuação direta da Direção do Centro e levou à negociação com o MCTI, formalizada por meio do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. No referido aditivo, foi adotado um plano de reorganização orçamentária que reconheceu o *déficit* nas rubricas de pessoal e de manutenção e operação, prevendo sua cobertura por meio do *superávit* da rubrica de projetos. Essa readequação teve impacto direto no cálculo do Indicador 10, cuja metodologia considera os recursos da carteira de projetos dos últimos cinco anos.

Espera-se que esse efeito persista até que sejam negociados recursos adicionais. Com a estabilização das despesas operacionais, a tendência é que, de forma gradual, o volume de recursos da carteira de projetos seja recomposto.

Nota Plena: Indicador 10 $\leq$ média da razão entre o valor das despesas do quinquênio 20XX-5 – 20XX-1 e o valor total da carteira de projetos (Plano de Ação Anual) no mesmo quinquênio, calculado a preços de dezembro do ano 20XX-1 (Pelo IPCA-IBGE e IGP-M) onde, ano 20XX igual ao exercício avaliado. Caso o resultado do indicador supere o valor médio do quinquênio anterior, a nota deverá ser proporcionalmente reduzida.

Unidade: %



10. Gestão Operacional do CGEE: Aspectos Administrativos e Financeiros



Introdução

Esta seção apresenta os principais aspectos da gestão administrativa do CGEE no exercício de 2025, com foco na atuação da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), considerando também a contribuição das áreas que integram a estrutura de suporte institucional e viabilizam a execução das atividades finalísticas.

No ano de 2025, foi dada continuidade ao processo de reorganização administrativa e ao aprofundamento das iniciativas de automação e integração sistêmica iniciadas em 2024. Foram discutidas, ainda, as prioridades estratégicas da instituição para o horizonte de 2026 a 2027, em articulação entre líderes das áreas, coordenações, diretorias e o Conselho de Administração. A partir desse conjunto de iniciativas, a gestão concentrou esforços na adequação da estrutura organizacional, na revisão e racionalização de processos e no fortalecimento da articulação entre as áreas administrativas e finalísticas.

As ações desenvolvidas estiveram orientadas pela busca de maior agilidade na gestão, pelo aprimoramento dos mecanismos de planejamento e acompanhamento e pelo uso mais estruturado de informações como suporte à tomada de decisões. Esses avanços foram conduzidos de forma a preservar a conformidade dos processos, o controle interno e a transparência, assegurando equilíbrio entre eficiência administrativa e responsabilidade institucional.

A gestão administrativa atuou de forma integrada nos eixos organizacional, tecnológico, orçamentário e de gestão de pessoas, com iniciativas voltadas à modernização da infraestrutura de suporte, ao fortalecimento dos processos e das instâncias internas de governança, à qualificação dos fluxos de trabalho e à sustentabilidade operacional do CGEE.

Ao longo desta seção, são apresentados os principais encaminhamentos e resultados associados a esses eixos, evidenciando o papel da gestão administrativa na sustentação das atividades do Centro e no apoio ao cumprimento de sua missão institucional ao longo de 2025.

Informações Orçamentárias e Financeiras

Recursos Financeiros

Os recursos financeiros destinados à execução de atividades relacionadas a projetos e despesas operacionais do CGEE originam-se, majoritariamente, do Contrato de Gestão (CG) firmado com o MCTI e o MEC, cuja operacionalização ocorre mediante a assinatura de Termos Aditivos (TA). Ao final de cada ano, o saldo financeiro remanescente do Contrato de Gestão é reprogramado, somado aos recursos destinados pela LOA, para ser utilizado no novo exercício.

A Tabela 6 resume a situação dos aportes financeiros recebidos no âmbito do Contrato de Gestão e de Outros Instrumentos Contratuais nos anos de 2025 e 2024.

Tabela 6 – Recebimentos Financeiros (em R\$)

DESCRIÇÃO	2025	2024
CONTRATO DE GESTÃO - MCTI	26.982.933,00	26.724.046,00
CONTRATO DE GESTÃO - MEC	1.210.800,00	0
SUBTOTAL	28.193.733,00	26.724.046,00
OUTROS INSTRUMENTOS	7.739.047,61	3.818.661,11
TOTAL	35.932.780,61	30.506.757,92

Fonte: ERP Sênior – Finanças Relatório Contas a Receber (FRCR) 121 de Jan a Dez 2025 e Relatório de Gestão 2024.

A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos recebimentos ocorridos no exercício de 2025 por termo aditivo ao Contrato de Gestão:

Tabela 7 – Termos Aditivos (TAs) recebidos em 2025 (em R\$) – Visão Financeira

TERMO ADITIVO	ÓRGÃO	PREVISTO	TOTAL RECEBIDO
26º TA*	MCTI	600.000,00	600.000,00
11º TA**		19.964.030,13	19.340.933,00
14º TA		5.600.000,00	5.600.000,00
15º TA		1.442.000,00	1.442.000,00
SUB-TOTAL	MEC	27.606.030,13	26.982.933,00
8º TA***		1.210.800,00	1.210.800,00
TOTAL		28.816.830,13	28.193.733,00

Fonte: ERP Sênior – Relatório FRCR121 – Jan a Dez/2025.

* TA assinado em 2021, referente ao 2º Contrato de Gestão MCTI/CGEE

** Glosa de R\$ 623.097,13 referente a conclusão da fiscalização do projeto "Elementos Técnicos em CT&I para o Planejamento de Grandes Regiões Metropolitanas", executado no âmbito do 21º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

*** TA assinado em 2024 com o interveniente MEC, referente ao 3º Contrato de Gestão MCTI/CGEE

Na tabela a seguir, é apresentado o detalhamento dos valores oriundos de Outros Instrumentos Contratuais (contratos administrativos, convênios, contratos diretos, doações e subvenções).

Tabela 8 – Recebimentos – Outros instrumentos contratuais (em R\$) – Visão Financeira

SIGLA	DESCRIÇÃO	RECEBIMENTOS
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	1.077.000,00
CENIC	CENIC Engenharia Indústria e Comércio Ltda	682.808,00
IPEM/SP*	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo	168.242,51
JRC	<i>Joint Research Centre</i>	91.619,65
OSF	<i>Open Society Foundations</i>	2.691.500,00
PNUMA GDF*	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Governo do DF)	69.021,56
PNUMA OICS*	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (OICS)	117.855,89
PTE	Consulado Geral dos Países Baixos	45.000,00
SECITECE	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará	1.000.000,00
SECTI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Espírito Santo	1.554.000,00
TNC	Instituto de Conservação Ambiental - <i>The Nature Conservancy</i> Brasil	252.000,00
TOTAL		7.739.047,61

Fonte: ERP Sênior – Relatório FRCR121 – Jan a Dez/2025.

Gestão Orçamentária

No âmbito do Contrato de Gestão, as alocações podem ter caráter plurianual, especialmente para projetos e atividades, enquanto as despesas com pessoal e encargos, manutenção e operação e investimentos são determinadas por valores definidos para o exercício corrente.

As tabelas a seguir demonstram a execução orçamentária do Contrato de Gestão e de Outros Instrumentos Contratuais por conta contábil a que as despesas de projetos; de pessoal e encargos; e de manutenção e operação estão atrelados.

Tabela 9 - Contrato de Gestão – Execução Orçamentária em 2025 por conta contábil (em R\$)

CONTRATO DE GESTÃO	ORÇADO	REALIZADO	DISPONÍVEL
COM RESTRIÇÃO			
MCTI + MCOM*	48.843.634,25	38.749.997,90	10.093.636,35
Projetos	13.249.056,61	7.541.716,39	5.707.340,22
Pessoal e Encargos	28.865.470,44	25.123.032,06	3.742.438,38
Manutenção e Operação	6.100.000,00	5.456.142,25	643.857,75
Investimentos	629.107,20	629.107,20	0,00
MEC	2.387.395,42	2.061.193,80	326.201,62
Projetos	600.000,00	265.047,60	334.952,40
Pessoal e Encargos	1.411.000,00	1.409.422,38	1.577,62
Manutenção e Operação	376.395,42	386.723,82	- 10.328,40
Investimento	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.231.029,67	40.811.191,70	10.419.837,97

Fonte: ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial por conta contábil.

*MCOM: Não houve um orçamento específico para o MCOM em 2025, haja vista que os recursos remanescentes em conta corrente no exercício de 2024 integraram a reprogramação orçamentária do MCTI para 2025.

Tabela 10 - Outros Instrumentos Contratuais – Execução Orçamentária em 2025 por conta contábil (em R\$)

OUTROS INSTRUMENTOS	ORÇADO	REALIZADO	DISPONÍVEL
SEM RESTRIÇÃO			
Projetos	22.272.868,57	3.989.235,97	18.283.632,60
Pessoal e Encargos	2.623.653,43	1.646.698,91	976.954,52
Manutenção e Operação	1.388.924,85	1.004.046,81	384.878,04
TOTAL	26.285.446,85	6.639.981,69	19.645.465,16

Fonte: ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial por conta contábil.

Saldos Bancários

Os saldos disponíveis incluem os valores mantidos em contas bancárias e investimentos de curto e longo prazo, os quais podem ser convertidos de forma imediata em caixa, apresentando baixo risco residual de variação de valor. Estes recursos estão integralmente alocados para atender às necessidades operacionais da entidade, assegurando a liquidez necessária para a continuidade e execução dos projetos.

No Contrato de Gestão, o saldo em 31/12/2025 apresentou variação negativa de 58,39% em relação a 31/12/2024, enquanto, no mesmo período, outros instrumentos contratuais registraram

aumento de 361,84% e a reserva própria um decréscimo da ordem de 56,75%. Em 31/12/2025, os saldos bancários de outros instrumentos contratuais corresponderam a 18,54% do total.

Tabela 11 - Saldos Bancários – Visão Financeira (em R\$)

CONTRATO DE GESTÃO - COM RESTRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
CG - MCTI	11.390.049,14	21.994.233,21
CG - MEC	2.794.620,03	2.300.496,18
SUBTOTAL	14.184.669,17	24.294.729,39
OUTROS INSTRUMENTOS - SEM RESTRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
IPEM SP	49.844,23	684.172,94
CENIC	404.580,82	150.611,81
PTE	0,00	105.047,99
SECTI	327.683,76	6.161,61
SECITECE-CE	47,40	2.558,71
PNUMA/OICS	-	881,76
PNUMA/GDF	-	776,21
TNC	166.131,97	-
ABDI – POE/BR	188.354,52	-
ABDI – PNT	509.928,01	-
CPID	5.217,97	-
OSF – Trilha 01	379.002,13	-
OSF – Trilha 02	1.407.417,35	-
SUBTOTAL	3.438.208,16	950.211,03
Reserva Própria - CGEE	919.095,82	1.619.580,21
TOTAL	18.541.973,15	26.864.520,63

Fonte: Extratos Bancários em 31/12/2025.

As tabelas a seguir demonstram o custeio mensal da OS no Contrato de Gestão (Tabela 12) e nos Outros Instrumentos Contratuais (Tabela 13), considerando o registro por conta contábil.

Tabela 12 - Custeio mensal da OS considerando as despesas do Contrato de Gestão (MCTI e MEC) – Visão Orçamentária (em R\$)

DESCRIÇÃO	Jan a Dez/2025 - MCTI	Média Custo Mensal - MCTI
Projetos e Atividades	7.541.716,39	628.476,37
Pessoal e Encargos	25.123.032,06	2.093.586,01
Manutenção e Operação (com despesas financeiras)	5.456.142,25	454.678,52
Investimentos (aquisição de ativos)	629.107,20	52.425,60
SUBTOTAL	38.749.997,90	3.229.166,49
DESCRIÇÃO	Jan a Dez/2025 - MEC	Média Custo Mensal - MEC
Projetos e Atividades	265.047,60	22.087,30
Pessoal e Encargos	1.410.075,26	117.451,87
Manutenção e Operação (com despesas financeiras)	376.395,42	32.226,39
SUBTOTAL	2.061.193,08	171.766,15
TOTAL	40.811.191,70	3.400.932,64

Fonte: ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial por conta contábil. Nas linhas *Projetos e Atividades*; e *Manutenção e Operação*, no MCTI, estão insertos os valores realizados relativamente ao MCOM.

Tabela 13 - Custeio mensal da OS considerando as despesas de Outros Instrumentos Contratuais – Visão Orçamentária (em R\$)

DESCRIÇÃO	Jan a Dez/2025	Média Custo Mensal
Projetos e Atividades	3.989.235,97	332.436,33
Pessoal e Encargos	1.646.698,91	137.224,91
Manutenção e Operação (com despesas financeiras)	1.004.046,81	83.670,57
Investimentos (aquisição de ativos)	0,00	0,00
TOTAL	6.639.981,69	553.331,81

Fonte: ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial por conta contábil

Custos Operacionais

Em 2025, o CGEE realizou despesas no montante de R\$ 47.451.173,39, das quais 86% estiveram vinculadas ao Contrato de Gestão, totalizando R\$ 40.811.191,70 no exercício. Esse valor representa redução de 30,67% em relação às despesas associadas ao Contrato de Gestão no mesmo período de 2024. A variação observada decorreu, principalmente, da diminuição das despesas com pessoal e encargos, consultorias externas e eventos de mobilização de competências.

Tabela 14 - Custeio mensal geral da OS – Visão Orçamentária (em R\$)

DESCRIÇÃO	Jan a Dez/2025	Média Custo Mensal
Projetos e Atividades	11.795.999,96	983.000,00
Pessoal e Encargos	28.179.153,35	2.348.262,78
Manutenção e Operação (com despesas financeiras)	6.846.912,88	570.576,07
Investimentos (aquisição de ativos)	629.107,20	52.425,00
TOTAL	47.451.173,39	3.954.264,45

Fonte: ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial por conta contábil. A linha Investimentos refere-se ao valor de aquisição de ativo imobilizado/intangível.

A tabela a seguir demonstra os dispêndios do Contrato de Gestão considerando a conta contábil em que esses dispêndios foram alocados. Não integra essa tabela o valor relativo a Investimentos, que, em 2025, é da ordem de R\$ 629.107,20.

Tabela 15 - Dispêndios 2025 e 2024 - Contrato de Gestão – Por conta contábil (em R\$)

DESCRIÇÃO	CONTRATO DE GESTÃO - COM RESTRIÇÃO		
	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
Pessoal e Encargos	26.532.454,44	27.494.756,26	-3,50%
MEC	1.409.422,38	758.542,72	85,81%
MCTI	25.123.032,06	26.708.991,94	-5,94%
MCOM	-	27.221,60	-100,00%
Consultoria Externa	5.239.177,01	5.500.778,32	-4,76%
MEC	243.504,00	351.643,00	-30,75%
MCTI	4.995.673,01	5.149.135,32	-2,98%
MCOM	-	-	0,00%
Eventos de Mobilização de Competências	2.567.586,98	12.496.483,47	-79,45%
MEC	21.543,60	-	0,00%
MCTI	2.546.043,38	12.496.483,47	-79,63%
MCOM	-	-	0,00%
Manutenção Administrativa	4.964.010,29	4.524.303,00	103,29%
MEC	331.777,16	542.117,32	-38,80
MCTI	4.632.233,13	3.963.263,02	16,88%
MCOM	-	18.922,66	-100,00%
Outras Despesas Operacionais	603.016,58	1.167.164,04	-48,33%
MEC	54.946,66	59.065,54	-6,97%
MCTI	530.420,83	1.100.855,29	-51,82%
MCOM	17.649,09	7.243,21	143,66%
Depreciação e Amortização	275.839,20	2.145.628,21	-87,14%
MEC	-	458.024,68	-100,00%
MCTI	275.839,20	1.687.603,53	-83,65%
MCOM	-	-	0,00%
TOTAL	40.182.084,50	53.329.113,30	-24,65%

Fonte: Relatório de Gestão 2024 e ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial por conta contábil.

Os dispêndios vinculados aos Outros Instrumentos Contratuais apresentaram um aumento expressivo, passando de R\$ 1.364.186,35 em 2024 para R\$ 6.639.981,69 em 2025. Esse acréscimo decorre, sobretudo, da entrada de novos contratos, resultando numa maior distribuição das despesas com pessoal, operacionais e consultoria externa

A tabela a seguir apresenta os dispêndios de Outros Instrumentos Contratuais considerando a conta contábil em que esses dispêndios foram alocados.

Tabela 16 - Dispendios 2025 e 2024 – Outros Instrumentos Contratuais – Por conta contábil (em R\$)

	OUTROS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS - SEM RESTRIÇÃO		
	2025	2024	VARIAÇÃO (%)
Pessoal e Encargos	1.713.973,97	263.879,46	549,53%
Consultoria Externa	2.230.726,19	439.550,00	407,50%
Eventos de Mobilização de Competências	1.034.752,10	319.804,81	223,56%
Manutenção Administrativa	1.440.372,04	142.059,99	913,92%
Outras Despesas Operacionais	220.157,39	105.048,40	109,58%
Depreciação e Amortização	-	93.843,69	-100,00%
TOTAL	6.639.981,69	1.364.186,35	386,74%

Fonte: Relatório Anual 2024 e ERP Sênior – Relatório de Inversão Gerencial – por conta contábil.

Reserva Técnica

De acordo com a Cláusula Décima Segunda do Contrato de Gestão, a Reserva Técnica deverá ser constituída como medida de segurança para custeio antecipado das atividades básicas da Organização Social (OS) e para outros gastos em atividades de relevante interesse para o alcance dos objetivos do Contrato de Gestão. Essa reserva técnica poderá ser constituída de saldos não comprometidos com obrigações das ações fomentadas, aportes extraordinários e resultados de aplicação financeira, em montante que assegure o custeio da OS por período não superior a oito meses, conforme acordado entre as partes mediante termo aditivo.

A reserva técnica estabelecida no 11º Termo Aditivo é de R\$ 1.705.209,53.

Tabela 17 - Reserva Técnica (em R\$)

CONTRATO DE GESTÃO	2025	2024
MCTI	905.209,53	835.366,12
MEC	800.000,00	800.000,00
TOTAL	1.705.209,53	1.635.366,12

Fonte: ERP Sênior – Balancete dez 2024 e 2025.

O Gráfico 03 demonstra o histórico da reserva técnica do Contrato de Gestão nos últimos 15 anos.

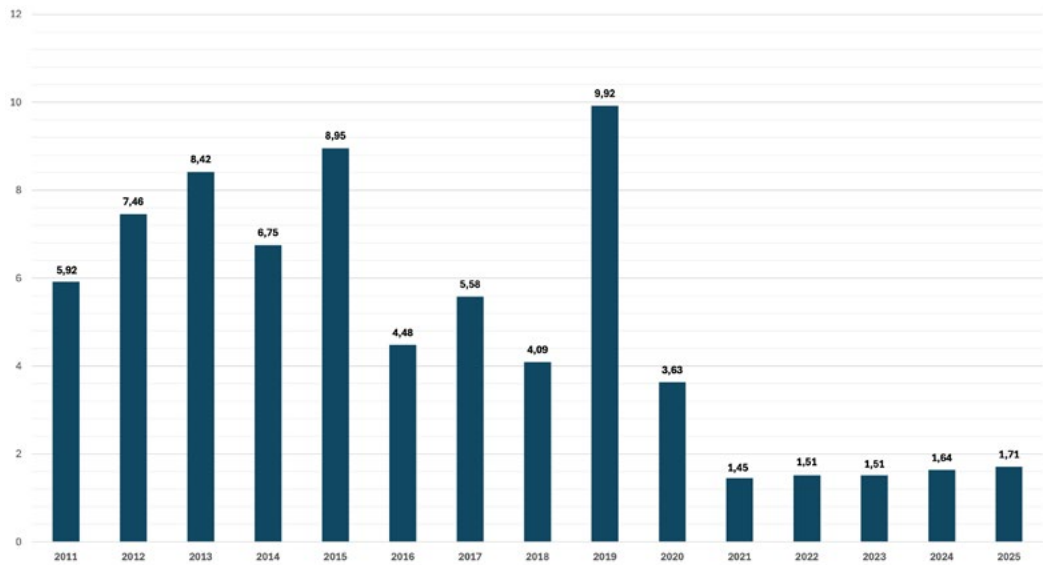


Gráfico 03 – Reserva Técnica do Contrato de Gestão – 2011 a 2025 (em R\$ mi)

Fonte: Termos Aditivos aos Contratos de Gestão e Relatório de Gestão Anual 2024/CGEE.

Conforme demonstrado no Gráfico 03, ao longo dos anos, houve uma redução considerável nos valores destinados à reserva técnica, apontando para uma necessidade de recomposição.

Tabela 18 - Média da Reserva Técnica do Contrato de Gestão por quinquênio (em R\$ mi)

MÉDIA POR QUINQUÊNIO	R\$ (MI)
2011-2015	7,50
2016-2020	5,54
2021-2025	1,56

Fonte: Relatório Anual 2024/CGEE e Termos Aditivos ao 3º Contrato de Gestão assinados em 2025.

Estrutura Organizacional

Em continuidade ao eixo de reestruturação operacional definido pela Gestão como frente prioritária em 2024, o ano de 2025 foi marcado por mudanças voltadas à integração estrutural, à racionalização de processos e à qualificação dos serviços prestados aos demandantes internos.

Com base na atualização do Regimento Interno aprovada pelo Conselho de Administração em sua 100ª Reunião, em 12 de dezembro de 2024, a Resolução da Presidência nº 002/2025, de 16 de

maio de 2025, promoveu a extinção das coordenações de Serviços e Suprimentos, Contratos e Parcerias e Seleção de Fornecedores, instituindo a Coordenação Administrativa (CAAdm). A nova estrutura, ainda que sob uma única coordenação, passou a organizar-se em frentes de trabalho distintas, com atribuições segregadas e atuação articulada, em consonância com apontamentos de auditoria, assegurando autonomia funcional, continuidade das atividades e maior clareza na distribuição de responsabilidades.

As rotinas de monitoramento foram aprimoradas por meio de práticas sistemáticas de gestão de demandas, do uso de ferramentas colaborativas e da implementação de melhorias sistêmicas voltadas à automação, à integração entre sistemas e à padronização de fluxos. Essas iniciativas ampliaram a previsibilidade, a adequada alocação de tarefas, a rastreabilidade das informações e a transparência. A apuração mensal de indicadores, apoiada por relatórios e painéis de acompanhamento, bem como as retrospectivas internas, consolidam um ciclo contínuo de avaliação e ajustes, reforçando a orientação a resultados, a eficiência e a racionalização de recursos.

A revisão das estruturas organizacionais consolida a adoção de um modelo de gestão mais integrado e alinhado aos objetivos institucionais do CGEE, refletidos em suas prioridades estratégicas, com desdobramentos previstos para 2026.

Estrutura Física e Gestão Patrimonial

No exercício de 2025, a gestão administrativa concentrou esforços no aprimoramento da infraestrutura física e predial, com foco no planejamento, na segurança e na continuidade das operações. Foram implantadas rotinas de manutenção preventiva, realizadas adequações estruturais nas salas de reunião e executadas manutenções no sistema de climatização. Destaca-se a realização da primeira revisão elétrica geral do andar ocupado pelo CGEE desde 2013, contemplando levantamento técnico, correções imediatas, reorganização e atualização do mapeamento elétrico, que passam a orientar intervenções futuras. Em parceria entre a CAAdm e a CTIC, foram ainda avaliadas alternativas para garantir o fornecimento ininterrupto de energia, em especial para atendimento às demandas associadas ao projeto Proinfra.

No campo da gestão patrimonial, as ações concentraram-se na racionalização de recursos e na melhoria dos ambientes internos, com a substituição de equipamentos obsoletos e ajustes de *layout* em salas de trabalho, mediante reorganização de mobiliários para melhor atendimento às necessidades operacionais e à dinâmica das equipes. Foi realizada a destinação de bens inservíveis a instituição de natureza filantrópica, educacional e social, em conformidade com normativo interno e com a devida transparência.

No âmbito dos controles patrimoniais, foram realizados o Pré-inventário e o Inventário Final do exercício, bem como o teste de recuperabilidade dos ativos, em conformidade com os CPC 01 e CPC 27, assegurando a confiabilidade das informações e a aderência às boas práticas contábeis.

Gestão de Compras e Contratações

No campo estratégico da gestão de compras e contratações, identificou-se que o regulamento vigente não assegura, em sua forma atual, a agilidade compatível com a natureza de uma organização social, que demanda elevada capacidade de adaptação, eficiência operacional e economicidade, como também não mais se coaduna com nova estrutura implantada. Diante desse diagnóstico, a Coordenação Administrativa (CAadm) propôs uma revisão do Regulamento de Seleção e Contratação de Obras, Serviços, Compras e Alienações, com o objetivo de alinhar a operacionalização das contratações ao direcionamento da gestão do CGEE, com foco em clareza, objetividade e no fortalecimento dos mecanismos de controle e rastreabilidade. O trabalho tem sido subsidiado por levantamento de boas práticas, por meio de *benchmarking* com outras Organizações Sociais supervisionadas pelo MCTI e com organizações privadas de referência.

A proposta encontra-se em discussão entre as áreas técnicas envolvidas, buscando assegurar, de forma equilibrada, segurança jurídica e maior fluidez operacional. As tratativas terão continuidade ao longo de 2026, com vistas à consolidação da proposta para posterior apreciação pelas instâncias competentes.

No que se refere ao volume de contratações, em 2025 foram concluídos 294 processos de aquisição, dos quais 67% correspondem à contratação de serviços, 6% à aquisição de bens e 27% às compras realizadas por meio do fundo fixo de caixa. Todas as contratações realizadas pelo CGEE observaram o Regulamento de Seleção e Contratação de Obras, Serviços, Compras e Alienações e os demais dispositivos internos aplicáveis.

Ao final de 2025, a carteira contemplava 127 contratos em execução, com diferentes níveis de complexidade e prazos de vigência, assegurando o suporte necessário às atividades administrativas, operacionais e finalísticas do Centro. Desse total, 74% possuem vigência de até dois anos, enquanto os contratos com prazo superior estão majoritariamente associados a serviços continuados, cuja natureza demanda maior estabilidade. Essa distribuição reflete a adoção de boas práticas de gestão contratual, alinhadas aos princípios de economicidade, competitividade, eficiência e adequada vinculação ao instrumento convocatório.

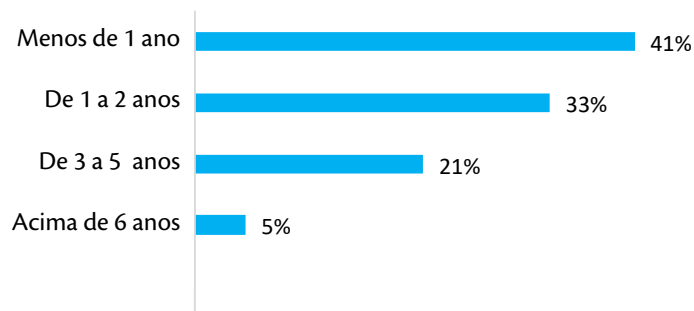


Gráfico 04 – Carteira de Contratos em dezembro de 2025 por vigência contratual em anos

Fonte: Senior ERP/CADM.

Para acompanhar as mudanças estratégicas, estruturais e operacionais, encontra-se em execução a revisão sistêmica da base de informações contratuais, com foco na qualificação dos dados e no fortalecimento do suporte à tomada de decisões.

Melhorias Tecnológicas e Sistêmicas - Transformação Digital

Em 2025, a Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) concentrou seus esforços no fortalecimento da infraestrutura tecnológica e no suporte técnico e sistêmico às atividades finalísticas do CGEE, em consonância com o processo de transformação digital em curso. As ações estiveram organizadas em eixos relacionados ao apoio tecnológico aos projetos, ao aprimoramento da governança de TI, à modernização do ambiente computacional, à evolução dos sistemas corporativos e à preparação institucional para o uso ampliado de tecnologias digitais.

No apoio às áreas finalísticas, a atuação da CTIC esteve voltada à viabilização tecnológica dos projetos, por meio do desenvolvimento, da manutenção e da evolução de plataformas, painéis de informação, observatórios e ambientes de dados, bem como da automação de rotinas e do tratamento de bases utilizadas pelas equipes técnicas responsáveis pelos conteúdos e análises. Essas entregas asseguraram a estabilidade, a disponibilidade e a qualidade dos recursos tecnológicos necessários à produção e à disseminação dos produtos do CGEE.

No campo da governança de TI, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com apoio de consultoria externa, a partir de diagnóstico abrangente das necessidades administrativas e técnicas da Instituição. O plano consolidou diretrizes e ações estratégicas para a evolução da TI até 2028. Como desdobramento, foi instituído o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), integrado por representantes das áreas administrativas e finalísticas, que apresentou, em 2025, proposta de reestruturação da CTIC, com foco na atualização dos processos

tecnológicos e no adequado suporte às demandas institucionais em um contexto de crescente uso de inteligência artificial.

No que se refere à infraestrutura tecnológica, foram realizadas ações de modernização do ambiente do Centro de Processamento de Dados, com foco na continuidade, na segurança e no desempenho dos serviços. As iniciativas incluíram a renovação de servidores, a atualização da rede sem fio, a ampliação da capacidade e da redundância dos links de internet, bem como o fortalecimento das rotinas de *backup* e proteção de dados, ampliando a resiliência da infraestrutura e reduzindo riscos operacionais.

Em relação à gestão de dados, o *Data Lake* institucional passou por atualizações contínuas, com ampliação e monitoramento de fontes estratégicas e desenvolvimento de painéis internos de apoio às análises realizadas pelas áreas técnicas. No mesmo sentido, avançou a substituição integral do Portal do CGEE, após mais de uma década de operação, proporcionando maior agilidade no acesso a estudos e documentos e renovando a presença institucional na internet.

Também foram reforçadas as ações de segurança da informação, com atualização da campanha de conscientização junto aos colaboradores, em resposta ao aumento das ameaças cibernéticas e às exigências relacionadas à proteção de dados pessoais. Adicionalmente, o Sistema de Acompanhamento Integrado – NEO evoluiu com a incorporação de funcionalidades voltadas à gestão da alocação de equipes, à integração de dados e ao monitoramento de desempenho, fortalecendo os instrumentos de governança e acompanhamento dos projetos.

Na Tabela 18, são apresentados dados relacionados aos chamados atendidos pela CTIC ao longo de 2025, com indicação do esforço médio dispendido por tipo de serviço.

Tabela 19 – Número de chamados solucionados *versus* esforço médio dispendido por chamado

Serviço	Chamados solucionados	Esforço médio
Central de Atendimento	1442	1 dia
Desenvolvimentos de sistemas e melhorias	314	3 dias
Gestão de Dados	20	17 dias
Segurança da Informação	1	2 dias
Suporte Técnico	1026	9 horas
Aquisição e Contratos*	1	2 dias
Total	2804	

Fonte: GLPI/CTIC/CGEE.

*Considerados apenas processos de suporte à aquisição e contratos de tecnologia da informação solicitados pelas áreas por meio da ferramenta GLPI.

Em 2025, 62% dos chamados registrados concentraram-se na Central de Atendimento e no Suporte Técnico, ambos com prazo médio de solução de até um dia, refletindo a consolidação do atendimento em primeiro nível. As demandas de Desenvolvimento de Sistemas e Melhorias corresponderam a 11% do total, com esforço médio de três dias, enquanto os chamados de maior complexidade, relacionados à Gestão de Dados, apresentaram menor volume e maior tempo médio de atendimento. As categorias de Segurança da Informação e Aquisição e Contratos registraram baixa incidência no período.

Ressalta-se que os chamados registrados não representam a totalidade das atividades desempenhadas pela equipe de tecnologia, que mantém rotinas contínuas de monitoramento de segurança, suporte técnico às áreas finalísticas, administração de infraestrutura e demais processos contínuos e estruturantes. Ainda assim, os dados permitem dimensionar o volume de demandas adicionais às rotinas regulares e subsidiam o planejamento de melhorias nos processos e na infraestrutura tecnológica.

Em comparação com 2024, observa-se crescimento de aproximadamente 60% no total de chamados atendidos em 2025, associado à especialização do atendimento em primeiro nível e à reorganização dos processos administrativos. Esse movimento contribuiu para maior eficiência do suporte, redução do tempo médio de atendimento e fortalecimento da confiança dos colaboradores no uso dos canais formais de solicitação.

Melhorias de fluxos e processos

Em 2025, a Coordenação de Gestão de Projetos (CGP) atuou no aprimoramento dos fluxos e processos corporativos, em articulação com a reestruturação organizacional em curso. As ações estiveram associadas à criação da Coordenação Administrativa (CAadm) e à extinção das coordenações de Contratos e de Seleção de Fornecedores, demandando a adequação de processos, papéis e responsabilidades.

Nesse contexto, a CGP trabalhou em parceria com a CAadm no redesenho de fluxos críticos e na adaptação dos sistemas à nova configuração institucional, assegurando continuidade operacional, maior clareza de responsabilidades e conformidade dos procedimentos.

As principais iniciativas do período concentraram-se na automação e atualização de processos financeiros, com melhorias nos fluxos de atesto, homologação e pagamento, na definição de novos papéis sistêmicos e na implantação de acordos de nível de serviço. Também foram aperfeiçoados os processos de reembolso e de pagamento de encargos. No âmbito de Recursos Humanos, foi implantado processo automatizado para pagamento de folha, guias, encargos e rescisões. Adicionalmente, foram desenvolvidas integrações sistêmicas que ampliaram a automação dos processos de aquisição e fortaleceram a integração com o sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) [Planejamento de Recursos Empresariais], com ganhos em controle, transparência e segurança das informações.

Sistema de Gestão Empresarial - Enterprise Resource Planning (ERP) - e Gestão de Capital Humano - Human Capital Management (HCM)

A partir das necessidades identificadas pelas áreas e dos apontamentos das instâncias de monitoramento e governança, o CGEE realizou, ao longo de 2025, estudo de mercado para avaliação de soluções de ERP e HCM mais aderentes às suas demandas institucionais. Após processo de análise que envolveu diferentes atores internos e externos, concluiu-se pela necessidade de substituição dos sistemas atualmente em uso por soluções mais modernas, seguras e funcionais, capazes de oferecer maior aderência aos processos da instituição e ampliar as possibilidades de gestão e integração de dados. A transição entre os sistemas está planejada para 2026.

Com o objetivo de assegurar ganhos operacionais no curto prazo e evitar a interrupção de melhorias até a conclusão da modernização sistêmica, foram implementados aprimoramentos nos sistemas em utilização. As ações concentraram-se na otimização de processos administrativos, no fortalecimento da integridade dos dados e na modernização da infraestrutura de suporte aos sistemas ERP e HCM.

Nesse contexto, avançaram iniciativas de automação do ciclo de suprimentos e da gestão de parceiros, com a implementação de cadastros integrados ao ERP, a automatização do registro de avaliações de fornecedores e a estruturação de relatórios de apoio à formação de preços. No campo financeiro e contábil, foram implementadas melhorias no fluxo orçamentário, com maior granularidade de acompanhamento, bem como automações voltadas à conciliação contábil, à entrada automatizada de notas fiscais, à correção de integrações críticas e ao fortalecimento da segregação de funções por perfil de acesso.

Adicionalmente, foi realizada a modernização da infraestrutura de integração entre sistemas, por meio da migração dos serviços de APIs para ambiente mais atualizado, assegurando maior estabilidade, desempenho e segurança no tráfego de informações entre os sistemas corporativos.

Proinfra 2025

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) integrou a equipe multidisciplinar responsável pela elaboração e submissão de projeto de financiamento voltado à expansão e ao desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa, no âmbito do edital Proinfra 2025 – Unidades de Pesquisa do MCTI. O projeto apresentado pelo CGEE, intitulado Infraestrutura para Inteligência Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), tem como objetivo a implantação do Centro Computacional para IA e Modelagem Estratégica (CCIME-CGEE).

O CCIME-CGEE foi concebido como ambiente institucional de suporte ao uso de soluções de inteligência artificial, incluindo recursos para IA generativa, agentes de IA e treinamento de modelos de aprendizado de máquina, com base em dados e conteúdos próprios do CGEE. A

infraestrutura proposta amplia a capacidade técnica da instituição e cria condições para a evolução das metodologias de trabalho, em alinhamento com seus objetivos estratégicos de produção de informação qualificada e geração de conhecimento.

A aprovação do projeto no edital Proinfra 2025 viabiliza a implementação dessa infraestrutura e reforça a capacidade institucional do CGEE de estruturar e executar iniciativas de caráter estratégico na área de ciência, tecnologia e inovação.

Recursos Humanos

Em 2025, a gestão de recursos humanos do CGEE concentrou-se em iniciativas voltadas à melhoria contínua do ambiente de trabalho e à adequação das práticas institucionais à dinâmica do mercado de trabalho. Em fevereiro, a Diretoria instituiu o regime híbrido de trabalho, no formato 2x3 (remoto e presencial), de forma uniforme para todos os setores da organização. Ao longo do ano, os colaboradores participaram de capacitação voltada ao aprimoramento da comunicação e da organização das atividades em equipes que atuam à distância, acompanhada por mentorias ao longo de três meses. Como resultado, foi produzido diagnóstico sobre o grau de maturidade do trabalho remoto no CGEE, com identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria.

No mesmo período, foi contratada consultoria técnica para a implementação de programa de avaliação de desempenho, com o objetivo de subsidiar a gestão de pessoas em aspectos relacionados à produtividade, ao desenvolvimento profissional e à política de remuneração. O trabalho resultou na elaboração do Manual de Avaliação de Desempenho e serviu de base para a aplicação do primeiro ciclo piloto de avaliações. O processo será aprimorado e aplicado de forma continuada ao longo de 2026.

Quanto ao quadro de pessoal, em 2025, o CGEE encerrou o exercício com 96 colaboradores, número 7% inferior à média registrada no período de 2020 a 2024. A força de trabalho contou ainda com 23 estagiários e 2 jovens aprendizes, estes alocados na DAF. Do total de dispêndios com colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, 94% foram financiados com recursos do Contrato de Gestão e 6% com recursos provenientes de outros instrumentos contratuais.

O Gráfico 04 apresenta a distribuição dos estagiários por área, estratificando a atuação desse contingente no apoio às atividades administrativas e finalísticas do CGEE.

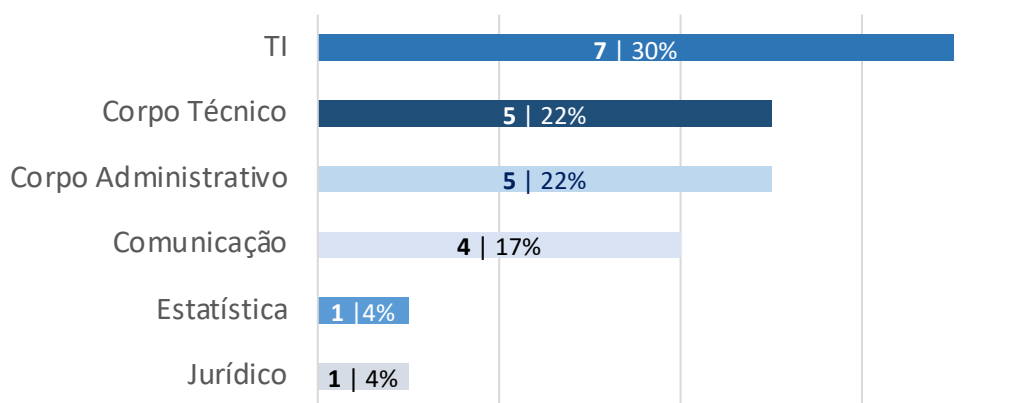


Gráfico 05 – Distribuição de estagiários por área

Fonte: CRH/CGEE..

O Gráfico 06, por sua vez, demonstra a evolução do quadro de colaboradores do Centro nos últimos seis anos. Para fins desta análise, foram considerados exclusivamente os colaboradores do quadro fixo, abrangendo empregados sob o regime CLT e servidores cedidos, que compõem a força de trabalho permanente da instituição.

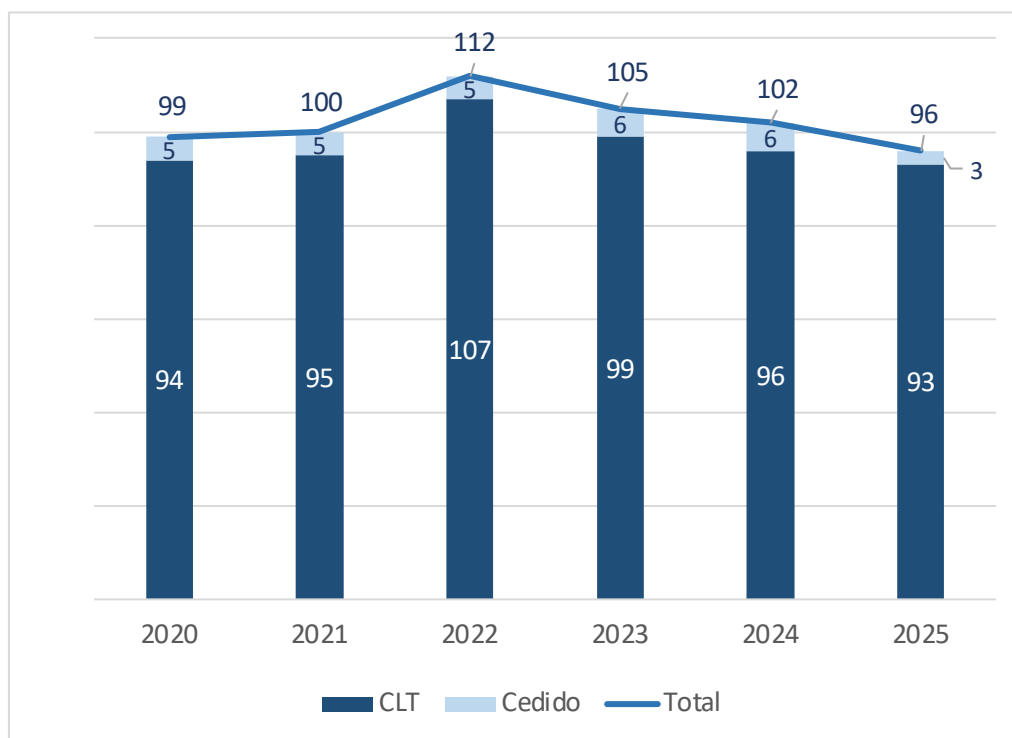


Gráfico 06 – Evolução do quadro de Colaboradores

Fonte: CRH/CGEE.

O quadro de pessoal do CGEE é estruturado para atender à sua missão estatutária de promover o desenvolvimento científico e tecnológico. As atividades institucionais abrangem desde a realização de estudos e pesquisas prospectivas em ciência, tecnologia, inovação e educação até a difusão de informações, experiências e projetos à sociedade, o que requer a atuação integrada de profissionais com formações técnicas e administrativas diversas.

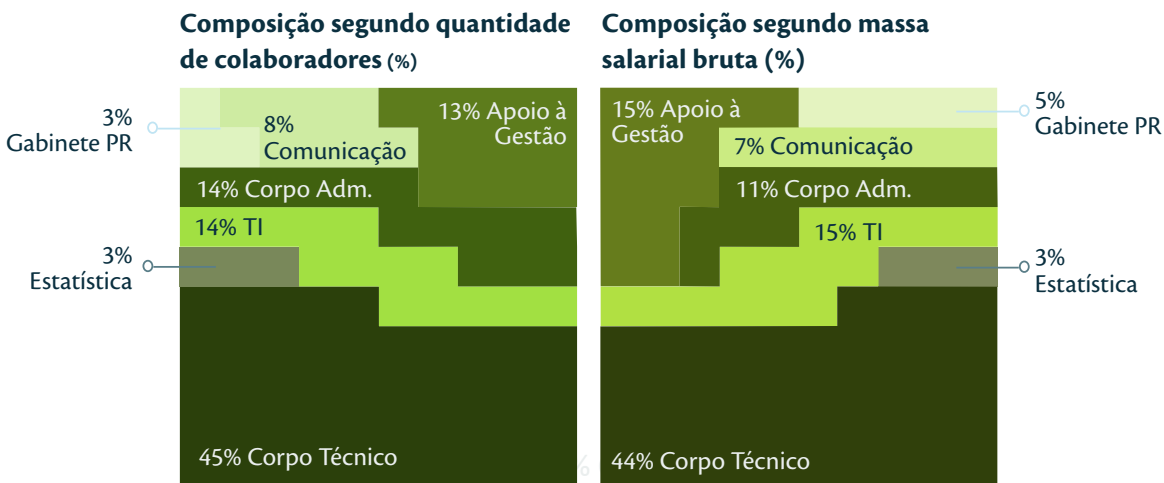


Gráfico 07– Composição do corpo colaborativo por grandes áreas, segundo quantidade de colaboradores e massa salarial bruta (%)

Fonte: CRH/CGEE.

Nota: Neste gráfico, não foram contabilizados diretores, estagiários e jovens aprendizes.

Turnover

Em 2025, o índice médio de rotatividade dos colaboradores do CGEE foi de 1,18. No período, foram realizadas 8 contratações e registrados 14 desligamentos, sendo estes compostos por 5 pedidos de demissão, 1 término de cessão de servidor, 1 aposentadoria e 7 desligamentos sem justa causa.

O Gráfico 08 apresenta a variação no número de colaboradores ao longo do exercício de 2025, considerando exclusivamente o quadro fixo de pessoal, não incluídos estagiários e jovens aprendizes.



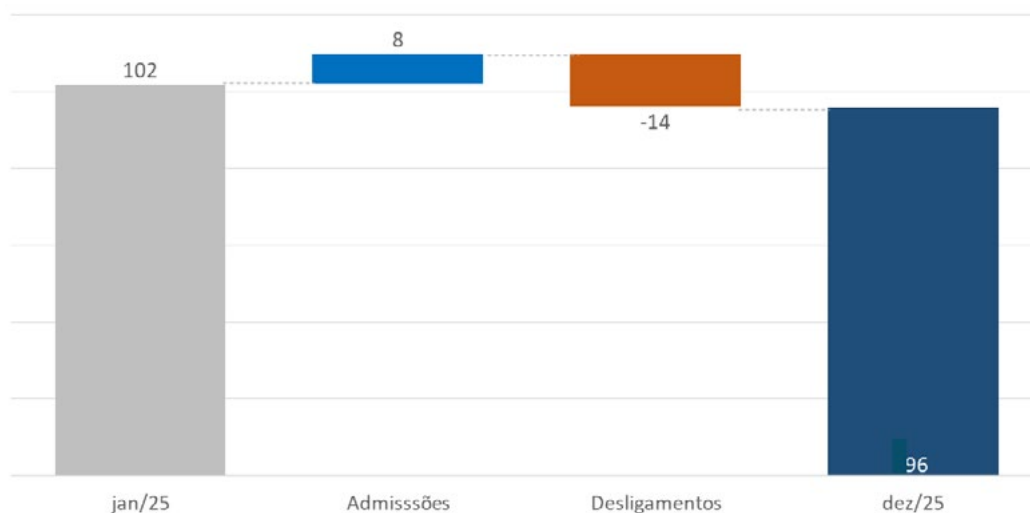


Gráfico 08 – Variação da quantidade de colaboradores em 2025

Fonte: CRH/CGEE.

Nota: Neste gráfico, não foram considerados estagiários e jovens aprendizes.

Em comparação com o ano anterior, o índice de *turnover* apresentou redução de 61%, alcançando, em 2025, o menor patamar dos últimos quatro anos. Esse comportamento está associado, principalmente, à diminuição de contratações por prazo determinado, à realização de reposições pontuais do quadro de pessoal e à retenção de admissões em decorrência de questões financeiro-orçamentárias.

O Gráfico 09 ilustra a evolução do índice de rotatividade ao longo dos últimos exercícios.

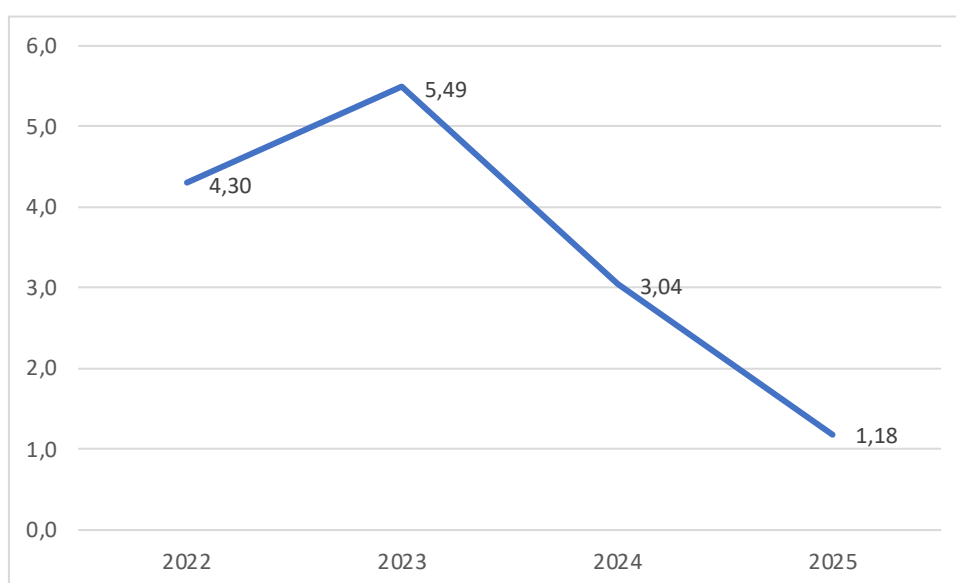


Gráfico 09 – Turnover através dos anos (Índice vs. Período)

Fonte: CRH/CGEE.

Limite Prudencial

Nos termos da subcláusula única da Cláusula 2ª do 12º Termo Aditivo ao 3º Contrato de Gestão, o CGEE deve observar, como limite prudencial de gastos com pessoal, o percentual máximo de 70% dos recursos pactuados no âmbito do Contrato de Gestão. Para fins desse cálculo, são consideradas as despesas com remuneração, encargos trabalhistas, vantagens e benefícios de qualquer natureza percebidos por dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos, observada a proporcionalidade aplicável às repactuações realizadas ao longo da execução contratual.

Em 2025, o CGEE passou a adotar, de forma sistematizada, a metodologia utilizada pela auditoria externa para apuração do limite prudencial, conforme detalhado no Anexo I do Relatório Circunstanciado da Auditoria nº 03/2025. A metodologia considera os recursos pactuados no exercício de competência avaliado, substituindo o critério anteriormente adotado nos Relatórios de Gestão, baseado nos recursos efetivamente repassados no período. A apuração pelo regime de competência confere maior consistência analítica ao cálculo, ao reduzir distorções decorrentes do descompasso temporal entre a pactuação dos recursos e sua liberação financeira.

A partir dessa abordagem, foram revisados os cálculos do limite prudencial relativos aos últimos nove exercícios, conforme apresentado no Quadro 01, que consolida a relação entre os dispêndios com pessoal e encargos e os recursos pactuados nos diferentes Contratos de Gestão vigentes ao longo do período.

Quadro 01 – Limite Prudencial de 2016 a 2024 por Recursos Pactuados

Contrato de Gestão (CG)	Ano	Recursos pactuados (CG) em R\$ Milhões	Pessoal e Encargos (CG) em R\$ Milhões	Relação entre Pessoal e Recursos Pactuados (%)	Média da Relação entre Pessoal e Recursos Pactuados (%)
2º Contrato de Gestão Limite prudencial: 60%	2016	23,1	14,1	61%	42%
	2017	17,9	11,1	62%	
	2018	28,7	11,9	41%	
	2019	61,1	13,4	22%	
	2020	33,9	14,5	43%	
	2021	82,1	16,8	20%	
3º Contrato de Gestão Limite prudencial: 50%	2022	46,3	22,5	48%	40%
	2023	70,1	24,3	35%	
	2024	73,0	26,5	36%	

Fonte: Termos Aditivos aos Contratos de Gestão CGEE/MCTI e Relatórios de Gestão do CGEE.

A Tabela 07 apresenta os valores de dispêndios com pessoal e encargos ao longo de 2025, discriminando os custos vinculados ao Contrato de Gestão e aqueles associados a outros instrumentos contratuais, como contratos administrativos, convênios, contratos diretos, doações e subvenções. Essa segregação permite maior transparência na análise da composição dos gastos com pessoal e no acompanhamento do cumprimento do limite prudencial ao longo do exercício.

Tabela 19 – Dispêndios com Pessoal e Encargos mês a mês – 2025

Mês	Custo CG (R\$)	Custo Outros Instrumentos (R\$)
Janeiro	1.831.790,85	63.656,79
Fevereiro	2.480.438,11	23.498,75
Março	1.898.597,31	146.565,45
Abril	1.859.913,08	307.023,94
Maio	2.290.560,11	67.795,04
Junho	2.193.640,71	60.329,21
Julho	2.157.189,98	80.624,65
Agosto	2.056.288,14	73.919,46
Setembro	1.793.816,92	129.226,00
Outubro	3.505.302,96	167.270,99
Novembro	2.165.945,95	239.236,10
Dezembro	2.298.970,32	287.821,49
Total 2025	26.532.454,44	1.646.967,87

Fonte: CRH/CGEE.

Considerações – Gestão Operacional

O exercício de 2025 consolidou a continuidade das ações iniciadas em 2024, com foco na reestruturação organizacional, na adoção de práticas de gestão mais ágeis e no fortalecimento da capacidade operacional do CGEE. As medidas implementadas favoreceram maior integração entre áreas, a racionalização de processos e o uso mais qualificado de informações como suporte à tomada de decisão, assegurando a continuidade das atividades e a adequação da estrutura administrativa às demandas institucionais.

Ao longo do exercício, observou-se o fortalecimento das instâncias internas de governança, com a atuação da Comissão de Orçamento na elaboração das peças orçamentárias de 2025 e 2026, a instituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) e a continuidade da implementação do Comitê de Integridade. Essas instâncias qualificam os processos decisórios e reforçam o alinhamento entre planejamento, execução e controle, de acordo com seu estágio de implementação e funcionamento.

Para 2026, a gestão operacional estará orientada à continuidade das ações de reorganização e modernização administrativa, à atualização de normativos e à implantação de sistemas integrados de gestão, com uso intensivo de soluções de inteligência artificial voltadas à produção de informação qualificada para o suporte à tomada de decisão. Em paralelo, serão aprofundados os temas relacionados à precificação e ao custeio de projetos, ao aprimoramento da gestão orçamentária e ao fortalecimento das atividades de prospecção, com vistas à ampliação da estabilidade financeira e orçamentária do CGEE e à garantia de condições sustentáveis para o cumprimento de sua missão institucional.



11. Auditoria Interna

No exercício de 2025, a Auditoria Interna consolidou suas atividades com ênfase no monitoramento das providências adotadas pela Administração para o atendimento às recomendações emitidas pela própria auditoria interna, além da auditoria externa e pelos órgãos de governança da entidade. Como resultado desse acompanhamento sistemático, o CGEE apresentou atendimento a 53% das recomendações voltadas ao aprimoramento de rotinas e controles internos, refletindo os esforços empreendidos para o fortalecimento da governança e da gestão institucional.

As fragilidades e deficiências identificadas nos controles internos foram comunicadas de forma estruturada e recorrente à Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria, contribuindo para o aprimoramento da transparência, da prestação de contas e da efetividade dos mecanismos de controle.

Para viabilizar esses resultados, foi adotado um novo fluxo de trabalho, apoiado pela ferramenta Asana, que contribuiu para o aprimoramento da comunicação com as áreas gestoras e para o fortalecimento da rastreabilidade das ações relacionadas ao registro de apontamentos, à elaboração, ao acompanhamento e à conclusão dos planos de ação decorrentes das recomendações emitidas.

No âmbito de suas atribuições, a Auditoria Interna também prestou apoio à Administração por meio da realização de trabalhos de consultoria interna demandados pela Diretoria do CGEE, além de promover a avaliação do desenho e da efetividade dos controles internos associados aos seguintes processos: seleção de fornecedores e prestadores de serviços; compras e contratações; e gestão de projetos e contratos.

Os trabalhos de consultoria foram conduzidos em conformidade com os princípios de independência e objetividade, não envolvendo a Auditoria Interna na tomada de decisões administrativas, limitando-se ao fornecimento de análises e informações técnicas destinadas a subsidiar o processo decisório da Administração.

Por fim, destaca-se que, ao longo de 2025, a Auditoria Interna dedicou-se à conclusão de trabalhos previstos no Planejamento Anual de Auditoria (PAINT) de 2024, cuja execução foi impactada, entre outros fatores, pelo afastamento, por motivos de saúde, da colaboradora responsável pela função no âmbito do CGEE. Em 2026, a Auditoria Interna concentrará seus esforços na execução de um novo PAINT, aprovado pelo Conselho de Administração em junho de 2025.



12. Cumprimento Das Recomendações da CAA

Recomendação Emitida na Avaliação Anual De 2020:

A Comissão reforça, ao CGEE, a necessidade fortalecimento da estratégia de Comunicação Integrada, com a incorporação das dimensões buscadas pelos indicadores que tratam da divulgação e da visibilidade institucional (V, VI e VII), com a proposição de indicadores compatíveis com a complexidade das relações do CGEE com seu público-alvo.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO MANTIDA.**

Resposta CGEE:

Em atendimento à recomendação formulada em 2020, o CGEE, com o apoio da CAA, promoveu o aprimoramento dos indicadores de visibilidade institucional. À época, os indicadores então vigentes compreendiam: (i) a contabilização de acessos com duração superior a um minuto; (ii) a contabilização do número de *downloads*; e (iii) a capacidade de mobilização de atores da sociedade brasileira na realização de eventos e fóruns de discussão voltados à construção de convergências entre os diversos elos do processo de geração de conhecimento e inovação.

Posteriormente, os referidos indicadores foram retirados do Contrato de Gestão e, quando de sua reintrodução por meio do Quinto Termo Aditivo, passaram a constar como **indicador composto**, estruturado a partir das seguintes métricas: número de eventos produzidos (online, presenciais e híbridos); número de notícias produzidas e publicadas no site do CGEE; número de instituições participantes dos eventos promovidos pelo CGEE; número de *downloads* de documentos e publicações disponibilizados no site; e número de acessos ao site institucional. O resultado da apuração encontra-se detalhado em item específico deste relatório.

A apuração parcial referente ao primeiro semestre de 2025 indicou tendência consistente de alcance das metas, devendo ser compreendida como etapa de acompanhamento, uma vez que captou apenas parte do ciclo anual de execução das ações, marcado por dinâmica cumulativa e sazonal das iniciativas de comunicação, realização de eventos e geração de repercussão institucional. Tal sazonalidade é corroborada pela apuração anual, que evidencia a superação integral das metas pactuadas em todos os indicadores avaliados, com desempenho significativamente superior aos parâmetros mínimos estabelecidos. Esses resultados demonstram o esforço consistente da Comunicação Integrada e confirmam a aderência e a efetividade da estratégia adotada frente à complexidade das relações do CGEE com seus públicos, apontando que os indicadores vigentes se mostram adequados e operacionalmente consistentes.

Recomendação Emitida na Avaliação Anual De 2020:

A Comissão recomendou, ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, a revisão dos mecanismos de acesso dos usuários externos aos conteúdos produzidos pelo CGEE (publicações), com opções de filtros por recorte temporal e temático, de forma a que as interfaces sejam mais amigáveis, com várias opções para localização de documentos.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO MANTIDA.**

Resposta CGEE:

Em atendimento à recomendação supracitada, o CGEE lançou um novo site no segundo semestre de 2025, com o objetivo de aprimorar a experiência do usuário, especialmente no que se refere à busca por estudos e demais comunicações institucionais produzidas pelo CGEE. Ressalta-se que, embora o novo site já esteja publicado e em operação, o processo de aprimoramento permanece em curso, com oportunidades de melhoria passíveis de identificação.

Recomendação 2023

A CAA recomenda que na revisão do QIM sejam incluídos indicadores institucionais do CGEE. Além de demonstrar o atingimento das metas pactuadas anualmente, também devem apresentar a tendência de cumprimento das metas de todos os indicadores para o acompanhamento semestral.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO EM MONITORAMENTO COM BASE NA NOTA EXPLICATIVA (13216339).**

Resposta CGEE:

O CGEE acolhe a recomendação da CAA quanto ao aperfeiçoamento do Quadro de Indicadores e Metas (QIM), no sentido de reforçar a incorporação de indicadores institucionais e de ampliar a transparência do acompanhamento semestral do desempenho institucional. Nesse contexto, a apuração parcial referente a 2025 apresentou, de forma sistematizada, não apenas o valor alcançado em relação às metas quantitativas pactuadas, mas também a respectiva tendência de cumprimento para cada indicador, conforme demonstrado na tabela presente no RELATÓRIO SEMESTRAL DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO - JANEIRO A JUNHO DE 2025.

Ressalta-se que a leitura dos resultados semestrais deve considerar a natureza específica de cada

indicador, distinguindo o caráter cumulativo e sazonal de determinadas atividades institucionais. Ainda assim, a inclusão da tendência de cumprimento no acompanhamento parcial constitui instrumento adequado de gestão e monitoramento, permitindo avaliar antecipadamente o desempenho esperado ao final do exercício, sem prejuízo da aferição conclusiva baseada na apuração anual consolidada.

Recomendação Emitida na Avaliação 2024

A CAA recomenda ao CGEE que, no Indicador 1, todos os produtos com as respostas dos demandantes sejam considerados para avaliação do cálculo do indicador.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.**

Resposta CGEE:

O espaço amostral de avaliação foi ampliado, considerando 80% dos produtos pactuados na carteira de projetos, conforme acordado com a CAA e o MCTI. Produtos com escopo pendente de definição não foram indicados para avaliação.

Recomendação Emitida na Avaliação 2024

A CAA recomendou ao CGEE que a descrição e a metodologia do Indicador II sejam revisitadas, quanto ao:

- a. universo de projeto/serviço de atividades, atendendo ao mínimo de 80% entre os pactuados;
- b. universo relevante de usuários para cada projeto/serviço de atividades;
- c. revisão dos quesitos de avaliação submetidos aos usuários.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.**

Resposta CGEE:

Em atendimento à recomendação da CAA, o CGEE procedeu à revisão da descrição e da metodologia do Indicador II, com vistas ao seu aprimoramento técnico e à maior aderência aos objetivos de avaliação institucional. Nesse processo, foi ampliado o universo de projetos e serviços

de atividades considerados, de modo a assegurar cobertura compatível com o parâmetro mínimo de 80% dos projetos pactuados. Adicionalmente, foi redefinido o universo relevante de usuários para cada projeto ou serviço, buscando maior representatividade e consistência dos resultados apurados. Por fim, os quesitos de avaliação submetidos aos usuários foram revisados e ajustados, com o objetivo de qualificar a mensuração da percepção de qualidade e fortalecer a robustez metodológica do indicador.

Recomendação Emitidas na Avaliação 2024

A Comissão recomendou, ao CGEE, o estabelecimento de uma metodologia de tratamento das solicitações de revisão ou melhoria contida nos formulários de homologação dos produtos do indicador 1.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.**

Resposta CGEE:

Em agosto, foi realizada uma reunião entre o CGEE e a COAVA/MCTI com o objetivo de discutir indicadores, metodologias de avaliação e processo de homologação. A partir das discussões com a área demandante, a recomendação encontra-se em fase de consolidação de uma metodologia formal para o tratamento das solicitações de revisão ou melhoria apontadas nos formulários de homologação dos produtos do Indicador I.

A metodologia passa a prever:

- (i) envio antecipado, pelo CGEE, ao MCTI, da lista de homologadores e interlocutores dos produtos, em atendimento à solicitação formulada;
- (ii) envio, pelo CGEE, dos produtos pactuados ao MCTI, com antecipação formal do prazo de entrega de 31/12 para 19/12, conforme acordado;
- (iii) encaminhamento, pelo MCTI, dos formulários de homologação aos respectivos homologadores para fins de avaliação, etapa sob responsabilidade do Ministério;
- (iv) distinção expressa entre a avaliação do produto para fins de apuração do indicador e a eventual necessidade de aprimoramento posterior do produto;
- (v) devolução formal ao CGEE dos produtos que obtenham avaliação insatisfatória, acompanhada do registro técnico das observações apresentadas pelo demandante; e
- (vi) elaboração, pelo CGEE, de plano de ação específico para tratamento das demandas de ajuste identificadas, com definição de encaminhamentos e prazos compatíveis com a complexidade de cada produto, preservando-se a avaliação realizada exclusivamente para fins de mensuração do indicador.

Essa sistematização visa a conferir maior previsibilidade, transparência e segurança metodológica ao processo, mitigando riscos de interpretações *ad hoc* e reforçando o alinhamento com os objetivos pactuados.

Ressalta-se que a metodologia ora descrita será implementada de forma gradual, em caráter piloto, com vistas à validação de seus procedimentos, fluxos e prazos, bem como à realização dos ajustes necessários a partir da experiência prática de sua aplicação. Destaca-se, ainda, que parte das etapas previstas já se encontra em execução, conforme demonstrado pelas medidas de antecipação de prazos, organização prévia dos homologadores e estruturação dos registros técnicos, o que evidencia a adoção progressiva da metodologia e o compromisso do CGEE com o aperfeiçoamento contínuo do processo de avaliação e homologação dos produtos.

Recomendação Emitidas na Avaliação 2024

A Comissão recomendou, ao CGEE, um QIM que contemple indicadores institucionais.

Comentário da CAA na Reunião Semestral 2025: **RECOMENDAÇÃO EM ATENDIMENTO.**

Resposta CGEE:

O CGEE esclarece que essa diretriz vem sendo progressivamente incorporada ao modelo de avaliação, por meio da introdução e do aprimoramento de indicadores voltados à dimensão institucional de sua atuação. Foram incorporados indicadores que refletem de forma mais direta a missão do CGEE, sua capacidade de articulação e seu posicionamento no ecossistema nacional e internacional de CT&I, incluindo indicadores de comunicação institucional, cooperação nacional e internacional e alavancagem de recursos fora do Contrato de Gestão. Inclusive os indicadores de cooperação passaram a ter peso na nota final.

Adicionalmente, o CGEE destaca que esses indicadores vêm sendo objeto de calibração metodológica contínua, envolvendo definição mais precisa de escopo, métricas, critérios de apuração e pesos relativos, de modo a assegurar consistência técnica, aderência à maturidade institucional e preservação da comparabilidade da série histórica. Nesse sentido, a recomendação da CAA é reconhecida como pertinente e já se encontra endereçada no processo de revisão e aperfeiçoamento do QIM, com a adoção gradual de indicadores institucionais capazes de evidenciar, de forma objetiva e mensurável, o desempenho global e o valor público gerado pelo CGEE.

Vale ressaltar que o QIM sofre ajuste e que os indicadores de Monitoramento Operacional como Custo relativo do trabalho técnico especializado e Proporção do Custo de manutenção e operação foram retirados, mas mantidos no Contrato. O CGEE sabe do potencial de melhoria desse indicador e irá procurar melhorar a sua metodologia.

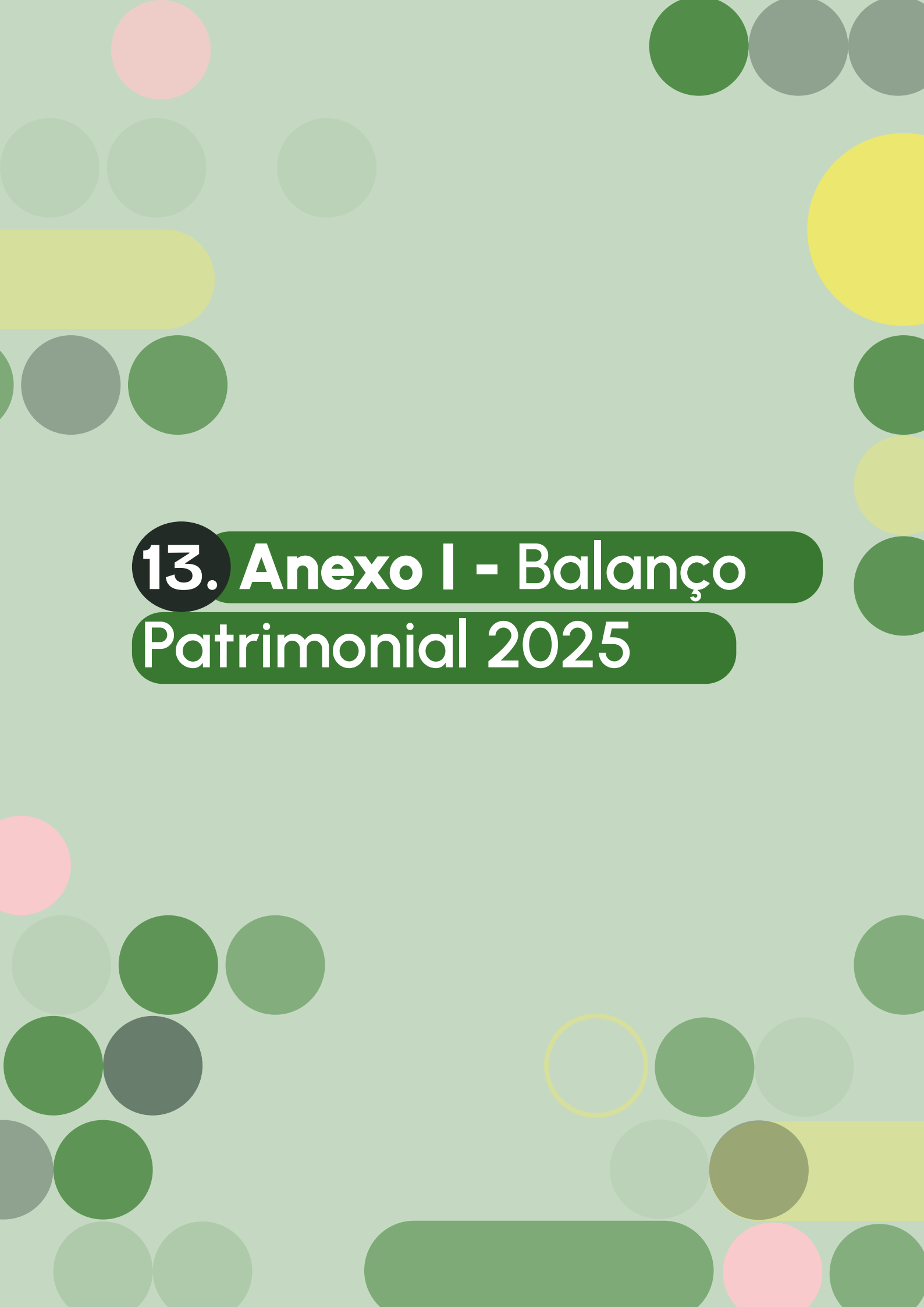
Nova Recomendação:

A CAA recomenda que no Relatório Semestral haja melhor detalhamento do grau/tendência de cumprimento de cada indicador, como por exemplo, nos indicadores I e II, como está o desenvolvimento de cada projeto/produto; no indicador III, que seja oferecida justificativa para a situação de cada projeto/produto.

Resposta CGEE:

Em relação à recomendação da CAA, o CGEE esclarece que o presente documento corresponde ao Relatório Anual, cuja finalidade é a consolidação dos resultados do exercício, com a apuração definitiva do cumprimento das metas pactuadas para cada indicador. Nessa perspectiva, o relatório anual prioriza a apresentação dos resultados consolidados e conclusivos, substituindo a análise de tendência e de acompanhamento intermediário própria dos relatórios semestrais.

Ressalta-se, contudo, que as informações relativas ao desenvolvimento dos projetos e produtos, bem como as justificativas para eventuais variações na execução, serão consideradas na elaboração do próximo relatório parcial, considerando o processo de acompanhamento ao longo do exercício de 2026. Assim, a recomendação permanece pertinente para os relatórios semestrais subsequentes, nos quais será reforçado o detalhamento do grau e da tendência de cumprimento de cada indicador, em consonância com a finalidade específica desse tipo de relatório e com as boas práticas de monitoramento institucional.



13. Anexo I - Balanço Patrimonial 2025

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31/12/2025

(Em R\$)

A T I V O	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024	P A S S I V O	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		46.305.459,34	44.703.804,78	CIRCULANTE		42.391.003,36	22.122.951,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.7 e 4	18.541.973,15	26.864.520,63	CONTAS A PAGAR	14	6.497.234,23	5.765.857,27
Caixa		-	-	Obrigações Trabalhistas		241.388,41	-
Bancos Conta Movimento		-	-	Encargos Sociais a Recolher		638.119,09	552.125,01
Bancos Conta Movimento - Com Restrição		-	-	Encargos Tributários a Recolher	3.6	558.896,16	500.295,56
Bancos Conta Movimento - Sem Restrição		-	-	Fornecedores		2.530.169,16	2.389.078,59
Aplicações Financeiras		18.541.973,15	26.864.520,63	Arrendamentos a Pagar	14 e 14.1	1.760.171,56	1.625.656,56
Aplicações Financeiras - Com Restrição		14.184.669,17	24.294.729,39	Fornecedores		769.997,60	763.422,03
Aplicações Financeiras - Sem Restrição		4.357.303,98	2.569.791,24	Provisão de Férias, 13º e Encargos	14.2	2.499.652,51	2.249.197,67
CONTRATOS A RECEBER	3.3 e 5	27.365.521,55	17.154.428,00	Outras Obrigações	14.3	29.008,90	75.160,44
Contratos a Receber - Com Restrição		24.104.008,00	13.207.456,96	CONTRATOS E TERMOS DE PARCERIA	3.3 e 5	35.893.769,13	12.337.956,92
Contratos a Receber - Sem Restrição		3.261.513,55	3.946.971,04	Contratos a Realizar - Com Restrição		33.623.566,23	9.013.575,89
VALORES A RECUPERAR	6	202.134,47	260.370,08	Contratos a Realizar - Sem Restrição		2.270.202,90	3.324.381,03
ADIANTAMENTOS	7	166.135,59	37.419,70	VALORES A REALIZAR	9	-	161.000,00
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8	29.694,58	32.680,07	ADIANTAMENTOS DE CONTRATOS	15	-	3.858.137,27
VALORES A REALIZAR	9	-	354.386,30	NÃO CIRCULANTE		121.268.935,45	133.374.018,27
NÃO CIRCULANTE		123.853.131,30	115.722.280,58	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	16	819.639,98	1.060.005,77
OUTROS INVESTIMENTOS	10	621.900,22	591.148,00	PARCELAMENTOS FISCAIS	17	224.675,44	737.245,81
Títulos de Capitalização		621.900,22	591.148,00	CONTRATOS A REALIZAR	3.3 e 5	80.409.956,44	103.491.435,31
CONTRATOS A RECEBER	3.3 e 5	80.409.956,44	84.530.216,67	Contratos a Realizar - Com Restrição		80.008.868,35	102.827.875,82
Contratos a Receber - Com Restrição		80.008.868,35	83.866.657,18	Contratos a Realizar - Sem Restrição		401.088,09	663.559,49
Contratos a Receber - Sem Restrição		401.088,09	663.559,49	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14 e 14.1	5.024.756,64	6.945.987,12
CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	13	34.789.906,95	21.139.344,26	CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS	13	34.789.906,95	21.139.344,26
IMOBILIZADO	3.4 e 11	7.978.833,65	9.420.777,21	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	6.498.651,83	4.929.115,63
Bens em Operação - Com Restrição		16.032.397,33	15.443.799,63	Patrimônio Social - Resultado do Exercício Acumulado		3.306.189,16	(605.274,76)
(-) Depreciações Acumuladas - Com Restrição		(8.053.563,68)	(6.023.022,42)	DEFICIT/SUPERAVID DO EXERCÍCIO		1.487.253,14	3.899.024,27
INTANGÍVEL	3.5 e 12	52.534,04	40.794,44	Déficit / Superávit do Exercício - Com Restrição		1.581.623,32	2.875.254,83
Sistemas - Recurso com Restrição		131.808,07	104.698,57	Déficit / Superávit do Exercício - Sem Restrição		1.487.253,14	3.899.024,27
(-) Amortizações Acumuladas		(79.274,03)	(63.904,13)	Realocação de Recursos - Com Restrição		(1.581.623,32)	(2.875.254,83)
TOTAL DO ATIVO		170.158.590,64	160.426.085,36	RESERVAS	18.1	1.705.209,53	1.635.366,12
				Reserva Técnica MCTI - Com Restrição		905.209,53	835.366,12
				Reserva Técnica MEC - Com Restrição		800.000,00	800.000,00
TOTAL DO PASSIVO		170.158.590,64	160.426.085,36				

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Brasília-DF, 31/12/2025

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Data: 10/02/2026 21:43:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

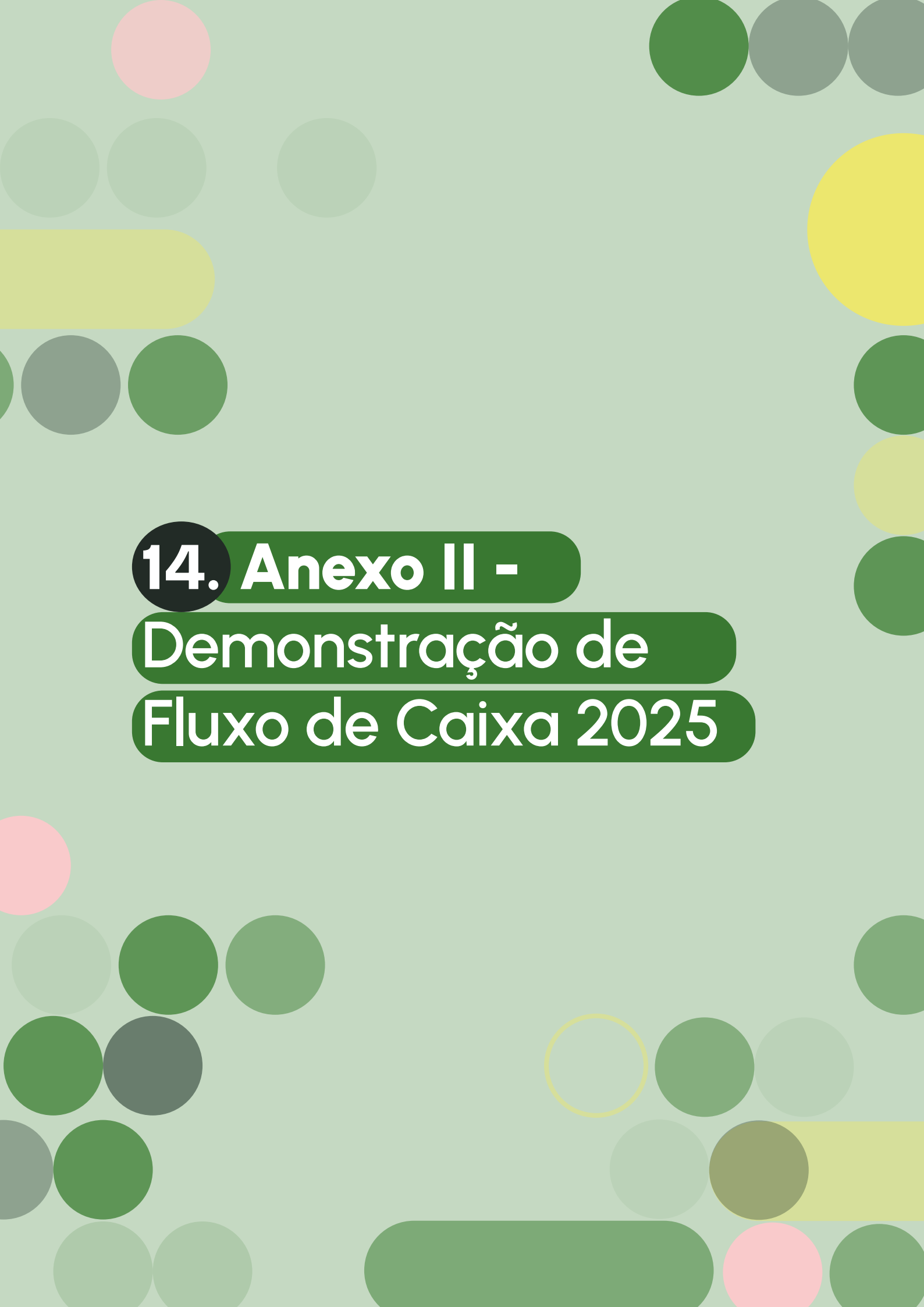
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente

GERALDO NUNES Assinado de forma digital
SOBRINHO:05929 por GERALDO NUNES
628491 SOBRINHO:05929628491
Dados: 2026.02.10 18:09:04
-03'00'

GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças

Documento assinado digitalmente
gov.br GIOVANNA ALVES LENTO
Data: 10/02/2026 15:35:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GIOVANNA ALVES LENTO
Coordenadora de Finanças e Contabilidade



14. Anexo II - Demonstração de Fluxo de Caixa 2025

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31/12/2025

(Expresso em reais)

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE 21	31/12/2025	31/12/2024
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício		3.068.876,46	6.774.279,10
Ajustes por:			
(+) Depreciação e amortização		275.839,20	2.239.471,90
(+) Ajuste de provisões para contingências		40.517,96	(1.007.871,07)
(-) Baixa de bens depreciados		(13.400,00)	(71.831,80)
(-/+) Ajuste de Exercícios anteriores (Patrimônio Líquido)		12.439,65	-
Superávit/Déficit Ajustado		3.384.273,27	7.934.048,13
Variação nos saldos dos ativos:			
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes		(6.090.833,32)	26.616.887,64
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos		(128.715,89)	437.675,14
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a recuperar		58.235,61	(76.085,09)
(+/-) Redução/(Aumento) em valores a realizar		354.386,30	309.076,71
(+/-) Redução/(Aumento) em despesas diferidas		2.985,49	6.633,85
(+/-) Redução/(Aumento) em contratos de bens e serviços		(13.650.562,69)	(12.304.216,28)
(+/-) Redução/(Aumento) em outros investimentos (título cap.)		(26.543,92)	591.148,00
Variação nos saldos dos passivos:			
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários		144.594,68	18.668,58
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores		6.575,57	(1.319.175,32)
(+/-) Aumento/(Redução) em arrendamentos a pagar		(1.786.715,48)	1.625.656,56
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas		250.454,84	214.171,10
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos a realizar		(3.383.803,93)	(46.955.827,65)
(+/-) Aumento/(Redução) em valores a realizar		(161.000,00)	(502.463,01)
(+/-) Aumento/(Redução) em obrigações trabalhistas		241.388,41	(689,66)
(+/-) Aumento/(Redução) em parcelamentos fiscais		(512.570,37)	(437.386,87)
(+/-) Aumento/(Redução) em contratos de bens e serviços		13.650.562,69	12.304.216,28
(+/-) Aumento/(Redução) em outros créditos		(46.151,54)	(50.011,76)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		(7.693.440,28)	(11.587.673,65)
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Compra do Ativo Imobilizado		(601.997,70)	(9.076.903,31)
(-) Compra do Ativo Intangível		(27.109,50)	949.185,18
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento		(629.107,20)	(8.127.718,13)
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(8.322.547,48)	(19.715.391,78)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		26.864.520,63	46.579.912,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		18.541.973,15	26.864.520,63

Nota Explicativa: 21

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Brasília-DF, 31/12/2025

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO**
Data: 10/02/2026 21:43:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente

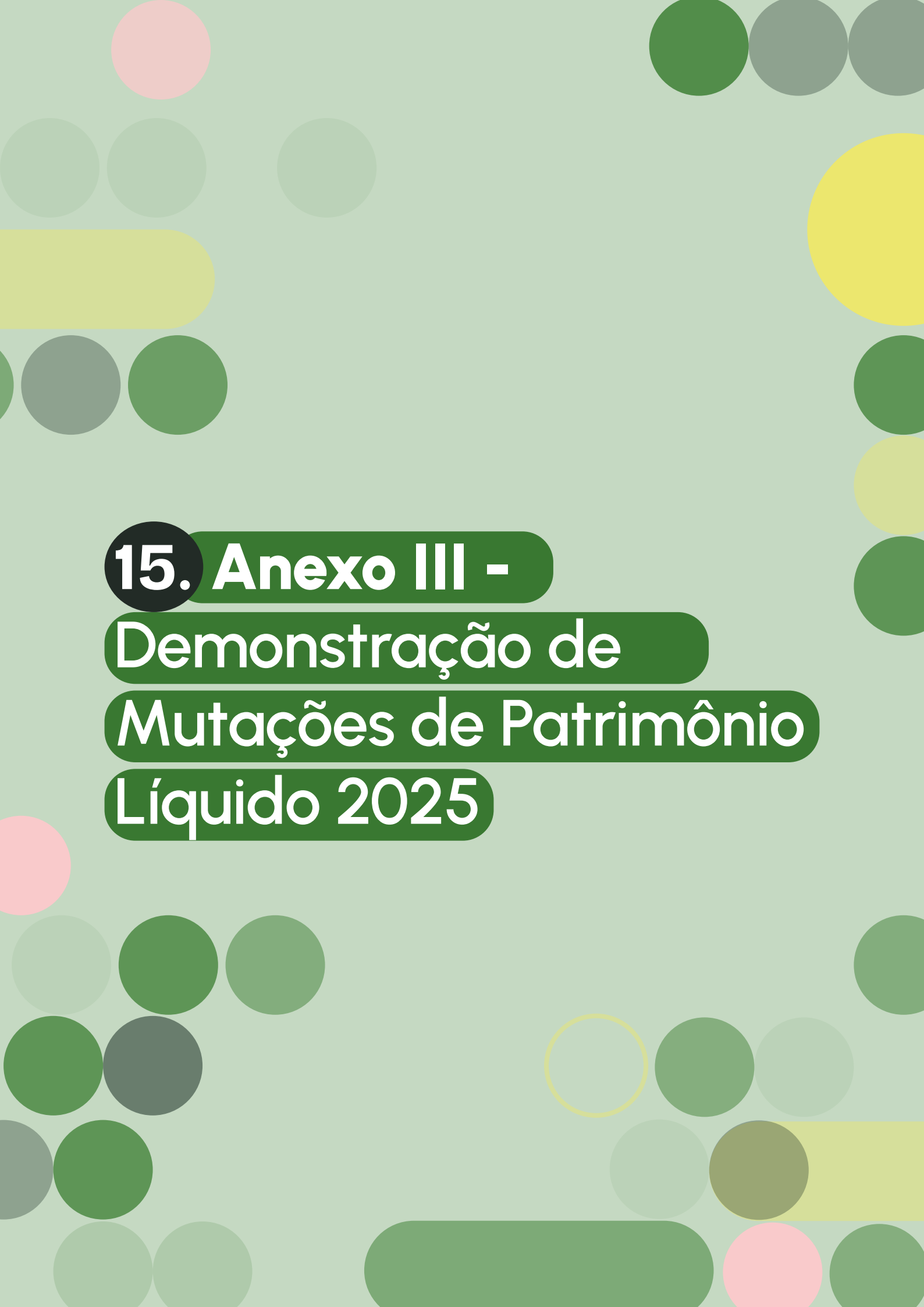
GERALDO NUNES SOBRINHO:05929628491
628491

GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças

Assinado de forma digital
por GERALDO NUNES
SOBRINHO:05929628491
Dados: 2026.02.10
18:10:57 -03'00'

Documento assinado digitalmente
 **GIOVANNA ALVES LENTO**
Data: 10/02/2026 15:35:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GIOVANNA ALVES LENTO
Coordenadora de Finanças e
Contabilidade



15. Anexo III - Demonstração de Mutações de Patrimônio Líquido 2025

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31/12/2025
(Expresso em reais)

Descrição	Patrimônio Social	(Déficit)/Superávit do Exercício - Com Restrição	(Déficit)/Superávit do Exercício - Sem Restrição	Realocação de Recursos	RESERVAS	Total
					Reserva Técnica	
SALDO EM 31/12/2023 (Reapresentado)	3.995.867,71	-	(2.873.773,64)	-	1.509.759,45	2.631.853,52
Incorporação do Superávit/Déficit 2023	(2.873.773,64)		2.873.773,64			-
Variação da Reserva Técnica					125.606,67	125.606,67
Superávit/(Déficit) do Exercício		2.875.254,83	3.899.024,27	(2.875.254,83)		3.899.024,27
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.727.368,83)					(1.727.368,83)
SALDO EM 31/12/2024	(605.274,76)	2.875.254,83	3.899.024,27	(2.875.254,83)	1.635.366,12	4.929.115,63
Incorporação do Superávit/Déficit 2024	3.899.024,27	(2.875.254,83)	(3.899.024,27)	2.875.254,83		-
Variação da Reserva Técnica					69.843,41	69.843,41
Superávit/(Déficit) do Exercício		1.581.623,32	1.487.253,14	(1.581.623,32)		1.487.253,14
Ajustes de Exercícios Anteriores	12.439,65					12.439,65
SALDO EM 31/12/2025	3.306.189,16	1.581.623,32	1.487.253,14	(1.581.623,32)	1.705.209,53	6.498.651,83

Nota Explicativa: 20

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Brasília-DF, 31/12/2025

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO**
Data: 10/02/2026 21:43:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

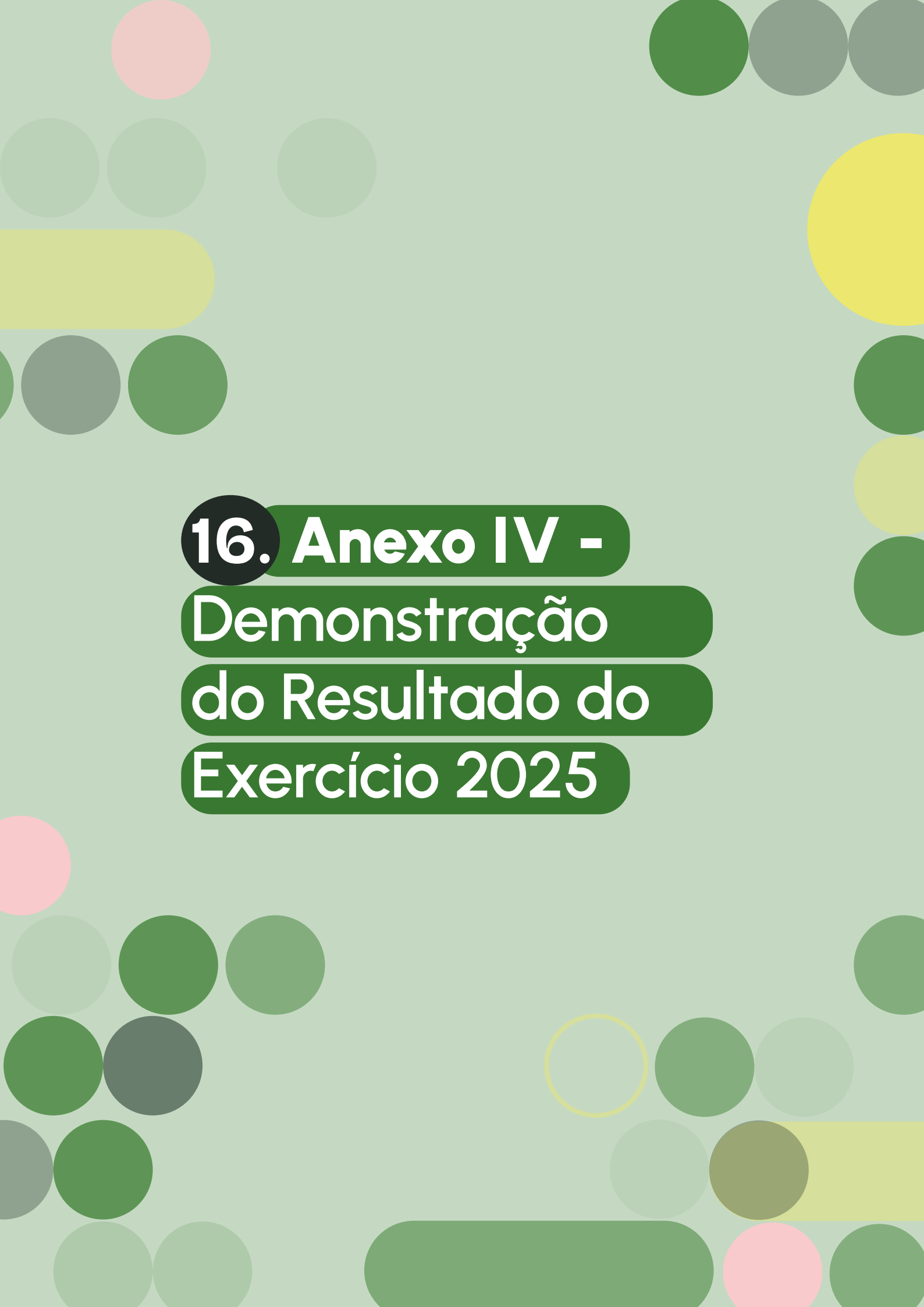
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente

GERALDO NUNES Assinado de forma digital
por GERALDO NUNES
SOBRINHO:05929 SOBRINHO:05929628491
628491 Dados: 2026.02.10
18:11:48 -03'00'

GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças

Documento assinado digitalmente
 **GIOVANNA ALVES LENTO**
Data: 10/02/2026 15:35:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GIOVANNA ALVES LENTO
Coordenadora de Finanças e Contabilidade



16. Anexo IV - Demonstração do Resultado do Exercício 2025



cgée

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2025

(Expresso em reais)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31/12/2025	31/12/2024
(+) RECEITA BRUTA	21	47.761.504,89	57.952.438,27
Contrato de Gestão		39.391.012,56	52.237.897,85
MEC		2.006.247,14	2.110.334,78
MCTI		37.384.765,42	50.127.563,07
Outros Instrumentos		5.320.376,75	5.347.864,47
Reserva Própria - CGEE		-	1.034.548,49
PNUMA OICS		-	574.157,89
PNUMA GDF		-	1.236.454,07
GIZ		-	66.646,40
SENAI		-	174.500,00
IPEM		168.879,42	1.101.408,65
SECTI		1.296.500,00	649.500,00
CENIC		-	420.678,14
IICA		824.377,68	89.970,83
SECITECE-CE		910.500,00	-
PTE		150.000,00	-
TNC		252.000,00	-
ABDI		1.276.500,00	-
CPID		350.000,00	-
JRC		91.619,65	-
OSF		-	-
FAPEMAT		-	-
Outras Receitas Operacionais		3.050.115,58	366.675,95
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Com Restrição		98.429,30	222.065,43
Recuperação de Despesas/Ressarcimento - Sem Restrição		1.349,53	34.610,52
Outras - Com Restrição		258.836,75	110.000,00
Outras - Sem Restrição		2.691.500,00	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(240.502,88)	(185.032,78)
ISS sobre Faturamento		(240.502,88)	(185.032,78)
(=) RECEITA LÍQUIDA		47.521.002,01	57.767.405,49
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO		(39.748.278,61)	(52.459.963,28)
Despesas Gerais e Administrativas		(2.951.811,32)	(3.110.615,72)
Despesas com Pessoal e Encargos		(26.532.454,44)	(27.494.756,26)
Serviços de Terceiros		(5.239.177,01)	(5.500.778,31)
Aluguéis e Arrendamentos		(2.012.198,97)	(1.413.687,28)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		(85.817,60)	(183.701,93)
Hospedagens		(305.082,05)	(568.390,15)
Diárias		(398.624,22)	(821.130,88)
Passagens		(1.109.380,52)	(2.386.363,48)
Promoções e Eventos		(687.736,33)	(8.722.420,33)
Outras Despesas de Apoio		(66.763,86)	(38.024,07)
Despesas Não Operacionais		(83.393,09)	(74.466,66)
Depreciações e Amortizações		(275.839,20)	(2.145.628,21)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS INSTRUMENTOS		(6.419.880,50)	(1.339.784,12)
Despesas Gerais e Administrativas		(1.007.104,80)	(123.042,73)
Despesas com Pessoal e Encargos		(1.713.973,97)	(263.879,46)
Serviços de Terceiros		(2.230.726,19)	(439.550,00)
Aluguéis e Arrendamentos		(433.267,24)	(19.017,26)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais		-	(1.630,40)
Hospedagens		(82.050,93)	(83.398,42)
Diárias		(185.318,37)	(77.700,71)
Passagens		(262.828,13)	(123.914,68)
Promoções e Eventos		(494.473,54)	(34.791,00)
Outras Despesas de Apoio		(10.081,13)	(1.462,00)
Despesas Não Operacionais		(56,20)	(77.553,77)
Depreciações e Amortizações		-	(93.843,69)
(+) DESPESAS OPERACIONAIS		(46.168.159,11)	(53.799.747,40)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		1.352.842,90	3.967.658,09
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão		2.015.429,21	3.634.404,84
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão		(433.805,89)	(869.150,01)
Receitas Financeiras - Outros Contratos		354.511,43	65.768,41
Despesas Financeiras - Outros Contratos		(220.101,19)	(24.402,23)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		1.716.033,56	2.806.621,01
DEFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		3.068.876,46	6.774.279,10
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - COM RESTRIÇÃO		1.581.623,32	2.875.254,83
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO - SEM RESTRIÇÃO		1.487.253,14	3.899.024,27

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Contábeis

Brasília-DF, 31/12/2025

Documento assinado digitalmente
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Data: 10/02/2026 21:52:19 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

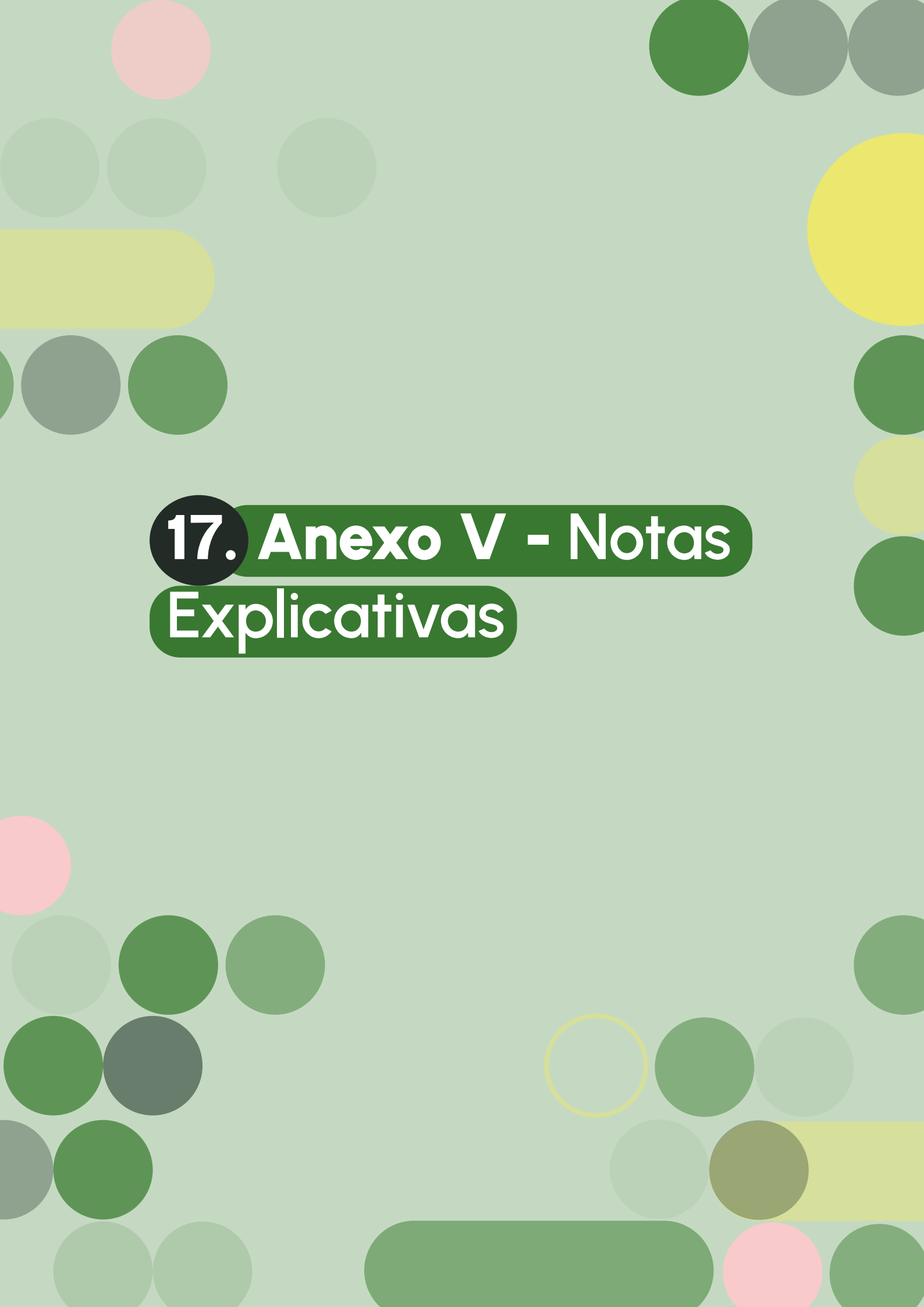
FERNANDO COSME RIZZO ASSUNÇÃO
Diretor-Presidente

GERALDO NUNES SOBRINHO:05929628491
628491
Assinado de forma digital por GERALDO NUNES SOBRINHO:05929628491
Dados: 2026.02.10 18:12:35 -03'00'

GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretor de Administração e Finanças

Documento assinado digitalmente
GIOVANNA ALVES LENTO
Data: 10/02/2026 15:35:39 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GIOVANNA ALVES LENTO
Coordenadora de Finanças e Contabilidade



17. Anexo V - Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período 01/01/2025 a 31/12/2025

1. Contexto Operacional

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), é uma entidade constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos e qualificada como uma Organização Social nos termos do Decreto 4.078, de 09/01/2002; que representa o reconhecimento do Poder Executivo quanto a importância da entidade e a habilita para executar projetos e ações de interesse público.

A principal fonte de recursos do CGEE advém do Contrato de Gestão celebrado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), como órgão supervisor, e participação do Ministério da Educação (MEC), na qualidade de interveniente, que tem por objeto “estabelecer o compromisso entre as partes para o fomento, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de atividades de relevância pública”.

2. Declaração de Conformidade

A Administração do CGEE declara que as demonstrações contábeis ora apresentadas: Balancete, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras para entidades sem fins lucrativos, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 – Entidades sem Fins Lucrativos) e as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC.

3. Principais Políticas Contábeis e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base no custo histórico, exceto para as aplicações financeiras, mensuradas pelo valor justo. Os resultados apresentados refletem a posição apurada no período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

As políticas contábeis do CGEE seguem as normas vigentes, de maneira a garantir a transparência e a conformidade na gestão dos recursos. A seguir estão descritas as principais políticas adotadas:

3.1 Segregação de recursos “com restrição” e “sem restrição”

Considerando os termos do Contrato de Gestão, o CGEE mantém a contabilização dos recursos financeiros repassados pelo MCTI e MEC de forma segregada de outras fontes, razão pela qual adota a expressão “com restrição” para se referir ao que está vinculado a projetos e atividades do referido Contrato e “sem restrição” para recursos advindos da celebração de outras parcerias, o que é intitulado de Outros Instrumentos Contratuais (Administrativos, Convênios, Contratos Diretos, Doações, Subvenções).

3.2 Reconhecimento de Receitas

O reconhecimento e a apropriação das receitas relativas aos projetos vinculados ao Contrato de Gestão, nos termos da Nota Técnica 16B/2023 expedida pela CFC – Coordenação de Finanças e Contabilidade em dezembro de 2023, está restrita às despesas realizadas e devidamente contabilizadas.

Relativamente aos Outros Instrumentos Contratuais, a receita é reconhecida e apropriada com base na entrega dos produtos acordados (*por performance*), que é materializada mediante a geração da correspondente nota fiscal de serviços.

Em ambas as situações, tanto as receitas quanto as despesas são reconhecidas pelo regime de competência (Nota Técnica CFC 003/2025).

3.3 Contratos – Curto e Longo Prazo – Ativo e Passivo

Por ocasião da assinatura do Contrato de Gestão, ocorrida em 16/12/2022, com base na cláusula décima primeira daquele instrumento, o CGEE reconheceu, no Ativo, o valor a receber de R\$ 167.996.476,35, tendo segregado, àquela ocasião, R\$ 30.897.236,32 em curto prazo e R\$ 137.099.240,03 em longo prazo.

Destaca-se que o valor reconhecido no Ativo também é registrado no Passivo e as baixas ocorrem de acordo com a seguinte metodologia:

- a) No Ativo: quando há o ingresso do recurso financeiro; e
- b) No Passivo: quando há o reconhecimento da receita.

Idêntica sistemática é adotada quando da assinatura de Outros Instrumentos Contratuais.

3.4 Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado do CGEE é composto por:

- a) bens cedidos pelo MCTI para uso pelo CGEE;
- b) bens doados pelo CNPQ, mas que em função dos valores individualmente serem abaixo de R\$ 1.200,00, não são registrados contabilmente no Ativo Imobilizado, e sim, em conta de controle gerencial;
- c) bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão (MCTI) e representam bens com vida útil superior a 12 meses; e
- d) valores relativos a bens de terceiros proveniente de arrendamento, em atendimento ao que preceitua o CPC 06, que determina que seja reconhecido um ativo de direito de uso.

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme demonstrado na tabela 1:

Tabela 1 – Taxas de Depreciação

Descrição do Bem	Vida Útil (anos)	Taxa Anual de Depreciação (%)
Edificações	25	4%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Computadores e Periféricos	5	20%
Ferramentas	5	20%
Equipamentos de Escritório	10	10%

3.4.1 Redução ao valor recuperável de ativos (*test de impairment*)

O CGEE avalia, anualmente, o valor recuperável de seus ativos em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e caso se constate que o valor recuperável é menor que o registrado contabilmente, é constituída uma provisão e a perda reconhecida no resultado.

3.5 Ativo Intangível

O ativo intangível do CGEE é composto por licenças de software e sistemas de gestão, com vida útil superior a doze meses, de custos maiores que R\$ 1.200,00 e são capitalizados e amortizados, após a dedução de seu valor residual, ao longo de 10 anos, pelo método linear.

3.6 Benefícios Fiscais e Obrigações Tributárias

De acordo com o parecer emitido em 04/10/2023 pelo escritório de advocacia Mattos Filho, o CGEE pode ser enquadrado como entidade imune a impostos, a partir de sua atuação na área da educação em sentido amplo.

Em decorrência das atividades desempenhadas se revestirem de natureza educacional, entende aquele escritório que o CGEE faz jus ao regime tributário de imunidade; ou seja, é imune a impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços, nos termos do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal.

A Receita Federal do Brasil não exige procedimento ou reconhecimento prévio para fruição da imunidade em relação ao IRPJ, inclusive sobre rendimentos de capital, como aplicações financeiras, mas determina que a entidade apresente para as instituições financeiras, conforme disciplina o art. 72¹ da IN RFB nº 1585/2015, declarações sobre sua condição de imune para não retenção do IRRF e IOF².

¹ Art. 72. Está dispensada a retenção do imposto sobre a renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, quando o beneficiário do rendimento declarar à fonte pagadora, por escrito, sua condição de entidade imune.

² Regulamento do IOF: Art. 2º, § 3º Não se submetem à incidência do imposto de que trata este Decreto as operações realizadas por órgãos da administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, desde que vinculadas às finalidades essenciais das respectivas entidades, as operações realizadas por:
(...)

Também dispõe o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10/12/1997, de que se consideram isentas do IRPJ e da CSLL as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

É recomendável a obtenção de declaração junto ao MEC, especialmente considerando que o CGEE possui como CNAE preponderante o código 94.30-8-00 – Atividades de associações de defesa de direitos sociais. Tal classificação não corresponde à atividade principal descrita em seu estatuto social, que não contempla a defesa de direitos sociais como objeto central.

Ainda que, na prática, o CGEE atue na promoção e disseminação de conhecimento técnico e científico, é a atividade econômica registrada no CNAE que orienta a Receita Federal na fiscalização das obrigações tributárias da entidade. Nesse sentido, a divergência entre o enquadramento fiscal e a declaração institucional pode gerar inconsistências relevantes.

Dessa forma, para requerer a imunidade relativa ao IRRF e IOF, torna-se imprescindível então: (i) que façamos uma alteração no CNAE e (ii) que envidemos esforços para obter do MEC a declaração de que somos instituição de ensino.

Em relação ao ISS, desde que sejam cumpridos os requisitos do art. 14 do CTN³, há o entendimento daquele escritório de que o CGEE tem condições favoráveis de requerer à autoridade fiscal, nos termos da Instrução Normativa nº 17/2018 do Distrito Federal, o reconhecimento administrativo da imunidade, devendo,

III - partidos políticos, inclusive suas fundações, entidades sindicais de trabalhadores e instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

³ Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (Redação dada pela LCP nº 104, de 2001)

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do art. 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do art. 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

contudo, apresentar documento formal de reconhecimento de instituição de educação pelo MEC

No que tange à COFINS, o Centro é isento do recolhimento desta contribuição sobre suas receitas próprias, estando as receitas não próprias sujeitas à incidência pelo regime não cumulativo, à alíquota de 3%.

Sobre as receitas financeiras, conclui o escritório de que não há incidência da COFINS, na medida em que as receitas advindas de aplicações financeiras não constituem (i) produto da venda de bens; (ii) preço da prestação de serviços; (iii) resultado de operações de conta alheia, ou ainda, (iv) receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica, descaracterizando-as como base de cálculo para pagamento do tributo.

Há que se destacar que, no entendimento da Receita Federal, é clara a incidência de COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras para as entidades que estão no regime não cumulativo, que é o caso do CGEE⁴, entretanto, a Diretoria Colegiada, considerando os pareceres exarados pelo escritório Mattos Filho e pela CJUR, em 28/08/2024, sustenta que as receitas de aplicações financeiras enquadram-se no rol de receitas próprias, tendo decidido, inclusive, descontinuar o provisionamento do valor da COFINS sobre os rendimentos e se sujeitar ao risco de uma possível fiscalização.

No parecer emitido pela Audilink, em 08/07/2025, a empresa de auditoria externa ratifica o entendimento de que o CGEE, na condição de Organização Social, está imune a tributos federais sobre suas receitas operacionais e, em função disso *“não foram calculadas e verificadas as bases de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre receitas”*.

⁴ Informações extraídas do parecer exarado pela CJUR em 28/08/2024

(3.1) EXAMES DAS BASES DE CÁLCULOS DO IRPJ, CSLL, PIS E COFINS

Com base nos artigos 1º e 5º, respectivamente, do Estatuto Social do CGEE, a Entidade foi constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos e tem por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de educação, ciência, tecnologia e inovação, entre outros.

O Decreto nº 4.078 de 09/01/2002, qualifica o CGEE como Organização Social, portanto, sociedade imune de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) sobre suas receitas operacionais.

Portanto, não foram calculadas e verificadas as bases de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e Cofins sobre receitas, visto que a Entidade goza de imunidade tributária.

Relativamente ao PIS, ele incide à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento; não sendo recolhido qualquer montante sobre os rendimentos de aplicações financeiras na mesma linha que para a COFINS.

Quanto a imunidade do IRPJ e da CSLL, cabe uma melhor análise do enquadramento, considerando que o CNAE do CGEE não indica, textualmente, atividades voltadas para ensino e pesquisa e a alteração pode influenciar nas alíquotas dos impostos incidentes sobre a folha.

3.7 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em decorrência da dinamicidade das operações do CGEE e conforme estabelecido na subcláusula quinta da cláusula 11ª do Contrato de Gestão, os recursos são mantidos aplicados no mercado financeiro e em fundos lastreados em títulos de renda fixa, caracterizados por curto prazo, alta liquidez e baixo risco, tais como: “BB Rende Fácil”, “RF LP Corp Bancos” e “RF LP Corp”.

O BB Rende Fácil é uma aplicação de renda fixa, especificamente uma modalidade de CDB – Certificado de Depósito Bancário que remunera automaticamente o saldo parado em conta corrente, o que o enquadra como um investimento de renda fixa por oferecer rentabilidade definida e a solidez do Banco do Brasil.

O fundo BB Renda Fixa Longo Prazo Corporate Bancos (RF LP Corp Bancos) aplica em ativos de crédito privado de bancos, buscando valorização de longo prazo em uma carteira diversificada com baixo risco de crédito. Ele investe em cotas de outros fundos (FIC FI), que por sua vez investem em títulos públicos federais e privados de baixo risco, e operações compromissadas. O fundo é

destinado a Pessoas Jurídicas, Cooperativas de Crédito e Fundos de Investimento, não havendo carência para resgate.

Um "RF LP Corp" (Fundo de Renda Fixa Longo Prazo para Corporações) é um fundo de investimento destinado a pessoas jurídicas, que aplicam os seus recursos em uma carteira diversificada de ativos de renda fixa, públicos ou privados, para buscar valorização das cotas no longo prazo. O objetivo principal é proporcionar aos cotistas (empresas) a valorização das suas cotas ao longo do tempo, através de investimentos em renda fixa com prazo médio da carteira acima de 365 dias.

Os recursos do CGEE são aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais e estruturados de modo a mitigar:

- a) riscos de liquidez: destinação dos recursos para aplicação em ativos de baixo risco e imediata liquidez;
- b) riscos de taxa de juros: investimentos concentrados em títulos de renda fixa vinculados ao CDI; e
- c) risco de crédito: alocação de recursos exclusivamente no Banco do Brasil, garantindo segurança.

3.8 Provisão para Contingências

De acordo com o CPC 25, a provisão para contingências é reconhecida contabilmente quando é provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Nenhuma provisão é reconhecida em se tratando de obrigação possível ou presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos; contudo, sua divulgação é feita em Notas Explicativas.

Quando há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota, inexistente contabilização e divulgação do fato.

A classificação em provável, possível e remota advém da Coordenação Jurídica (CJUR).

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Quadro 01 – Recursos em Conta Corrente e Aplicações Financeiras (Em R\$)

Conta Corrente e Aplicações Financeiras	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
Com restrição	14.184.669,17	24.294.729,39	-42%
Sem restrição	4.357.303,98	2.569.791,24	70%
Total	18.541.973,15	26.864.520,63	-31%

Fonte: ERP Sênior - Balancetes de Jan a Dez 2024/2025 (em "Sem Restrição" constam os valores da reserva própria do CGEE)

Quadro 02 – Detalhamento das Contas Correntes e Aplicações Financeiras - Com Restrição (R\$)

Conta Corrente e Aplicações Financeiras	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
MCTI	8.277.408,93	12.403.353,06	-33%
Reserva Técnica MCTI	920.307,30	7.422.795,78	-88%
Sub-Total	9.197.716,23	19.826.148,84	-54%
MEC	326.484,53	957.399,70	-66%
CAPES/MEC	1.207.670,85	-	100%
Reserva Técnica MEC	1.260.464,65	1.343.096,48	-6%
Sub-Total	2.794.620,03	2.300.496,18	21%
COFINS	-	-	0%
FPAS	1.557.970,36	1.387.440,69	12%
MCOM	-	780.643,68	-100%
Emenda Parlamentar	634.362,55	-	100%
Total	14.184.669,17	24.294.729,39	-42%

Fonte: ERP Sênior - Balancetes de Jan a Dez 2024/2025

Constata-se que o volume de recursos aplicados, na modalidade com restrição, apresenta, se comparado ao mesmo período de 2024, uma queda de 42%.

Referida situação foi ocasionada pela necessidade de utilização de recursos da Reserva Técnica do MCTI para custear atividades básicas do CGEE, tais como despesas com pessoal e encargos e de manutenção e operação, além dos investimentos necessários à realização da 5ª Conferência Nacional de CT&I. Além disto, não houve aporte financeiro entre novembro de 2024 e junho de 2025 suficiente para fazer frente às despesas necessárias à consecução dos objetivos do CGEE, o que só ocorreu a partir de julho de 2025, com a assinatura do 11º Termo Aditivo.

Quadro 03 – Aportes do Contrato de Gestão (Em R\$)

Data	2025		2024	
	MCTI	MEC	MCTI	MEC
16/01/2024	-	-	1.330.000,00 (4º TA)	-
18/07/2024	-	-	19.924.046,00 (5º TA)	-
06/11/2024	-	-	3.700.000,00 (6º TA)	-
30/12/2024	-	-	1.770.000,00 (7º TA)	-
30/05/2025	-	1.210.800,00 (8º TA)	-	-
27/06/2025	600.000,00 (26º TA)	-	-	-
31/07/2025	5.000.000,00 (11º TA)	-	-	-
27/08/2025	8.340.933,00 (11º TA)	-	-	-
29/09/2025	6.000.000,00 (11º TA)	-	-	-
12/12/2025	5.000.000,00 (14º TA)	-	-	-
31/12/2025	600.000,00 (14º TA)	-	-	-
31/12/2025	1.442.000,00 (15º TA)	-	-	-
Total	26.382.933,00	1.210.800,00	26.724.046,00	-

Fonte: ERP Sênior – Contas a Receber de Jan a Dez 2024/2025

Registra-se que em relação aos valores da COFINS, por decisão da Diretoria Colegiada, conforme já mencionado anteriormente, deixou-se de realizar o provisionamento deste imposto sobre os rendimentos de aplicações financeiras, tendo ele sido revertido para a conta do MCTI.

Quanto aos recursos na conta intitulada MCOM, tratava-se de saldo do projeto, cuja prestação de contas foi objeto de análise do Cliente, sem qualquer tipo de questionamento e integrou o saldo reprogramado para o 11º Termo Aditivo e em sendo assim, por determinação do Diretor de Administração e Finanças foi utilizado para arcar com despesas do MCTI.

O FPAS é uma alíquota incidente sobre a folha de pagamento que, por recomendação da auditoria, foi ajustada em janeiro de 2024. Visando mitigar riscos fiscais, foi realizado um estudo do *quantum* havia sido recolhido a menor nos últimos 5 anos e decidido provisionar o valor apurado para fazer frente ao pagamento de uma eventual cobrança decorrente de fiscalização e autuação. Os valores foram provisionados relativamente ao período de 2019 a 2023 e têm sido baixados contabilmente quando identificada a prescrição do “débito”. Tem-se que o recurso nesta conta intitulada FPAS é o valor inicialmente provisionado acrescido de rendimentos de aplicações financeiras.

A conta “Emenda Parlamentar” representa recursos advindos de aporte orçamentário e financeiro de R\$ 600.000,00 no projeto Desenvolvimento Tecnológico e Mercado de Trabalho, proveniente de emenda parlamentar, previsto no ano de 2021, mas recebido pelo CGEE em 27/06/2025; contudo, ressalta-se que a execução do projeto está suspensa.

Em decorrência da queda no volume de recursos aplicados relativamente ao Contrato de Gestão, consequentemente a receita de rendimentos também sofreu decréscimo, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 04 – Rendimentos de Aplicações Financeiras – Contrato de Gestão (Em R\$)

Aplicações Financeiras	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
Contrato de Gestão	2.009.556,39	2.943.047,40	-32%

Fonte: ERP Sênior - Balancetes de Jan a Dez/2025 (incluso os rendimentos dos títulos de capitalização.)

Em 2024, R\$ 690.769,65 de rendimentos com restrição foram contabilizados em rendimentos sem restrição; contudo, referida inconformidade será objeto de regularização. Desta forma, se consideramos que o valor, em 2024, relativamente a rendimentos de aplicações financeiras com restrição era, efetivamente, da ordem de R\$ 3.633.817,05, tem-se uma queda de 45%.

Quadro 05 – Rendimentos de Aplicações Financeiras - Ajustado – Contrato de Gestão (Em R\$)

Aplicações Financeiras	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
Contrato de Gestão	2.009.556,39	3.633.817,05	-45%

Fonte: CFC – Planilha de controle de rendimentos de aplicações financeiras/2024 e ERP – Balancete Jan a Dez/2025

Relativamente aos Outros Instrumentos Contratuais, verifica-se um incremento substancial no montante de recursos aplicados, notadamente pelo ingresso de valores dos projetos da OSF, SECTI, ABDI e SECITECE.

Quadro 06 – Outros Instrumentos Contratuais – Valores recebidos entre Jan e Dez/2025 (Em R\$)

Descrição	Recebimentos
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	1.077.000,00
CENIC - CENIC Engenharia Indústria e Comércio Ltda	682.808,00
IPEM/SP - Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo	168.242,51
JRC - Joint Research Centre	91.619,65
OSF - Open Society Foundations	2.691.500,00
PTE - Programa de Tecnologias Estratégicas	45.000,00
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	186.877,45
SECTI - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional	1.544.000,00
SECITECE - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	1.000.000,00
TNC - Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy Brasil	252.000,00
Total	7.739.047,61

Fonte: ERP Sênior – Relatório FRCR121.GER Jan a Dez/2025

Quadro 07 – Detalhamento das Contas Correntes e Aplicações Financeiras - Sem Restrição (Em R\$)

Aplicações Financeiras Outros Instrumentos	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
ABDI – POE/BR (início em 03/2025)	188.354,52	-	100%
ABDI – PNT (início em 08/2025)	509.928,01	-	100%
CENIC (início em 09/2024)	404.580,82	150.611,81	169%
IPEM (início em 09/2023)	49.844,23	684.172,94	-93%
OSF - Trilha 01 (início em 07/2025)	379.002,13	-	100%
OSF - Trilha 02 (início em 07/2025)	1.407.417,35	-	100%
PNUMA/GDF (projeto finalizado)	-	776,21	-100%
PNUMA/OICS (projeto finalizado)	-	881,76	-100%
PTE (início 01/2025)	-	105.047,99	-100%
SECITECE-CE: 3 ICID (início 12/2024)	47,40	2.558,71	-98%
SECTI-ES: CPID (início 06/2025)	5.217,97	-	100%
SECTI-ES: PCTI (início 08/2024)	327.683,76	6.161,61	5218%
SENAI (projeto finalizado)	-	-	0%
TNC (início 02/2025)	166.131,97	-	100%
JRC (projeto finalizado)	-	-	0%
Total	3.438.208,16	950.211,03	262%

Fonte: ERP Sênior - Balancetes de Jan a Dez 2024/2025

A reserva própria do CGEE, classificada na condição de recurso sem restrição, foi utilizada, ao longo do exercício de 2025, dentre outros fins, para honrar com despesas pré-operacionais de projetos atrelados a Outros Instrumentos Contratuais.

Quadro 08 – Detalhamento das Aplicações Financeiras Reserva Própria (Em R\$)

Aplicações Financeiras	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
Reserva Própria	919.095,82	1.619.580,21	-43%

Fonte: ERP Sênior - Balancetes de Jan a Dez 2024/2025

Cabe salientar que essa prática está disciplinada na Resolução da Presidência nº 003/2025, cabendo à CFC manter registro contábil dos valores utilizados e, mediante autorização do Diretor de Administração e Finanças, efetivar o devido ressarcimento à conta da reserva própria quando identificada a disponibilidade financeira.

Considerando o exposto de que em 2024, R\$ 690.769,65 de rendimentos com restrição foram contabilizados em rendimentos sem restrição, tem-se, que estes rendimentos de aplicações financeiras sem restrição eram, de fato, no montante de R\$ 65.768,40 e se comparado ao exercício de 2025, houve um incremento de 438%.

Quadro 09 – Rendimentos de Aplicações Financeiras – Ajustado - Outros Instrumentos (Em R\$)

Aplicações Financeiras	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Variação 2025/2024
Outros Instrumentos + Reserva Própria	353.721,00	65.768,40	438%

Fonte: CFC – Planilha de controle de rendimentos de aplicações financeiras/2024 e ERP – Balancete Jan a Dez/2025

5. Contratos – Curto e Longo Prazo – Ativo e Passivo

A contabilização dos valores neste grupo obedece a seguinte dinâmica:

1º Na assinatura do Contrato de Gestão/Termos Aditivos:

- Registro a débito nas contas de ativo, de Curto Prazo (CP) de Longo Prazo (LP), com a contrapartida de crédito nas contas de passivo, de Curto Prazo (CP) e de Longo Prazo (LP).

2º No recebimento do recurso financeiro:

- Registro a débito da conta de ativo Banco e a crédito na conta de ativo de Curto Prazo (CP)

3º No reconhecimento de receitas/despesas incorridas no Contrato de Gestão/Termos Aditivos:

- Registro a débito da conta de despesa e crédito na conta de disponível (ativo)
- Registro a débito da conta de passivo de Curto Prazo (CP) e crédito em conta de receita.

A partir desta metodologia, as informações neste grupo refletem o que se segue:

- a) No Ativo: o montante financeiro a receber do Contrato de Gestão e de cada um dos Outros Instrumentos Contratuais; e
- b) No Passivo: o quantum de receita ainda será reconhecido à medida que as despesas se realizarem, para o Contrato de Gestão, e pela performance, para os Outros Instrumentos Contratuais.

Em relatório emitido pela auditoria externa, relativamente a revisão contábil e de controles internos do 1º semestre de 2025, consta de que existem divergências entre os valores do Ativo com as contrapartidas do Passivo, tendo sido recomendada a conciliação das contas e a realização de ajustes para regularização das divergências; oportunidade em que se ratifica que as divergências decorrem da metodologia adotada e em função disto, deixou-se de realizar ajustes, uma vez que não há, por parte da CFC e da Administração, o entendimento de que haja ações a serem executadas internamente para mitigação de riscos ou aprimoramento de controles internos.

Importa esclarecer que, em decorrência de conciliação realizada, a CFC identificou que os Termos Aditivos assinados entre 2022 e 2025 não foram registrados nas contas 1.1.2.07.01 – Contratos a Realizar/Contrato de Gestão - MCTI, 1.1.2.07.02 – Contrato de Gestão/MEC, 1.2.06.01 - Contratos a Realizar/Contrato de Gestão - MCTI e 1.2.06.02 - Contrato de Gestão/MEC, contudo, os correspondentes recebimentos, foram baixados contra as contas do Ativo e as receitas reconhecidas, contra o Passivo.

A CFC também constatou que, quando houve frustração de recebimento de valores previstos na LOA, mais comum em relação ao MEC, não houve a baixa do registro nas contas 1.1.2.07.01 – Contratos a Realizar/Contrato de Gestão - MCTI, 1.1.2.07.02 – Contrato de Gestão/MEC, 1.2.06.01 - Contratos a Realizar/Contrato de Gestão - MCTI e 1.2.06.02 - Contrato de Gestão/MEC.

Igualmente foi verificado que valores provenientes dos 1º e 2º Contrato de Gestão e seus respectivos Termos Aditivos integravam as contas descritas acima e que não tiveram baixas quando verificada a frustração no recebimento de valores.

Em função do exposto, foram realizados lançamentos de ajuste de modo a compatibilizar o valor que estava registrado à expectativa dos recebimentos para o período de 2025 a 2030. Foram processados ajustes, tanto no Ativo quanto no Passivo, nos montantes de R\$ 43.504.470,77, para o MCTI e de R\$ 7.648.878,44, para o MEC.

Saldo no Razão Contábil - MCTI Em 31/10/2025		MCTI Saldo que deveria constar no Razão Contábil em 30/11/2025		Saldo no Razão Contábil a ser ajustado	
Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)
CP	2.595.748,01	CP (2026)	27.775.208,00	CP	25.179.459,99
LP	47.379.530,69	LP (2027 a 2030)	65.704.541,47	LP	18.325.010,78
Total Geral	49.975.278,70	Total Geral	93.479.749,47	Total Geral	43.504.470,77

Fonte: ERP – Balancete Jan a Dez/2025, CG e TA's

Saldo no Razão Contábil - MEC Em 31/10/2025		MEC Saldo que deveria constar no Razão Contábil em 31/10/2025		Saldo no Razão Contábil a ser ajustado	
Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)	Contrato	Valor (R\$)
CP	8.800.908,96	CP (2026)	3.370.800,00	CP	-5.430.108,96
LP	16.523.096,36	LP (2027 a 2030)	14.304.326,88	LP	-2.218.769,48
Total Geral	25.324.005,32	Total Geral	17.675.126,88	Total Geral	-7.648.878,44

Fonte: ERP – Balancete Jan a Dez/2025, CG e TA's

As contas que integram a rubrica Contratos – Curto e Longo Prazo estão devidamente conciliadas com o módulo de contas a receber do ERP Sênior.

Processados os ajustes, a conta de Contratos a Realizar, no Ativo e no Passivo, apresentam os seguintes saldos em 31/12/2025:

Quadro 10 – Contratos a Realizar – Ativo (R\$)

Tipo	Em 31/12/2025		Em 31/12/2024	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Contratos a Receber - com restrição	24.104.008,00	80.008.868,35	13.207.456,96	83.866.657,18
Contratos a Receber - sem restrição	3.261.513,55	401.088,09	3.946.971,04	663.559,49
Total	27.365.521,55	80.409.956,44	17.154.428,00	84.530.216,67

Fonte: ERP – Balancete Jan a Dez 2024//2025

Quadro 11 – Contratos a Realizar - Passivo (R\$)

Tipo	Em 31/12/2025		Em 31/12/2024	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Contratos a Receber - com restrição	33.623.566,23	80.008.868,35	9.013.575,89	102.827.875,82
Contratos a Receber - sem restrição	2.270.202,90	401.088,09	3.324.381,03	663.559,49
Total	35.893.769,13	80.409.956,44	12.337.956,92	103.491.435,31

Fonte: ERP – Balancete Jan a Dez 2024//2025

6. Valores a Recuperar

Integram este grupo os impostos a recuperar, assim como valores a receber de clientes e fornecedores.

Quadro 12 – Valores a Recuperar (Em R\$)

Tipo	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
IRRF	3.180,00	3.180,00
INSS	5.299,26	5.299,26
COFINS/PIS/CSLL	34.919,01	34.919,01
RDJ	31.203,85	28.573,56
CIRAT	127.532,35	83.282,24
VIVO	-	79.961,12
AGM - Miranda Turismo e Representações	-	25.154,89
TOTAL	202.134,47	260.370,08

Fonte: ERP Sênior - Balancetes de Jan a Dez 2024/2025

6.1 Impostos

6.1.1 IRRF e COFINS/PIS/CSLL

Em função do CGEE não ter declarado ao contratante SENAI que é uma organização social imune, houve retenção de IRRF e de COFINS/PIS/CSLL sobre as notas fiscais 008 e 012, emitidas em 06/10/2023 e 06/02/2024, respectivamente.

Em janeiro de 2023 houve pagamento em duplicidade de COFINS/PIS/CSLL decorrente de pagamentos realizados a pessoas jurídicas da competência de

janeiro de 2023. Neste caso, houve um pagamento pela conta bancária do MCTI e outro pela conta do MEC.

Em decorrência do exposto, a CFC solicitou à Receita Federal do Brasil, por meio de processo digital, a restituição dos valores.

Quadro 13 – Detalhamento dos impostos a recuperar – IRRF e COFINS/PIS/CSLL (Em R\$)

Quadro 15 - Detalhamento dos impostos a recuperar - IRRF e COFINS/CSLL (2023-2025)				
Data	Origem	Imposto	Valor	Processo RFB
01/01/2023	Pgtos PJ	COFINS/PIS/CSLL	25.061,01	10061.722838/2023-91 (aberto em 19/04/2023)
06/10/2023	NF 008	IRRF	1.860,00	10061.725086/2024-00 (aberto em 04/07/2024)
		COFINS	3.720,00	
		CSLL	1.240,00	
		PIS	806	
Total			7.626,00	
06/02/2024	NF 012	IRRF	1.320,00	10061.724398/2025-79 (aberto em 25/09/2025)
		COFINS	2.640,00	
		CSLL	880	
		PIS	572	
Total			5.412,00	

Fonte: ERP Sênior - Balancete e Razão Jan a Dez 2023/2025 e portal e-Cac

6.1.2 INSS

No dia 19/12/2023 foi requerida à Receita Federal do Brasil a restituição do montante de R\$ 5.299,26, pago em duplicidade, relativo ao INSS patronal incidente sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

A restituição foi negada em decorrência de inconsistências no pedido eletrônico que havia sido emitido.

Identificada a inconsistência, foi providenciada, em 25/09/2025, a emissão de uma nova PERDCOMP, registrada sob o nº 32916.67758.250925.1.2-24-3691.

6.2 Ativos Contingentes

6.2.1 RDJ - Assessoria e Gestão Empresarial

Empresa contratada em 2022 pelo CGEE, para prestação de serviços terceirizados de profissionais de recepção, serviços gerais e garçoneria. Houve pagamento excedente, que ensejou a cobrança via judicial. Em 31 de dezembro de 2025, o valor em discussão totaliza R\$ 31.203,85

6.2.2 CIRAT - Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade

Trata-se de valor a receber decorrente de pagamento realizado a maior ao CIRAT, no âmbito da prestação de serviços técnicos especializados voltados ao apoio na implantação de boas práticas agrícolas e ao desenvolvimento de pesquisa e inovação para a gestão das bacias do Rio Descoberto e do Lago Paranoá, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA). O valor registrado inicialmente a receber era de R\$ 65.102,03, que atualizado em 31/12/2025 alcança a monta de R\$ 127.532,35.

6.2.3 VIVO - Telefônica Brasil

Trata-se de pagamentos realizados à Vivo diante da cobrança de 22 linhas telefônicas, cujo cancelamento da assinatura ocorreu de forma tempestiva.

Em 1ª instância, todos os pedidos do CGEE foram julgados procedentes, quais sejam: cancelamento das linhas telefônicas, afastamento da multa contratual e repetição do indébito em dobro. Em 2ª instância o pedido de repetição do indébito em dobro foi revertido e a estratégia definida será efetivar a cobrança dos valores em um outro processo de forma a se evitar risco de multa conforme advertido pelo STJ.

- Consequências: Sucumbência do CGEE na parte revertida.
- Devolução das custas processuais: R\$ 1.321,47 (atualizado até 11/2025).
- Situação: Processo arquivado em 11/2025, tendo então sido efetivada a reversão do ativo contingente.

Convém esclarecer que os Ativos relativos ao RDJ e CIRAT estão reconhecidos no Balanço com base no grau de probabilidade de recebimento do benefício econômico futuro.

De acordo com a classificação da CJUR a entrada de benefícios é praticamente certa; ou seja, quando a entrada de benefícios econômicos futuros é praticamente certa, o ativo não é mais considerado contingente e deve ser reconhecido no balanço patrimonial.

6.2.4 AGM - Miranda Turismo e Representações

O valor de R\$ 25.154,89 foi classificado, em 2024, de forma equivocada como um valor a recuperar, tendo sido, em 31/03/2025, reclassificado e reconhecido como uma despesa.

7. Adiantamentos

O saldo nesta rubrica está relacionado a valores antecipados a colaboradores a título de auxílio alimentação, 13º salário, férias; bem como adiantamentos a fornecedores e outros tipos.

Em 2024, houve o pagamento a maior de 13º salário a 5 colaboradores, no montante total de R\$ 21.681,07. Cumpre esclarecer que esse valor foi registrado à ocasião na conta “Outros Créditos” e que a devolução ao CGEE foi regularizada ao longo de 2025 mediante desconto em folha de pagamento.

Quadro 14 – Detalhamento dos Adiantamentos (R\$)

Tipo	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Adiantamento de Férias	108.719,61	13.138,63
Adiantamento a Fornecedores	57.415,98	2.600,00
Outros Créditos	-	21.681,07
TOTAL	166.135,59	37.419,70

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025

8. Despesas Antecipadas

Neste grupo estão registrados os valores relativos aos prêmios de seguros a vencer e que estão atrelados às seguintes apólices:

- a) **Akad Seguros (027982025010171018210)**: contratado em 25/03/2025, no valor de R\$ 57.507,12, e refere-se à seguro de equipamentos eletrônicos.
- b) **Akad Seguros (027982024010775001427)**: contratado em 12/09 e renovado em 28/11/2025, no valor de R\$ 250,00, cada, e refere-se a garantir a indenização, até o valor da garantia fixada, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo Tomador no Contrato 2024.000073.32101.01, datado de 30/07/2024, para a Prestação de Serviços de elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para apoiar o desenvolvimento sustentável do estado, conforme especificado no contrato ora garantido.
- c) **AGF Brasil Allianz Group (5177202556180038048)**: contratado em 28/03/2025, no valor de R\$ 3.532,72, e refere-se à seguro patrimonial por danos ao prédio/conteúdo.
- d) **Chubb Seguros**: contratado em 11/04/2025, no valor de R\$ 58.313,81 e refere-se a seguro de responsabilidade civil para Diretores e Executivos. É um produto que protege o patrimônio pessoal de gestores (diretores, administradores, conselheiros) contra acusações de má-gestão, negligência, omissões ou erros que resultem em danos a terceiros durante o exercício de suas funções.

Importa esclarecer que, a partir de outubro de 2025, a CFC passou a utilizar a funcionalidade do ERP Sênior de “Lançamentos Programados” para as despesas antecipadas. Desta forma, evita-se a realização de lançamentos manuais recorrentes.

Quadro 15 – Relatório de acompanhamento de Despesas Antecipadas (Em R\$)

Tipo	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Prêmio de Seguros a vencer	29.694,58	32.680,07
TOTAL	29.694,58	32.680,07

Fonte: CFC – Planilha de acompanhamento de despesas antecipadas

9. Valores a Realizar

Os recursos da reserva própria que foram adiantados a projetos relacionados a Outros Instrumentos Contratuais foram devidamente restituídos à conta do

CGEE, não restando, em 2025, pendências dessa natureza. Por orientação do Conselho Fiscal, os valores, quando registrados nessa conta, no Ativo, também são refletidos na mesma conta no Passivo.

10. Títulos de Capitalização

Dentre os requisitos para locar o imóvel em que está instalado o CGEE, o Locador exige uma garantia locatícia e para tanto foi contratado junto à BrasilCap Capitalização S/A, em outubro de 2024, na modalidade “Instrumento de Garantia”, Plano “Cap Garantia”, 20 títulos de capitalização ao valor original total de R\$ 591.148,00 e em 17/12/2025, um novo título, ao valor de R\$ 26.543,92, haja vista a necessidade de adequação do valor em garantia ao montante do contrato de arrendamento.

Ao término da locação, sem a utilização da caução, o Locador é obrigado a liberar a caução.

De janeiro a dezembro de 2025, os títulos de capitalização renderam R\$ 41.565,00.

11. Ativo Imobilizado

Os bens que integram o Ativo Imobilizado estão classificados sob a rubrica “Bens em Operação – Com restrição” nos termos da cláusula décima, subcláusula primeira⁵ do Contrato de Gestão, que determina que os bens adquiridos com recursos do Contrato, passíveis de serem incorporados ao ativo da União, conforme legislação vigente, deverão ser registrados com identificação específica.

No item XXXI⁶ da cláusula terceira do referido Contrato, há previsão de que o CGEE deve incorporar ao patrimônio da União, dos Estados, do DF ou dos Municípios o patrimônio, na proporção dos recursos e dos bens por este alocado em decorrência do Contrato, no caso de desqualificação ou de extinção da instituição, ou ainda, ao término de sua vigência.

⁵ SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Os bens adquiridos com recursos do CONTRATO DE GESTÃO, passíveis de serem incorporados ao ativo da União, conforme legislação vigente, deverão ser registrados com identificação específica.

⁶ XXXI. Incorporar, integralmente, ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios o patrimônio da ORGANIZAÇÃO SOCIAL, na proporção dos recursos e dos bens por estes alocados em decorrência desse instrumento, no caso de desqualificação ou de extinção da instituição, ou ainda, ao término da vigência do CONTRATO DE GESTÃO

Além disto, deve o CGEE encaminhar anualmente ao MCTI, nos termos do item XXXII⁷, da mesma cláusula, relação dos bens permanentes adquiridos com recursos do Contrato.

O valor no Ativo Imobilizado decorre, substancialmente, do registro de Bens de Terceiros relacionado ao Arrendamento do imóvel locado pelo CGEE para desenvolver suas atividades de modo a cumprir o que determina o CPC 06.

Quadro 16 – Ativo Imobilizado (Em R\$)

Imobilizado	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Equipamentos de Informática - com restrição	3.113.817,65	2.541.361,24
(-) Depreciação Equipamentos de Informática - com restrição	-2.165.500,12	-1.974.020,74
Instalações - com restrição	549.393,80	549.393,80
(-) Depreciação Instalações - com restrição	-549.255,61	-549.255,61
Máquinas e Equipamentos de Escritório - com restrição	169.525,67	163.307,48
(-) Depreciação Máquinas e Equipamentos de Escritório - com restrição	-74.329,91	-55.900,38
Móveis e Utensílios - com restrição	396.672,61	396.672,61
(-) Depreciação de Móveis e Utensílios - com restrição	-395.085,73	-393.499,65
Equipamento de Audiovisual - com restrição	443.025,24	443.509,44
(-) Depreciação de Equipamento de Audiovisual - com restrição	-309.336,11	-274.140,66
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - com restrição	146.962,24	146.962,24
(-) Depreciação em Benfeitorias em Imóveis de Terceiros - com restrição	-146.962,24	-146.962,24
Bens de Terceiros - com restrição (Arrendamento)	11.188.550,12	11.188.550,12
(-) Depreciação Bens de Terceiros - com restrição (Arrendamento)	-4.390.349,96	-2.616.906,44
Bens Inservíveis/Obsoletos	24.450,00	14.042,70
(-) Depreciação Bens Inservíveis/Obsoletos	-22.744,00	-12.336,70
Bens em Operação - Com restrição	7.978.833,65	9.420.777,21

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025

No exercício de 2025, a empresa CPCON Gestão de Ativos Consultoria Empresarial Ltda, realizou o *test de impairment*, tendo apurado que o valor recuperável dos bens no ativo é maior que o registrado contabilmente e em função disto nenhum procedimento contábil necessitou ser adotado pela CFC.

12. Intangível

O Ativo Intangível compreende um conjunto de bens sem substância física que o CGEE adquiriu com recursos do Contrato de Gestão, podendo gerar benefícios económicos futuros, mas que não pode ser tocado ou visto; tais como softwares e sistemas de gestão. Os valores desse ativo são reconhecidos pelo custo de

⁷ XXXII. Encaminhar anualmente ao ÓRGÃO SUPERVISOR a relação de bens permanentes por ela adquiridos e substituídos, para fins de controle patrimonial;

aquisição e amortizados ao longo do período de vida útil estimado, conforme práticas contábeis vigentes.

Quadro 17 – Ativo Intangível (Em R\$)

Intangível	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Sistemas Aplicativos - software - com restrição	131.808,07	104.698,57
(-) Amortização Acumulada - com restrição	-79.274,03	-63.904,13
Intangível - com restrição	52.534,04	40.794,44

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025

13. Contratos de Bens e Serviços

Essa conta refere-se ao valor dos contratos firmados pelo CGEE e o registro no Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, representa sistemática implementada, por demanda do Conselho Fiscal, para assegurar que o montante dos contratos vigentes está devidamente registrado.

Em dezembro de 2025, a conta foi conciliada e não apresentou divergências em relação ao que está registrado no módulo de compras do ERP Sênior, especificamente no relatório SCTR318.GER.

14. Contas a Pagar

Nesta rubrica estão registradas as obrigações do CGEE relativas ao plano de saúde, encargos sociais e tributários a recolher, fornecedores (incluindo o valor do arrendamento referente às dependências do CGEE), empréstimo consignado; bem como provisões decorrentes de férias e 13º salário.

A conciliação das contas que integram essa rubrica foram automatizadas e podem ser obtidas diretamente no ERP Sênior, em Controladoria, Gestão de Contabilidade, Contabilidade, Relatórios, Gerenciais (CCCG120.GER, CCCG123.GER, CCCG126.GER, CCCG128.GER e CCCG129.GER).

Constata-se que as contas de Obrigações Vinculadas e de Provisões têm maior representatividade na rubrica Contas a Pagar.

Quadro 18 – Contas a Pagar (Em R\$)

Contas a Pagar	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Obrigações Trabalhistas	241.388,41	-
Salários a Pagar	-	-
Férias a Pagar	-	-
Rescisão de contrato a pagar	-	-
Plano de Saúde a Pagar	241.388,41	-
Encargos Sociais a Recolher	638.119,09	552.125,01
INSS a Recolher s/folha	402.581,98	375.590,97
INSS a Recolher s/RPA	54.981,41	52.273,01
INSS a Recolher s/PJ	10.986,39	10.607,50
FGTS a Recolher	146.190,48	91.725,55
PIS a Recolher	23.378,83	21.927,98
Encargos Tributários a Recolher	558.896,16	500.295,56
ISS a Recolher	29.225,08	24.681,86
IRRF s/folha	451.094,48	417.756,04
IRRF s/RPA	50.050,56	47.901,38
IRRF s/ empresa	7.466,39	1.975,83
PIS/COFINS e CSLL	21.059,65	7.980,45
Obrigações Vinculadas	2.530.169,16	2.389.078,59
Fornecedores	757.487,81	730.594,63
Cartão de Crédito	12.509,79	32.827,40
Arrendamento a Pagar	1.760.171,56	1.625.656,56
Provisão de Férias/13 e Encargos	2.499.652,51	2.249.197,67
Provisão de Férias	2.499.652,51	2.249.197,67
Provisão 13º salário	-	-
Outras Obrigações	29.008,90	75.160,44
Empréstimo Consignado	29.008,90	75.160,44
Total Contas a Pagar	6.497.234,23	5.765.857,27

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025

14.1 Arrendamento a Pagar

Foi realizada a conciliação da conta de Arrendamento, considerando os valores no curto e longo prazo, e identificou-se, em passado recente, divergência entre os registros contábeis e o relatório operacional (SCTR306GER), tendo a Coordenação Administrativa sido cientificada a respeito e identificado inconsistências no relatório operacional, o que motivou a abertura, por aquela Unidade, de um chamado junto à Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação para correção.

A referida divergência foi sanada no movimento de novembro de 2025 e em dezembro de 2025 não apresenta inconsistências.

14.2 Provisão de Férias, 13º e Encargos

Considerando apontamento recorrente da auditoria externa quanto a existência de divergências entre o relatório operacional e o saldo contábil registrado na conta de Provisão de Férias, a CFC em parceria com a Coordenação de Recursos Humanos (CRH) e Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) cuidou de identificar a origem da divergência e implementou os ajustes necessários à regularização, estando a conta devidamente conciliada.

14.3 Empréstimo Consignado

O saldo a pagar registrado na conta “Empréstimo Consignado” decorre de valor de consignado perante o FGTS, denominado “Crédito do Trabalhador”⁸, cujo desconto deve ocorrer em folha no mês seguinte ao da contratação.

Em dezembro de 2025, em decorrência do fechamento antecipado da folha de pagamento daquele mês, houve desconto a maior de empréstimo consignado de dois colaboradores, no montante total de R\$ 2.024,46. Referido valor será restituído aos mesmos na folha de janeiro de 2026.

15. Adiantamento de Contratos

Representavam os valores recebidos antecipadamente e estão relacionados à entrega futura de produtos/serviços contratados por terceiros e que ainda não tiveram suas respectivas receitas reconhecidas. Após a conciliação relatada no item 5 desta nota explicativa, o valor remanescente nesta conta foi transferido para Contratos a Realizar – Contrato de Gestão – MEC.

⁸ Crédito do Trabalhador é uma linha de empréstimo consignado para trabalhadores com carteira assinada, onde o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é utilizado como garantia

16. Provisão para Contingências

A conta Provisão para Contingências é composta por valores prováveis de ocorrerem, de acordo com classificação realizada pela CJUR.

Quadro 19 – Provisões para Contingências (R\$)

Provisões	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
Riscos Fiscais	819.639,98	1.060.005,77
Total Provisões	819.639,98	1.060.005,77

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025

Em relação à ação trabalhista 0001030-29.2025.5.10.0022, ajuizada por Roberto Meirelles Pessoa Júnior, ela transitou em julgado, tendo o CGEE sido condenado ao pagamento de R\$ 14.000,00, que ocorreu em 23/10/2025.

Igualmente ocorreu em relação à ação 0000527-97.2023.5.10.0015, ajuizada pela ex-colaboradora Iris Mary Duarte Cardosos Vieira, que transitou em julgado, e o CGEE condenado ao pagamento de R\$ 65.820,92, que ocorreu em 26/11/2025.

O valor de R\$ 819.639,98, na conta Riscos Fiscais, está atrelado a uma decisão de Diretoria Colegiada por constituir uma provisão para fazer frente ao pagamento de uma possível cobrança de diferença de valores em decorrência da alíquota de FPAS - Fundo de Previdência e Assistência Social que era praticada entre 2019 e 2022.

Em novembro, foi realizada a conciliação dessa conta e promovido ajustes relativamente ao valor de COFINS e da FPAS provisionados a menor (R\$ 6.621,39) e a maior (R\$ 603,33), respectivamente.

Além disto, foi realizada, no exercício de 2025, a baixa do valor total de R\$ 246.383,85 por prescrição da provisão de FPAS referente ao período de março a dezembro de 2020.

De acordo com informações da CJUR, duas ações são classificadas como possíveis:

- a) ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o CGEE, registrada sob o nº 0008469-88.2010.4.03.6103, visando a condenação dos réus às penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa, em

razão de supostas irregularidades no Contrato RD nº 01.06.182.0/2005 (30/12/2005) e do Contrato RD nº 01.06.153.0/2006 (29/12/2006), celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. O valor em discussão é de R\$ 1.195.035,74; e

- b) ação ajuizada em 15/08/2025 por ex-colaboradora - Rito Ordinário, pleiteando a condenação do CGEE ao pagamento de horas extras, descansos não remunerados, dano moral, reflexos e multa prevista no art. 477 da CLT, no valor equivalente a um salário (R\$ 6.307,05) devidamente atualizada. Além da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação. O valor em discussão é de R\$ 148.240,13.

17. Parcelamentos Fiscais

No exercício de 2021, o CGEE formalizou dois parcelamentos com a Receita Federal do Brasil visando quitar débitos relacionados ao Mandado de Procedimento Fiscal 0110100.2010.01041-3, que constatou a ausência de retenção/recolhimento de IRRF e de INSS sobre diárias e auxílio-moradia e descumprimento de obrigações acessórias.

Em relação ao IRRF, resta, conforme consta do Portal e-Cac e devidamente refletido nos registros contábeis, o saldo de R\$ 28.120,14 a ser pago entre janeiro de 2026 a março de 2026 e o INSS, um saldo de R\$ 196.555,30 a ser pago entre janeiro de 2026 a maio de 2026.

Quadro 20 – Parcelamentos (Em R\$)

Parcelamentos	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
INSS	196.555,30	609.060,01
IRRF	28.120,14	128.185,80
Total	224.675,44	737.245,81

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025 e portal e-Cac

Ao valor da prestação mensal é acrescido os juros equivalentes a taxa referencial SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento (no caso, 26/04/2021 e 11/06/2021, respectivamente) até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

18. Patrimônio Líquido

O patrimônio do CGEE é composto pelo patrimônio social, pelas reservas técnicas e pelo superávit/déficit apurado em Outros Instrumentos, enquanto os resultados do Contrato de Gestão são realocados para “Contratos a Realizar”.

Eventuais excedentes financeiros do Contrato de Gestão não são distribuídos a terceiros, sendo destinados exclusivamente à execução de contratos futuros, conforme pactuado com o órgão Supervisor.

18.1 Reserva Técnica

Em relação às reservas técnicas com restrição, elas permanecem no patrimônio social e sua utilização está vinculada às condições estipuladas no Contrato de Gestão.

Quadro 21 – Detalhamento da Reserva Técnica (Em R\$)

Contrato de Gestão	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024
MCTI	905.209,53	835.366,12
MEC	800.000,00	800.000,00
Total	1.705.209,53	1.635.366,12

Fonte: ERP Sênior - Balancete Jan a Dez 2024/2025

19. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

No exercício de 2025, o CGEE apurou um superávit de R\$ 3.068.876,46, sendo que R\$ 1.487.253,14 estão atrelados a Outros Instrumentos Contratuais e R\$ 1.581.623,32 ao Contrato de Gestão.

Destaca-se que esse último valor foi integrado à conta de Contratos a Realizar, no Passivo, eis que resultados do Contrato de Gestão não integram o Patrimônio Líquido, mas são reprogramados para reinvestimento nos projetos atrelados àquele Contrato.

Ressalta-se que integra o montante registrado sob a rubrica Outras Receitas Operacionais, os valores recebidos da OSF - Open Society Foundations, à título de doação, ressarcimento/recuperação de despesas e reversão de provisionamento do FPAS.

Constata-se queda no valor das despesas operacionais do Contrato de Gestão se comparado ao mesmo período de 2024. Referida queda foi impulsionada, principalmente, pela redução em despesas relacionadas a passagens e promoção e eventos.

Quanto aos valores de depreciação e amortização, a queda está associada a reclassificação contábil de despesas de arrendamento.

De forma contrária, houve um acréscimo substancial em relação às despesas operacionais de Outros Instrumentos Contratuais devido ao incremento de novos projetos na carteira.

20. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Na demonstração das mutações do patrimônio líquido está evidenciado o ajuste processado no montante de R\$12.439,65, que se refere a ISS recuperado sobre a nota fiscal emitida contra o CGEE.

Também está evidenciada a adequação do valor da reserva técnica do MCTI, vez que, de acordo com o 11º Termo Aditivo, ela é da ordem de R\$ 905.209,53.

Em função do superávit apurado relativamente ao Contrato de Gestão, consta do demonstrativo a realocação que foi processada em relação a este recurso, conforme descrito no item 20 desta nota explicativa.

21. Demonstração do Fluxo de Caixa

Relativamente a demonstração do fluxo de caixa, ela detalha que os recursos recebidos pelo CGEE foram aplicados, essencialmente, nas atividades operacionais, com pequena margem de investimento na aquisição de ativo imobilizado e intangível.

22. Eventos Subsequentes

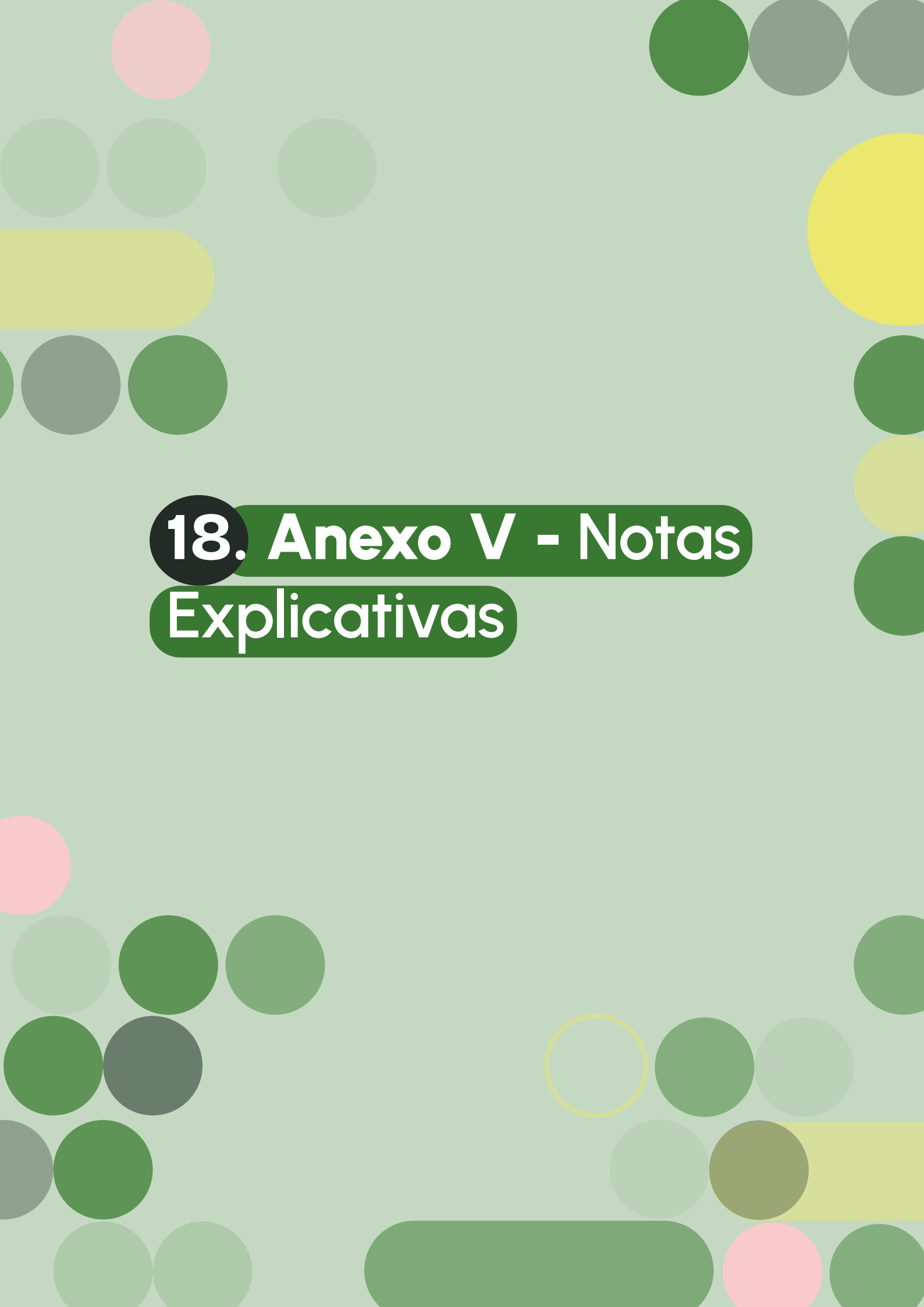
Até a data de emissão destas notas explicativas, não houve a ocorrência de eventos subsequentes que pudessem impactar de forma relevante a posição patrimonial, financeira ou o resultado das operações do CGEE.

Brasília, 31 de dezembro de 2025

Giovanna Alves Lento
Coordenadora de Finanças e Contabilidade
Contadora – CRC DF 8.807/O

Geraldo Nunes Sobrinho
Diretor de Administração e Finanças

Fernando Rizzo
Diretor Presidente



18. Anexo V - Notas Explicativas



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Conselho de Administração

Resolução nº 005/2026

Aprova o Relatório Anual de Gestão, a Prestação de Contas anual e o Balanço Patrimonial de 2025, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), bem como o seu envio ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, reunido na 105ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de março de 2026, no exercício de suas competências estatutárias e regimentais,

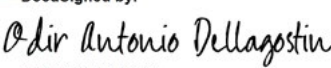
RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2025, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Art. 2º. Aprovar a Prestação de Contas anual e o Balanço Patrimonial do exercício de 2025, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

Art.3º. Autorizar o envio dos documentos aprovados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Brasília, 05 de março de 2026.

DocuSigned by:

3E0CFB5F158C478...

Odir Antonio Dellagostin
Presidente do Conselho de Administração



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

MINISTÉRIO DA
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO**

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO